



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOCTORADO EM SOCIOLOGIA

RILDA BEZERRA DE FREITAS

O ATO DE MATAR EM TRAJETÓRIAS JUVENIS
TROCAS E NEGOCIAÇÕES IDENTITÁRIAS DE MENINAS ENVOLVIDAS
NA PRÁTICA DE HOMICÍDIO.

FORTALEZA

2010

RILDA BEZERRA DE FREITAS

O ATO DE MATAR EM TRAJETÓRIAS JUVENIS
TROCAS E NEGOCIAÇÕES IDENTITÁRIAS DE MENINAS ENVOLVIDAS NA
PRÁTICA DE HOMICÍDIO.

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Alba Maria Pinho de Carvalho.

FORTALEZA

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- F938a Freitas, Rilda Bezerra de.
O ato de matar em trajetórias juvenis trocas e negociações identitárias de meninas envolvidas na prática de homicídio / Rilda Bezerra de Freitas. – 2010.
243 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2010.
Área de Concentração: Sociologia.
Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.
- 1.Delinquentes juvenis. 2.Adolescentes(Meninas) – Antônio Bezerra(Fortaleza,CE) – Atitudes.
3.Adolescentes(Meninas) – Antônio Bezerra(Fortaleza,CE) – Condições sociais. 4.Identity social - Antônio Bezerra(Fortaleza,CE). 5.Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota. I. Título.

RILDA BEZERRA DE FREITAS

O ATO DE MATAR EM TRAJETÓRIAS JUVENIS
TROCAS E NEGOCIAÇÕES IDENTITÁRIAS DE MENINAS ENVOLVIDAS NA
PRÁTICA DE HOMICÍDIO.

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em 26 / 11 / 2010

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio da Costa Ciampa
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC – Sobral)

Profa. Dra. Isabelle Braz Peixoto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a “meninas”, “meninos” e tantos outros jovens e adolescentes que vivenciam as aventuras do “tornar-se”.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, *in memoriam*, personagens únicos, que tantas vezes passaram por cima de seus próprios sonhos para que eu concretizasse os meus. A trajetória prossegue... Em mim, trago as marcas de distintas saudades: da companhia, da fala, da entonação da voz, do cuidado, do carinho, das conversas, das histórias...

Às minhas irmãs e irmãos, sobrinhos e cunhados, que nas horas mais inusitadas, e muitas vezes inoportunas, estiveram comigo na construção desta tese. Não basta um muito obrigado. À Yana, pelo carinho e amizade especial. À Rilma e Eliane, por cuidarem de mim e estarem sempre por perto quando necessito.

Ao Roque, companheiro de afetos, interlocuções acadêmicas e de tantas horas. A você, não basta um muito obrigado. Te amo!

À professora Alba Maria Pinho de Carvalho, por ter enfrentado o desafio de orientar um tema “nada peculiar” aos seus processos investigativos. Sou inteiramente grata pela orientação exigente e criteriosa, pela amizade e os tantos e inesquecíveis diálogos na hospitalidade de sua casa. Agradeço essa orientação que ultrapassa a tese, bem como o imenso carinho dispensado nos momentos de insegurança, dificuldade e angústia. Estendo esse agradecimento à sua articulada equipe de trabalho: Maria Alice, sempre disposta a ajudar; Nilza e Cícero Augusto, pelo carinho e atenção dedicados a mim.

À professora Isabelle Braz, que vivenciou comigo os desafios do “tornar-se”, encarnando ela mesma uma dupla imagem: “a da professora que se fez amiga”, ajudando-me a pensar as sutilezas do objeto, abrindo-me as portas de sua casa e presenteando-me com livros e indicações essenciais à análise.

À professora Ângela Pinheiro, por aceitar fazer a primeira leitura deste trabalho durante o processo de qualificação de tese. Obrigada por partilhar comigo da mesma causa político-profissional, no percurso de cumplicidades.

Aos profissionais do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, *locus* primeiro desta investigação, por acreditarem nesta proposta de estudo, disponibilizando informações, abrindo os dados em secreto de seus arquivos e documentos. E, também, ao Juizado da Infância e da Juventude de Fortaleza, na representação do Juiz Dr. Darival Beserra Primo, que autorizou o meu ingresso neste campo.

Um agradecimento especial às protagonistas deste estudo, meninas que vivenciam ou vivenciaram a privação de liberdade. Por aceitarem participar desta investigação, disponibilizando seu tempo, concedendo entrevistas, revelando seus segredos, abrindo as portas de suas casas e dispondo-se a colaborar com a pesquisa.

Aos professores Antônio da Costa Ciampa e Aluísio Ferreira de Lima, por aceitarem compor esta banca, ofertando-me carinhosamente suas contribuições sobre a questão das identidades e seus processos.

Aos professores do curso de doutorado da UFC, pelas contribuições teóricas, em especial à professora Elza Braga, grande incentivadora deste percurso. Aos amigos de turma, Helciane, Napoleão, Diogo, Paulinha, Sander, Mônica, Helenira, Irapuan, Rosa, Fábio e Emmanuel, pelas interlocuções sempre bem-vindas.

A UFC e a CAPES, pelo investimento em minha carreira docente, agraciando-me com uma bolsa de estudos, o que viabilizou esta investigação. Aos funcionários Aimberê e Socorro, pela atenção e ajuda nos percursos do curso de doutorado.

Cruzo os braços sobre a mesa, ponho a cabeça
sobre os braços.

É preciso querer chorar, mas não sei ir buscar
as lágrimas...

Por mais que se esforce, por ter uma grande
pena de mim, não choro.

Tenho a alma rachada sob o indicador turvo
que lhe toca...

Que há de ser de mim? Que há de ser de mim?

(Fernando Pessoa)

RESUMO

As negociações e processos identitários vivenciados por meninas envolvidas na prática de homicídio é o eixo central da presente tese. O estudo tem, inicialmente, como referência empírica, o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, *lócus* onde se deu o encontro com as personagens desse estudo, no período de 2007, 2008 – com as adolescentes dentro do internato, sentenciadas à privação de liberdade – e em 2009 – quando a maioria das adolescentes já estava fora do internato. As inspirações analíticas da tese têm nos “Estudos Culturais” um Campo de referência ao tomar a visão de “identidade em movimento”, formulada por Stuart Hall, como categoria fundante, sublinhando o caráter contraditório, móvel e temporário das identidades. Outros aportes se coadunam neste amálgama analítico, numa convergência categorial entre “identidades”, “trajetórias” e “juventudes”. Nesta convergência, as categorias – “*trajetória descontínua*” e “*identidade em movimento*” – formuladas por Pierre Bourdieu e Stuart Hall, circunscrevem o entendimento sobre os processos identitários de jovens envolvidas no “ato de matar” como uma construção em aberto, sinalizando, no âmbito da lógica analítica dos autores, para um olhar ampliado dos processos de vida em gestação, “fazendo-se” e “tornando-se” ao longo das rotas vivenciadas pelas personagens. De fato, esta articulação categorial propiciou instrumentos analíticos para delinear um caminho teórico-metodológico, consubstanciado pelo esforço de construir seis “retratos sociológicos” das meninas, protagonistas desse estudo. A metodologia usada para a construção dos retratos guiou-se pela compreensão de Bernard Lahire, ao sustentar a ideia de que “*retratar significa construir estudos de casos singulares*”, refutando a tendência de percebê-los como simples ilustrações de contextos teóricos, mas como procedimentos metodológicos, capazes de apresentar esquemas interpretativos sobre a vida e as vivências dos sujeitos investigados. De fato, Lahire forneceu um caminho metodológico para materializar as indicações teóricas de Pierre Bourdieu e Stuart Hall. Nessa análise qualitativa, conjugam-se diferentes vias investigativas: observação do Internato como primeiro *lócus* da investigação, realização de entrevistas, sessão fotográfica das marcas de tiros, facadas e tatuagens desenhadas nos corpos das jovens, visitas às residências e lugares de possível encontro com as personagens desse estudo após seus desligamentos do Internato. Desse modo, a investigação delineou representações construídas pelas jovens acerca dos cenários nos quais inscrevem suas rotas: a família – focando na representação da figura da mãe –, a escola, os amigos, as vivências no bairro, a sociabilidade nas “tribos” e grupos aos quais pertencem, o envolvimento na prática de homicídio, a relação “droga x crime”, as perspectivas de futuro e sonhos.

Palavras-chave: Identidades. Trajetórias. Juventudes. Negociações identitárias. Meninas envolvidas na prática de homicídio.

ABSTRACT

This research investigates the negotiations and identity processes lived by girls involved in killing practices. At first, the study has as reference the Educacional Center Aldaci Barbosa Mota, the universe in which I met these characters from 2007 to 2008. The teenagers lacked of private freedom in the Boarding School. However, in 2009 they were already displaced. The thesis is inspired in the identity vision proposed by the cultural studies. This vision is formulated by Stuart Hall. The Hall thought is based on the mobile cultural identity. This author emphasizes the fragment, contradictory and dynamic identity form. In this analysis I also consider the contribution of not continuous trajectory and dynamic identity formulated by Bourdieu and Stuart Hall. I circumscribe my identity comprehension of the processes in which teenagers are involved in the killing acts, considering the open analysis in construction of two authors referred early. It is considered the variety of their growing processes, from the pregnancy and including all their long historical trajectory. These categories helped to describe the methodology option. I constructed the snapshots of the teenagers who are the main characters of this history. In this case, I was inspired by Bernard Lahire who defends the idea of the construction of the “singular case studies”. This idea refuses the vision of the simple illustration of the theoretical contexts but his analysis emphasizes a methodological approach which considers how the subjects interpret their ways of living and experiences. In fact, this study is based on the contributions of Pierre Bourdieu, Stuart Hall, and the reinforcing of Bernard Lahire. In the qualitative analysis I join several ways of investigation. I considered the universe observation of the first place, the boarding school, I realized interviews, Photo session of the marks of bullets, machetes and *tattoos* designed on the bodies of young people, I visited young homes and possible meeting places of the characters, after they have left the previous institution. This way, the study investigates the construction of their representations, especially of mother, family, friends, district, sociability of the groups which they belong, the practice of killing, the relations drugs x crime, the dreams, the future perspectives, and so on.

Key words: Young people. Trajectories. Identities. Negotiations identity. Girls involved in killing practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
a. O objeto de estudo em suas sutilezas e exigências: circunscrevendo o eixo analítico	12
b. A pesquisadora e suas trajetórias em busca do objeto	14
c. A dinâmica expositiva: a teia dos capítulos na construção da tese	24
1 REDEFINIÇÕES IDENTITÁRIAS EM QUESTÃO: DELINEAMENTOS DA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE IDENTIDADE	27
1.1. As identidades e o campo dos estudos culturais: tensão permanente entre ruptura e (re) construção	36
1.2. Cultura e política: conceitos relacionais no “jogo das identidades”	42
1.3. Identidade e cultura: conceitos imbricados no Campo dos Estudos Culturais	46
1.4. As concepções de identidade em Stuart Hall: a noção de sujeito e a perspectiva “desconstrutiva” de identidade	52
1.5. Identidade cultural e representação: o processo de significação em Stuart Hall	63
2 TEORIZAÇÕES SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE NA ATUALIDADE: ESTILOS, TRIBOS E TERRITÓRIOS JUVENIS	70
2.1 Circunscrevendo o conceito de juventude no campo das ciências sociais	70
2.2 Culturas e estilos juvenis: <i>punks, skinheads, headbangers</i> e <i>emos</i>	76
2.3 Meninas envolvidas na prática de homicídio: que juventude é essa?	81
2.4 Territorialidades juvenis: o foco nos limites, fronteiras e percursos trilhados por meninas envolvidas na prática de homicídio na cidade de Fortaleza	86
3 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: TRAJETÓRIAS EM PROCESSO, IDENTIDADES EM ABERTO	91
3.1 Uma via investigativa instigante: retratos sociológicos como instrumento teórico-metodológico	98
3.2 Provocações a movimentar o olhar investigativo: trilhas e rastros em busca da recomposição de trajetórias e identidades	102
3.3 Internato feminino: <i>locus</i> de redefinição identitária	105
3.3.1 <i>Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota: afinal, do que se trata?</i>	106
3.3.2 <i>O internato como espaço de negociação de amizades, relações afetivas e processos de identificação</i>	113

3.4 O olhar focado nas trajetórias e percursos de redefinições identitárias.....	120
3.5 Produções identitárias nas representações: um processo sempre inconcluso.....	122
4 RETRATOS SOCIOLÓGICOS: HISTÓRIAS DE VIDA, DE MORTE E DE REDEFINIÇÃO IDENTITÁRIA.....	124
4.1 D. F. S: uma trajetória de deslocamentos, buscas e contradições.....	129
4.1.1 Saudades e afetos: Aracati, a mãe, os amigos e as incessantes buscas.....	133
4.1.2 Abandono escolar, prostituição, drogas, envolvimento com homicídio e novas negociações.....	136
4.1.3 A dupla imagem: a menina afetuosa e tímida que anseia voltar prá casa e a jovem considerada “ovelha negra da família”.....	140
4.1.4 As lembranças, o retorno para casa e o reencontro com a família.....	142
4.1.5 O desejo de mudar, de “tornar-se”.....	143
4.1.6 A despedida de D.F.S e o nosso encontro além dos muros institucionais.....	144
4.2 D. P. D. L: a participação num jogo de disputas, rivalidade e morte.....	147
4.2.1 As lembranças de Iguatu, da família, da escola e dos grupos de amigos.....	148
4.2.2 O mundo do crack e as rotas da transgressão: “quero sair e não consigo”.....	149
4.2.3 O ato do homicídio nas rotas da droga e da disputa por um “carinha”: “sou um saco de vacilo”.....	151
4.2.4 A Justiça sob o olhar de quem recebeu e vivenciou a sentença: “tive a segunda chance e desperdicei”.....	154
4.2.5 A “viagem da volta”: o desligamento do internato e o retorno para casa.....	156
4.2.6 Nosso encontro em Iguatu: em meus pensamentos a descrição de D.P.D.L. sobre Fortaleza, “uma cidade de loucos”.....	158
4.3 M. F. A: sentimento de abandono, perdas e drogas: uma trajetória em movimento nos circuitos da transgressão e do crime.....	161
4.3.1 A morte da mãe como um evento “desestabilizador”: redefinições identitárias na rota das drogas.....	163
4.3.2 A saga das drogas: entre a dependência e o risco da morte.....	167
4.3.3 Drogas, tribos e transgressão: “preciso sair das drogas prá sair do crime”.....	168
4.3.4 Negociando afetos e amizades: o desligamento do internato e a busca para tornar-se confiável.....	170
4.4 M.J.V.A: abuso sexual, analfabetismo e gravidez no internato – negociações com as rotas do crime e da prostituição.....	172
4.4.1 As lembranças de humilhações e abusos sexuais sofridos na infância.....	174
4.4.2 As lembranças da escola e o sonho de aprender a ler.....	177

4.4.3 <i>O envolvimento na prática de homicídio, a privação de liberdade e a gravidez no internato</i>	178
4.4.4 <i>A trajetória fora do internato: E agora? O que vou fazer com um filho nos braços?</i>	180
4.5 B. J. F. N: sentimento de abandono, perdas e drogas: múltiplas negociações com as rotas do crime	183
4.5.1 <i>Descrevendo os “atos infracionais” cometidos: às vezes me arrependo, mas às vezes me revolto</i>	186
4.5.2 <i>As relações afetivas e o sentimento de rejeição</i>	187
4.5.3 <i>As perspectivas de futuro: “quero só ser feliz, mas acho que felicidade não existe”</i>	188
4.5.4 <i>No internato: a sentença continua</i>	189
4.6 A. L. S. V: uma trajetória diferenciada?	190
4.6.1 <i>A relação com a mãe: negociando afetos maternos, amizades e parcerias</i>	191
4.6.2 <i>O homicídio cometido: defesa ou vingança?</i>	193
4.6.3 <i>Decurso de prazo processual: A experiência de 45 dias em internação e o retorno para casa</i>	195
4.6.4 <i>Fora do internato: as perspectivas de futuro e o adiamento dos planos de ir morar na Europa</i>	196
5 IDENTIDADE À FLOR DA PELE: TATUAGENS, MARCAS E SINAIS DE UMA IDENTIDADE EM PRODUÇÃO	197
5.1 Imagens e representações de um corpo singularizado	199
5.2 Entendendo o corpo das jovens envolvidas na prática de homicídio como um projeto aberto	210
5.3 Marcar o corpo: representação de existência ou de resistência?	214
5.4 Sinais de religiosidade no corpo: conversões e práticas religiosas no internato ...217	
CONSIDERAÇÕES FINAIS: “em constante negociação com rotas e percursos”	226
REFERÊNCIAS	231
ANEXO	241

INTRODUÇÃO

a. O objeto de estudo em suas sutilezas e exigências: circunscrevendo o eixo analítico.

A opção de estudar as redefinições identitárias de *meninas*¹ envolvidas na prática de homicídio, discutindo as trocas e negociações vivenciadas por elas ao longo de suas trajetórias², remete-me a momentos passados em meu próprio percurso. Quando adolescente, gostava de ler livros e assistir filmes policiais, cujas tramas versavam sobre crimes e atos de vingança. Com o passar do tempo, em minha carreira acadêmica/profissional, como assistente social e socióloga, fui construindo uma trajetória vinculada à área da criança e do adolescente, especificamente com jovens que vivenciaram situações caracterizadas “pela delinquência”. Ao mesmo tempo, esta inclinação de estudos também está fincada na experiência de trabalho com adolescentes de comunidades pobres, desenvolvido em seminários, grupos de encontros e pastorais da Igreja, ainda na adolescência.

A rigor, não pretendo situar minha escolha pelo tema como “simples inclinação” para pesquisar o chamado “mundo do crime”. É, antes de tudo, a expressão de um compromisso político-profissional, consubstanciado, de modo peculiar, em quatro espaços distintos:

1. Na militância efetivada no Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (M. N. M. M. R.), na década de 90, quando ainda cursava graduação em Serviço Social.
2. No exercício profissional, assumindo a função de assistente social com grupos de famílias e adolescentes das comunidades situadas nas “periferias da vida”³.

¹ Sob a forte influência da militância político-profissional no Movimento nacional dos Meninos e Meninas de rua – M. N. M. M. R., na década de 90 e, inspirada no romance “As Meninas”, de Lygia Fagundes Teles (2009), e, também, consciente da restrita utilização do termo “menina” como categoria de análise nas ciências sociais, optei por fazer uso do termo –“meninas”, tendo em vista circunscrever um tempo na vida das adolescentes envolvidas na prática de homicídio. Nesse sentido, pude demarcar um período de trânsito na vida destas jovens. Vale ressaltar que, em “As meninas”, Lygia Fagundes Teles, também contextualiza os percursos de três meninas que, oprimidas pelo período violento da época da repressão no Brasil, refugiam-se em um Pensionato, na região Central de São Paulo, e dividem experiências, sentimentos e negociações identitárias até a dispersão de suas trajetórias.

² A par dos riscos de estar nomeando indistintamente jovens, meninas e adolescentes, no contexto deste trabalho tomo-os como sinônimos. Vale ressaltar que, posteriormente, no capítulo 3 do texto, elaboro uma discussão mais fundamentada sobre a categoria juventude, na busca de desconstruir classificações que apreendem a juventude como uma unidade social, fixa e imutável. Daí a opção de trabalhar com o conceito de “juventudes”, circunscritas nos processos de transformação social. Vide BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

³ Utilizo aqui a expressão “periferias da vida”, cunhada pela cientista social Alba Pinho de Carvalho, para designar populações que vivem processos de exclusão e de inclusão precárias nos circuitos do sistema do capital. Mais precisamente, são populações privadas do acesso a direitos sociais, comprometendo sua própria

3. No espaço do Conselho Tutelar (minha primeira experiência profissional) e, em seguida, na prática profissional, no C.E.S.M. (Centro Educacional São Miguel) ⁴, *locus* da pesquisa de mestrado, intitulada “Códigos de honra: o cotidiano de jovens internos no São Miguel”.

Assim, a escolha deste objeto encarna uma exigência político-acadêmica, no sentido de desvendar os universos existenciais das juventudes pobres. Tal exigência, hoje, materializa-se na busca de compreender as trocas e redefinições identitárias vivenciadas por adolescentes do sexo feminino - “*meninas*” - que cometeram homicídios. Interessa-me, portanto, contextualizar as trajetórias de vida destas jovens, compreendendo o envolvimento infracional como uma “negociação identitária” em seus percursos. Nestas trajetórias, particularizo o momento vivenciado por elas no internato feminino⁵, unidade socioeducativa

humanidade, no pleno exercício da dignidade humana.

⁴ Centro Educacional São Miguel: Unidade de Internação masculina da extinta Fundação do Bem-Estar do Ceará - FEBEMCE, atualmente Secretaria de Ação Social – S.A.S., para onde são encaminhados adolescentes entre 12 e 17 anos, excepcionalmente até 21 anos, por prática de “ato infracional” graves e moderados, como assaltos, estupro, homicídios, latrocínios, lesões corporais etc.

⁵ Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota: Unidade de Internação Feminina da extinta Fundação do Bem-Estar do Menor no Ceará – (FEBEMCE), criada em 1968, para onde são encaminhadas meninas entre 12 a 18 anos e, excepcionalmente, até os 21 anos, por prática de ato infracional. Vale ressaltar que, anteriormente à criação da FEBEM, foi criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), fundada em 1/12/1964. No entanto, somente após a criação da FEBEM houve certa autonomia dos Estados, no que se refere ao atendimento à criança e ao adolescente. Em Fortaleza, com a extinção da FEBEMCE, ocorreu a implantação da Secretaria de Ação Social - SAS, através da Lei No. 11.306, de 01/04/1987, com o objetivo de coordenar todas as ações da área social, vinculando as seguintes fundações à sua estrutura: Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará – FUNSESCE; Fundação de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza – PROAFA; e a Fundação Estadual do Bem-estar do Menor - FEBEMCE. Em outubro do mesmo ano, a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil começa a integrar a estrutura organizacional da S.A.S. Em 1991, a Secretaria da Ação Social passou a denominar-se Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETAS, autorizada pela Lei No. 11.809, de 22 de maio de 1991 e, através de reforma administrativa, a SETAS passa a incorporar duas fundações: a Fundação da Ação Social – FAS (resultado da incorporação da PROAFA pela FUNSESCE), e a Fundação do Bem-Estar do Menor no Ceará – FEBEMCE, adicionando à sua função tradicional a missão de gerar oportunidades de emprego e renda para todos. Em março de 2003, no contexto das novas transformações da gestão estadual, a Secretaria de Trabalho e Ação Social – (SETAS) passa a se denominar apenas Secretaria de Ação Social - SAS, reconfigurando-se como aparelho governamental, com atribuições de planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as políticas de assistência social em todo o Estado. Atualmente, a assistência social no Ceará reconfigura-se, tendo em vista as novas diretrizes legitimadas pela Política Nacional de Assistência Social e por prerrogativas legais oriundas da implantação do S.U.A.S. (Sistema Único de Assistência Social), relacionadas à proteção dos direitos civis dos indivíduos. Em 2007, a Secretaria de Ação Social, por meio da Lei 13.875, sofreu novas redefinições, absorvendo toda a estrutura organizacional da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo e passando a se denominar STDS (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social), tendo por finalidade contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do Estado e a promoção da cidadania. Dentre as linhas de ação da Secretaria, vale destacar a Proteção Social Especial ou de alta complexidade, que, por meio da Coordenadoria de Proteção Social e Medidas Sócio-educativas, desenvolve políticas de proteção social a segmentos populacionais considerados vulneráveis e, em especial, assegura e executa ações e medidas socioeducativas dirigidas a adolescentes em conflito com a lei. Vale salientar que, atualmente, o Estado mantém 12 Unidades de internação, sendo 04 no interior do Estado, todas específicas para semiliberdade (Crateús, Juazeiro, Sobral e Iguatu) e 08 em Fortaleza (04 para sentenças de privação de liberdade, 01 para semiliberdade, 02 para internação provisória e 01 utilizada como Centro de Triagem).

vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e localizada no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza-Ce.

Pode-se afirmar, portanto, que, nos meus percursos investigativos, o internato se configurou o primeiro recorte empírico possível para chegar às adolescentes envolvidas na prática de homicídio, sendo definido, posteriormente, como *lócus* de redefinição identitária, território onde as vivências cotidianas assumem uma dimensão de troca, a partir das “moedas correntes” no contexto prisional⁶, onde se vivenciam padrões de sociabilidade peculiares, vinculados aos poderes que circulam e afirmam papéis no complexo jogo social.

O estudo contextualiza seis trajetórias de “meninas” que cometeram homicídios e que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa de internação⁷, enfocando os encontros e desencontros na vida destas adolescentes em meio ao conturbado contexto que as cerca. Nesse processo investigativo, questiono: como estas meninas negociam suas trajetórias identitárias ao longo de suas vidas? O que significa, em suas trajetórias, a prática de homicídio ainda na adolescência? Como estas jovens se veem ou se sentem em seus percursos de vida? O que significou e significa a vivência de privação da liberdade em um internato feminino nas rotas de definições identitárias percorridas por estas meninas? O que elas conseguem antever como perspectiva de futuro? Em outras palavras, em suas trajetórias identitárias, no que pretendem “tornar-se”, afinal? Estas indagações norteiam a lógica analítica deste trabalho, delimitando, assim, os fios a serem tecidos dentro do meu recorte investigativo.

b. A pesquisadora e suas trajetórias em busca do objeto de estudo

Recompondo o caminho realizado em busca do objeto de estudo, circunscrevo, aqui, as redefinições de eixo realizadas durante o percurso investigativo. Ao longo desse processo, efetivei redefinições no eixo analítico que foram fundantes para a delimitação dessa

⁶ Algumas oportunidades de participação em passeios, cursos e oficinas profissionalizantes são negociadas entre as jovens internas. Trata-se, portanto, de um espaço de conquista diária, um território de construção subjetiva de vidas e trajetórias, ou seja, um território mapeado por disputas entre turmas e grupos rivais constituídos, nos quais cotidianamente são tecidas relações e mantidos acordos, os quais se estabelecem a partir de um jogo tenso de rivalidade e/ou identificação. Desta forma, no internato predomina o que defino de múltiplos processos de negociação identitária, vivenciados a partir da necessidade em relacionar-se coletivamente neste espaço, bem como pela necessidade de manutenção de certos acordos de convivência, experimentados entre grupos rivais e construídos ao longo dos trajetos e tramas da chamada delinquência juvenil.

⁷ Com a implantação da Lei Federal 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a internação ou privação de liberdade passa a ser definida como uma “Medida Sócio-educativa”, prevista no artigo 112, inciso VII da referida Lei. Daí a constituição de internato para os centros educacionais do Estado destinados ao cumprimento da sentença privativa de liberdade.

investigação. Na condição de pesquisadora, posso afirmar que percorri uma trilha de terreno arenoso, cheia de declives, veredas estreitas, muitas surpresas e descobertas inesperadas. O caminhar da investigação seguiu um percurso permeado por rupturas, aproximações e reconstruções. Em verdade, desse modo, iniciei um exercício de “construção/reconstrução” do objeto de estudo, respaldando-me na perspectiva de Bourdieu (1994, p. 26), ao delinear o esforço do pesquisador como um “trabalho de fôlego e não [...] uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, original”.

Neste processo de redefinições, considero relevante demarcar três momentos fundamentais na construção deste objeto, os quais podem ser sistematizados da seguinte forma:

1. O primeiro momento delinea a perspectiva inicial da investigação, consubstanciada no projeto de tese de doutorado, cujo objetivo buscava decifrar os códigos de honra e conduta construídos por meninas privadas de liberdade pela prática de homicídio. Cabe assinalar que este recorte tinha como base de sustentação teórica o conceito de honra e vingança, desenvolvido pelos antropólogos Raymond Jamous e Pitt-Rivers (1992).

2. O segundo momento está consubstanciado no exame de qualificação⁸ da tese. O texto desenvolvido para o exame, intitulado “*Internato para meninas: espaço de sociabilidade e construção identitária*” aponta uma primeira ruptura com o projeto inicial de tese, deslocando o eixo investigativo para as formas de sociabilidade e construções identitárias vivenciadas no espaço do internato. Com outro olhar analítico, o foco do trabalho ainda continua a incidir no internato, buscando resgatar processos e vivências trilhadas pelas “meninas”. Neste momento da investigação, o conceito de “sociação/sociabilidade” desenvolvidos por Simmel (1979) lança luzes importantes ao trabalho, no sentido de sinalizar para as formas específicas de sociabilidade construídas no internato: acordos de convivência,

⁸ Na estruturação curricular do doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, o exame de qualificação é um momento de discussão crítica sobre o Texto a consubstanciar as análises e encaminhamentos da tese até então. Trata-se de uma pré-defesa do trabalho desenvolvido. Nesta etapa, a banca examinadora abre perspectivas investigativas para a continuidade da produção da tese. Em meu percurso investigativo, a qualificação significou impactos teórico-metodológicos, no sentido de fundamentar rupturas com a perspectiva analítica que ora apresentava já como uma primeira ruptura com o projeto em sua versão original. Neste momento do meu percurso, tinha claro que o internato se definia, fundamentalmente, como um espaço de sociabilidades e construção identitária. E, então, percebi ser o tempo de internato um momento nas trajetórias das meninas, já que as adolescentes internas poderiam ser desligadas do Centro Educacional a qualquer momento. A par desse risco, após a qualificação, comecei a pensar em uma estratégia para manter contato com as jovens participantes da pesquisa, após seus retornos para casa. Assim, pude realizar visitas às residências e viagens até seus municípios de origem. Foi necessário ir, especificamente, à Iguatu, pois as demais adolescentes passaram a morar em Fortaleza após o desligamento do internato. Também fiz contatos telefônicos e novas entrevistas nesse período.

regras internas, jogos de conflitos, cooperação, competição e os processos de identificação gestados no internato.

3. O terceiro e atual momento de redefinição investigativa pode ser definido como período pós-qualificação, encarnando uma segunda ruptura no sentido de priorizar os percursos de negociações identitárias das meninas, considerando a prática do homicídio e a vivência no internato como “marcadores de trajetórias”, que vão se redefinindo ao longo de suas experiências.

Um marco significativo na gestação desta ruptura foi o entendimento de que o estudo já não podia se centrar, fundamentalmente, no espaço do internato ou em suas relações. Tal compreensão é marcada pela chegada de duas autorizações judiciais de desligamento, para as jovens D.P.D.L., 17 anos, e M.F.A., 17 anos. As autorizações do Juizado encarnaram um sentimento de ansiedade e preocupação vivido tanto por mim como pelas adolescentes em processo de retorno familiar. As meninas estavam ansiosas com o que as esperava para além dos muros do internato. Eu, como pesquisadora, amarrada às teias do objeto em curso, estava inquieta e preocupada com a continuidade do processo investigativo. E agora? Como contextualizar os percursos de redefinições identitárias e as trajetórias dessas jovens, já que estariam fora do internato? Qual caminho seguir para encontrar essas protagonistas além dos muros institucionais? Como continuar a incidir o foco de estudo nas formas de sociabilidade e construção identitária vivenciadas no internato com meninas que já não estavam lá?

Diante do inusitado, confesso que pensei em recomeçar o trabalho de campo, definindo um novo critério de seleção das protagonistas. No entanto, o refletir sobre a minha inquietação traduziu-se no desejo de acompanhar as “viagens da volta” das jovens em processo de desligamento. Concluí, então, que, nas trajetórias dessas adolescentes, o retorno ao lar, após quase dois anos de internação, fornecia-me um marco deveras significativo nas trajetórias e processos de negociação identitária vivenciados por elas. Desse modo, fui compreendendo que o internato constituía apenas um momento em suas vidas, configurando-se como espaço de vivência diferenciada nas rotas dessas meninas, ou seja, um “marcador” em seus trajetos.

Cabe, aqui, uma sistematização processual desses três momentos de redefinição investigativa, no sentido de explicitar, com clareza, as rupturas gestadas a partir de determinantes empíricos e teóricos que se delinearam durante o processo de construção/reconstrução desse objeto. É um esforço de sistematização para clarear e demarcar o eixo que, no tempo presente, é definidor do meu objeto de investigação. De fato, ao longo

de todo o meu percurso, são marcantes as rupturas teórico-metodológicas com o assumir de perspectivas analíticas que se mostraram fecundas para desvendar o universo simbólico-existencial de meninas marcadas pela prática do homicídio, tendo em vista adentrar os significados desta prática em suas trajetórias.

A primeira ruptura com o projeto de tese definiu-se com as incursões ao campo de pesquisa e os processos de orientação de tese. Cabe destacar que, inicialmente, meu projeto buscava realizar um estudo comparativo entre os códigos de honra produzidos por adolescentes internos no Centro Educacional São Miguel (unidade masculina de internação e *lócus* da minha pesquisa de mestrado em Sociologia/UFC) e os códigos de honra fabricados por meninas internas no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (internato feminino). No entanto, com as primeiras observações do campo de pesquisa e, após fazer a leitura dos processos, estudos de caso e atendimentos técnicos registrados nos prontuários institucionais das jovens internas, logo percebi que os homicídios praticados por meninas não tomavam, em suas peculiaridades, uma conotação de vingança ou de “ponto de honra”. Para as meninas envolvidas na prática de homicídio, o ato infracional cometido possuía outros significados, diferentes daquele representado pelos adolescentes do internato masculino.

Esse pensamento demarcou uma redefinição em meu estudo, ao constatar a impropriedade da hipótese de que o ato de matar, dentro do imaginário juvenil feminino, se define pelo sentimento de vingança, coragem e dominação, como no internato masculino. Na verdade, a experiência na observação deste campo revelou-me que a representação dessas jovens sobre o ato de matar configura-se, na maioria das vezes, por um sentimento de medo, defesa, rivalidade afetiva, vergonha, e não de honra ou vingança, como cheguei a pensar anteriormente, tentando transportar para o universo feminino as descobertas específicas do imaginário masculino.

Analisando os registros e autos processuais das jovens, constatei que, dentre os seis homicídios praticados, três deles, ou seja, a metade foi tipificada pelo Juizado da Infância e Juventude como coparticipação em homicídio, caracterizando-se seja pelo ato de atrair as vítimas para o chamado “cheiro do queijo”- onde as jovens servem como iscas para levar as vítimas à morte -, seja pela condição de ser testemunha ocular do crime. No caso de D.F.S., 17 anos, adolescente encaminhada do município de Aracati – morando, atualmente, com o pai no bairro do Serviluz -, o ato cometido parece incluir-se na listagem de “tipificações contraditórias”. A jovem afirmou que viu todo o desenrolar do homicídio e assumiu a autoria do ato por medo e sob ameaças. O homicídio seria resultante de uma dívida de prostituição,

cobrada por seu suposto “cafetão”, o qual teria esfaqueado a vítima enquanto a adolescente - ainda hoje acusada pelo homicídio - fugia do local, sendo apreendida posteriormente e encaminhada ao Juizado da Infância e Juventude de seu município.

Assim, efetivei a primeira ruptura com o objeto na versão do projeto original, assumindo como eixo investigativo a análise das formas de sociabilidade e construção identitária das meninas no interior do internato. Neste momento, a investigação assumia como principal aporte teórico o conceito de sociabilidade, desenvolvido por Simmel (2006), na busca de entender os significados presentes nas relações construídas por meninas em privação de liberdade. Desse modo, já me sentia provocada a estudar o internato como espaço de sociabilidade e construção identitária. No entanto, o conceito de identidade ainda era trabalhado de uma forma embrionária e sem base de sustentação teórica definida. Um salto qualitativo neste processo foi a descoberta dos “retratos sociológicos”⁹ como via investigativa, pelas trilhas do autor Bernard Lahire (2004).

A segunda ruptura na proposta investigativa, situada em um momento pós-qualificação, gestou-se a partir de provocações da realidade e de um avanço teórico substancial acerca das concepções de identidade. A rigor, a partir das autorizações judiciais de desligamento para duas adolescentes em cumprimento de sentença, fui obrigada a reconhecer o internato como um “tempo de passagem”, um trânsito na vida das protagonistas do meu estudo. Assim, vi-me desafiada a adentrar as construções identitárias das “meninas” envolvidas na prática de homicídio como foco central deste estudo. Contudo, o conceito de identidade, em meu percurso investigativo, ainda apresentava-se inconsistente e a exigir aprofundamentos.

⁹ A ideia de construir retratos sociológicos, como procedimento metodológico, não se configura como simples reconstrução histórica, ou seja, do passado vivido por meninas em conflito com a lei. Assumo, aqui, os retratos sociológicos como via investigativa inovadora, consubstanciada nos procedimentos propostos pelo autor Bernard Lahire, como instrumento de compreensão de um suposto modo de ser e estar no mundo. Nesta perspectiva, a metáfora do “**social em estado dobrado ou desdobrado**”, utilizada por Lahire (2002), pode explicar minha escolha por tal procedimento. Segundo o autor, quando o sociólogo estuda o protestantismo, ele descreve suas propriedades e características pertinentes e analisa o funcionamento de suas instituições, as atitudes, o *ethos* ou, mais especificamente, os valores ligados a ele. Assim, o pesquisador está falando de um fenômeno - ainda que muito delimitado historicamente e geograficamente - que se liga a milhares ou milhões de indivíduos na história, ascetas, protestantes comuns ou teólogos célebres, com diferentes compromissos e que são, de alguma forma, definidos por seu pertencimento confessional. Consequentemente, falar de “protestantismo” significa efetuar uma formidável abstração com relação a esses milhares ou milhões de formas de viver e de conviver, ou fazer viver o protestantismo. Segundo o autor, “na versão “dobrada” da realidade, o indivíduo não é redutível ao seu protestantismo, ao seu pertencimento de classe, ao seu nível cultural ou ao seu sexo. É definido pelo conjunto de suas relações, compromissos, pertencimentos e propriedades, passados e presentes. Nele sintetizam-se ou se combatem, combinam-se ou se contradizem, articulam-se harmonicamente ou coexistem de forma mais ou menos pacífica, elementos e dimensões de sua cultura (no sentido amplo do termo) que, em geral, são estudados separadamente pelos pesquisadores na área das ciências sociais” (LAHIRE, 2002, prólogo, p. X e XI).

A partir dos processos de orientação, assumi um novo aporte teórico-metodológico, tomando as análises contemporâneas de identidade, desenvolvidas por Stuart Hall¹⁰, como base de sustentação teórica da investigação. E, de fato, ao trabalhar, de forma sistemática e exaustiva, o pensamento de Hall, encontrei vias fecundas para desvendar as negociações identitárias de “meninas” envolvidas na prática de homicídio. Assim, fui tomada de uma perplexidade analítica, que, transformada em impulso criativo, possibilitou-me construir um “pensar novo, renovado e relacional” sobre o meu objeto de estudo. Portanto, foi com base nos aportes analíticos do autor que pude fazer uma releitura das trajetórias destas jovens, consubstanciadas na construção de seus “retratos sociológicos”.

Nesse processo de redefinições, os dados da realidade revelam dimensões do fenômeno que direcionam o meu olhar investigativo. Cabe destacar que, de 23 adolescentes internas no Aldaci Barbosa, à época da pesquisa de campo – 2007/ 2008 e início de 2009 -, apenas seis adolescentes internas possuíam envolvimento em homicídios, ou seja, um número não tão significativo se comparado às unidades masculinas de internação. Dessa forma, não são os números ou a relevância atribuída à coragem de matar ou, ainda, de se envolver no crime que orientam os recortes desse objeto de investigação, no universo de adolescentes envolvidas na prática do homicídio. De fato, no momento presente do percurso investigativo, o definidor do objeto consubstancia-se na descoberta de um ângulo peculiar no fenômeno de homicídios praticados por adolescentes do sexo feminino, qual seja: o entendimento de que o ato de matar, nas trajetórias de vida dessas jovens, constitui uma dentre tantas “negociações identitárias” vivenciadas ao longo de seus percursos. Assim, adentrei o terceiro momento de redefinição investigativa, que se define como resultante de um processo de maturação teórico-empírica.

A rigor, já não interessava classificar códigos de honra ou conduta construídos no internato, nem interpretar a lógica dos crimes de vingança, nem focar as lentes da análise nas formas de sociabilidade gestadas no internato feminino. Interessa-me, especificamente, conhecer os percursos trilhados por essas adolescentes, considerando a prática do homicídio como um momento marcante neste percurso. Mas, sempre, um momento. Trata-se de um

¹⁰ Seguindo a compreensão do Campo dos Estudos Culturais, o qual incide o olhar na desconstrução da noção tradicional de identidade, destaco aqui a demarcação de duas grandes matrizes teóricas: uma formada pelos estudos Pós-Coloniais (“Post-Colonial Studies”) e a outra, pelos Estudos Culturais (“Cultural Studies”). Ambas têm uma conotação política no sentido de criticarem os poderes tradicionais e as consequentes desigualdades no mundo. Vide: HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org.), Belo Horizonte: Ed. UFMG, Brasília, Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

estudo de trajetórias¹¹ de meninas em processos de redefinição de identidades negociadas. Assim, o meu foco analítico incide nas negociações identitárias por elas vividas e nas suas representações acerca do ato cometido, considerado uma prática infracional que as rotula socialmente no estigma de “assassina”. Nesta empreitada, o meu esforço é etnográfico, acompanhando-as em distintos momentos, desde o ingresso no internato, na situação de privação de liberdade, até suas saídas e experiências de vida pós-internato.

Em meio às minhas buscas e ajustes de foco, cabe destacar três encontros decisivos para a investigação. Em verdade, aportes de Stuart Hall, Pierre Bourdieu e Bernard Lahire construíram a base de sustentação teórico-metodológica desse estudo, permitindo-me repensar o eixo analítico que constitui o “fio condutor” do trabalho¹² aqui exposto. Em verdade, esses três pesquisadores e formuladores contemporâneos trouxeram-me luzes de diferentes tonalidades, que iluminaram meu campo analítico. Em minha própria “trajetória acadêmica”, ao longo da construção desse trabalho, tais autores instigaram-me a “negociações identitárias” da própria tese, ao assumir configurações distintas a partir do meu encontro com estes pensadores. O encontro com Stuart Hall foi fundamental para a construção de um entendimento mais ampliado acerca das identidades contemporâneas¹³. A discussão desenvolvida pelo autor, circunscrita nas concepções de “identidade”, “representação”, “sujeito”, “cultura” e “política”, no campo dos Estudos Culturais¹⁴, foi determinante para a

¹¹ Para decifrar as trajetórias de meninas envolvidas na prática de homicídio, uso como base de sustentação teórico-metodológica a noção de trajetória desenvolvida por Pierre Bourdieu (2006). Cabe destacar que a perspectiva analítica de Bourdieu, com a utilização desta noção, é devidamente discutida no capítulo 3º deste estudo, intitulado: “Percurso teórico-metodológico: trajetórias em processo, identidades em aberto”. Posteriormente, no 4º capítulo da tese, reafirmo a discussão acerca deste conceito, delineando devidamente a noção de “trajetória descontínua”, também desenvolvida por Pierre Bourdieu.

¹² Delimito Stuart Hall, Pierre Bourdieu e Bernard Lahire como autores fundantes da minha construção analítica consubstanciada nesta tese. De fato, suas teorizações constituem alicerces no meu esforço investigativo de (re) construção e desvendamento do objeto. Cabe ressaltar que, ao longo dos percursos da análise, trabalhei aportes de analistas que se fizeram eminentemente fecundos para trabalhar determinadas demandas e dimensões específicas do objeto. Neste sentido, destaco três autores: Michel Maffesoli, que, com suas reflexões sobre “tribos urbanas”, abriu-me uma via de compreensão das culturas juvenis na contemporaneidade; Homi Bhabha, com suas discussões, delineou-me nexos significativos para pensar “vidas em trânsito” e territorialidades juvenis, propiciando-me instrumentais teóricos para acompanhar as “viagens da volta” de meninas que pareciam aprisionadas nas teias do homicídio; e Le Breton, que, em sua discussão do corpo como construção social, possibilitou-me acompanhar as trajetórias das meninas a partir das marcas e sinais encarnados em seus corpos.

¹³ Vale destacar que a discussão sobre as “identidades contemporâneas” será amplamente aprofundada no capítulo primeiro do trabalho, no qual circunscrevo as rupturas, desconstruções e reconstruções dessa categoria no âmbito das ciências sociais e humanas, demarcando meu embasamento em Stuart Hall, tomando por campo de referência os Estudos Culturais (“*Cultural Studies*”), por ele caracterizado como um estudo inacabado, “*uma obra aberta*” e em permanente construção.

¹⁴ Hall (2003) contextualiza a emergência dos Estudos Culturais em meados da década de 1950, entendendo-o como um momento de *rupturas significativas* com as tradições de pensamento em torno da “cultura”, construindo uma nova área de estudo e prática. Tendo como vetor inicial um processo intenso de debates, rupturas, “viradas” e desconstruções, o campo de Estudos Culturais possui como precursores: Richard Hoggart,

construção do meu referencial analítico. Assim, a tessitura teoria-empíria, fundada nas inspirações analíticas de Stuart Hall, demarca um momento de maturação em meu percurso de estudos, possibilitando-me entender as redefinições identitárias de meninas marcadas pela prática de homicídio como um processo sempre em aberto. Assim, encarno a ideia de “identidade em movimento”, dentro da perspectiva de “descentramento do sujeito”, na dinâmica da “desconstrução, ruptura e reconstrução de identidades”.

A rigor, a matriz “desconstrutiva” de identidade trabalhada por Hall, ao desmontar a perspectiva fixa e essencialista de identidade, permite-me pensar os processos identitários nas trajetórias, num movimento de articulação e hibridação e nunca numa forma completa e acabada. São identidades forjando-se de modo próprio e peculiar nas “rotas de negociações do sujeito”. No caso das minhas protagonistas, apesar de terem em comum o envolvimento infracional e a experiência em privação de liberdade, elas negociam de forma singularizada com seus percursos e rotas identitárias, percebendo de forma diferenciada o homicídio praticado. Segundo D.P.D.L., 17 anos, o ato infracional cometido foi uma bobeira, se pudesse voltar no tempo, não faria novamente. Já B.J.F.N., 16 anos, referiu o seguinte sobre o homicídio cometido: *“matei e mataria de novo. Não me arrependo! Ele reagiu ao assalto e tentou me matar. Era ele ou eu...”*.

De fato, Stuart Hall (2000) põe em evidência determinados elementos interpretativos que abrem chaves de análise para entender as redefinições identitárias de meninas envolvidas na prática de homicídio, ao mobilizar recursos da história, da linguagem e da cultura, no sentido de perceber a questão dos sujeitos como *“um mesmo que se transforma, ou que se torna”*. Nesse entendimento, o que importa é *“em quem nós podemos nos tornar”*, ao invés da reiteração de *“quem nós somos”* e *“de onde viemos”*, enfoques típicos de uma visão essencialista, originária e fixa de identidade. Em suas elaborações, o autor vincula a questão da representação como eixo fundante para a compreensão das identidades e seus processos¹⁵, ao sustentar a ideia de que, em vez de tomarmos a identidade por um fato que,

Raymond Williams e E.P. Thompson. As reflexões destes pensadores, encontradas em textos seminais e de formação, constituem referência e rupturas a *“marcar o novo terreno”*, cabendo destacar suas obras-referências: *As utilizações da cultura de Hoggart; Cultura e Sociedade (1780 – 1950)*, de Williams; e *A Formação da classe operária inglesa*; de E. P. Thompson.

¹⁵ Na discussão elaborada no terceiro capítulo deste estudo, intitulado de *“Percursos teórico-metodológicos: trajetórias em processo, identidades em aberto”*, ao delinear as bases de sustentação teórica da minha investigação, reafirmo minha inspiração em Stuart Hall (2000), tomando emprestado o conceito de representação utilizado pelo autor. Nesta perspectiva, as identidades vinculam-se ao sistema de representação que lhe dá sustentáculo. Vide HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, n°. 24, Cidadania, 1996.

uma vez consumado, passa, posteriormente, a ser representado pelas novas práticas culturais, “devemos pensá-la, talvez, como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo, e é sempre constituída interna e não externa à representação”. (HALL, 1996, p. 68).

O encontro com Pierre Bourdieu (1998) deu-se pela via da noção de “trajetória”, entendida como um movimento, ou seja, um “*devenir*” na dinamicidade dos próprios percursos vividos. Dentro dessa perspectiva, as rotas percorridas por cada adolescente sofrem recomposições de diferentes formas, rompendo com uma visão circunscrita na fixidez e linearidade, tão presente nos trabalhos de gênero memorialista¹⁶, criticados por Bourdieu (1998). No enfoque memorialista, a “vida é tratada como uma história”, ou seja, como “um caminho, um percurso orientado com começo, etapas e um fim”. (BOURDIEU, 1998, p.181).

A rigor, a noção de trajetória apresentada aqui encarna, também, a ideia de “*tornar-se*”, ou seja, constitui um caminho descontínuo e em aberto, cujos rastros conduzem a percursos inconclusos e diferenciados na vida de meninas que cometeram o ato de matar. É um ponto de convergência teórica - Hall/Bourdieu - em minha amálgama analítica. Nesta lógica, os “finais” produzirão novos “começos” e vice-versa. Nas palavras de Bourdieu (1998, p. 89), tal ideia de trajetória, configura-se “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um *devenir*, estando sujeito a transformações”.

O terceiro encontro decisivo nas minhas rotas de pesquisa foi de caráter marcadamente metodológico: Bernard Lahire e seu procedimento inédito de construção de “retratos”. De fato, Lahire (2004), em articulação com Rondelli (1993), oferece-me um valioso instrumento para materializar rotas e percursos: os “retratos sociológicos” como uma estratégia de explicação de um suposto *ethos*, ou seja, um conjunto de valores ligados à prática do ato de matar, no universo juvenil feminino, classificado socialmente como uma prática delinquente. Especificamente, assinala Rondelli (1993), acerca da importância de se compreender o ato de contar histórias como um evento comunicacional e, portanto, inserido na esfera da cultura. Segundo ela, a relevância é explicada no seguinte argumento:

¹⁶ A minha intenção é realizar um trabalho de contextualização etnográfica das trajetórias de meninas que cometeram homicídios, no intuito de pintar o “retrato sociológico” dessas adolescentes, percebendo-os como uma “obra em aberto”. O intuito é montar um painel com as vivências e redefinições identitárias de cada jovem, diferenciando-me dos “trabalhos de gênero memorialista”, os quais estabelecem a ideia de uma história de vida fechada, na qual a investigação consiste em obter a memória completa, detalhada, com todos os pormenores capazes de transmitir uma ideia de precisão rigorosa, fidedigna e acabada, o que dá a ilusão de que a memória pode ser usada como elemento testemunhal. Vide: BOURDIEU, Pierre. In: FERREIRA, de Moraes Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª edição. Editora FVG, 2006.

[...] por se constituir uma produção simbólica que contribui para dar forma e significado ao contexto presente [...], sendo também, eficaz para determinado grupo na medida em que é absorvida e constantemente recriada por uma ação social concreta. (RONDELLI, 1993, p. 28).

Cabe, aqui, clarear a perspectiva em que utilizo os “retratos sociológicos” sob a inspiração de Bernard Lahire: pretendo não apenas recriar histórias de meninas envolvidas com homicídio ao longo de suas trajetórias, mas configurar cenários e contextos em que as meninas vão efetivando suas negociações identitárias. Concretamente, assumo, como um recurso heurístico, as singularidades que compõem a história de cada adolescente e sua condição de sujeito, atentando para o fato de que o indivíduo não é o mesmo em diferentes contextos da vida social.

Segundo Lahire (2004), é necessário compreender que o mundo social está tanto dentro - na versão dobrada ou comprimida da realidade - como fora de nós. Daí a ideia da construção de “retratos sociológicos” das jovens envolvidas em homicídio, tendo como inspiração metodológica a metáfora da “versão dobrada ou comprimida da realidade”¹⁷, desenvolvida por Lahire (2004).

Ao construir retratos de vidas marcadas pelo ato de matar, busco relacionar as trocas identitárias que essas jovens vivenciam ou vivenciaram com os percursos de construção de “novos sujeitos”, moldados aqui pelo deslocamento¹⁸, gestados no âmbito da experiência infracional e, conseqüente, privação de liberdade. Sobre essas jovens, vale dizer que muitas deixam transparecer, em seus relatos, a busca por libertação, seja dos medos, das culpas ou das angústias que lhes aprisionam. Ao mesmo tempo em que compartilham do estigma de

¹⁷ Nesta visão, o mundo social se apresenta interiormente em cada indivíduo no estado dobrado ou comprimido da realidade, isto é, sob a forma de combinações matizadas e concretas de propriedades contextuais e disposicionais. Assim, cada indivíduo é “depositário de disposições de pensamento, sentimento e ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas” [...]. (LAHIRE, 2004, prólogo, p. XI). Portanto, os indivíduos não devem ser reduzidos ao seu pertencimento de classe, ao seu nível cultural, gênero ou prática religiosa, definindo-se, na verdade, pelo conjunto de suas relações, compromisso, pertencimentos e propriedades passados e presentes.

¹⁸ O conceito de “deslocamento” utilizado aqui tem por base a definição de *diáspora* encontrada nas análises de Stuart Hall (2003). Para o autor, *diáspora* significa o espalhamento dos povos, que saem de sua terra de origem para concretizar a vida em outros países ou em outros continentes, seja de forma forçosa ou por opção própria. Segundo Hall, os povos que abandonam sua casa jamais se desapegam das suas origens. Essa relação é mantida através de uma tradição em movimento, enquanto “produto de um percurso trilhado”, ou seja, fruto de nossas negociações identitárias entre a cultura na qual nasceram e suas rotas e percursos trilhados. Isso se dá pela manutenção da língua, da religião, do modo de pensar e agir. No entanto, essa cultura original, no contexto diaspórico, está em constante transformação, de maneira que novos costumes acabam sendo assimilados e interferem não apenas na identidade pessoal como na identidade coletiva, que por sua vez constrói a identidade cultural de determinado grupo.

viver nas “*periferias*” ou “*fronteiras da vida*”, carregando consigo as marcas de uma vida entrecortada pelas desigualdades, assimetrias, diferenças e por uma profunda sensação de deslocamento. Em verdade, as minhas protagonistas constituem sujeitos descentrados, nômades e em permanente redefinição identitária. São jovens participantes de um percurso de trocas, redefinições e metamorfoses, que acabam por retratar buscas e perspectivas assimiladas ao longo de suas vidas.

Dando ênfase aos aspectos que delineiam essas redefinições identitárias, busco demarcar, nesse estudo, a consonância com uma perspectiva crítica relacionada à visão tradicional de identidade. Entendo que, ao construir “retratos sociológicos”, inspirada nos conceitos de “identidade desconstrutiva”, desenvolvido por Stuart Hall; e de “trajetória não-linear”, elaborado por Pierre Bourdieu, reafirmo meu esforço de desconstrução da ideia de fixidez identitária. Em verdade, decifrar trajetórias de meninas envolvidas na prática de homicídio, a partir da articulação entre identidade/juventude/trajetória, ajuda a entender o deflagrar de um processo de reconstrução e/ou renegociação identitária com as rotas e os percursos trilhados por estas jovens.

c. A dinâmica expositiva: a teia dos capítulos na construção da tese

Em termos de dinâmica expositiva, meu trabalho de tese está estruturado com uma introdução, cinco capítulos e as considerações finais acerca dessa construção, as quais não guardam a intenção de fechamento ou finitude. A Introdução apresenta, num primeiro enfoque, o objeto de estudo em suas sutilezas e delineamentos, argumentando o porquê da escolha por este tema e os vínculos orgânicos com a minha trajetória político-profissional. Em um segundo enfoque, de caráter eminentemente epistemológico, efetivo um resgate processual dos ajustes de eixo analítico nos percursos de construção/reconstrução do objeto investigativo, demarcando os momentos que revelam rupturas teórico-metodológicas com o projeto original de tese. Nesta discussão, destaco o desafio de encarnar o ofício da pesquisadora nômade, seguindo trilhas e veredas de um terreno arenoso, cheio de declives e de difícil acesso. A rigor, na introdução, consubstancio um esforço de construção de uma análise crítico-epistemológica acerca do meu processo investigativo, delineando desafios, dificuldades e apontando bases teórico-metodológicas que nortearam a construção desse trabalho.

O primeiro capítulo circunscreve um esforço crítico-reflexivo em torno da categoria identidade, como eixo teórico fundante. Trata-se de um mergulho teórico-analítico, no sentido de circunscrever criticamente os delineamentos da discussão contemporânea de identidade. A rigor, destaco rupturas, desconstruções e reconstruções dessa categoria no âmbito das ciências sociais e humanas, demarcando meu embasamento teórico em Stuart Hall e tomando por referência o “Campo dos Estudos Culturais”, caracterizado pelo autor como um campo de estudo inacabado e em permanente construção. Neste capítulo, de natureza teórica, assumo o conceito de “identidade em movimento”, pensado por Hall como uma chave analítica capaz de abrir vias investigativas para fazer entender efervescências e críticas elaboradas em torno desta questão. Percebo, portanto, o debate acerca das identidades contemporâneas sob um duplo ângulo: de um lado, assume-se a questão das identidades como pauta das agendas políticas do tempo presente; de outro, critica-se a concepção de identidade, partindo da ideia de que outra inflexão temática começa a se delinear. Ao longo deste capítulo, levanto pontos de discussão que consubstanciam a minha análise, na busca de acirrar e aprofundar este debate. Como diz Cuche (1999, p. 107), “importa saber o que significa esta ‘moda’ das identidades [...], sobretudo, o que se entende por identidade nos tempos contemporâneos”.

No segundo capítulo, elaboro uma discussão sobre o conceito de juventude como categoria recortada pela ambivalência e pela fluidez conceitual. Para isso, busquei no conjunto de teorizações acerca da juventude a inspiração necessária para construir uma abordagem analítica, demarcando como vetor temporal o fenômeno designado de “culturas juvenis”, surgido no pós-guerra. A rigor, privilegio, neste capítulo, a discussão de “juventude, estilo e cultura juvenil” como categorias-chave, fazendo uma discussão sobre as categorias de *subculturas*, *microcultura*, *contracultura* e *tribos juvenis* contemporâneas, tomando-as como filiações sociais – configuradas, aqui, não apenas como uma definição etária ou geracional, mas dada a natureza sexual, de classe, ou poder. Neste capítulo, elaboro, ainda, um tópico específico sobre as “meninas” envolvidas na prática de homicídio, tomando o envolvimento infracional como algo provocativo, chegando, assim, a uma formulação que, a meu ver, encarna o enigma que se impõe como desafio: “Meninas envolvidas na prática de homicídio: que juventude é essa?”.

O terceiro capítulo apresenta uma configuração metodológica de todo o percurso investigativo trilhado. Assim, as estratégias e formas de análise utilizadas na pesquisa tomam uma dimensão explicativa. Nesta perspectiva, descrevo os primeiros recortes realizados e os

rastros que me levaram às meninas marcadas pela prática de homicídio, além de delimitar o espaço do internato feminino como um momento peculiar na vida das minhas protagonistas, como espaço de trocas e negociações identitárias. Cabe destacar, na condição de recurso heurístico, a construção de “retratos sociológicos” das jovens participantes da pesquisa, trabalhando tais “retratos” como instrumento de recomposição identitária.

O quarto capítulo é uma tentativa de “laboratório”, configurando, em verdade, “retratos sociológicos” das adolescentes entrevistadas. Nesta abordagem, a exemplo de uma contadora de histórias, vou tecendo as trajetórias das jovens envolvidas na prática de homicídio, durante os anos de 2007, 2008 e início de 2009, época em que se deu a coleta de dados. Circunscrevo, desse modo, um contexto de redefinições identitárias nos percursos trilhados por estas adolescentes, ou seja: a vida antes do internato, o envolvimento com drogas e a negociação com a rota da delinquência; a morte praticada; a sentença imposta; a passagem pelo espaço prisional; o retorno para casa e a perspectiva de futuro elaborada por estas jovens.

O quinto capítulo se intitula “Identidade à flor da pele: marcas e sinais de uma identidade em produção”. Aqui, apresento os processos de identificação grupal gestados pela diferença, analisando imagens que demarcam a expressão de uma identidade inconclusa. A tatuagem e as marcas nos corpos das adolescentes são interpretadas como uma forma de identificação grupal, bem como as marcas de tiros, facadas e cicatrizes encarnadas na pele das jovens. Meu interesse, nesse capítulo, ao contar histórias que se contextualizam no corpo destas meninas, é mostrar que as trocas identitárias vivenciadas por elas também estão representadas em seus próprios corpos. Um corpo-*outdoor*, espécie de continuidade das páginas dos diários e agendas que encontrei durante a observação do internato, ou seja, um corpo que se define como forma de existência no mundo, cujas imagens, marcas e rasuras falam muito das trajetórias de cada adolescente, tendo como especificação de endereço as possibilidades de relação com novos percursos a serem trilhados por essas protagonistas.

Nas considerações finais, deixo claro que não pretendo construir desfechos, a título de uma conclusão investigativa. Continuo, sim, a destacar pontos de recorrência e/ou identificações nos percursos trilhados pelas protagonistas desse estudo, atentando para o fato de que as negociações identitárias vivenciadas por elas trazem, em si, a marca da dinâmica instituída pela própria realidade social, circunscrita na lógica da descontinuidade, do movimento e da metamorfose.

1 REDEFINIÇÕES IDENTITÁRIAS EM QUESTÃO: DELINEAMENTOS DA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE IDENTIDADE.

As intenções analíticas aqui configuradas trazem consigo a exigência de circunscrever teórica e criticamente os contornos da categoria identidade. É, portanto, um esforço crítico - reflexivo em torno desse conceito, no sentido de configurar como ele vem sendo trabalhado como categoria fundante na construção desta tese. A rigor, meu esforço analítico resulta das imposições e demandas do objeto de estudo, a exigir-me pesquisas e leituras sistemáticas sobre a questão das identidades contemporâneas. Tais leituras foram fundantes, no sentido de clarificar o chamado processo de “fragmentação identitária” e “descentramento do sujeito”, denominado por alguns autores de *crise identitária*¹⁹. Em verdade, esta compreensão hoje é entendida como um processo mais amplo de mudança social, que parece deslocar estruturas e processos centrais das sociedades modernas, balançando, assim, os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Em meio a uma multiplicidade de enfoques e interpretações sobre a questão das identidades, tomo o “Campo dos Estudos Culturais”, como campo de referência neste estudo. De fato, optei por utilizar aportes teóricos que retomam a questão da identidade como base conceitual de investigação, tendo ao fundo a tendência de fragmentação e globalização em curso na sociedade²⁰.

Sobre a tendência de fragmentação e globalização em curso na sociedade, tomo emprestada a descrição de Santos (2001), que define o tempo presente como um contexto de transições. Neste enfoque, a contemporaneidade representa um cenário ambíguo, consubstanciado pelo movimento de transição, por fluxos, redefinições, desencaixes e por mudanças radicais, as quais apontam para um novo padrão civilizacional. Nesta perspectiva,

¹⁹ Vale destacar que o meu esforço investigativo neste estudo não é avaliar se existe uma “crise de identidade”, ou em que consiste essa crise e que direção ela está tomando, mas, sim, entender os delineamentos acerca do conceito contemporâneo de identidade para pensar as negociações e/ou redefinições identitárias de meninas envolvidas na prática de homicídio e que experimentaram a sentença de privação de liberdade.

²⁰ Chama-se globalização, ou mundialização, o processo de interdependência entre os povos e países da terra. Como diz BHABHA (2007), somos obrigados a “viver nas fronteiras do presente”, nas quais o indivíduo, a identidade, a história e a cultura não se situam apenas no nível do grupo, da classe, da nação e, “apesar de não perdermos a fisionomia original, ultrapassamos fronteiras e situamo-nos para além”. Além de nossa terra natal, além dos nossos valores. A todo o momento se aprende novos valores através da TV e dos meios de comunicação. O que predomina hoje é uma sociedade mundializada, global, na qual todas as marcas, particularidades, segmentos e singularidades possuem traços e determinações conferidos pelo movimento geral desse capitalismo mundial e integrado.

pode-se afirmar que vivenciamos, hoje, uma fase de transição societal e paradigmática, pois cada uma dessas transições desencadeia uma multiplicidade de análises e enfoques dentro da teoria social. Assim, a concepção de identidade, com origem na tradição antropológica, hoje, no contexto das ciências sociais e humanas, também passa por discussões e rigorosas críticas. Daí a crítica acerca da concepção de uma identidade fixa, originária e essencialista, ao se assumir a luta por direitos humanos e de cidadania como afirmação de uma “essência” negra, feminina, indígena etc. Segundo Hall (2003), este é um aspecto a ser entendido sob um duplo ângulo: de um lado, critica-se a concepção de identidade, a partir da ideia de que outra inflexão temática começa a se delinear; de outro, ocorre uma efervescência de debates em torno da questão das identidades, assumindo-as como assunto em pauta nas agendas políticas e sociais do tempo presente. Para Hall (2000, p. 103), trata-se de “uma explosão discursiva” em torno desta questão.

Partindo desse duplo ângulo, Nestor Canclini (2001, p. 165), questiona: “onde reside a identidade? Com que meios ela é produzida e renovada hoje?”. Ou na formulação de Cucho (1999, p. 107): “importa saber o que significa essa “moda” das identidades [...], sobretudo, o que se entende por ‘identidade’?”. Ou ainda, no dizer de Santos (2006, p. 249): “as identidades contemporâneas são o produto de jogos de espelhos²¹ [...]. São sempre relacionais, mas raramente recíprocas”.

Otávio Ianni (1992), ao ponderar sobre estes mesmos pontos e questões, elabora um argumento que nos ajuda a pensar o debate acerca das identidades contemporâneas. Segundo o autor,

[...] o indivíduo e a sociedade já não se situam apenas no âmbito da nação e sua história. A biografia nem expressa a autonomia ou identidade do indivíduo, nem se explica suficientemente no âmbito do grupo, classe ou sociedade nacional. A cultura, além de suas formas reconhecidas como expressão e condição de grupos, classes, etnias, minorias, sociedades, está impregnada de padrões e valores, ideias e imaginários, provenientes de grupos, classes, etnias, minorias e sociedades situadas

²¹ Segundo Boaventura de Sousa Santos, a identidade é originariamente um modo de dominação que se assenta numa forma de produção de poder que o autor designou por “diferenciação desigual” (SANTOS, 1995, p. 42 - 428; SANTOS, 2000, p. 284-290). Para o autor, “As identidades subalternas são sempre derivadas e correspondem a situações em que o poder de declarar a diferença se combina com o poder para resistir ao poder que a declara inferior. Na identidade subalterna, a declaração da diferença é sempre uma tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou a eliminar a sua inferioridade. Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade” (SANTOS, 2006, p. 250). Portanto, ao tratar de jogos de identidade, vale destacar que um determinado sujeito, povo ou cultura pode ocupar os dois lados do espelho, ou seja, constituindo-se, ao mesmo tempo, “próspero e subalterno”, dependendo da compreensão e do ponto de vista. Um exemplo disso é a colônia Portuguesa, que esteve, ao longo da história, dos dois lados do espelho: próspera, quando vista ao espelho de subalterna; e subalterna, quando vista ao espelho de próspera. Daí a complexidade embutida na metáfora dos jogos de identidade.

além [...]. A despeito das marcas originais, da ilusão da origem, tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Aos poucos vai predominando o espaço global, em tempos predominantemente presentes. (IANNI, 1997, p. 92-93).

Nesta mesma linha de raciocínio, Homi Bhabha²² aprofunda a discussão ao configurar a existência de um espaço global contemporâneo. De acordo com o autor,

[...] nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do “presente”, para as quais não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo “pós”: “pós-modernismo”, “pós-colonialismo”, “pós-feminismo”. (BHABHA, 2007, p. 19).

O “além”, nesta perspectiva, não se constitui nem um horizonte, nem um abandono do passado.

Inícios e fins podem ser os mitos da sustentação dos anos no meio do século, pois no final do século, encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. (p. 98).

Um dos principais autores a discutir o conceito de identidade dentro dos estudos culturais foi Stuart Hall, que, a partir da reflexão em torno de sua própria vivência diaspórica, iniciou a discussão sobre o conceito de raça, a partir do final dos anos 1970. Ao longo dos anos 1980 o autor ampliou a discussão para a etnicidade. O texto *A contribuição de Gramsci para os estudos de raça e etnicidade*, de 1985 (HALL, 2003), tornou-se um dos expoentes deste momento de pesquisa, onde o legado teórico do pensador marxista foi reapropriado para a compreensão das questões raciais e étnicas. Outros dois textos podem ser destacados para o estudo da raça e etnicidade: *The Minimal Selves*, de 1987, e *New Ethnicities*, de 1989. O primeiro deles circunscreve o primeiro relato autobiográfico do autor, onde são apontados alguns balizamentos para teorizações posteriores sobre a identidade cultural. Nos anos 1990,

²² O pensamento de Homi Bhabha se situa no âmbito da crítica pós-colonial, bem como nas construções teóricas sobre a questão das identidades em meio à diferença cultural. É considerado como um dos “membros cosmopolitas das diásporas”, assim como Stuart Hall, que também vivenciou um processo de deslocamento em sua trajetória. Em seu percurso, Homi Bhabha integrou a elite local de uma sociedade colonizada pelos ingleses durante dois séculos. Crítico indo-britânico, vem se destacando como intelectual por suas análises instigantes acerca de temas contemporâneos, como: hibridismo, pós-colonialismo, identidade e nação. Ministra as disciplinas “Teoria da Cultura” e “Teoria da Literatura” na Universidade de Chicago. É também, professor visitante de Ciências Humanas no University College, de Londres. Vide: BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

Stuart Hall inicia efetivamente a teorização sobre identidade cultural com os textos *Identidade Cultural e Diáspora* (1996) e *Quem precisa de identidade?* (2000).

É a partir da discussão sobre *Identidade Cultural e Diáspora* que Stuart Hall descreve seu posicionamento sobre as identidades culturais. Em seu livro sobre a *Diáspora*, Stuart Hall (2003), afirma que, em pleno século XXI, a narrativa *diaspórica*, como narrativa de libertação, de crença na redenção ou fuga da vida de opressão, ainda pode ser resgatada para os dias de hoje. Neste entendimento, o autor retoma o debate sobre os modelos coloniais, em que Nações-Estados constituídas buscavam a formação de verdadeiros impérios pela apropriação e ocupação de terras no Novo Mundo, ou mesmo em outros continentes (como o africano), circunscrevendo sua análise até as correntes migratórias atuais, em que povos do terceiro mundo, em especial, buscam novas e melhores condições de vida em países desenvolvidos. Desse modo, Hall dá visibilidade aos processos diaspóricos e suas narrativas de deslocamento na construção das identidades culturais, sendo ele próprio considerado um dos “membros cosmopolitas das diásporas²³”, ao lado de Salman Rushdie e Homi Bhabha.

Em verdade, os processos de deslocamentos e de redefinições identitárias vividos por aqueles que mudam de lugar também representariam um forte sentimento de identidade ou identificação com a cultura de origem, mantida através de costumes, crenças, língua ou pelo sentimento de querer, um dia, retornar. É inegável que essa forma de sobrevivência alimente um estado de espera para quem vivencia ou vivenciou este processo. Nas palavras de HALL (2003, p. 415), essa espera só pode ser entendida a partir do “enigma de uma chegada sempre adiada”, mantida pela esperança em algo que ficou lá atrás. Desse modo, quando se

²³ Apesar de ter nascido na Jamaica, Hall afirma que não viveu o processo de gestação da consciência negra e do rastafarismo jamaicano. Daí o seu estranhamento relacionado à experiência diaspórica. Segundo ele, nasceu na Jamaica e deslocou-se para a Inglaterra, mas sente-se um estrangeiro nos dois lugares: “conheço intimamente os dois lugares, mas não pertencço a nenhum para viver uma experiência diáspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, e perto o suficiente para entender o enigma de uma ‘chegada’ sempre adiada” (HALL, 2003, p. 415). Assim, pode-se dizer que Hall negociou culturalmente sua permanência na Inglaterra, mesmo sabendo que não pertencia ao universo inglês. Também negociou com sua própria família, que sempre procurou lhe impor o modelo social inglês, o que sempre rejeitou, e isso o afasta emocionalmente da família, que quis impor-lhe, inclusive, suas amizades. Sobre isso, Hall (2003, p. 409) destaca: “[...] fiz amizades em outros lugares. Passei minha adolescência negociando espaços culturais... Estou tentando dizer que vivi as tensões coloniais clássicas como parte histórica pessoal. Minha própria formação e identidade foram construídas a partir de uma espécie de recusa dos modelos dominantes de construção pessoal e cultural aos que fui exposto”. Sua trajetória foi marcada pelo nascimento, infância e adolescência numa família de baixa classe-média da Jamaica. Contudo, toda a vida de adulto foi vivida na Inglaterra, “na sombra da diáspora negra – na barriga da fera, tendo ao fundo uma vida de trabalho em estudos culturais” (HALL, 1996, p. 68). Daí, talvez, a sua inserção nessa área de estudos, bem como, seu interesse em refletir sobre as questões que envolvem os processos de construção da identidade cultural, com ênfase na análise crítica sobre o ocidente, que segundo ele, “normaliza a África e dela se apropria, congelando-a nalguma zona imemorial do passado primitivo imutável” (HALL, 1996, p. 68-69). Vide HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), n°. 24, Cidadania, 1996.

trata de pensar as influências da diáspora na construção de identidades culturais, é preciso delimitar que:

[...] Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo - dizimados pelo trabalho pesado e a doença. [...]. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas. (HALL, 2003, p. 30).

Nessa perspectiva, o conceito de diferença presente nas formulações de HALL (2003), torna-se uma categoria relevante para esta investigação, pois não está posta apenas num sentido binário, como alertou o aludido autor, já que isso seria limitador do próprio entendimento do que significa a diáspora e suas consequências para a construção de identidades. Portanto, não se trata de dois pólos apenas de oposição e tensão de identidades – a “identidade colonizadora” e a “identidade colonizada” –, mas de identidades culturais construídas segundo significados e posições sempre relacionais e em constante transformação. De fato, o autor aponta, aqui, suas principais chaves de interpretação analítica para fundamentar o debate em torno da concepção de “identidade cultural”, pondo em destaque a marca da fluidez e fragmentação das identidades contemporâneas, construídas com e através da diferença, num processo de rupturas e descontinuidades com suas origens, estando sujeitas ao incessante “jogo” da história e da cultura.

Baseando-me na perspectiva teórica de Stuart Hall acerca da identidade cultural, busco encontrar pistas que ajudem a refletir sobre o meu objeto investigativo, circunscrito nas redefinições identitárias vividas por “meninas que cometeram homicídios” e que experienciaram a sentença de privação de liberdade como forma de negociação com suas rotas e percursos trilhados. Sobre estas adolescentes, vale destacar que são meninas provenientes das classes populares, que vivenciam cotidianamente situações de privação, deslocamento, nomadismo, perambulância, *estigma* e miséria, deixando transparecer em seus relatos um desejo de libertação das culpas e angústias, gestadas na situação de conflito com a lei. Em suas trajetórias, o passado vivido no internato é um momento marcante, que parece acompanhar suas lembranças e memórias, mesmo após o retorno para casa. Em sentido diaspórico, o internato mudaria a vida das jovens que saem da unidade, das que já estão e das que chegam, construindo, desse modo, “novos tipos de sujeitos”.

Sobre esses “novos tipos de sujeitos”, Hall (2005, p.12) sustenta que eles vêm passando por redefinições no tempo presente, ao destacar:

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...]. O próprio processo de identificação, através do qual nos projectamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

É, portanto, neste momento de trânsito e de entrelaçamento de valores e ideias, de relações políticas e religiões, que surgem novos sujeitos. É quando a cultura se renova e se amplia, bem como a identidade cultural de pessoas e povos que experimentam redefinições identitárias. Assim, os novos sujeitos que surgem têm seu imaginário reformulado, remoldado à luz da “zona de contato”²⁴, nos termos de Mary Louise Pratt (1999). O fato é que essa intersecção cultural e identitária propiciada no plano físico-geográfico pela diáspora, pelo dispersamento dos povos que saem de sua terra de origem e passam a viver noutra, não faz com que haja o abandono das origens. A origem se mantém, mas também se mistura na nova situação de vida apresentada, sendo também modelada pelo desejo de retornar ao seu lugar de origem.

Nas pistas de Hall, (2003, p. 27-28), reafirmo a ideia de que os sujeitos participantes de trocas identitárias jamais poderão fazer a “viagem da volta” concretamente. O “retorno” ou o “ato de voltar à cena primária” traduzem-se em um momento distante ou esquecido em seus começos. Assim, os processos de negociação identitária são mediados por um núcleo imutável e atemporal, que liga ao passado, ao futuro e ao presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical que o senso-comum chama de tradição, Hall e Bhabha entendem respectivamente como: “zona de contato” e fronteira²⁵.

Nesta perspectiva, o hibridismo resultante da fronteira ou da zona de contato, como expressa Pratt (1999, p. 27), não é livre de tensão. Ao contrário, ele se inscreve em relações de poder, sendo representado pela própria relação construída dualisticamente, ou seja, entre o dominado e o dominador, entre a identidade colonizada e a identidade colonizadora. Portanto, o hibridismo é resultante dos momentos de entrelaçamento de valores,

²⁴ De acordo com Pratt (1999, p. 27), “[...] aquilo que chamamos ‘zonas de contacto’, espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos praticados em todo o mundo”.

²⁵ Nesse sentido, Bhabha (1998, p. 19) afirma que: “a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente, em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho traçando: sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens [...]”. Segundo o autor, a ponte fronteiriça “reúne enquanto passagem que atravessa”.

culturas, ideias, posições políticas, religiões e combinações que estão sempre em processo de negação, assimilação e tradução de sujeitos.

Assim, as adolescentes estudadas por mim, mais especificamente, aquelas encaminhadas de outros municípios do Estado, não poderão retornar à cena primária de suas vidas, uma vez que a experiência de internação estará guardada em suas lembranças. Como diz Bhabha (1998), são “vidas na fronteira do presente”, cuja “ponte levadiça” pode possibilitar ou não o acesso a novas negociações. Nesta perspectiva, a ideia de renegociar com rotas e percursos só se torna possível partindo da compreensão de que a própria diferença cultural produz identidades minoritárias, as quais fazem parte de um movimento descontínuo da realidade social que, em si mesmo, já traz a marca da fragmentação. Assim, investigar redefinições identitárias de meninas marcadas pela diferença e pelo *estigma* social significa trabalhar com trajetórias e percursos sempre inconclusos, cujos delineamentos apresentam sinais de um movimento contínuo de vaivém, o qual se assenta na ideia de devir social, de “tornar-se” e de “metamorfose”²⁶.

Partindo da ideia de “identidade em movimento” desenvolvida por Stuart Hall (1999), elaboro reflexões sobre a ideia de uma identidade fixa e essencialista, atentando para o contexto histórico contemporâneo circunscrito por mudanças sociais decorrentes da

²⁶ Cabe destacar aqui a importância das formulações de Antônio Ciampa (2002; 2008) para o campo das ciências humanas e, mais especificamente, para a psicologia social. De fato, o autor, lança um olhar diferenciado sobre a questão da identidade e seus processos. Ciampa amplia o debate sobre esta categoria, circunscrevendo-a através dos processos de cristalização e metamorfoses, entendidas pelo autor como *mesmices* e *mesmidades* dos indivíduos, em meio ao contexto de opressão vivenciado nas sociedades capitalistas. Desse modo, Antônio Ciampa questiona a ideia de uma identidade estática, com tendência à fixidez e às cristalizações. E, ao assumir uma perspectiva dialética de identidade, constrói o conceito de “identidade em metamorfose”. Nessa perspectiva, identidade “é construção, reconstrução e desconstrução constantes, no dia-a-dia do convívio social, na multiplicidade das experiências vividas” (KOLYNIK; CIAMPA, 1993, p. 9). Assim, o autor explica a tensão existente na compreensão dos processos identitários, mostrando que esta categoria é resultante da articulação entre diferença e igualdade (ou semelhança). Daí a complexidade ou impossibilidade para entender esta categoria sem falar em metamorfose como processo que se dá desde o nascimento do indivíduo até sua morte. Um exemplo dado pelo próprio Ciampa (2008, p. 161) pode clarear essa forma de compreensão: “Antes de nascer, o nascituro já é representado como filho de alguém e essa representação prévia o constitui efetivamente, objetivamente, como *filho*, membro de uma determinada família, personagem (preparada para um ator esperado) que entra na história familiar às vezes até mesmo antes da concepção do ator. Posteriormente, essa representação é interiorizada pelo indivíduo, de tal forma que seu processo interno de representação é incorporado na sua objetividade social, como *filho* daquela família”. Portanto, para explicar como se dá o entendimento da identidade como *metamorfose*, o autor lança mão de referentes da dramaturgia. Desse modo, a identidade passa a ser vista, expressada empiricamente, por meio de personagens. É a articulação dessas personagens que vai compor a identidade do indivíduo. Nesse sentido, a identidade é percebida como “busca de significado”, como “invenção humana”, como “autoprodução do homem”, como vida em movimento. Vide: CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2008; CIAMPA, Antônio da Costa. **Políticas de Identidade e Identidades Políticas**. In: Dunker, C. I. L. & O. (orgs.) “Uma psicologia que se interroga-Ensaio”. Edicon: São Paulo, 2002.

chamada “modernidade tardia²⁷”. Em verdade, assumo, aqui, a perspectiva de Stuart Hall (1999, p. 09-10) de “identidade desconstrutiva”, tendo como pressuposto básico a compreensão de que as identidades modernas parecem descentradas, deslocadas ou fragmentadas. Por outro lado, a condição essencialista de identidade, como concepção originária, apesar de racionalizar um quadro de referências fixas, apresenta, segundo Hall um papel fundamental no surgimento de movimentos sociais e expressões raciais, étnicas e de gênero como o feminismo, o movimento de resistência negra e outras representações sociais que necessitam de referências essencialistas como condição de sua existência. Portanto, não devemos desprezar o papel da identidade cultural sob uma perspectiva unificadora como condição de existência de comunidades imaginadas.

No texto chamado “*Quem é esse negro na cultura negra?*”, Stuart Hall parece refletir sobre a necessidade de, em certa medida, manter um “toque de essencialismo”. Trata-se do chamado “essencialismo estratégico”, conforme descreve o autor:

Tenho a impressão de que, historicamente, nada poderia ter sido feito para intervir no campo dominado da cultura popular *mainstream*, para tentar conquistar algum espaço lá, sem o uso de estratégias através das quais aquelas dimensões fossem condensadas no significante negro. Onde estaríamos, conforme *bell hooks* comentou certa vez, sem um toque de essencialismo ou sem o que Gayatri Spivak chama de essencialismo estratégico, um momento necessário? (HALL 2003, p. 344).

Portanto, existe um caminho que, apesar de ambivalente, justificaria a compreensão da identidade cultural a partir da relação com o viés essencialista, cujo papel é preponderante nos sistemas de representação coletivos. Daí a ideia de que a categoria identidade assume uma posição central na teoria e na prática contemporânea, legitimando-se por meio de uma forte conotação política no enfrentamento das desigualdades e no reconhecimento das diferenças. Contudo, há coerência na visão que elabora a crítica em torno da concepção tradicional de identidade, enquanto identidade unificada, imutável e fixa. Tal coerência é oriunda do seguinte argumento: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 1999, p. 07).

Contudo, não se pode negar a interdependência existente entre o essencialismo e as posições de sujeito baseadas na diferença, as quais imprimem um caráter mais aberto à

²⁷ Para Hall (1999), a “modernidade tardia” corresponde à segunda metade do Século XX, que tem como marco os anos 60, momento de reviravoltas e redefinições políticas e culturais.

formação das identidades culturais. A partir disto, Hall define as identidades culturais da seguinte forma:

As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um *posicionamento*. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa “lei de origem”, sem problemas, transcendental (HALL, 1996 p. 70).

A meu ver, a perspectiva das identidades culturais como um *posicionamento* demarca um caminho que não fecha o conceito, nem o absolutiza e nem estabelece binarismos, mas compreende a relação dialógica entre o essencialismo necessário a sobrevivência das comunidades imaginadas e o construtivismo que compreende a identidade cultural através da diferença, situando-os numa relação de diálogo, mas não definitiva. Temos, então, duas posições em jogo na discussão das identidades culturais, quais sejam: uma que essencializa as posições identitárias num quadro de referência fixo e outra que estabelece uma relação de construtivismo com o conceito, definindo-o a partir da perspectiva das diferenças.

Outro ponto de discussão no jogo das identidades é a relação existente entre “identidade/sujeito”. De fato, esse debate constitui um dos pontos centrais dessa tese. Portanto, estou diante de um tema onde se entrecruzam múltiplas compreensões e vertentes teóricas, bem como diversas linguagens, significados e representações construídas por meninas envolvidas na prática de homicídio e que vivenciam negociações identitárias com as rotas do conflito com a lei e com o contexto de privação de liberdade. Nesta perspectiva, adentrar a discussão contemporânea de identidade é enveredar pelo *campo dos estudos culturais e, de certa forma, pela Teoria Pós-colonial*²⁸ como campos de conhecimento em permanente criação, ruptura e reconstrução.

²⁸ Baseada no Campo dos Estudos Culturais, procurei pensar alternativas analíticas no âmbito da discussão da cultura e da identidade para construir a base de sustentação teórica desse trabalho. Teoricamente, o Campo dos Estudos Culturais possui uma conotação política de forma demarcada, no sentido de criticar os poderes tradicionais e as conseqüentes desigualdades no mundo, desenvolvendo, desse modo, uma “crítica por dentro”, ao contrário dos Estudos Pós-Coloniais, que têm como proposta fazer uma “crítica de fora”, “uma espécie de descolonização cultural” (DEWULF, 2005, p. 135). Cabe destacar, ainda, que o êxito dos Estudos Pós-Coloniais deve-se à repercussão internacional dos Estudos Culturais. Vide HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, Brasília: UNESCO no Brasil, 2003.

1.1 As identidades e o campo dos estudos culturais: tensão permanente entre ruptura e (re) construção.

Para entender as negociações identitárias vivenciadas por meninas que cometeram homicídio, sustento-me nas construções teórico-metodológicas do chamado *campo*²⁹ dos estudos culturais, tomando a noção de *cultura*³⁰ e de “identidade desconstrutiva”, elaboradas por Stuart Hall (1997a), como eixos fundantes nesta investigação. Tal escolha baseia-se no entendimento de que a minha pesquisa integra o campo dos estudos culturais, configurando-se, portanto, como um “estudo em aberto” (Hall, 2003, p.199) capaz de estabelecer diálogo com disciplinas da área das ciências sociais e das humanidades, rompendo com limites e fronteiras em direção a um conhecimento interdisciplinar. A rigor, esta perspectiva encarna uma nova forma de entendimento, que agrega ideias, teorias e métodos, “onde velhas correntes de pensamento são rompidas e velhas constelações descoladas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas” (HALL, 2003, p. 123).

Em verdade, o projeto dos estudos culturais não se caracteriza por uma lógica de entendimento simples. Em seu livro *Da diáspora*, Hall (2003) relata a experiência dos Estudos Culturais Britânicos, assinalando a concordância com o conceito de *intelectual orgânico* de Antonio Gramsci (1991), ou seja, que alia suas formulações aos movimentos sociais emergentes. Assim, podemos apontar que, de uma maneira geral, os Estudos Culturais, tendo nascido no contexto global de descolonizações, ao priorizar o heterogêneo, o “dominado”, o descolonizado, o silenciado, as insurgências que causam fissuras, as próprias fissuras, os atores “menores”, os jogos de dominação e hegemonia e de homogeneização. Sendo assim, os Estudos Culturais andam de mãos dadas com diferenças, com “outras formas” – de subjetivar, de produzir, de objetivar, de enunciar, de sentir, de experimentar.

Stuart Hall (2003) é categórico ao afirmar que, os Estudos Culturais, não podem ser reduzidos a um pluralismo simplista. Como tal, constituem um “projeto em aberto ao

²⁹ Bourdieu (1996, p. 50) descreve o espaço social global como “*um campo de forças*, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um *campo de lutas*, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura”.

³⁰ Hall (1997a; 1997b) considera a cultura como um conjunto de valores ou significados partilhados. Há, nessa compreensão, uma importante lembrança do autor sobre o debate que envolveu a definição do conceito de cultura historicamente, inicialmente apreendido como o conjunto de grandes ideias de uma época (remetendo à noção de erudição) para, em seguida, ser visto como o conjunto de atividades populares genuínas (remetendo à noção de autenticidade e rusticidade), mas, também, estruturando uma oposição entre essas duas concepções, passando-se a conceituar, segundo suas especificidades, alta cultura e cultura popular.

desconhecido, ao que não se consegue ainda nomear” (Hall, 2003, p. 199-202). É uma obra inacabada, um retrato que ainda está sendo pintado, contudo, possui interesse em estar conectado com o tempo presente e vigilante às suas opções políticas. Sobre este aspecto, Hall (2003, p. 189-190) explicita que existe uma tensão entre o “estar aberto” ao conhecimento e à “clausura arbitrária”:

[...] Registra-se aqui uma tensão entre a recusa de se fechar o campo, de policiá-lo e, ao mesmo tempo, uma determinação de se definirem posicionamentos a favor de certos interesses e de defendê-los. Essa é a tensão – a abordagem dialógica à teoria. [...] Se bem que não acredito no fechamento do conhecimento, considero que a política não é possível sem o que denominei de “clausura arbitrária”. [...]. Em outras palavras, não entendo uma política que tenta fazer uma diferença no mundo que não tenha alguns pontos de diferença ou distinção a definir e defender. Trata-se de posicionamentos que apesar de serem últimos não serão nem finais nem absolutos. Não podem ser traduzidos intactos de uma conjuntura para outra; não se pode esperar que se mantenham no mesmo lugar. [...].

Sobre o campo dos estudos culturais, cabe, aqui, fazer um breve histórico sobre a sua emergência, que se deu em meados da década de 1950, compreendido na época como um momento de *rupturas significativas* com as tradições de pensamento desenvolvidas em torno do conceito de “cultura”. Assim, com os estudos culturais emergiu um novo campo de investigação e prática dentro da teoria social.

Segundo Graça (2009), foi a partir de um processo intenso de debates, rupturas, “viradas” e (des) construções que esse campo emergiu como linha de pesquisa. Seus principais precursores são: Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson. As reflexões, encontradas em textos seminais e de formação, constituem referência e rupturas a “marcar o novo terreno”, cabendo destacar: *As utilizações da cultura*, de Hoggart; *Cultura e Sociedade*, de Williams (1780 – 1950); e *A formação da classe operária inglesa*, de E.P. Thompson. Tais textos de referência configuram respostas às pressões imediatas do tempo e da sociedade em que foram escritos. Conforme reconhece Hall (2003),

Eles não apenas levaram a “cultura a sério, como uma dimensão sem a qual as transformações históricas, passadas e presentes, simplesmente não poderiam ser pensadas de maneira adequada. Eram em si mesmos “culturais”, no sentido de *cultura e sociedade*. Eles forçaram seus leitores a atentar para a fase de que ‘concentradas na palavra cultura’, existem questões directamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também, de forma semelhante (WILLIAMS, 1963 *apud* HALL, 2003, p. 125).

Dentro desse debate intelectual, gerado pela emergência dos estudos culturais, a década de 1960 assinala a institucionalização desse campo de estudo. Num primeiro momento, no Centro de Estudos Contemporâneos na Universidade de Birmingham, e, a partir de então, por meio dos cursos, textos e publicações procedentes de distintas fontes e lugares. Entre seus fundadores e expoentes estão, portanto, os que procederam com suas produções - Williams, Hoggart, Thompson - e o próprio Hall, que também, dirigiu o referido Centro da Universidade de Birmingham no período considerado de maior fertilidade, entre os anos de 1968 e 1979. Eles procuram estudar a cultura não como um espaço simbólico de dominação e reprodução das ideias dominantes, mas, fundamentalmente, como projeto político-intelectual orgânico. Cabe ressaltar que “essa linha de pensamento está em sintonia com a denominada ‘agenda’ da nova esquerda, da qual participam esses pensadores” (GRAÇA, 2009, p. 05).

De acordo com Hall (2003, p. 125), essa íntima relação, “colocou a *política do trabalho intelectual* bem no centro dos Estudos Culturais desde o início – uma preocupação da qual, felizmente, eles nunca foram nem jamais poderão ser libertados”.

Sobre isto, Hall (2003) estabelece uma distinção crítica entre “trabalho intelectual” e “trabalho acadêmico”, mesmo reconhecendo que se articulam mutuamente. Segundo ele, o trabalho acadêmico inscreve-se numa meta narrativa de conhecimentos acabados e dentro da institucionalização. Já o trabalho intelectual constitui-se uma prática cultural e crítica autêntica, que tem como objetivo a produção de um tipo de trabalho político-intelectual orgânico. Apesar de reconhecer as dificuldades de instituir esse trabalho intelectual, ele afirma que tal perspectiva está no horizonte do projeto dos Estudos Culturais. Assim, circunscreve o projeto político da teoria neste campo como:

[...] um conjunto de conhecimentos contestados, localizados e conjunturais, que têm que ser debatidos de um modo dialógico. Mas, também como prática que pensa sempre a sua intervenção em que faria alguma diferença, em que surtiria algum efeito. (HALL, 2003, p. 204).

Em sua obra *Da Diáspora* (2003), no capítulo específico sobre os Estudos Culturais, Hall ressalta a diversidade de perspectivas, com percursos e entendimentos diferenciados no interior do debate no campo cultural. Tais divergências constituíram “rupturas significativas com velhas correntes de pensamento”, marcadas por outras aproximações teóricas³¹. O autor reconhece que o campo dos estudos culturais foi construído

³¹ Segundo Graça (2009, p. 06), tais aproximações teóricas circunscrevem o que Hall denomina de “virada

por metodologias e posicionamentos teóricos diferentes, sempre num debate de distintas posições. Neste sentido, o mesmo destaca duas grandes vertentes, partindo de dois paradigmas que circunscrevem este campo, ou seja: *o culturalista* e *o estruturalista* – admitindo que tais vertentes integram universos intelectuais e conceituais essencialmente distintos.

Sobre o paradigma *culturalista*, em face de ter uma importância significativa na construção e sustentação do pensamento dos estudos culturais, é considerado por Stuart Hall como predominante nesta abordagem. Nele, a questão da “cultura” se constituiu o local de convergência dos debates, reflexões e publicações. Tal paradigma se contrapôs ao “papel residual” conferido ao “cultural”. Dada a complexidade desse conceito, que se constitui dentro de um campo em permanente tensão, e pela inexistência de uma definição única de cultura, cabe destacar a seguinte definição construída pelo paradigma culturalista:

[...] algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana: como práxis sensual humana, como a atividade através das quais homens e mulheres fazem história. [...] Ela define cultura ao mesmo tempo como os sentidos de valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados (HALL, 2003, p. 133).

Já o paradigma *estruturalista* chegou ao cenário dos estudos culturais com posições mais diversificadas. Ao contrário dos culturalistas, os estruturalistas movimentaram suas intervenções em torno da “ideologia” como conceito-chave. Nesse contexto, Hall destaca a relevância da obra de Lévi-Strauss na produção dos estudos culturais, em especial com o estruturalismo. Ao apropriar-se do paradigma linguístico, Lévi-Strauss propiciou às ciências humanas que estudam a cultura certo reconhecimento e rigor científico de uma forma inovadora. Outra contribuição importante diz respeito ao pensamento de Althusser, especialmente através de suas formulações seminais sobre a ideologia. No âmbito desse

linguística” – a descoberta da discursividade, da textualidade – decorrente dos encontros com pesquisas estruturalistas, também com a abordagem semiótica e pós-estruturalista. No contexto dos estudos culturais britânicos, Hall assim destaca os ganhos oriundos das aproximações com esses conceitos: “a importância crucial da linguagem e da metáfora para qualquer estudo da cultura; a expansão da noção, do texto e da textualidade, quer como fonte de significado, quer como aquilo que escapa e adia o significado; o reconhecimento da heterogeneidade e da multiplicidade dos significados, do esforço envolvido no encerramento arbitrário da semiose infinita para além do significado, o reconhecimento da textualidade e do poder cultural, da própria representação, como local de poder e de regulamentação; do simbólico como fonte de identidade” (HALL, 2003, p. 198).

paradigma, os estudos culturais aproximaram-se de outros estruturalistas, sobretudo da crítica semiológica de Roland Barthes, criteriosa e ao mesmo tempo rigorosa.

Segundo Graça (2009, p. 07), a vertente estruturalista desenvolve ramificações no campo da semiótica e do paradigma linguístico com Saussure, movimentando-se através de conceitos psicanalíticos da análise de Lacan, ao enfatizar questões do “discurso” e do “sujeito”, buscando, assim, preencher as lacunas deixadas pelo estruturalismo em sua fase inicial. Agrega, ainda, o referencial pós-estruturalista de Michel Foucault e Jacques Derrida³². Esse percurso marcado por momentos de “evolução da teoria”, Hall denomina de “virada linguística”, que constitui a descoberta da discursividade, da textualidade, no âmbito dos estudos culturais britânicos.

A partir desse resgate de inspirações e influências teóricas, analistas como Hall (2003), e Escosteguy (2003) destacam que os Estudos Culturais possuiriam uma raiz marxista, a qual se fundamenta na construção gramsciana, que amplia a discussão de ideologia e de cultura, conferindo-lhes novo estatuto. Por outro lado, os Estudos Culturais afastam-se do marxismo ortodoxo, elaborando uma perspectiva crítica. Hall (2003, p. 191) chama atenção para o fato dos Estudos Culturais assumirem sempre posição de crítica e reflexão³³ aos “elementos que aprisionavam o marxismo como forma de pensamento”, tais como: “a ortodoxia, o caráter doutrinário, o determinismo, o reducionismo, a imutável lei da história e o seu estatuto de metanarrativa”. Assim, a aproximação dos Estudos Culturais com o pensamento marxista se constrói via pensamento de Antônio Gramsci, cuja Obra redescobria-se nos anos 60. Não por acaso, um dos capítulos da *Diáspora* é dedicado ao pensador italiano, que, já no início do século XX, tinha uma visão particular da cultura que se aproxima de tendências hoje em destaque. Desse modo, Hall reconhece que os Estudos Culturais, no contexto britânico, muito aprenderam com a perspectiva gramsciana, especificamente contribuições e avanços teóricos:

[...] sobre a natureza da própria cultura, sobre a disciplina do conjuntural, sobre a importância da especificidade histórica, sobre a extraordinariamente produtiva metáfora da hegemonia, sobre a maneira como se pode pensar relações de classe recorrendo à noção deslocada de conjuntos e blocos”. (HALL, 2003, p. 193).

³² Sobre estas discussões teóricas desenvolvidas pela vertente estruturalista, ver Hall (2003).

³³ Stuart Hall (2003), ao se referir ao marxismo ortodoxo, tradicional, chega a afirmar que, a partir da sua formação política, ele entrou no marxismo “de costas”. Em verdade, reconhecendo a influência do marxismo nos Estudos Culturais, demarcou a distância crítica sempre existente entre esses dois campos. O que implica numa vigilância permanente às perspectivas economicistas, reducionistas e doutrinárias do marxismo tradicional. (GRAÇA, 2009, p. 08).

Em seus estudos, Hall assinala a necessidade de se pensar a relação existente entre a teoria e a política. Nesse sentido, enfatiza que:

Enquanto os estudos culturais não aprenderem a viver com esta tensão, que todas as práticas teóricas têm que assumir – uma tensão que SAID descreve como o estudo do texto nas suas afiliações com ‘instituições, gabinetes, agências, classes, academias, corporações, grupos, partidos ideologicamente definidos, profissões, nações, raças e gêneros – terão renunciado à sua vocação “mundana”. [...] “Se você perder contacto com essa tensão poderá produzir ótimo trabalho intelectual, mas terá perdido a prática intelectual como política”. (HALL, 2003, p. 199 – 200).

A rigor, essa concepção de prática intelectual como prática política constitui um princípio norteador dos Estudos Culturais, ao negar o que denomina prática acadêmica, por considerá-la desvinculada das questões sociais na atualidade. Assim, pode-se delinear a influência do pensamento de Gramsci nesse campo de estudos. Segundo Graça (2009), tal influência se dá a partir de duas noções fundantes do pensamento gramsciano: *hegemonia*³⁴ e *intelectual orgânico*³⁵.

Nesta perspectiva, a visão gramsciana sobre o conceito de hegemonia assinala que a sua construção se dá no próprio contexto da vida cotidiana, mediante as diferentes posições sociais num campo de forças contrárias e relações de poder, acentuando-se a natureza dialética da prática e da experiência cultural. Já a noção gramsciana de intelectual orgânico inspira a perspectiva do projeto político dos estudos culturais, ao destacar o vínculo orgânico do intelectual com projetos e lutas de classe, ou seja, o seu compromisso com a política. Partindo dessa discussão, Hall afirma que os Estudos Culturais sempre buscaram atender à dupla exigência – “estar na vanguarda do trabalho teórico intelectual” e “não subtrair-se da responsabilidade da transmissão dessas ideias, desse conhecimento, através da função intelectual, aos que não pertencem, profissionalmente, à classe intelectual”. (HALL, 2003, p. 194–195). A partir desta perspectiva, entendo que a discussão apresentada aqui é eminentemente contemporânea, cujos balizamentos remetem a uma concepção vanguardista

³⁴ A concepção de hegemonia em Gramsci encontra-se assim enunciada: “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados”. (CARVALHO, 2004, p. 39).

³⁵ Esse conceito pode ser entendido como um tipo de intelectual envolvido com as massas, com participação em partidos ou sindicatos, com o intuito de desenvolver a “conscientização política”. Assim, o intelectual é tanto o acadêmico, o jornalista, o padre, o cineasta, o ator, o locutor de rádio, o escritor profissional. Em suma, qualquer homem pode constituir-se intelectual orgânico de uma causa ou questão político-social. Vide: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8ª. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

que, de fato, vem assumindo posição de destaque na teoria e na prática do tempo presente. Vale destacar que tal visão emerge na atualidade com forte conotação política, tanto no enfrentamento das desigualdades como no reconhecimento de diferenças, seja no campo dos direitos sociais, humanos ou socioassistenciais.

1.2 Cultura e política: conceitos relacionais no “jogo das identidades”

No campo dos Estudos Culturais e nas teorias da etnicidade, a cultura se constitui um dos conceitos-chave de análise por configurar-se princípio fundante desde o seu o momento originário.

Partindo da relevância atribuída a esse conceito, compreendo que a ideia de uma polaridade entre política e cultura é no mínimo ambígua. Sobre esse aspecto, tomo de empréstimo as palavras de Ortiz, (2008, p. 122): “não quero, porém, cair na armadilha das polarizações indevidas e sustentar uma posição oposta, negando qualquer tipo de relação entre essas duas dimensões. Meu interesse é outro, sublinhar o hiato existente entre elas”.

Segundo Ortiz (2008), é perceptível certo mal-estar presente nos estudos que abordam a relação entre cultura e política. Na percepção do autor, em vários processos investigativos são evidenciadas queixas de que os chamados bens culturais não são priorizados pelo pensamento econômico, e que nas políticas governamentais a dimensão da cultura é secundarizada. Desta compreensão, alguns questionamentos podem ser elaborados: qual seria o lugar da cultura na contemporaneidade? Que articulação possuiria com o campo da política e com os chamados “novos movimentos sociais”?

Para o delineamento desse debate, é interessante resgatar as diferentes interpretações surgidas em torno do tema. No pensamento de Renato Ortiz (2008, p. 122), os argumentos sobre a secundarização da cultura possuem certa facticidade, tendo em vista que,

[...] os estudos sobre a importância econômica das “indústrias criativas” são recentes. Nas plataformas dos partidos políticos as propostas culturais são secundárias; no debate sobre os destinos dos países emergentes predomina o elemento econômico, sendo o cultural apenas episódico; o surgimento do planejamento cultural é tardio em relação à administração pública ou empresarial. Creio, porém, que existem, também, razões mais profundas para isso; elas se inscrevem, justamente, neste hiato ao qual eu me referia. Por isso, o debate cultural é sempre escorregadio, difícil, realiza-se num terreno movediço no qual um conjunto de suposições permanece latente ao longo da discussão.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Woodward contextualiza a discussão ao resgatar a perspectiva histórica acerca do surgimento das lutas e movimentos em torno da identidade, situadas no âmbito dos “novos movimentos sociais”. Vale ressaltar que essas lutas emergem em meados dos anos 60 ou, mais precisamente, no pós-68, com a rebeldia estudantil, o ativismo pacifista e antibélico dos movimentos de juventudes (*punks, hippies* etc.) e com as lutas pela igualdade de direitos civis e sexuais³⁶. Esses movimentos, classificados de “novos movimentos sociais”, também podem ser denominados, segundo Santos (2006), de “movimentos emergentes”, tendo em vista o surgimento de “novos atores e novos problemas sociais” a serem enfrentados, como, por exemplo: gênero, homossexualidade, meio ambiente, multiculturalismo, negritude, juventude, subjetividade. Nesta lógica, a identidade assume um importante fator de mobilização política, constituindo-se o articulador de sentido na relação entre a cultura e a política. Nesse sentido, Woodward (2000, p. 38) afirma que,

As identidades são produzidas em momentos particulares no tempo. Na discussão sobre mudanças globais, identidades nacionais e étnicas ressurgentes e renegociadas e sobre os desafios dos “novos movimentos sociais” e das novas definições das identidades pessoais e sexuais, as identidades são contingentes, emergindo em momentos históricos e particulares. Alguns elementos dos “novos movimentos sociais” questionam algumas das tendências a fixação das identidades da “raça”, da classe, do gênero e da sexualidade, subvertendo certezas biológicas, enquanto outros afirmam a primazia de certas características consideradas essenciais.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Barbalho (2001) chama atenção para um fato interessante. O autor assinala que, paradoxalmente, é no chamado “primeiro mundo”, em meados dos anos 60, que surge e se amplia um “movimento das chamadas minorias culturais e étnicas”:

Mulheres, jovens, negros, imigrantes, homossexuais, ecologistas, entre outros agrupamentos, irrompem em cena. E questionam a validade e a permanência das identidades universalizantes e das “grandes narrativas”, como diria Lyotard, situadas

³⁶ Caracteriza-se por ser um momento de grandes transformações culturais. Esta, também, foi a época do desejo de “revolução cultural”, da recusa à sociedade do consumo, de busca de renovação social, de desconfiança nas práticas políticas tradicionais, da afirmação da “não-violência” e do “*flower power*” (Movimento hippie conhecido como “poder das flores”). Tal movimento emerge vinculado à classe média, que questionava a moral e os padrões burgueses. Este questionamento ocorria, na prática, através do uso de drogas como uma via de acesso para a transformação interior e a busca da liberação sexual bem como, a aceitação da homossexualidade e do lesbianidade e a abertura de novos horizontes através do zen-budismo e da meditação. Vide: COSTA, Marcia Regina da. **Os carecas do subúrbio** – caminhos de um nomadismo moderno, Petrópolis: Vozes, 1993.

tanto à esquerda, quanto à direita do pensamento tradicional. (BARBALHO, 2001 apud GRAÇA, 2009, p. 03).

Para contextualizar esse período, Lapeyronnie (1991) destaca que, em fins da década de 60, a crise econômica obrigou a Inglaterra, a Grã-Bretanha e alguns países da Europa a iniciar um processo de transformação e modernização de sua indústria, que afetou particularmente as indústrias tradicionais e os empregos que proporcionavam. Nesse processo, os setores mais frágeis da classe operária acabaram duramente atingidos. O crescimento econômico, que posteriormente se desenvolveu, acelerou a distância entre os setores “marginalizados” e aqueles que se modernizaram, cujos trabalhadores acabaram se aproximando da classe média. A instalação, cada vez mais crescente, de minorias étnicas e imigrantes de um modo geral, deu-se paralelamente a essas transformações e à decomposição do mundo industrial e operário, o que acabou gerando a rejeição dessas minorias como uma “ameaça externa”.

Fazendo uma análise sobre o contexto político do primeiro mundo, Lapeyronnie afirma que a extrema direita, sob a sigla do *National Front*, começou a desenvolver-se justamente aí, fazendo propaganda sobre os imigrantes. Significativamente, em abril de 1968, deu-se o famoso discurso de Enoch Powell, em Birmingham (Inglaterra), no qual ele apelava para a defesa dos cidadãos britânicos, de sua “cultura”, de sua “raça”, de sua “nação”, contra os imigrantes. Para Lapeyronnie, em fins da década de 60, ocorreu a superposição de três fatores importantes, que permitiu à extrema-direita unir três temas em um discurso único. Em primeiro lugar, a “visibilidade” crescente da população imigrada; em segundo, as profundas transformações econômicas que se desdobraram na crise econômica dos anos 70 e que acabaram abrindo espaço para o governo conservador de Margareth Thatcher; e, em terceiro, uma crise de identidade nacional.

Nesse resgate histórico sobre as origens da discussão em torno da identidade, fica evidente a perspectiva de fissura na visão tradicional acerca do conceito. No tempo presente, os chamados “novos movimentos sociais”, ao mesmo tempo em que reivindicam o “direito à diferença”, também refutam a ideia de fixação das identidades de raça, gênero, classe, sexualidade, questionando, assim, a validade das identidades universalizantes. Parece ser o deflagrar ambíguo de um processo de “desconstrução” da visão essencialista de identidade.

Com base nesta ideia, vou tecendo o fio analítico da investigação, seguindo pistas que abram vias de análise para o meu objeto investigativo, circunscrito nas trocas e negociações identitárias de meninas marcadas pela “prática infracional”. Partindo desse

contexto, uma questão me chama atenção, considerada fundamental na construção do meu objeto, qual seja: levando-se em consideração um contexto no qual emergem novos sujeitos individuais e coletivos, o que estaria em jogo na questão das identidades contemporâneas?

Na verdade, como bem afirma Hall (1999), a própria noção de sujeito está mudando, modelado pela natureza polissêmica e fluída da contemporaneidade. Nesse contexto, é possível visualizar consequências políticas relacionadas à fragmentação ou “pluralização” das identidades como conceito em construção, ou melhor, em (des) construção, mediante a crítica e a ruptura com a ideia de uma identidade *integral, originária e unificada*.

Neste “jogo das identidades”, é necessário estar atento a alguns elementos presentes nos processos de construção das identidades, atentando para as “metamorfoses”, contradições e fragmentações humanas. De fato, as identidades sofrem “metamorfoses”, se cruzam ou se “deslocam” mutuamente. Suas contradições são evidentes, apresentando-se de diversas formas:

1. Podem estar tanto fora, na sociedade, atravessando grupos políticos estabelecidos, quanto “dentro” do internato, com seus grupos, que se dividem na forma de pensar o ato infracional. E, também, “dentro” da cabeça de cada sujeito social.

2. Nenhuma identidade singular – por exemplo, de classe social – pode alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra”, única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. No contexto contemporâneo, as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe. A classe, como diz Hall, (1999, p. 20), “não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliados e/ou representados”. Assim, de forma crescente, as paisagens políticas do mundo moderno estão:

[...] fraturadas por identificações e deslocamentos – advindos, especialmente, da erosão da chamada ‘identidade mestra’ da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais; o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos. (MERCER, 1990 apud HALL, 1999, p. 21).

Vale dizer que, uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é representado, a identificação não é automática, mas pode ser assimilada, perdida ou redefinida, tornando-se, assim, politizada. Tal processo é, às vezes, descrito como constituinte de uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença*.

1.3 Identidade e cultura: conceitos imbricados no campo dos estudos culturais

Identidade e cultura estão de tal forma imbricadas que é impossível separá-las. Essas reflexões vêm mais claramente à tona quando se enfatiza um processo diaspórico. Sair de casa, mudar de lugar, morar num internato e cumprir uma sentença. Mesmo num contexto de proximidade com a terra natal, as jovens internas no Aldaci Barbosa vivenciam processos de mudanças, de aprendizado e de contato com novas regras e negociações identitárias.

Sobre esse aspecto, pode-se refletir que a situação de deslocamento e mudança não pode ser entendida apenas como processo histórico linear, ou dentro de um processo cíclico, acabado. A *diáspora*, no sentido de deslocamento, muda os que saem de sua terra, os que já estão e os que ficaram. Thomas Bonnici (2005), em sua Obra *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*, expõe a origem epistemológica do termo. Do grego *diasporein*, a palavra significa semear, a dispersão das pessoas. As pessoas diaspóricas são aquelas que vivem longe de sua terra natal, real ou imaginária, mas a sua origem se mostra ainda enraizada pela língua falada, religião adotada, ou culturas produzidas. Nesse sentido, a cultura se constitui uma produção. Ou seja,

[...] não apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. [...] E, sobretudo, o quê esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem por nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2003, p. 44).

Assim, a cultura, dentro do campo dos Estudos Culturais, se caracteriza como um dos conceitos-chave de análise, configurando-se como um princípio de fundamentação teórica desde o seu momento originário. Da mesma forma, o conceito de identidade se renova como categoria de análise dentro do contexto de diferentes vertentes teóricas no âmbito das ciências sociais e humanas. Neste sentido, a imbricação entre o conceito de cultura e identidade presume a síntese de um novo conceito, que se estabelece pela formação categorial de uma “identidade cultural”.

Baseando-se no conceito de cultura como uma produção, elaboro aqui algumas provocações que estão a emergir do meu processo de análise. Partindo da discussão sobre as trocas identitárias vivenciadas por meninas em privação de liberdade, cabe aqui destacar uma

preocupação: como falar de uma “identidade cultural” em uma pesquisa cujo cenário é urbano e cujo ator social não pertence a um grupo étnico em particular?

Pressuponho, contudo, que o desafio desta investigação também se define pela busca de compreender semelhanças e diferenças entre as meninas envolvidas na prática de homicídio e a juventude moderna, entendendo que tanto as jovens internas no Aldaci Barbosa Mota, unidade feminina da extinta FEBEMCE – Fundação do Bem Estar do Menor no Ceará, quanto os vários grupos juvenis da atualidade se organizam em grupos que definem um jeito de ser e estar no mundo, a exemplo de “*punks*”, “*skinheads*”, “*headbangers*”, “emos” etc., construindo linguagens específicas e se inserindo na chamada “cultura de massa”³⁷, classificados por alguns estudiosos pela metáfora designada de “tribos urbanas”³⁸.

De certo modo, as protagonistas desse estudo, provindas da periferia de Fortaleza e dos bairros pobres do interior do Estado, também carregam consigo as marcas do “estigma territorial”, apresentando algumas semelhanças com os grupos étnicos descritos por Semprini (1999). Estas jovens, apesar de não pertencerem a um movimento social específico estruturado em torno de um sistema de valores comuns, compartilham de um estilo de vida homogêneo, principalmente durante o período de internação, bem como de um sentimento de identificação ou pertença coletiva, decorrente da experiência de marginalização. Para Semprini (1999, p. 45), “geralmente é o sentimento de exclusão que leva os indivíduos a se reconhecerem, ao contrário, como possuidores de valores comuns e a se perceberem como um grupo à parte”.

Vale ressaltar que a construção dessa diferença, ao perceber-se como um grupo a parte, é, sobretudo, um fenômeno cultural e social, ou seja, um problema da civilização. Segundo Santos (2006), trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, entendida aqui como uma produção, por via de um discurso normativo cria o interdito e o rejeita, ou seja, estabelece um limite para além do qual só pode haver transgressão, lançando para outro lugar todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito ou pelo preconceito social, sejam eles: a pobreza, a negritude, a delinquência, a orientação sexual, a loucura, o crime etc.

³⁷ Partindo da íntima articulação entre sociedade e cultura e preocupado em apreender o que chama de cultura de massas, Morin (1986, p. 77-78) a define como a “cultura do indivíduo privado na sociedade burguês-tecnológico-industrial-moderna”. O que vale dizer que ela é produto do mercado, dependente do desenvolvimento tecnológico, da modernização dos meios de comunicação e, portanto ligada à indústria cultural.

³⁸ Segundo Magnani (1992), o termo tribo evoca o “primitivo” e designa pequenos grupos concretos com ênfase não só em seu tamanho, mas nos elementos que seus integrantes usam para estabelecer diferenças com o comportamento normal: os cortes de cabelo e tatuagens de *punks*, as cabeças raspadas dos *skinheads*, a cor da roupa dos *darks* e assim por diante.

Nesta perspectiva, a visão da cultura como um consenso em torno de elementos fundamentais – concepções, sentimentos e valores compartilhados – não tem muita consistência diante da dispersão e desarticulação presentes em uma sociedade na qual a identidade coletiva é demarcada, sobretudo, por falhas e fissuras. Em torno deste argumento, Geertz (2001, p. 219) destaca que,

[...] no capitalismo sem fronteiras e na aldeia global não são acordos profundos sobre questões profundas que parecem definir a identidade, mas a recorrência de divisões conhecidas, argumentos persistentes ou ameaças permanentes, dando a ideia de que é preciso manter a ordem da diferença.

Para entender melhor a relação entre identidade e cultura, cabe aqui fazer demarcações históricas, tendo em vista que o conceito de cultura passou por redefinições. No Campo dos Estudos Culturais, Raymond Williams é considerado um dos fundadores da vertente britânica dos Estudos Culturais, contribuindo de forma significativa para a construção do conceito de cultura, inserindo-a no âmbito do debate social e político. Na verdade, seu pensamento revelou-se fecundo e criativo, permitindo que os Estudos Culturais se abrissem para novas construções e objetos de estudo a partir da intedisciplinariedade com distintas áreas do conhecimento. Em *Culture is ordinary*, expõe um primeiro conceito de cultura que é considerado uma referência por representar uma “ruptura significativa” com qualquer concepção elitista de cultura, instigando o debate e contribuindo na formação do projeto dos Estudos Culturais, ao afirmar:

A cultura é algo usual, ordinário: esse é o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios sentidos. Toda sociedade humana expressa essas características em suas instituições, nas artes e na aprendizagem. O fazer de uma sociedade é a descoberta de sentidos e direções comuns, e o seu crescimento é um ativo debate e um aperfeiçoamento que ocorrem sob a pressão de experiência, do contato e da descoberta, que se inscrevem, assim em seu território. [...] Uma cultura possui dois aspectos: os sentidos e direções conhecidos, aos quais seus membros estão acostumados; as novas observações e sentidos, que são oferecidos e testados. Esses são os processos usuais, ordinários das sociedades e das mentes humanas. Vemos através deles a natureza de uma cultura: que é sempre tradicional e criativa. (WILLIAMS, 1989 *apud* ESCOSTEGUY, 2003, p.54 – 55).

É fácil perceber a influência de K. Marx e de F. R. Leavis no pensamento de Williams, apesar de declarar discordância, em certos aspectos, com a discussão marxista. Foi a partir da contribuição desses dois pensadores que Williams desenvolveu suas reflexões e estabeleceu um diálogo crítico com E. P. Thompson. Em seu livro *The Long Revolution*, o autor amplia sua concepção de cultura, contribuindo, assim, para a discussão no âmbito dos

Estudos Culturais a partir dos anos de 1960. Nesta última definição, a cultura é assim definida:

Uma descrição de uma determinada maneira de viver, que expressa certos sentidos e valores não apenas na arte e na aprendizagem, mas também nas instituições e no comportamento usual, ordinário. A análise da cultura, a partir de tal definição, é a clarificação de sentidos e de valores implícitos em um determinado modo de vida, em uma determinada cultura. (WILLIAMS, 1989 *apud* ESCOSTEGUY, 2003, p. 58).

O pensamento de Williams se constitui uma referência, no âmbito dos Estudos Culturais, ao inserir o debate da cultura na agenda social e política contemporânea. Suas formulações acerca da cultura produziram um “deslocamento teórico” importante nessa discussão, ou seja, a operacionalização de um conceito expandido de cultura, ao inserir as práticas da vida cotidiana e instituições, ao lado das artes, como elementos constitutivos de uma dada formação cultural. Dessa forma, o entendimento da “cultura como prática” constitui-se um eixo de unidade entre os fundadores da vertente britânica dos Estudos Culturais: Williams, Hoggart e Thompson, que enfatizam o sentido de ação e do agir na cultura. Assim, a cultura se expande, sendo entendida não mais como homogênea ou monolítica, mas, ao contrário, como um dispositivo que se “manifesta de maneira diferenciada em qualquer formação social ou época histórica” (AGGER, 1992 *apud* ESCOSTEGUY, 2003, p. 63). O que implica tratar as questões da cultura a partir do contexto social e econômico no qual se realiza a atividade de criação.

Retomando a discussão sobre cultura e identidade, cabe destacar aqui um aspecto relevante acerca do conceito de identidade, o qual está relacionado com o contexto histórico e de profundas mudanças da modernidade tardia³⁹ e, em particular, ao processo de mudança conhecido como “globalização” e seu impacto também sobre a identidade cultural. Como dizem Marx e Engels, vivenciamos um contexto de incertezas, no qual “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

[...] é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar... (MARX; ENGELS, 1973, p. 70).

³⁹ Para Hall a “modernidade tardia” corresponde à segunda metade do Século XX, que tem como marco os anos 60, momento de reviravoltas e redefinições políticas e culturais (HALL, 2005, p. 34).

Assim, as sociedades modernas são, por definição, sociedades processuais, com mudanças rápidas e muitas vezes permanentes. Esta é a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as chamadas “sociedades modernas”. Sobre isso, Anthony Giddens (1990, p. 37-38), argumenta que:

[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.

David Harvey (1989, p. 12) fala da modernidade como um contexto que implicou e vem implicando não apenas um “rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas como “caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior”. Já Ernesto Laclau (1990) usa o conceito de “deslocamento”. Uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por uma “pluralidade de centros de poder”. Laclau argumenta que a sociedade moderna não tem nenhum centro, são sociedades descentradas, não possuem nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única “causa” ou “lei”. Nesta perspectiva, a sociedade não é como certos sociólogos pensaram, ou seja, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesmas. Ela está constantemente sendo “descentrada”.

Na visão de Laclau (1990), as sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela “diferença”; elas são perpassadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeitos”. Isto é, uma variedade de identidades para os indivíduos. O argumento é: se tais sociedades não se desintegram totalmente, não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Essa articulação, no entanto, é sempre parcial, uma vez que a estrutura da identidade permanece aberta. Sem isso, argumenta Laclau, não haveria história.

Segundo Hall (1999), esta é uma concepção de identidade muito diferente e muito mais perturbadora e provisória do que as visões elaboradas por Giddens (1990) e Harvey (1989). Entretanto, afirma Laclau, isso não deveria nos desencorajar: o deslocamento tem características positivas:

Ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos e

o que ele chama de “recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação”. (LACLAU, 1990, p. 40).

Pode-se perceber que Giddens, Harvey e Laclau elaboram concepções bem diferentes da natureza da mudança do mundo pós-moderno, mas sua ênfase na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contém uma linha comum. Essas compreensões são relevantes para a discussão do meu objeto investigativo, no sentido de lançar luzes no entendimento sobre as trocas identitárias realizadas por jovens em conflito com a lei, a partir de um contexto onde a ambiguidade e a “fluidez” são as suas marcas registradas.

Partindo das relações construídas por agrupamentos juvenis, é possível afirmar que tanto os “*punks*”, “*headbangers*”, “*skinheads*”⁴⁰, “*emos*”, “*gangues*” e outros agrupamentos vivem hoje em um mundo cuja,

[...] mundialização da divisão das forças produtivas e dos poderes do sistema capitalista não é absolutamente sinônimo de uma homogeneização do mercado, muito pelo contrário. Suas diferenças desiguais não se localizam mais entre centro e periferia, mas entre malhas urbanas super equipadas tecnologicamente e, sobretudo, informatizadas [...]. Pode-se dizer que a “cidade-mundo” do capitalismo contemporâneo se desterritorializou, que seus diversos constituintes se espargiram sobre toda a superfície do planeta (GUATTARI, 1992, p.171).

Bauman (2004a, p. 8) elucida bem essa questão, quando denomina o tempo presente de “Modernidade Líquida”, descrevendo a fragilidade dos laços humanos no cenário atual.

[...] seus personagens centrais são homens e mulheres, nossos contemporâneos, desesperados por terem sido abandonados aos seus próprios sentidos e sentimentos facilmente descartáveis, ansiando pela segurança do convívio e pela mão amiga com que possam contar num momento de aflição, desesperados pro ‘relacionar-se’. E, no entanto desconfiados da condição de ‘estar ligado’, em particular de estar ligado ‘permanentemente’, para não dizer eternamente, pois temem que tal condição possa trazer encargos e tensões que eles não se consideram aptos nem dispostos a suportar, e que podem limitar severamente a liberdade de que necessitam para relacionar-se... Em nosso mundo de furiosa ‘individualização’, os relacionamentos são bênçãos

⁴⁰ Os skinheads são originários da Inglaterra, filhos de pais operários e moradores de zonas suburbanas. Constituíram-se como agrupamento juvenil autônomo desde a década de 60 e são tidos como racistas, violentos, chauvinistas, nacionalistas, antiimigrantes etc. No Brasil, os “carecas de subúrbio”, surgiram, inicialmente, nos subúrbios e áreas periféricas de São Paulo. Alguns desses jovens eram negros e mulatos, filhos de pais operários e trabalhadores, de um modo geral. Desde seu início, por volta de 1981, eles afirmavam que pertenciam a um “movimento dos carecas do subúrbio”, o que seria composto por jovens de origem operária, conscientes e não-alienados, fortes de corpo e puros de mente, nacionalistas, dispostos a formar um exército de “carecas” para salvar o Brasil. Vide COSTA, Márcia Regina. “**Carecas do Subúrbio**”: caminhos de um nomadismo moderno, 1993, Rio de Janeiro.

ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como determinar quando um se transforma no outro...

Essas mudanças afetam diretamente a identidade dos indivíduos que não só estão perdendo os laços sociais, mas preferindo deixá-los “frouxos”, ou seja, construídos apenas na esfera virtual, pois aprenderam com a lógica da individualização que o “compromisso, e em particular o compromisso em longo prazo, é a maior armadilha a ser evitada no esforço por relacionar-se”. (BAUMAN, 2004, p.10). A fim de explorar melhor essa afirmação, resolvi examinar as concepções de identidade em Stuart Hall, partindo da compreensão de identidade desconstrutiva e seu caráter de mudança na modernidade tardia.

1.4 As concepções de identidade em Stuart Hall: a noção de sujeito e a perspectiva desconstrutiva de identidade.

Para Stuart Hall (1999), a análise das identidades descentradas vincula-se à discussão sobre o descentramento do sujeito. Para melhor dimensionar a ruptura com a noção de sujeito como referência do tempo presente, o autor desenvolve uma discussão elucidativa sobre três diferentes concepções, caracterizada, em sua perspectiva, da seguinte forma:

- a) Sujeito do Iluminismo
- b) Sujeito sociológico
- c) Sujeito pós-moderno.

O *sujeito do Iluminismo* baseia-se numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou idêntico a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do “eu” era a identidade de uma pessoa. Tal concepção, segundo Hall, tendia a ser completamente “individualista” do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade *dele*, do sujeito homem, já que o sujeito do Iluminismo usualmente era descrito como masculino).

A noção de *sujeito sociológico* refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para esse sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava. Eminentemente George Herbert Mead – considerado o pai do interacionismo

simbólico, seguido por C. H. Cooley e alguns interacionistas simbólicos modernos constituem as figuras-chave na esfera da sociologia que elaboram esta concepção “interativa” da identidade e do eu. De acordo com essa visão sociológica clássica, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é engendrado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Segundo Hall, a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior e o exterior”, ou seja, entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Utilizando a metáfora médica de Hall, a identidade, então, “sutura” o sujeito à estrutura social, estabilizando tanto os sujeitos quanto os universos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais “unificados” e “predizíveis”.

A argumentação em torno da noção de identidade ressalta que são exatamente essas questões que se modificam agora, ou seja, o sujeito que antes era visto como possuidor uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Para Hall (1999, p. 19),

[...] correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Esse processo produz o “sujeito pós-moderno”, conceitualizado sem uma identidade fixa, essencial ou permanente.

[...] A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente [...] [...] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (HALL, 2005, p. 13).

O sujeito assume, dessa forma, identidades diferentes em diferentes momentos, as quais não são unificadas ao redor de um “eu” coerente, uma vez que dentro de nós há identidades contraditórias que nos empurram em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações são continuamente deslocadas.

Na verdade, sujeito e identidade relacionam-se de tal forma que constituem partes de uma relação fundante, com diferentes entendimentos ao longo da História, como bem explicita a argumentação de Hall (2005, p.13) apresentada anteriormente. Tal argumento sustenta-se a partir da ideia de que “as identidades estão descentradas, isto é deslocadas ou fragmentadas”. Desse modo, ao admitirmos que as identidades modernas passam por um processo de deslocamento e fragmentação, teremos como resultado disso o surgimento de novas identidades, caracterizadas pelo caráter de descentramento e em produção, próprias do chamado sujeito pós-moderno. Ou, conforme salienta Hall (1999, p. 9):

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo.

Nesta compreensão, a chamada “crise de identidade” produziria a concepção de “sujeito pós-moderno”. Tal concepção tem como principal fundamento a ideia de que tudo está “mudando”, o que já poderia ser visualizado nos escritos de Marx em sua descrição sobre a modernidade:

É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar... (MARX; ENGELS, 1973, p. 70).

A modernidade constitui, portanto, um marco decisivo na construção da relação entre sujeito e identidade, na qual se configura o próprio nascimento do sujeito. Desse modo, o sujeito moderno pode ser descrito de forma unificada, centrada e que origina uma perspectiva racional de identidade fixa, imutável e totalizante. Na atualidade, é justamente a morte desse sujeito moderno que é proclamada, configurada nos trânsitos e processos

contemporâneos de mudanças e pelas vertentes pós-modernas que vão desconstruir a visão essencialista de identidade que caracteriza o sujeito moderno.

Nesse sentido, Hall (1999) faz um resgate histórico sobre o chamado sujeito moderno, delineando desde o “nascimento do indivíduo”, no período entre o Humanismo Renascentista do Século XVI e o Iluminismo do Século XVIII, como momento de ruptura com o passado. Em sua análise, o autor demarca o momento particular em que o sujeito moderno emergiu, caracterizando o “seu nascimento”, passando por sua história, por suas redefinições e acreditando que, de certa forma, é possível observar a sua “morte”. Seguindo a compreensão do autor, interessa-me, aqui, esboçar os cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento, no período da modernidade tardia (segunda metade do século XX), ou que sobre ele tiveram seu principal impacto, cujo maior efeito, argumenta-se, foi o descentramento do sujeito cartesiano. Tal esboço ilumina a minha busca em entender as trocas e negociações identitárias de “jovens em conflito com a lei” como sujeitos deslocados, em movimento, cujas identidades passam por redefinições.

O primeiro “descentramento” relevante pontuado por Stuart Hall (1999) refere-se às tradições do pensamento marxista. Na opinião do autor, os escritos de Marx pertencem, naturalmente, ao século XIX e não ao século XX. Mas o modo pelo qual seu trabalho foi redescoberto e reinterpretado na década de 1960 suscitou novas leituras e novos intérpretes, especialmente Louis Althusser.

Para Hall (1999), o estruturalista marxista Althusser (1918-1989) faz uma interpretação interessante da teoria Marxiana, no sentido de entender que Marx, ao discutir as relações sociais (modos de produção, exploração da força de trabalho, os circuitos do capital), ao invés de uma noção abstrata de homem como centro de seu sistema teórico, deslocou duas proposições-chave da filosofia moderna:

1. Que há uma essência universal de homem;
2. Que essa essência é o atributo de “cada indivíduo singular”, o qual é seu sujeito real.

Assim, Althusser afirma que, Marx, ao rejeitar uma visão essencialista de homem como base teórica, rejeitou também um sistema orgânico de postulados. Ou seja, ele expulsou as categorias filosóficas do *sujeito do empirismo*, da *essência ideal*, de todos os domínios em que elas tinham reinado de forma suprema,

[...] Não apenas da economia política (rejeição do mito do homem economicus, isto é, do indivíduo, com faculdades e necessidades definidas, como sendo o sujeito da

economia clássica); não apenas da história, [...] não apenas da ética (rejeição da ideia ética Kantiana), mas também da própria filosofia. (ALTHUSSER, 1966, p. 228).

Vale dizer que não interessa, aqui, se Althusser estava certo ou não, ou apenas parcialmente certo, ou inteiramente errado. Parafraseando Hall (1999, p. 36), destaco que, embora o trabalho de Louis Althusser tenha recebido muitas críticas, seu “anti-humanismo teórico”, “(isto é, um modo de pensar oposto às teorias que derivam seu raciocínio de alguma noção de essência universal de Homem, alojada em cada sujeito individual) teve um impacto considerável sobre muitos ramos do pensamento moderno”.

Hall (1999) considera que um segundo grande “descentramento” no pensamento ocidental do século XX vem da descoberta do inconsciente por Freud. Em seu trabalho, Freud desenvolve uma concepção acerca da vida subjetiva e psíquica que provoca rupturas no discurso do pensamento moderno, ou seja:

A teoria de Freud de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma “lógica” muito diferente daquela da Razão, arrasa o conceito do sujeito cognoscente provido de uma identidade fixa e unificada – O ‘penso logo existo’, do sujeito de Descartes. (HALL, 1999, p. 36).

Esse aspecto do pensamento de Freud constituiu um profundo impacto sobre a produção do conhecimento moderno nas três últimas décadas. Assim, grande parte do pensamento sobre a vida subjetiva e psíquica é “pós-freudiana”, na medida em que se fundamenta na concepção de inconsciente, mesmo que recuse a aceitar algumas de suas hipóteses e interpretações específicas.

Assim, é possível afirmar que a contribuição de Freud trouxe novos elementos e formulações que apontam para uma ruptura com a visão originária e essencialista de identidade. Sobre estas formulações, assim afirma Hall (1999, p. 38-39):

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre sendo “formada”. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos “eus” divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude.

Desse modo, pode-se perceber a forte influência do trabalho de Freud e de pensadores psicanalíticos, como Lacan, no debate contemporâneo sobre a formação do sujeito moderno e da identidade, no entanto, sem secundarizar as diversas críticas recebidas por esses pensadores.

O terceiro “descentramento” analisado por Stuart Hall (1999) está associado ao trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure. O mesmo argumentava que:

Nós não somos, em nenhum sentido, os “autores” das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. [...] A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. [...] Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (HALL, 1999, p. 40).

Os modernos filósofos da linguagem, como Jacques Derrida, influenciados por Saussure e pela “virada linguística”, desenvolvem argumentos tendo como premissa a natureza instável do significado, que não pode, nunca, ser fixado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade. Dessa forma,

[...] apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado, nossas afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que são, por assim dizer, conduzidas na corrente sanguínea de nossa língua. Tudo que dizemos tem um “antes” e um “depois” – uma “margem” na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre as quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis (DERRIDA, 1981 *apud* HALL, 1999, p. 41).

Vale destacar que Derrida elabora uma crítica relacionada à visão estruturalista de Saussure e Lèvi-Strauss em torno do significado e da produção da diferença por meio de oposições binárias. Vale destacar que a teoria linguística saussuriana concebe a demarcação da diferença partindo de uma lógica de pensamento que estrutura a linguagem de forma dual, expressa em oposições consideradas essenciais para a produção do significado. A crítica de Derrida às oposições binárias indica que a própria dicotomia constitui um dos recursos através dos quais o significado é fixado.

Seguindo a visão sobre o “descentramento do sujeito ou da identidade”, analisado por Stuart Hall, cabe destacar que o quarto ocorre no trabalho do filósofo e historiador francês Michel Foucault, pela produção de uma série de estudos que podem ser caracterizados como

uma “genealogia do sujeito moderno”. Em sua obra, Foucault desvenda um novo tipo de poder, que ele chama de “poder disciplinar”⁴¹. Esse tipo de poder desdobrou-se ao longo do século XIX, chegando ao seu desenvolvimento máximo no início do presente século. Para Stuart Hall (1999, p. 42),

O poder disciplinar está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, e a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo. Seus locais são aquelas novas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX e que ‘policiam’ e disciplinam as populações modernas – oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais, clínicas e assim por diante.

Nesta lógica, um fato é particularmente interessante. Do ponto de vista da história do sujeito moderno, o poder disciplinar, configurado por Foucault, delineia um paradoxo moderno, ou seja, ao mesmo tempo em que este poder é produto de novas instituições coletivas, típicas da modernidade tardia, suas técnicas envolvem uma aplicação do poder e do saber que “individualiza” ainda mais o sujeito e envolve mais intensamente seu corpo. Para Foucault (1987, 13ª. Ed., *apud* HALL, 1999, p. 43) “num regime disciplinar, a individualização é descendente. Através da vigilância, da observação constante, todas aquelas pessoas sujeitas ao controle são individualizadas...”. Assim, enfatiza Hall acerca desta dimensão paradoxal do poder disciplinar: “quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento e a individualização do sujeito individual” (HALL, 1999, p. 43).

Por fim, o quinto e último “descentramento” do sujeito moderno consiste nos efeitos do feminismo, tanto como uma crítica teórica quanto como movimento social. Segundo Hall (1999, p. 44),

[...] feminismo faz parte do grupo chamado de ‘novos movimentos sociais’, que emergiram durante os anos sessenta (o grande marco da modernidade tardia), juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas por direitos civis, os movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado a 1968.

Esse momento pode ser demarcado como o vetor histórico daquilo que veio a ser reconhecido como a “política de identidade”. Abro um destaque para o amplo significado de lutas políticas emergentes nesse período, fundamentadas em demandas identitárias e posições

⁴¹ Sobre essa concepção do “poder disciplinar” na obra de Michel Foucault, veja: “História da Loucura” (1997), “O nascimento da Clínica” (2004) e “Vigiar e Punir” (1987).

afirmativas de cada movimento. Desse modo, o feminismo convocava as mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, os movimentos juvenis aos jovens e assim por diante.

Diante desse contexto, Hall (1999, p. 45) argumenta que o feminismo contribuiu, de forma decisiva para o “descentramento conceitual” do sujeito cartesiano e sociológico, destacando as principais contribuições teóricas e políticas na esfera do movimento, como:

- Elaborou o questionamento da clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”. O *slogan* do feminino era: “o pessoal é político”;
- No campo da discussão política, abriu debates inteiramente novos de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc.;
- Politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas);
- Ampliou e expandiu o movimento, inicialmente dirigido à contestação da posição social das mulheres, para a “formação das identidades sexuais e de gênero”.

Esses cinco descentramentos analisados por Hall, ao configurarem os percursos de mudança do chamado “sujeito moderno”, circunscrevem também a ruptura com a perspectiva de identidade fixa e essencialista, colocando “sob-rasura” as concepções de identidade que tendem à fixidez e ao imobilismo, nos quais o sujeito é visto como imutável em diferentes momentos de sua trajetória. Em verdade, Hall, ao perceber os sujeitos de forma descentrada, abre uma via analítica de entendimento para as jovens em privação de liberdade, em sua condição de sujeitos nômades, “desfiliadas” e fora do lugar da política, da cidadania e da própria vida social. Por outro lado, ao entender a identidade como um “tornar-se”, ou seja, “em quem nós podemos nos tornar” ao invés da reiteração do “quem nós somos”, torna possível uma renegociação com as rotas trilhadas por cada adolescente, ressignificando, supostamente, o passado vivido por elas a partir da experiência de novas trocas identitárias.

Vale ressaltar que alguns teóricos contemporâneos que reiteram a perspectiva das “identidades desconstrutivas”, no âmbito da chamada modernidade, também lançam luzes para o avanço desta tese.

Entre estes teóricos, destaco Anthony Giddens (1991) e suas reflexões inovadoras sobre a própria modernidade. Nesta perspectiva, Giddens argumenta que na modernidade desenvolvem-se processos intensos, abrangentes e contínuos de mudança a conviver com uma forma reflexiva de vida:

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter (1990, p. 37–38).

No entendimento de Giddens (1990, 1991), o mais importante, nesse contexto, são as transformações ocorridas no tempo e no espaço, o que ele chama de “desalojamento do sistema social” e não o caráter evolucionário da mudança. De fato, Giddens (1991, p. 13) considera que “em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”. É o acirramento da modernidade em um cenário de mudanças intensas e desafiadoras.

Ao tomar essa posição de ruptura com a visão evolucionista, Giddens (1991) busca desvendar as continuidades típicas das instituições sociais modernas. Dentre as diversas características desenvolvidas pelo autor, cabe destacar as seguintes: *o ritmo e o alcance dessa mudança*. Nessa perspectiva, Giddens (1990, p. 21) assinala que:

[...] tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de internexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana.

Nesta mesma linha de análise, outros teóricos contemporâneos também elaboram reflexões acerca da modernidade, enfatizando sua característica de rupturas e descontinuidade. David Harvey (1989, p. 12), referindo-se à modernidade, parte do entendimento de que não ocorre apenas “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas é “caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior”.

Ernest Laclau (1990) utiliza o conceito de “deslocamento” em suas reflexões sobre as sociedades chamadas modernas. Para Laclau, as sociedades consideradas modernas não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única “causa” ou “lei” (LACLAU, 1989 *apud* HALL, 1999, p. 16). Nesta perspectiva, o autor argumenta que essa característica de “deslocamento”, apesar de perturbadora e provisória, tem uma dimensão positiva, pois abre possibilidades de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos, denominados por

ele de “recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação” (LACLAU, 1989 *apud* HALL, 1999, p. 17- 18).

As leituras de Giddens, Harvey e Laclau possuem entendimentos um tanto diferentes em relação à natureza da mudança do mundo pós-moderno, mas suas ênfases na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contêm uma linha comum entre os três autores. Assim, de certa forma, essas compreensões resgatam a visão de um “sujeito descentrado”, na qual o pressuposto básico é o entendimento de que as identidades modernas estão deslocadas, em colapso, em desconstrução ou em crise.

Assim, Stuart Hall (1997), ao entender a identidade em processo de desconstrução, sublinha determinados elementos que abrem pistas analíticas para compreendermos as trocas e negociações identitárias da juventude em conflito com a lei, ou seja:

- Hall articula recursos da história, da linguagem e da cultura no sentido de destacar a questão das identidades como “tornar-se”, ou seja, “quem nós podemos nos tornar” ao invés da reiteração de “quem nós somos” ou “de onde viemos”, enfoques típicos de uma visão essencialista de identidade;

- Na visão de Stuart Hall (1997b), uma das afirmações imperativas é a consideração da cultura como um conjunto de valores ou de significados partilhados. Tal entendimento se constitui como referente central para o entendimento do conceito de representação e identidade. No pensamento do autor, é por meio do uso que fazemos das coisas, o que dizemos e sentimos – como representamos – que damos significado ao mundo. Ou seja, em parte, damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos conosco. Desse modo, é justamente a investigação sobre a forma como se constrói o significado que mobiliza a análise de Hall (1997b) sobre o conceito de representação.

- Nesta perspectiva, Hall ressignifica a tradição como uma “negociação com as nossas trajetórias, trocas identitárias e rotas”, com as linhas do percurso por onde passamos no decorrer de nosso processo identitários. Logo, supera o entendimento dominante e comum de tradição afixado em raízes, a partir do entendimento de que existem “zonas de contato”, ou seja, um entremeio daquilo que foi e o que está a ser. Pois, para Hall (1997a) o significado não é direto, nem transparente, e não permanece intacto na passagem pela representação. Ele está sempre sendo negociado para ressoar em novas situações.

- Ainda seguindo as pistas de Hall (1997b), entendemos que, se é através do nosso sistema de representação que são delimitados os significados, e estes são produzidos através da linguagem, alguns recursos serão prioritários para a interpretação, com os quais o autor tentará desvendar sentidos possíveis. Nesse ponto, a linguagem visual será um dos aspectos explorados por Hall (1997b) em vários exemplos, principalmente para o estudo da construção de estereótipos. Assim, a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às verdadeiras formas concretas assumidas pelo significado, no exercício concreto da leitura e interpretação, o que requer análise dos verdadeiros sinais, símbolos, figuras, imagens, narrativas, palavras e sons, ou seja, as formas materiais onde circula o significado.

Desse modo, as pistas de Hall nos remetem a ideia de que devemos aprender, portanto, a considerar o significado menos em termos de exatidão e verdade e mais em termos de efetiva troca e intercâmbio – um processo de tradução que facilite a comunicação cultural, no qual se reconheça a persistência da diferença e do poder entre os diferentes falantes. Assim, Hall (2000, p. 110) assume uma posição contrária à visão tradicional das identidades ao afirmar que elas “são construídas por meio da diferença e não fora dela”.

Eis aí outra pista deixada por Hall, capaz de abrir vias fecundas de análise para a presente investigação, no sentido de lançar luzes para a compreensão dos processos identitários vivenciados por meninas envolvidas na prática de homicídio. Neste estudo, as identidades se forjam pela imbricação entre igualdade/diferença ou semelhança, materializadas no sentimento de exclusão e estigma vivido por aqueles que não estão “enturmados” ou por aquele que é diferente. Assim, os casos de homicídio estudados traduzem-se em negociações extremas, que se configuram como investidas contra o “outro”. Neste itinerário empírico, o “outro” tanto pode ser os comparsas e companheiros de assaltos ou alguém diferente, no sentido da diferença identitária: é a jovem rica chamada pejorativamente de “patricinha”, é o rapaz representado como *playboy*, é a patroa vista como “madame” e de “vida boa”, é a “rival” afetiva com quem divide o afeto do namorado traficante.

Portanto, essa experiência investigativa revela a lógica das representações construídas pelas adolescentes, as quais projetam para outros personagens os vícios que alegam não ter. Desse modo, investem contra as “patricinhas” por terem aderido a um tipo de comportamento alienado e conveniente ao capitalismo; investem contra os chamados “*playboys*” por serem ricos ou viverem de mesada e por provocarem e esnobarem a pobreza, conforme afirmaram algumas jovens entrevistadas; investem contra as “cafetinas” por lhe

tomarem a maior parte de tudo o que ganham na prostituição; investem contra os policiais por serem os opositores da vida em conflito com a lei e, por muitas vezes, também participarem da lógica do crime.

Trazendo esta demarcação para o âmbito das identidades culturais de grupos e sujeitos minoritários, faço uso das palavras de Hall (2003, p. 85) ao assinalar que,

[...] a diferença específica de um grupo ou comunidade não pode ser afirmada de forma absoluta, sem se considerar o contexto maior de todos os “outros” em relação aos quais a “particularidade” adquire um valor relativo.

Portanto, ao considerarmos o contexto maior de todos os grupos, também estamos comprometidos com o desafio de levarmos em conta as diferenças de cada um, suas representações e formas de ser e estar no mundo. Trata-se de um exercício permanente de reflexão sobre a prática da representação ou sobre o trabalho resultante da representação da vida em contextos peculiares: no contexto da adolescente classificada como homicida, no contexto do morador de rua, no contexto do presidiário etc. Nesta perspectiva, tenho ciência da elaboração de um trabalho reflexivo, que busca desestabilizar noções consolidadas pela cultura e pela tradição e que desafia o pesquisador a trabalhar com a ideia de “vir a ser”, de “metamorfose” e de “tornar-se”, sendo este um terreno complexo, contraditório e em permanente mutação.

1.5 Identidade cultural e representação: o processo de significação em Stuart Hall.

É justamente a análise sobre a forma como se constrói o significado que mobiliza o pensamento de Stuart Hall (1997b). Nesta lógica, o autor configura a representação como um dos eixos centrais para o entendimento da categoria identidade e, especificamente, para o entendimento das “negociações com as nossas rotas”. Daí a importância de tecer reflexões sobre a questão das identidades, no âmbito das ciências sociais e, particularmente, dentro do campo dos Estudos Culturais.

Ao longo da história, o conceito de representação passou por muitas redefinições nas diferentes áreas de conhecimento. Segundo Hall, em obra organizada por SILVA (2000a), na história da filosofia ocidental, a ideia de representação seguiu uma busca para apreender o real de forma mais fidedigna possível, ou seja:

Na história da filosofia ocidental, a ideia de representação está ligada à busca de formas apropriadas de tornar o “real” presente – de aprendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação. Nessa história, a representação tem-se apresentado em duas dimensões - a representação externa, por meio de sistemas de signos como a pintura, por exemplo, ou a própria linguagem; e a representação interna ou mental - a representação do ‘real’ na consciência. (SILVA, 2000a p. 90).

A rigor, a extensão explicativa do conceito de representação, mais especificamente de “representação coletiva”, pensado por Durkheim, no início do século, poderia parecer suficiente no contexto da sociedade ocidental da época, dada a ainda relativa integridade das religiões e de outros “sistemas unificadores”. No entanto, nas sociedades contemporâneas, novos fenômenos representacionais, de origem e âmbitos bastante diversos, impõem-se para análise sob uma perspectiva de mudanças. Para Moscovici (1976), as representações que designam interesse na atualidade diferem das sociedades primitivas, ou seja:

[...] as representações em que estou interessado não são as de sociedades primitivas, nem as reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta à heterogeneidade e flutuação dos sistemas unificadores – ciências oficiais, religiões, ideologias – e às mudanças pelas quais eles devem passar a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum (MOSCOVICI, 1984, p. 18-19).

Compreensivelmente, o reconhecimento da existência de uma diferenciada ordem de fenômenos exigiria também outro tipo de conceito para englobá-los. Daí o surgimento do termo “representações sociais”, implicando em um decisivo afastamento da perspectiva “sociologista” extremada e originária e da construção teórico-conceitual de um espaço psicossociológico específico. Na perspectiva da psicologia social, o conceito de representações coletivas continha, no entender de Moscovici (1984, 1989), vários aspectos que o impediam de dar conta dos novos fenômenos detectados. Dentre esses fenômenos, é válido destacar:

1. No conceito durkheimiano, considerando o objetivo de estabelecer uma psicologia do conhecimento, as representações sociais deveriam ser reduzidas a uma modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos, no quadro da vida cotidiana;

2. A concepção de Durkheim era bastante estática, o que possivelmente correspondia à estabilidade dos fenômenos para cuja explicação havia sido proposta, mas não à mobilidade e dinamismo das representações contemporâneas emergentes;

3. As representações coletivas eram vistas, na sociologia durkheimiana, como dados, como entidades explicativas absolutas, imutáveis, irredutíveis por qualquer análise posterior e não como fenômenos que deveriam ser eles próprios explicados. À Psicologia social, pelo contrário, na lógica de Moscovici, caberia penetrar as representações para descobrir sua estrutura e os seus mecanismos internos.

O que essas diferenças mostram pode ser entendido da seguinte forma: se Moscovici foi buscar na sociologia durkheimiana um primeiro abrigo conceitual para suas críticas ao excessivo individualismo da psicologia social americana, isso não era suficiente ou adequado para os seus propósitos de renovação conceitual. A rigor, o desafio maior consistia em situar efetivamente a psicologia social na encruzilhada entre a psicologia e as ciências sociais, ou seja, em ocupar de fato esse território fronteiro onde se desenvolvem fenômenos, cuja dupla natureza – psicológica e social – tem sido aceita e admitida.

Com o pós-estruturalismo, desenvolveu-se uma vertente de pensamento contrária à noção clássica de representação. O ponto de ruptura com a ideia clássica situa-se na concepção da linguagem e de todo o sistema de significação como uma estrutura caracterizada pela instabilidade e pela indeterminação. Dessa forma, o conceito de representação se apropria dessas mesmas características atribuídas à linguagem (SILVA, 2000a, p. 90).

Conceituando a representação social a partir de estudos contemporâneos, Hall (1997b) caracteriza o conceito de representação como uma produção de significado, ou seja, a representação significaria uma elaboração estabelecida em nossa mente e explicitada através da linguagem, muito adiante da existência de fato ou da observação empírica. Daí decorre dois tipos de processos relacionados ao conceito de representação:

- O primeiro, ligado aos sistemas de correlação e a um conjunto de representações mentais que possuímos;
- O segundo, relacionado à linguagem que possibilita a existência de um mapa cultural partilhado, através do qual possamos representar ou intercambiar significados ou conceitos.

Há, portanto, conforme entende Hall (1997b), um processo mental e de tradução para o sistema em que fomos ensinados a nomear e decodificar o mundo, as pessoas e os eventos – é a construção de signos. Estes signos representam os conceitos e as relações

conceituais entre estes que levamos em nossas mentes e que juntos compõem os sistemas de significação de nossa cultura. Assim, o significado não é inerente às coisas do mundo. Ele é construído como produto e resultado da nossa prática de significações.

Hall (1997b), em sua obra *The Work of representation*, refere-se a três teorias que abordam a discussão sobre a representação: a reflexiva, a intencional e a construtivista. Cada uma delas tem abordagens diferenciadas para a interpretação dos significados nas mensagens: na *reflexiva*, a linguagem funciona como espelho que reflete o verdadeiro significado que já existe no mundo; na *intencional*, o falante propõe o significado através da linguagem; e na abordagem *construtivista*, a linguagem é tomada como produto social, cujos significados são construídos através dos sistemas de representação. É nessa terceira visão que o autor encontra melhor ajuste à sua ideia de representação.

Partindo de uma teoria construtivista sobre representação, Hall ressignifica, também, a forma de percepção do significado, rompendo com a lógica de um significado verdadeiro, único e imutável. A partir daí, o autor ressalta a característica de instabilidade do significado, que será comparado por ele a um jogo ou a um deslizamento. Nesse jogo, novas interpretações podem submeter o significado constantemente, ligando-o a novas leituras de conceitos ou valores.

Nessa discussão sobre representação, vale destacar que as relações de poder e o aprofundamento da noção de sujeito, baseadas fundamentalmente em Michel Foucault, nortearam a estruturação de algumas premissas básicas no pensamento de Stuart Hall. A abordagem discursiva da representação, baseada em Foucault, será especialmente interessante para Hall em três aspectos: ao discutir o conceito de discurso, a questão do poder/conhecimento e a questão do sujeito. Entretanto, mesmo referenciando-se em Foucault, a posição de Stuart Hall é de crítica, ao entender que a tendência ao relativismo pela simplificação dos aspectos relacionados à influência de fatores materiais, econômicos e estruturais no funcionamento do poder e do conhecimento é algo preocupante.

Nesta mesma linha de raciocínio, Woodward lança contribuições interessantes, no sentido de abordar a relação entre identidade e representação. Tal perspectiva toma de empréstimo, do pensamento de Hall (1997b), a ideia de representação a partir da relação entre cultura e significado. Nas próprias palavras de Woodward (2000, p. 17), vale ressaltar:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas

simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: **quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?** Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.

Nesta compreensão, Silva (2000a) situa o estreito elo entre identidade/diferença/representação. O autor enfatiza que é através da representação que a identidade e a diferença passam a ter inteligibilidade. Em consonância com as elaborações de teóricos ligados ao campo dos Estudos Culturais, ele entende que a representação se constitui em um “sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2000a, p. 91).

Nesse sentido, afirma:

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica de suas formas de representação. (p. 91).

Desse modo, a identidade se configura como algo inerente ao sistema de representação que lhe dá sustentáculo, não sendo, portanto, tão transparente como a maioria de nós pensa. Daí a ideia de que, em vez de tomarmos a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, posteriormente, a ser representado pelas novas práticas culturais, “devemos pensá-la, talvez, como uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externa à representação”. (HALL 1996, p. 68). O desafio é reconhecer que, em nossas trajetórias, assim como existem muitos pontos de similaridade, há também pontos críticos de *diferença* profunda, os quais constituem “o que nós realmente somos”; ou melhor, “o que nos tornamos”.

Assim, não podemos interpretar, com exatidão, “uma experiência”, ou “a identidade cultural”, sem admitir a existência do seu outro lado, ou seja, suas rupturas e descontinuidades, que constituem precisamente a “singularidade” de cada povo, de cada cultura, de cada trajetória. Neste sentido, a identidade cultural tanto é uma questão de “ser” quanto de “se tornar”, ou de “devir”. Nas palavras de Hall (1996, p. 69), a identidade,

[...] pertence ao passado, mas também ao futuro. Não é algo que já exista, transcendendo a lugar, tempo, cultura e história. As identidades culturais provêm de alguma parte, tem histórias. Mas, como tudo que é histórico, sofrem transformação

constante. Longe de fixar eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder.

Nesta discussão, Stuart Hall (1996) resgata, também, as principais noções que fundamentam a sua concepção sobre a identidade cultural, chamando atenção para seu caráter fluído e para os “pontos instáveis de identificação”, construídas sob um terreno movediço, com e através de diferenças e negociações culturais, num processo de rupturas e descontinuidades com suas origens, dentro do discurso e sujeitas a um “jogo” histórico-cultural.

Na tentativa de explicar melhor a construção das identidades culturais, Hall (1996) afirma que, é necessário compreender corretamente o caráter traumático da “experiência colonial”. Segundo ele, as maneiras pelas quais os negros e as experiências oriundas desta etnia foram posicionados e sujeitados nos regimes dominantes de representação deixam claro que foram construções de um exercício crítico do poder cultural e da normalização da época. De fato, na história do mundo moderno, há poucas experiências mais traumáticas do que as separações forçadas da África. Como bem salienta Hall, “os escravos eram de diferentes países, comunidades tribais, aldeias, tinham diferentes línguas e povos” (1996, p. 70). Nesta perspectiva, fica claro que, todo regime de representação pode ser visto como regime de poder estabelecido e formado, como pensou Foucault (1979), pelo binômio “conhecer/poder”. Mas, salienta Hall (1996, p.70), esse tipo de conhecimento não é externo, é interno. Ou seja:

Uma coisa é posicionar um sujeito ou um conjunto de pessoas com o Outro de um discurso dominante. Coisa muito diferente é sujeitá-los a esse conhecimento, não só como uma questão de dominação e vontade imposta, mas pela força da compulsão íntima e a (con) formação subjetiva à norma. Esta é a lição – a sombria majestade – da compreensão da experiência colonizadora por FANON, em *Black skin, White Masks*⁴². (Pele negra, máscaras brancas).

Nesta mesma linha de raciocínio, Hall (1996) salienta que entender a expropriação íntima da identidade cultural deforma e leva à invalidez. A falta de resistência e os silêncios seriam produtores, no olhar de Fanon (1963), de “indivíduos sem âncora, sem horizonte, sem cor, raízes, ou Estado – uma raça de anjos”⁴³. Com essa afirmação, retomo o que me interessa ao resgatar a perspectiva conceitual de Stuart Hall, ou seja, munir-me de um referencial teórico que ajude a pensar as redefinições identitárias de meninas que cometeram homicídios

⁴² FANON, Frantz. “On National Culture”. in *The Wretched of the Earth*, Londres, 1963, p. 170.

⁴³ p. 176.

e cumpriram sentença de privação de liberdade. Adolescentes que, em suas negociações com rotas e trajetos, envolveram-se com a delinquência, chegando ao ato de matar, entendido aqui como uma troca identitária marcante em seus percursos.

Portanto, nas trajetórias das protagonistas desse estudo, as renegociações com trajetos e rotas percorridas não significam que o passado foi solapado de suas histórias. Na verdade, ele é reconstruído, sempre por intermédio de lembranças e pelas marcas de uma vida em renegociação. Segundo Hall (1996, p. 70), “Seu passado continua a lhe falar”. De outro modo, ao deixarem suas casas, seu lugar de pertença, seus municípios, levam consigo as marcas de uma vida entrecortada pela diferença e por uma profunda sensação de deslocamento. Tal sensação parece não cessar, mesmo quando ocorre o regresso para casa, após o cumprimento da sentença. Em sentido diaspórico, a privação de liberdade mudaria “a vida das jovens que saem do internato, das que já estão e das que chegam”, construindo, desse modo, “novos tipos de sujeitos”, os quais são modelados à luz do deslocamento, das trocas e negociações identitárias, vivenciadas ao longo das trajetórias, percursos e rotas trilhadas.

2 TEORIZAÇÕES SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE NA ATUALIDADE: ESTILOS, TRIBOS E TERRITÓRIOS JUVENIS.

2.1 Circunscrevendo o conceito de juventude no campo das ciências sociais.

“O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito do mundo, isto é: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou”... (personagem Riobaldo, Grande Sertão Veredas, de João Guimarães Rosa).

Elaborar reflexões sobre a categoria juventude no campo das ciências sociais é, no mínimo, caminhar por traçados indefinidos, marcados pela fluidez conceitual e por diferentes interpretações. Neste entendimento, a juventude é definida como uma construção sociocultural e histórica, sem restringir-se a delimitações de idade ou geracionais. Daí, a existência de uma fronteira entre juventude e velhice, que vem sendo tomada como objeto de vários debates e disputas neste campo de teorias.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1983) reflete um pouco sobre esta categoria de análise ao definir juventude como apenas “uma palavra”. Neste enfoque, a idade seria um “dado biológico” socialmente manipulado e manipulável. O próprio fato de dar aos jovens um trato específico, como se fossem uma unidade social, fixa e imutável, visualizando-os como um grupo dotado de interesses comuns, relacionados a uma idade biologicamente definida, já se constitui, por si só, uma manipulação evidente. De fato, as teorias sobre a categoria juventude comumente expressam um esforço de apreensão de uma vivência cultural juvenil, que parece entrecortada pela ambivalência e pelo caráter movediço de sua interpretação.

Um dos ecos desse caminhar contraditório diz respeito à chamada “cultura-adolescente-juvenil”⁴⁴, que, segundo Edgar Morin (1986), foi produto da cultura de massas, passando naturalmente a se formar a partir das leis de mercado. Além disso, ela procurou também diferenciar-se por meio da revolta, da dissidência social e da política. Daí a ideia de que a “juventude” pode ser considerada o ator por excelência de uma nova ordem social, na

⁴⁴ Morin (1986), ao trabalhar com a concepção de “cultura adolescente-juvenil”, buscava saber se todo esse fenômeno não teria gerado uma “classe de idade” específica. Mas, para ele, “classe” é um termo bem definido e se refere à posição que os indivíduos ocupam frente à propriedade dos meios de produção e não apenas frente a uma determinada posição cultural. Todavia, o autor acredita que se possa usar o termo “cultura-adolescente-juvenil” referindo-se a um determinado grupo de pessoas classificadas genericamente como adolescentes e jovens na medida em que “esta cultura cristaliza virtualidades provocadas pelo conjunto do processo social”.

medida em que ela “protagoniza” as relações de superficialidade (“amores e afetos líquidos”), representando, também, o segmento mais expressivo no consumo dos bens simbólicos, produzidos e reproduzidos na “cultura de massas” (MORIN, 1986). Nesta lógica, “consumir é ser jovem, ser moderno”.

Alguns estudos sobre juventude, ao caracterizar as “gerações culturais” dos anos 50, 60 e 70, apresentam os jovens como “alavancas do desenvolvimento social” que protagonizam os anseios e as necessidades de uma crítica social mais ampla. Nesse contexto histórico, expande-se o consenso de que devem ser os jovens os agentes da emancipação social, “a quem compete agir, provocar acontecimentos, correr riscos e, de forma geral proporcionar estímulos” (ROSZAK, 1972, p. 15). Por outro lado, paralelamente a essa discussão que coloca a juventude como sujeito simbólico de uma “contracultura ao sistema do capital”, forjam-se outras teorizações centradas na visão de que é na juventude que se cristalizam comportamentos indicadores de problemas sociais e desvios.

Profundas dissenções separam, no entanto, as teorias do novo e do velho continente a respeito das organizações juvenis. Nos Estados Unidos, apesar do eventual apelo a uma teoria da *underclass* em alguns textos, é indiscutível a predominância de uma sociologia da juventude que focaliza ora a delinquência, ou o que Matza (1968) chamou de *drift* (estar à deriva), ou o comportamento desviante⁴⁵. O foco na idade, no período atribulado da adolescência e no desenvolvimento de uma subcultura (ou subculturas) da juventude, resulta na tentativa de explicar pela fase da vida as práticas, organizações e valores dos jovens de diferentes origens e de diversas posições na sociedade. Essa teoria teve seu momento privilegiado na década de 1960, tendo como representantes Parsons (1963), que percebia na chamada “civilização dos jovens” um meio de recuperarem o estatuto indeterminado e potencialmente marginal compartilhado por toda a juventude de forma generalizada; e Marcuse (1969), para quem a juventude era uma “quase classe social” homogênea, com interesses e valores próprios. Nesta perspectiva, a civilização ou classe dos jovens seria definida pelo romantismo (o gosto pelo imediato, pela importância da experiência e da

⁴⁵ O autor mais conhecido dessa corrente é David Matza, que critica o que ele denomina de “delinquente positivo”, ou seja, o determinado pelas teorias que, baseadas nos diferenciais de taxas de delinquência por classe, etnia e residência urbana, preveem muito mais delinquência do que realmente ocorre. Entre os jovens, haveria uma alta frequência de recuperação espontânea (entre 60 e 85%), visto que o compromisso deles com as “subculturas” que requerem o desrespeito à lei não é nem uma poderosa coação nem uma obrigação. Daí o caráter, para dizer o mínimo, intermitente e transitório da delinquência juvenil, que ele prefere denominar de “deriva”. Vide ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004, p. 183.

sensação) e pelo hiperconformismo com seu grupo de pares (centro da socialização sexual, da música partilhada, além do desvio tolerado por causa das contraditórias orientações recebidas). Tal teoria, muito marcada pelos movimentos contestatórios dos jovens de classe média nos anos 60, perdeu seu poder de análise fora do quadro desses movimentos. Assim, como afirmou um de seus críticos (DUBET, 1987), a amplitude e o alcance da sociologia da juventude é limitado pela inexistência de uma uniformidade de hábitos e valores em toda a juventude de um país, o que poderia ser imaginado apenas em regimes totalitários nos quais a juventude seria submetida a um rígido processo inculcador e de assimilação.

Do ponto de vista sociológico, pode-se afirmar que cada uma dessas teorias remete a uma configuração analítica diferenciada perante o fenômeno das culturas juvenis nascidas no pós-guerra. Entretanto, pode-se identificar um viés comum entre o conjunto de teorizações acerca da juventude ao longo do tempo, especificamente, até o final dos anos 60, seja pela configuração do desvio que marcou a Escola de Chicago, seja pelo teor transformador/revolucionário que marcaram as análises sobre as manifestações estudantis, caracterizadas pela ideia que circunscreve uma contracultura ao sistema capitalista. E, foi assim, que a juventude, enquanto categoria de análise, se construiu historicamente, ou seja, fortemente articulada ao potencial de rebeldia e de ruptura.

Mais recentemente, nos anos 80, a ideia de passividade e alienação que se delineou sobre a juventude da época não foi apenas derivada a partir de posicionamentos e condutas dos próprios jovens, assim como, em outros contextos, esses imaginários revelam visões classificatórias do comportamento social. Vale destacar que, até meados dos anos 80, configurava-se a noção, seja na experiência política, seja no plano do debate acadêmico, de que as ações que se desenrolam no campo da cultura, das expressões artístico-culturais e do consumo não poderiam ser consideradas ações políticas com potencial de emancipação social. Assim, os jovens, nessa década, mesmo adentrando a “cena” do consumo de massa e produzindo “estilos, produtos e mercadorias culturais”, não foram considerados sujeitos com potencial emancipador/transformador, sendo classificados como uma juventude inativa, passiva e alienada.

Considerando as vivências juvenis que marcam os anos 90 e anos 2000, é possível assinalar um denominador comum entre estas décadas, consubstanciado pela necessidade da

formação de grupos, tribos⁴⁶ ou bandos. Nesta perspectiva, Maffesoli (1987b, p. 7) destaca o seguinte:

Eis o que me parece estar em jogo para nossas tribos contemporâneas. Pouco lhes importa o objetivo a ser atingido, o projeto econômico, político ou social a ser realizado. Elas preferem “entrar no” prazer de estar junto, “entrar na” intensidade do momento, “entrar no” gozo deste mundo tal como ele é.

Tal perspectiva comporta uma evidente contradição a ser demarcada, qual seja: a de que a juventude contemporânea ao mesmo tempo em que mergulha no “presentismo” de forma intensa, preferindo vivenciar a intensidade do momento e o gozo de estar junto, também reivindica o regresso ao “tribalismo”, impulsionada pelo desejo de retomar a segurança do “tempo das tribos”. Tal tempo é evidenciado entre os grupos da atualidade (emos, *headbangers*, *punks* etc.) pela urgência de uma sociabilidade empática, construída na partilha das emoções, afetos e sentimentos. Nesta perspectiva, as trocas e negociações comerciais, fundamento de todo estar junto na sociedade capitalista, não pode mais ser entendida simplesmente como uma troca material, por constituir-se, no tempo presente, também por negociações afetivas, pelo comércio de ideias, pelo comércio subjetivo ou amoroso.

Desse modo, as “tribos juvenis” ou “cenas juvenis” passaram recentemente a ser metáforas recorrentes, quer na vida social ou nas reflexões das ciências sociais, para classificar muitos dos atuais microgrupos (*punks*, emos, *headbangers*, gangues etc.), ou seja, jovens marcados por um estilo próprio e com alguma visibilidade social de dimensão espetacular, diferenciada e exótica. Nesse sentido, as *tribos* privilegiam o eixo analítico da *forma*, dada uma encenação imagética e/ou performática marcante entre os grupos, cujo objetivo é impactar e dar visibilidade aos seus participantes, capaz de identificá-los com a cena de *Rock* (jovens *headbangers* ou metaleiros), com a cena de jovens torcedores que se enfrentam em estádios e clubes de futebol (no caso das torcidas uniformizadas) ou com a cena de agrupamentos *emos*, que pode ser configurado como o estilo cultural de grande parte da juventude contemporânea. Para Ferreira, o conceito de “tribo” ou “cena” “sensocomunizou-se” entre os próprios jovens, enraizando-se através de suas linguagens cotidianas, sobretudo

⁴⁶ Para Maffesoli (1987b) o termo tribo remete ao “tribalismo”, ao “nativo”, ao “bárbaro”, ou seja, o termo tribo rediz a origem e, com isso, restitui vida ao que tinha tendência a se esclerosar, a se aburguesar, a se institucionalizar. Nesta perspectiva, as juventudes dos anos 90 e 2000 vivenciam o que Maffesoli chamou de “tempo das tribos”, um tempo circunscrito pela importância do sentimento de pertencer a um grupo, a um lugar, como fundamento essencial de toda vida social.

enquanto metáforas de espaços sociais vistos como subterrâneos, alternativos e dissidentes. Dessa forma, tais metáforas,

quando operacionalizadas no âmbito da sociologia, tentam, contudo, ir mais longe, demarcando-se analiticamente da reificação ontológica e estática, da homogeneidade e fechamento social, da cristalização identitária e determinação ideológica pressupostas nas anteriores nomenclaturas, consubstanciando-se uma viragem conceptual na abordagem das pós-subculturas, como lhes chamam alguns autores. (FERREIRA, 2008, p. 44).

Levando-se em consideração a controvérsia ainda mantida academicamente sobre a atual validade heurística dos conceitos de *cultura juvenil*, *contracultura* e *cena juvenil*, nomeadamente no âmbito da sociologia e antropologia da juventude, optei, neste trabalho, por um termo conceitualmente mais simplificado para designar determinado tipo de vivência juvenil. Assim, apropriando-me das noções de *microcultura* e *tribo juvenil*, no sentido de perceber o fluxo de significados, de valores e negociações realizadas por um pequeno grupo de meninas que, em suas trajetórias, passaram pela experiência de cometer um homicídio, chegando, assim, à sentença de privação de liberdade.

Segundo Ferreira (2008), no Campo das Ciências Sociais, o contexto das culturas juvenis, circunscrito no eixo do *poder*, remeteria a *microculturas* como filiações sociais – que podem ser não apenas etárias ou geracionais, mas de natureza sexual, de classe, poder etc. – a partir das quais se projetam e elaboram formas culturais de reação aos problemas colocados pela especificidade do grupo no interior da “cultura” da qual seus membros são originários. Nesta lógica, as chamadas subculturas juvenis nascidas no pós-guerra, por exemplo, na tradição da abordagem desenvolvida pela Universidade de Birmingham, surgiram entre jovens operários ingleses como resposta *funcional* às transformações e dificuldades vividas por estes jovens vindos da classe operária, nesse período⁴⁷. Na verdade, os problemas enfrentados por cada grupo, dentro de um contexto e de um tempo específico, levaram-me a aprofundar a ideia que refuta a existência de uma juventude única, imutável e coerente. Para Lagrée (1987), por exemplo, não existe o que comumente se denomina de *cultura jovem*, mas, sim, várias *culturas jovens*. Pode-se perceber isso quando analisamos o contexto e a extração social

⁴⁷ Brake (1985); Cohen (1984); Cohen e Taylor (1978); Garrat (1997); Gelder e Thornton (1997), Hall e Jefferson (1976); Hebdige (1979, 1986); Moore (1994); Mungham e Pearson (1976); Redhed (1997). Vide: FERREIRA, Vítor Sérgio. **Marcas que demarcam:** tatuagem, body piercing e culturas juvenis. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2008.

desses jovens e comparamos com as dificuldades, o tipo de práticas sociais e os posicionamentos assumidos pelos mesmos ao longo de suas trajetórias.

Assim, pode-se dizer que, dentro de um mundo marcado pela transitoriedade e pela fluidez dos acontecimentos, tanto os *headbangers*, *punks*, *emos* e as meninas em conflito com a lei, todos experimentam ou experimentaram múltiplas redefinições identitárias em seus percursos, as quais parecem impulsioná-los a reivindicar o direito a viver em grupos/tribos. Todavia, os problemas enfrentados por cada grupo juvenil que, também, podem ser compreendidos como uma forma de identificação, muitas vezes, delineiam distinções entre esses grupos, expressando em cada estilo juvenil “um modo de querer ser diferente”. De fato, é nesta perspectiva que a diferença remete para a dimensão contrastante das identidades, enfatizando a pluralidade como condição implícita e necessária à dinâmica de diferenciação, ou seja, só há lugar para a identidade se houver uma diversidade de fios de identificação nessa tessitura, sendo que esse sentido de diferença constitui e precede a construção identitária de cada grupo. Assim, as microculturas juvenis, não constituem grupos estáveis e coesos, mas “redes” de relações sociais fragmentadas, dispersas e flutuantes, por onde se *flana* ao se estabelecer filiações sociais e compromissos simbólicos tênues, funcionando, para alguns jovens mais “inadaptados” às instituições formais, como espaços sociais de fuga a um cotidiano restrito e normatizado. Nestes grupos, talvez, encontram-se as referências de identificação, os recursos simbólicos, a liberdade de expressão, as válvulas de escape e a margem de manobra para modelar uma subjetividade que pretende ser singular, rebelde e diferente de uma imagem juvenil percebida como massificada, silenciada e conformista.

As microculturas juvenis apresentam-se, assim, como espaços de *socialização inclusiva*, *lócus* onde se vivenciam as válvulas de escape (música, sexo, drogas, conversas em grupo e processos de identificação), constituindo-se, também, em espaços de acolhimento, aceitação e de reconhecimento pessoal para aqueles que, noutros contextos, não têm facilidade de integrar-se, conectando esses jovens com uma atitude dissidente através de linguagens específicas, atitudes e formas de ação que lhes são sedutoras e entendíveis entre eles. Hoje, de fato, a escala que organiza a vida da juventude cede cada vez mais a uma dimensão micro, vivencialmente estruturada em redes microculturais, de onde emerge fundamentalmente como forma expressiva de construção, reconhecimento e redefinição de identidades pessoais e coletivas. Nestas redes de interação, surgem formas de reivindicações de natureza cultural, na base da troca e negociação de determinadas formas distintas e distintivas de identidade, conferindo aos seus protagonistas não só um forte sentido de

inclusão e demarcação de valores, mas também de existência social. Nesses espaços, pode-se dizer que os jovens marcados pelo estigma social sentem-se *sujeitos* de sua própria trajetória.

2.2 Culturas e estilos juvenis: *punks, skinheads, headbangers e emos*.

Antes mesmo das terminologias que caracterizam esses grupos juvenis aparecerem e ganharem espaço nos meios de comunicação de massa, já se percebia, nos diversos espaços da cidade de Fortaleza, a formação de turmas, tribos ou bandos de jovens. Tais grupos representariam o que venho chamando de “tribos e microculturas juvenis” e, que, segundo Edgard Morin constitui uma cultura específica – a chamada *cultura-adolescente-juvenil*, criada pelos jovens e reproduzida pelo sistema e leis do mercado, a processar-se através de um “conflito dialético entre os fermentos críticos ou de desintegração e as enzimas da integração” (MORIN, 1986, p. 113).

Para elucidar as chamadas *microculturas e estilos juvenis* surgidos na atualidade, me aproprio da ideia elaborada por Edgard Morin (1986), ao entender que esses estilos frequentemente geram situações de contradições e ambiguidades, o que se explica pelo fato de terem nascido no interior da cultura de massas e de funcionar segundo as leis do mercado. Por outro lado, dentro da chamada *cultura jovem*, contraditoriamente, existem divisões que evidenciam uma ala “integrada” ao consumo e uma outra em que a destruição o supera, pela construção de valores contestatórios, cujos significados e formas de ver o mundo estão mais próximas da violência, da agressividade, das drogas, da rebeldia e da contestação social.

No caso *punk*, ou pelo menos para uma parte, os interesses comerciais ou de troca estiveram presente, materializando-se sob o rótulo de *New Wave*. Foi por meio dessa nova onda e de sua apelação midiática que, em 1977, esse estilo juvenil alcançou o mundo. Isso se deu através de tudo que pudesse ser comercializado com o objetivo de atender à demanda de uma plateia mais ampla produzida pelo mercado mundial.

Contudo, em 1981, os *punks* tentaram uma reação frente ao processo de massificação e comercialização. Para isso, utilizaram-se do lema *punk not Dead*, popularizada pela banda escocesa *The Exploited*, que, assim como algumas outras, propunha-se a fazer um som “*Oi!*”⁴⁸. No processo de retomada do *punk*, várias bandas participaram de shows

⁴⁸ O *oi!* deriva de uma palavra em gíria. O “*cockney*” significa uma palavra falada nos subúrbios pobres de Londres, possuindo um estilo musical mais lento que o *punk-rock*. Em seu objetivo inicial, o *oi!* tinha a intenção de congregar *skinheads, punks* e jovens desempregados, mas, devido à pressão dos meios de comunicação, às acusações de violência e os conflitos que ocorriam em seus shows e encontros e, principalmente, devido às

denominados *Rock against Racism*, cujo intuito era combater a influência da extrema direita na classe operária, principalmente entre os jovens. Esses shows, no entanto, foram encerrados devido a conflitos e a acusações de que determinadas bandas, ouvidas por jovens *skinheads*, teriam ligações com a extrema-direita e seriam racistas. Em 1981, por exemplo, em Southal, os *Four Skins* foram acusados de terem provocado os violentos conflitos civis que envolveram os *skinheads* e os jovens asiáticos.

No Brasil, as primeiras informações sobre os *punks* chegaram a partir de discos, de revistas especializadas, de jornais e da mídia em geral, apenas no final da década de 70, ao lado das primeiras informações sobre os *skinheads*. O que possibilitou essa inserção no Brasil, entre outros fatores, foi a existência prévia de um mercado de consumidores jovens, ávidos em receber informações que vinham do exterior, em comprar discos e revistas, os quais refletiam a expansão da cultura de massas no Brasil.

Influenciada por esse contexto, a imprensa brasileira, em meados de 1977, começou a produzir materiais sobre o *punk* europeu e, ao mesmo tempo, a denunciar a sua presença no Brasil. A revista “Isto É”⁴⁹, por exemplo, publicou a reportagem: “Há futuro nos punks?”. Nesse contexto, pode-se dizer que existe muita animação em torno desse estilo na Europa, mas por aqui o movimento custa a emplacar. A reportagem da revista afirmava que,

No Brasil, o *punk* só se manifesta através do visual e algumas caretas ... e, se na Europa é um caso de polícia, aqui virou curtição tropical... Uma grande confecção (ELLUS) lançou a moda *punk* em São Paulo... No Rio uma confecção de prestígio, a Blu-Blu, lançou uma camiseta simples com a estampa da palavra PUNK.

No entanto, se no Brasil o *punk* se configurava como uma curtição, sendo tranquilamente incorporado pela indústria da moda, na Europa esse estilo tomou outra conotação. Em alguns relatos de *punks* europeus, fica evidente a busca pelo insulto, caracterizado pelo descrédito à democracia e pela vinculação com a extrema-direita, além do uso da suástica à Legião de Honra, configurados, também, pelo retrato de Stalin e de Hitler.

Neste contexto, desde 1977, evidenciamos neste estilo duas questões que se articulam contraditoriamente: de um lado, a violência, o descrédito aos valores democráticos e as vinculações com a extrema direita; de outro, a incorporação do *punk* pelo sistema. Na

acusações de vinculações de algumas bandas e de grupos de *skinheads* à extrema direita, o movimento passou a ser chamado de *skunk*.

⁴⁹ Revista Isto É, novembro de 1977.

verdade, estas duas posições se relacionam contraditoriamente, de forma simultânea e sem grandes questionamentos, ou sem uma análise mais profunda sobre essa estética.

Em seu artigo “A aventura *punk*”, Lacerda (1993) explica que a palavra *punk* está circulando há séculos na Inglaterra e, posteriormente, na América, sempre ligada a conotações negativas de rejeição e de exclusão social, de práticas opostas à moral e aos bons costumes. Em sua análise, ele afirma que o movimento *punk* inglês não tem feito outra coisa senão continuar uma tradição de séculos, ou seja, dar um novo sentido aos atributos de rejeição social, transformando-os em algo positivo. Isso significa, na prática, tomar esses atributos na forma de expressão de um tipo de arte. Segundo Lacerda, os *punks* ingleses, ao assumirem um jeito de ser estigmatizado, utilizaram os seus valores e os atributos negativos atribuídos pelo conjunto da sociedade como uma forma de expressão, não apenas de um estilo de arte, de música, mas principalmente de determinados comportamentos e estilos ou atributos.

Caiafa assinala que, em 1982, no Rio de Janeiro, com a reativação do *Rock* e sua banalização através do *New Wave*, os *punks* dos subúrbios lançaram o seu brado de revolta e de desobediência. O *New Wave*, segundo a autora, apontava para a possibilidade da assimilação do estilo *punk* pela moda, pela mídia e para sua tendência a morte. Segundo a autora, tal estilo assume "a despreocupação e a diversão, numa ausência total de questionamento, ao aproveitar tudo o que a sociedade investiga e divulga, sendo a música do consumo por excelência ...". (CAIAFA, 1985, p. 34).

Quanto aos *skinheads*, Caiafa afirma que, no Brasil, eles custaram a se estabelecer como movimento. Todavia, nos subúrbios paulistas, desde 1981 e 1982, os “carecas do subúrbio” já tinham começado a elaborar as suas “diferenças” com os *punks*. Neste cenário, os “carecas” iniciaram suas trajetórias no Brasil, organizando-se em grupos ou gangues e se autoafirmando por meio da violência, estando mais próximos às características iniciais do *punk* no Brasil. Ao mesmo tempo, expressavam vários dos valores típicos dos trabalhadores, de um modo geral, como a busca da dignidade no trabalho, o respeito, o reconhecimento social, além de assumirem frequentemente posturas moralistas e nacionalistas. Eram jovens pobres, pertencentes, em sua maioria, a uma camada social que se via em posição de dominação e fragilidade frente à crise econômica da década de 80.

Helena Abramo (1994), ao analisar os *punks e darks* no espetáculo urbano, faz um apanhado analtico sobre as chamadas culturas juvenis urbanas. Seu momento histórico circunscreve a década de 80 e o espaço da cidade de São Paulo como demarcação cartográfica. A grande contribuição de seu trabalho diz respeito a preocupação em questionar

quem eram esses jovens, quem era a juventude *punk* e *dark* dessa época. O que buscavam, afinal? Que negociações realizaram com seus percursos e rotas? O que há de obscuro em suas escolhas e trajetórias?

Nesse entendimento, pretendo ir mais adiante com essa análise. A rigor, saliento que os *punks* e *skinheads* já não podem mais ser caracterizados apenas como jovens marginais ou grupos dissidentes, como eram definidos nas primeiras análises sociológicas, sendo analisados sob a ótica do desvio e da marginalidade, tampouco vistos como revolucionários que formaram o ideal de emancipação gestado nos anos 60, referendado pelos movimentos estudantis e pela contracultura ao sistema capitalista. Por outro lado, Abramo (1994), ao traçar uma cartografia temporal da era *punk*, sai do lugar-comum e encontra certa positividade nas culturas e estilos juvenis urbanos, articulando esses estilos com as cenas musicais do *punk* e do *Rock in roll* nascidas em meados da década de 70. Desse modo, a autora delinea uma complexa relação entre o passado e o tempo presente, ao perceber que o objetivo de construção do movimento *punk* se configura, também, como uma resposta que irá influenciar os estilos culturais da juventude contemporânea. Nesta perspectiva, a autora desconstrói a visão linear que articula os jovens *punks* apenas com o consumo desenfreado e com a mídia, desmontando a alienação que caracterizaria esses jovens a partir da compreensão construída por essa forma analítica.

Assim, ao tomarmos o movimento *punk* do final dos anos 70 e anos 80 como paradigma e estilo cultural que influenciará o tempo presente, temos a dissolução de algumas dicotomias que emperram uma visão mais detalhada sobre esse tema. Entre estas dicotomias, vale destacar o binômio resistência/alienação. Em verdade, os *punks* não encarnaram a lógica da revolução, no sentido de formar uma resistência organizada, na busca por uma mudança estrutural na sociedade, tampouco uma postura alienada frente aos problemas sociais. Sua estética, com *jeans* diferente, calças rasgadas e botas de operários fizeram do estilo *punk* uma marca de criação e visibilidade pública, o que aponta para diferentes trocas e negociações subjetivas, as quais influenciariam com suas *performances* os grupos juvenis surgidos na atualidade.

Partindo desse jogo de performances e estéticas musicais, pode-se encontrar uma diversidade de estilos atuais. Um exemplo disso são os visuais *headbanger*⁵⁰ e *emo*. Na

⁵⁰ Os *headbangers*, que também são chamados de *heavys*, *metaleiros*, *metalheads*, *metal*, os de camisas pretas, formam um grupo urbano que estabelece redes de relações sociais por compartilhar, entre outros aspectos, os mesmos gostos musicais, ou seja, apreciam um tipo de música rotulada de

performance emo, o estilo musical é identificado como *emocore*, que vem do inglês *emotive* e significa o estilo *rock*, que encarna um tom mais emocional, meio adolescente, em que a depressão se torna a forma de estética grupal. Neste visual, os adolescentes do sexo masculino demonstram fragilidade, diferenciando-se da estética difundida pelo visual dos *skinheads* brasileiros, chamados de carecas de subúrbio nos anos 80, os quais assumiam as manifestações de violência, a força, a organização em gangue, as posturas políticas não aceitas e o uso da suástica nazista como ponto de honra e forma de agressão. No visual *emo*, são valorizados os corpos magros ou não tão fortes, e o cabelo estilo andrógino é geralmente pintado na cor rosa, tendo uma parte caída sobre o rosto. Os olhos apresentam aspecto melancólico, deprimidos com recursos de sombras e maquiagens em tons escuros. As roupas apresentam um estilo bem adolescente, com blusas de mangas compridas e golas altas que trazem certo tom obscuro, mas também demarcam um estilo bem infantil de ser e estar no mundo.

Sobre os chamados *headbangers* ou “metaleiros“, o entendimento que se desenvolveu ao longo do tempo de que estes grupos juvenis encontram na música do *Rock*, especificamente no metal, um jeito de reinventar-se, instituindo-se para além dos modelos impostos e esperados pela ordem social. Não se trata, portanto, de uma busca ou conquista de poder, no sentido tradicional do poder político, mas no sentido de conquistar um espaço para *poder fazer* margem de manobra de *existência* em meio a tantas outras performances urbanas. Nessa ótica, criam um elaborado modo de adorno e caracterização corporal, ou seja: vestem-se de preto, fazem um gesto de identificação com as mãos em forma de chifre (denominado por esses grupos de *cornuto*), além de difundirem um som quase ensurdecedor, utilizando *distorcedores*⁵¹, *feedbacks*⁵² e uma variabilidade de *pedaleiras*⁵³ na produção e difusão do som.

heavy metal (PACHECO, s/d, p.01). Vide PACHECO, Leonardo Turchi. **Som de Macho: Uma reflexão sobre identidade, masculinidade e alteridade entre os *headbangers*.** GT Gênero e Juventude. Disponível no site: www.fazendogenero.ufsc.br.

⁵¹ Distorção é o ato de deformar uma imagem, um sentido ou um som. Neste último é necessário o uso de equipamentos eletrônicos, os distorcedores de guitarras, que produzem o efeito de distorção nos *riffs* (MEDEIROS, 2008).

⁵² *Feedback* é o nome dado ao procedimento através do qual parte do sinal de saída de um sistema (no caso o som) é transferida para a entrada deste mesmo sistema, com o objetivo de diminuir, amplificar ou controlar a saída do sistema. No caso específico do Metal, os *feedbacks* são utilizados para amplificar a quantidade de decibéis emitidos pelas caixas de som (MEDEIROS, 2008).

⁵³ *Pedaleiras* são equipamentos eletrônicos, semelhantes a um teclado de computador, utilizados na produção de diferentes sons quando acionado pelo executante (MEDEIROS, 2008).

Em meio a essa multiplicidade de estilos, tendências e gostos musicais inserem-se as protagonistas do meu estudo. Estas jovens, mesmo durante o período de privação de liberdade, buscam dar continuidade a gostos, estilos e modos de ser das tribos as quais pertencem. Mesmo durante o período de internção, encarnam determinadas performances musicais, tornando perceptível a ligação com alguns grupos juvenis da atualidade, dentre os quais estão os *headbangers*, *emos*, *gangues* e *torcidas uniformizadas de futebol*. Inseridas nestes grupos, as adolescentes envolvidas na prática de homicídios negociam amizades, afetos e interesses, vivenciando um processo de identificação específico, firmado pela construção de linguagens e códigos de conduta peculiares. Desse modo, são classificadas, por alguns estudiosos pela metáfora designada de “tribos urbanas”.

E, apesar do estilo *punk* ser pouco modal atualmente, percebi em minhas protagonistas certa influência da estética *punk*, caracterizando-se com roupas pretas, *jeans* rasgados e com a utilização de cordões e colares, bem como o uso de tênis surrados ou botas masculinas. Por outro lado, a experiência na prática da prostituição redimensiona a construção do estilo e do modo de se vestir destas adolescentes.

O estilo musical, as escolhas pessoais e a decisão por pertencer a determinadas tribos, também indicam diferenças na forma de negociar afetos, sentimentos e até a própria sexualidade. Posteriormente, aprofundo esta análise, com a elaboração de um tópico específico sobre as “meninas envolvidas na prática de homicídio, tomando o envolvimento infracional como algo provocativo, chegando, assim, a uma formulação que, a meu ver, encarna o enigma que se impõe como desafio neste trabalho investigativo: “meninas envolvidas na prática de homicídio: que juventude é essa?”

2.3 Meninas envolvidas na prática de homicídio⁵⁴: que juventude é essa?

As jovens aqui referidas são adolescentes entre doze e dezoito anos, excepcionalmente até os vinte e um anos de idade, provenientes de famílias pobres e moradoras de bairros periféricos da cidade de Fortaleza, que cursaram somente as séries iniciais do Ensino Fundamental e, segundo seus relatos, abandonaram a escola por opção pessoal (em consequência do envolvimento na prostituição, gravidez precoce e uso de drogas)

⁵⁴As meninas que cometeram homicídios ou “crimes de morte” podem ser classificadas como “alguém a quem se atribui a prática de ato infracional”, a ser julgado pela Justiça da Infância e Juventude, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13/07/1990).

ou ainda pelo fato de optarem pela inserção no mercado informal de trabalho, objetivando auxiliar no orçamento doméstico. A ocupação na camelotagem, muitas vezes ilegal, se inscreve como saída para o desemprego na vida dessas jovens, assim como o tráfico de drogas, o roubo e a prostituição, que penetrou com grande facilidade o cotidiano dos bairros periféricos da Capital do Ceará. A maioria dessas adolescentes também guarda em suas lembranças as marcas de conflitos familiares, envolvimento com gangues e abusos sexuais diversos.

Sobre o perfil educacional de meninas atendidas pelas unidades de internação e semiliberdade do Estado do Ceará, cabe destacar que, mesmo com a constatação de baixos índices de escolaridade e a alta taxa de evasão escolar, elas apresentam maior interesse e melhor aplicação do que os adolescentes do sexo masculino. Entretanto, diante do contexto de precária inclusão e estigma social vivenciado, estas adolescentes, em sua maioria, largam a escola para cuidar dos filhos e/ou trabalhar como domésticas, faxineiras e babás no mercado informal. Durante as atividades escolares, desenvolvidas durante o cumprimento da medida de internação, observei que as meninas têm mais disciplina e aplicação nas atividades, utilizando melhor seus recursos intelectuais. Pesquisa realizada pela Secretaria de Assistência Social do Estado do Ceará (CEARÁ, 2005) revelou que o índice de adolescentes do sexo feminino que não frequentavam a escola, antes de serem encaminhadas para o Centro Educacional Aldaci Barbosa, é bastante elevado. Neste Centro Educacional, de um total de vinte adolescentes que cumpriam sentença, nove não estudavam antes da internação, ou seja, quase 50% do percentual total de jovens em cumprimento de medida.

Buscando compreender aspectos peculiares de meninas envolvidas na prática de homicídio, tomo emprestado, aqui, a perspectiva de Alba Zaluar (2004), ao analisar as trajetórias de “meninos e meninas” no crime, partindo da reflexão de como a pobreza e a exclusão social afeta a vida destes jovens, considerando a instituição do chamado “processo de feminização e a infantilização da pobreza” no Brasil como um elemento analítico relevante. Segundo a autora, qualquer que seja o critério adotado para calcular a pobreza destes sujeitos sociais, não existe dúvidas sobre a correlação entre baixa escolaridade e baixa renda. Nesta perspectiva, cabe destacar que,

[...] Os trabalhadores analfabetos ou com um ano de escolaridade constituem, segundo dados do IBGE, 72% dos trabalhadores pobres do país. Os que têm cinco anos de escola ganham 55% a mais do que a média dos salários no país, onde 60% dos trabalhadores ganham menos do que US\$ 130 mensais. O aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres e de crianças com menos de 10 anos nas famílias

de percentual de renda mais baixa no país é fato apontado por numerosos estudos. (ZALUAR, 2004, p. 30).

Esses dados trazem subsídios para pensar o fenômeno das meninas envolvidas na prática de homicídio que, em suas trajetórias, pouco a pouco cortam seus laços com a família e a escola e passam a viver nas ruas, onde são submetidas a todo tipo de usos e abusos, inclusive aliciamento e receptação de objetos roubados, sendo, também, absorvidas pelas redes de prostituição infanto-juvenil. De fato, estas meninas vivenciam um processo de “desfiliação social”, construindo seus trajetos num movimento contínuo de gestação e alternância de personagens⁵⁵. São “ora algozes”, ora “vítimas sociais”, ora “ovelhas negras”, ora “boas meninas”.

Segundo Santos (2006), a “desfiliação” vivenciada por estes sujeitos deve ser percebida como um problema civilizacional, fortemente marcado por um processo sócio-histórico-cultural, através do qual uma cultura, entendida aqui como uma construção, por via de um discurso de verdade cria o interdito e o rejeita, ou seja, estabelece um limite para além do qual só pode haver transgressão, lançando para outro lugar todos os grupos sociais que são atingidos pela diferença e o interdito social, sejam eles: a delinquência, a orientação sexual, a loucura ou o crime.

É nesse contexto que meninas pobres, oriundas de bairros populares e atingidas pelo interdito social de “infratora”, vivenciam processos múltiplos de exclusão social, sendo impelidas a viver longe do lugar da política, da participação social, da cidadania e dos direitos sociais. De fato, são obrigadas a viver e conviver de forma “invisível”, em meio ao conturbado cenário que as cerca, em busca de resgatar seus vínculos identitários, num contexto marcado pela mesma fluidez de suas trajetórias e percursos construídos. Trata-se, portanto, de uma “juventude desenraizada”, movendo-se e nomadizando-se na cena contemporânea como produto de um mundo, marcado pelo caráter flexível e pela transitoriedade dos últimos acontecimentos.

De fato, a sociedade, demarcada pelo final do século XX e início do século XXI, engendra aquilo que Bauman (2004) chamou de *cultura do descartável*, como um “modo de

⁵⁵ Antônio Ciampa (2008) emprega o termo “metamorfose” para expressar esse movimento contínuo de personagens que ora se conservam, ora coexistem, ora se alternam. Nesta perspectiva, a identidade é sempre um processo, metamorfoseando-se, constantemente, em um contexto social reciprocamente permeável às influências. Cabe destacar que Antônio Ciampa tem uma longa trajetória de estudos no âmbito da Psicologia Social crítica, dedicando-se há muitos anos ao estudo das identidades. Em sua principal obra: *A história do Severino e da Severina*, publicada em 1987, realizou a análise de uma história de vida e do poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, tematizando a questão da identidade sob o ponto de vista da Psicologia Social crítica.

ser”, “um jeito contemporâneo de agir”: tudo é descartável, fluido e eminentemente passageiro, ou seja, para ser aproveitado e “jogado fora”. É o desperdício das mercadorias, das pessoas, dos sentimentos e afetos. Tudo é produzido para durar pouco, tanto as mercadorias como os relacionamentos afetivos e pessoais.

Bauman (2004, p. 8) elucida bem essa questão quando denomina o tempo presente de “Modernidade Líquida”, descrevendo a fragilidade dos laços humanos no cenário atual.

[...] seus personagens centrais são homens e mulheres, nossos contemporâneos, desesperados por terem sido abandonados aos seus próprios sentidos e sentimentos facilmente descartáveis, ansiando pela segurança do convívio e pela mão amiga com que possam contar num momento de aflição, desesperados pro ‘relacionar-se’. E, no entanto desconfiados da condição de ‘estar ligado’, em particular de estar ligado ‘permanentemente’, para não dizer eternamente, pois temem que tal condição possa trazer encargos e tensões que eles não se consideram aptos nem dispostos a suportar, e que podem limitar severamente a liberdade de que necessitam para relacionar-se... Em nosso mundo de furiosa ‘individualização’, os relacionamentos são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como determinar quando um se transforma no outro...

Segundo Bauman (2004), vivemos, hoje, em uma sociedade movediça e flexível, representada por uma crise constante nos valores e nas instituições sociais. Essas mudanças afetam diretamente a identidade dos indivíduos, que não só estão perdendo os laços sociais, mas preferindo deixá-los “frouxos”, ou seja, construídos apenas na esfera virtual, pois aprenderam com a lógica da individualização que o “compromisso, e em particular o compromisso em longo prazo, é a maior armadilha a ser evitada no, esforço por relacionar-se” (p. 8). Assim, as pessoas vivenciam na atualidade uma terrível solidão, produzida por uma forma de sociabilidade negativa, individualista. Essas mudanças afetam diretamente a identidade dos indivíduos que, ao perderem suas “âncoras sociais” tornam-se “desfiliados”, buscando desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso.

Nesta perspectiva, a juventude é pensada como protagonista principal, buscando desesperadamente um grupo ou uma coletividade para agarrar-se, estando deslocada e, conseqüentemente, fora do lugar da política, da cidadania e da participação social; inseridas, sim, num nomadismo selvagem que testemunha a política de dissociação/apartação posta em prática na atualidade. Assim, a juventude contemporânea é pensada como personagem por excelência dessa nova ordem, na medida em que protagoniza as relações de superficialidade, que subscreve a lógica dos amores e afetos líquidos, constituindo-se o segmento mais expressivo no consumo de bens simbólicos, produzidos e reproduzidos na “cultura de massas”. Portanto, neste contexto capitalista, consumir é sinônimo de modernidade, de juventude e de aceitação em determinados grupos e tribos.

Retomando o envolvimento infracional das protagonistas do referido estudo, assinalo que a experiência de matar, materializada em negociações que as levaram a uma trajetória dissidente, talvez signifique uma tentativa desesperada e extrema de redefinição e “metamorfose” humana. No entanto, a busca para construir novos personagens em suas rotas não converge, necessariamente, para um sentido de organização social e de emancipação. Todavia, diante de um contexto que as torna invisíveis, as meninas marcadas pela prática de homicídio buscam reivindicar direitos negados, mesmo sem elaborar grandes questionamentos ou de forma inconsciente. Tal reivindicação, entretanto, se apresenta de forma “às avessas”, visto que os seus efeitos esbarram em contratos delimitados socialmente, entre aquilo que é permitido e aquilo que é proibido em sociedade. Nesta lógica, a transgressão representaria um modo radical e “às avessas” de reivindicar o direito à cena pública, de pertencer e estar incluída, mesmo não demonstrando em sua forma de reivindicação o desenvolvimento de um potencial emancipatório, capaz de protagonizar espaços políticos e as cenas juvenis da atualidade.

Na vida destas meninas, a demarcação de limites e a classificação negativa são evidências cotidianas, tornando quase impossível o cruzamento da fronteira para o “mundo permitido”, uma vez que elas acabaram por transgredir regras de conduta, envolvendo-se em atos infracionais, infiltrando-se em gangues, “quadrilhas”, bandos. Também executaram atos de vingança, lesionaram outras adolescentes, mataram desafetos e rivais de “treta” (gíria referente às confusões e brigas relacionadas à prática infracional), mesmo que em coautoria de crimes masculinos. Enfim, acabaram por negociar de forma extrema com as rotas e percursos trilhados, construindo novos personagens em suas trajetórias. São mulheres, mães-solteiras, “prostituídas”, “homicidas”, “infradoras”, que vivenciaram situações de abandono e experimentaram a privação de liberdade. Também são meninas, brincalhonas, apaixonadas, que gostam de leite condensado e bolo de chocolate, dançam na chuva, jogam futebol e possuem sonhos.

De fato, estas jovens encarnam uma gama de personagens ao longo de seus percursos, os quais são passíveis de “deterioração”, desgaste e redefinições. Sobre isso, Antônio Ciampa (2008, p. 164) abre vias investigativas de compreensão, ao assinalar que,

[...] qualquer objeto, mesmo mineral ou vegetal, deixado à sua própria natureza, transforma-se: um pedaço de metal oxida-se, uma peça de roupa abandonada envelhece e fica rota, um alimento deteriora. Na verdade, evitar a transformação – manter-se inalterado – é impossível: o possível é que requer muito trabalho, é

manter alguma aparência de inalterabilidade, por algum tempo, como resultado de muito esforço para conservar uma condição prévia, para manter a *mesmice*⁵⁶.

Nesta perspectiva, as identidades se expressam através de personagens, ou seja, é a articulação das personagens vividas ao longo de trajetórias que vai compor as identidades dos sujeitos sociais. Desse modo, reafirmo aqui minha dificuldade em elaborar proposições conclusivas sobre os processos identitários de meninas envolvidas na prática de homicídio. Sobre os próximos personagens a serem encarnados por elas, apenas posso afirmar que são incógnitas, respostas em aberto, no sentido de irem se recompondo a cada negociação vivida, a cada novo percurso trilhado, em meio aos desafios do “tornar-se”. Assim, os retratos “pintados” assemelham-se a peças de costura em montagem e remontagem, apenas alinhavadas, inacabadas ou em processo de acabamento. No espaço do ateliê, lugar de tessitura entre a reflexão e o fazer das peças, ainda ousou “mesclar tecidos e revirar as tintas” dos retratos. Neste sentido, minhas reflexões combinam-se às dúvidas, interrogações, análises e questionamentos sobre o futuro destas protagonistas.

2.4 Territorialidades juvenis: o foco nos limites, fronteiras e percursos trilhados por meninas envolvidas na prática de homicídio na cidade de Fortaleza.

A cidade de Fortaleza circunscreve um território mapeado por zonas de atuação de grupos juvenis e pela chamada “territorialização de tribos”. No espaço da principal avenida da cidade, não é raro visualizar meninas no exercício da prostituição. São grupos de crianças e adolescentes que vivem nas ruas – pedintes, usuários de drogas ou biscateiros que vendem todo tipo de mercadoria: água mineral, balas, chocolates etc. Estes grupos, inseridos na condição de *outsiders*, parecem destoar do cenário da orla de Fortaleza, excluídos do lugar da

⁵⁶ Para CIAMPA (2008), a *mesmice* decorre da reposição da identidade circunscrita por uma busca consciente de estabilidade ou inconsciente de repetição. É, portanto, “pré-suposta”, ou seja, é dada permanentemente e não como reposição de uma identidade que um dia foi posta. Assim, o que sustenta a *mesmice* é o impedimento da emancipação, ou seja, a plena concretização da *mesmice* é aquilo que Ciampa chama de *fetichismo da personagem*, que vai explicar a quase impossibilidade de um indivíduo atingir a condição de *ser-para-si*. O mundo da *mesmice* (da não-mesmidade) e da *má infinidade* (a não superação das contradições), em que a própria atividade que serve de base para a personagem deixa de ser desempenhada: Severino “*é lavrador*”, mas já “*não lavra*”. Nesta perspectiva, Ciampa assinala que o impedimento da emancipação e a manutenção da *mesmice* não se constituem em algo inevitável, na medida em que a impossibilidade de viver sem personagens e a ideia de *ser-para-si* possibilita a alteração das personagens pressupostas. O termo *alterização*, trazido por Ciampa, quer expressar “a ideia de uma mudança significativa – um salto qualitativo – que resulta de um acúmulo de mudanças quantitativas, às vezes insignificantes, invisíveis, mas graduais e não radicais, que podem indicar uma possibilidade e uma tendência da conversão das mudanças quantitativas em mudanças qualitativas, mudanças condicionadas às questões históricas e materiais determinadas” (LIMA, 2007). Para aprofundar este enfoque, ver: Ciampa (2008) e Lima (2007).

cidadania, da política e da inserção social. São grupos invisibilizados, que experimentam a “não-pertença” em seus cotidianos, a qual se justifica por um discurso de fronteiras e limites que autoriza segregações.

Na vivência destes grupos, o “processo de territorialização” não se apresenta de forma simples e perceptível. O seu traçado diverge, deveras, da noção de “*territorialização*” definida por João Pacheco de Oliveira. Nesta perspectiva,

[...] o processo de territorialização é precisamente o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “*reducciones*” e “*resguardos*”, no Brasil as “*comunidades indígenas*” – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

Cabe destacar que esta ideia de territorialização encarna a mesma função heurística que a de “situação colonial” – trabalhada por Balandier (1999) e reelaborada depois pelo próprio Pacheco de Oliveira (1976), bem como pelos africanistas franceses e, mais recentemente, por Stocking Júnior (1991), da qual descende a definição teórica que compreende a territorialização como:

Uma intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e inflexível – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. É esse um ato político – constituidor de objetos étnicos, através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado)... (OLIVEIRA, 1999, p. 21).

Divergindo desta noção, a chamada “territorialidade juvenil” aqui trabalhada circunscreve a experiência de um grupo dissidente no espaço urbano, inserido no rol de classificações estigmatizadas pela sociedade – marginais, delinquentes, *outsiders*. No caso específico de meninas envolvidas na prática de homicídio, o território não possuiria uma base territorial fixa, definindo-se muito mais na dinâmica da descontinuidade, do movimento e da não fixidez de trajetos, a romper com limites físico-geográficos dos bairros periféricos e ocupar os principais espaços das grandes cidades. Trata-se, portanto, de uma nova dinâmica na esfera pública, onde os grupos étnicos, marginalizados e excluídos do processo social, invadem a cena pública, transformando a rua em território privado e de posse coletiva.

Nesta perspectiva, o próprio corpo das jovens envolvidas na prática infracional constitui um território que vitriniza trajetórias de vida e morte, representadas em forma de

marcas adquiridas nas tramas da delinquência. São sinais e marcas de balas, golpes de faca e tatuagens, como marcadores de uma condição de rebeldia e dissidência.

A própria sociedade também constrói ideias e representações acerca da “territorialidade” ou do “processo de territorialização” das meninas envolvidas na prática de homicídio. O simples fato de residir em bairros periféricos da cidade de Fortaleza – Bom Jardim, Pirambú, Jangurussú etc. – representa uma demarcação de fronteira pejorativa, qual seja, a de moradora periférica, pertencente a um lugar marcado pela violência e pela pobreza. Nesta perspectiva, a “cartografia alternativa” torna-se conhecida somente pelos “enturmados”, ou seja, por aqueles que se colocam como parte deste “território marginal”. Quanto aos que ousam cruzar suas fronteiras sem saber os limites territoriais, podem estar penetrando em área perigosa sem que saibam onde está o inimigo.

Para entender melhor esta cartografia, é preciso retomar o sentido de território, definindo-o como espaço que tanto pode ser relativo ao espaço de vida (representação) quanto a um sistema de valores no qual o sujeito sente-se familiarizado (em casa). Neste entendimento, o território se define como um espaço cultural, sinônimo de uma subjetivação, capaz de construir redes de sociabilidade e solidariedade. Faz-se necessário, assim, estabelecer uma diferenciação mais precisa entre o que considero “espaço” e “território” dentro da minha discussão. Para construir essa explicação, tomo emprestado de Raffestin (1993, p. 47) a ideia de que o espaço é anterior ao território. Nesta interpretação,

[...] o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Na medida em que o espaço passa a ser vivido, tomado por uma relação social de comunicação e representado por um ator social, não é mais espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território.

A dimensão do território, portanto, resulta da ação de um ator social, daí a compreensão de que a Avenida Beira-Mar e os terminais de ônibus de Fortaleza representam áreas da chamada “territorialização” de meninas e meninos em situação de conflito com a lei. Este “processo de territorialização” se constrói e desintegra a cada movimento, a cada trama e a cada encontro de tribos e grupos juvenis. Tais espaços, inicialmente, representariam o lugar de encontro sistemático, onde é possível conseguir dinheiro para comprar drogas e/ou ajudar a família, ou um espaço lúdico, um campo de aventura, cujo ir e vir das pessoas, os carros, as praças, os prédios, o comércio e todo o movimento constituem o palco onde se encena e experimenta o grande jogo dos códigos urbanos. É assim, que a trajetória de meninas e

meninos tem seu momento inicial de transgressão com o uso de drogas, com a prática da prostituição, com a delinquência, a exploração e o trabalho precoce.

Nos trajetos percorridos por essas meninas, os conflitos familiares são frequentes, desavenças entre os irmãos e os próprios pais são utilizadas como motivo para entrarem e saírem de casa como quem se esquia ou se esconde dos encontros e vínculos familiares. Ficam no terminal, às vezes trabalhando ou simplesmente conversando com os grupos de encontro sistemático. Sobre isso, vale destacar que, na vivência destas jovens, o universo da casa e o universo da rua se confundem e se gestam como possuidores de funções ambíguas e contraditórias. No que se refere à vivência no terminal, as fronteiras entre casa e rua parecem ganhar contornos simbólicos, nos quais o público e o privado se confundem, tornando-se parte um do outro. Assim, a dicotomia existente manifesta-se num antagonismo desnorteador entre dois mundos: “o de fora e o de dentro”. Ou seja, estar no terminal de ônibus ou no calçadão da praia, para jovens em condição de delinquência, pode significar “estar em casa estando na rua”. Assim, casa e rua se interpenetram e constroem novos olhares acerca dos percursos trilhados por jovens em condição de delinquência.

Tal compreensão questiona as dicotomias binárias entre público e privado, através das quais as “esferas da experiência social” (BHABHA, 1998) foram separadas espacialmente. Daí o entendimento de que na contemporaneidade a vida se institui por um constante movimento, que consiste em atravessar fronteiras permanentemente. Todavia, se partirmos do contexto de meninas que cometeram homicídio, a fronteira existente entre centro e periferia se constrói de uma forma bastante demarcada. Na vivência destas jovens, “a vida não consiste em ultrapassar constantemente fronteiras”⁵⁷, de forma a (re) territorializar-se com a velocidade dos ventos, como sustenta De Certeau (1981). Segundo o aludido autor, existe uma mobilidade nos espaços fronteiros, a qual se apoia no entendimento de que,

[...] uma pessoa não é identificada nem pelo nascimento, nem pela família, nem pelo estatuto profissional, nem pelas relações de amizade e amorosas, nem pela propriedade. É como se toda identidade definida pelo estatuto e pelo lugar (de origem, de trabalho, de domicílio etc.) fosse reduzida, se não dissipada, pela velocidade de todos os movimentos... (CERTEAU *apud* CANCLINI, 1998, p. 315).

⁵⁷ Cabe esclarecer que a concepção da vida como cruzamento constante de fronteiras, ainda que não deixe de ser adequada, não é tão fácil, como enuncia Michel de Certeau, quando se trata de cidadãos norte - americanos de “segunda classe”, por exemplo: os negros, os porto-riquenhos e os chamados “chicanos” (CANCLINI, 1998).

Considero deveras complexo entender os chamados “territórios marginais” e seus personagens a partir da ideia de que a fronteira entre esses “territórios subterrâneos” e os espaços ordenados da sociedade se tornou invisível. Assim, o cruzamento de fronteiras, na vivência daqueles que são considerados “marginais”, esbarra em discussões e questionamentos de ordem macroestrutural fundante, os quais envolvem a condição de classe, gênero, o estigma territorial, o envolvimento na delinquência etc. No caso das meninas envolvidas na prática de homicídio, o simples fato de frequentarem o calçadão da Avenida Beira-Mar, transformando-o em território de posse coletiva, não lhes dá o passaporte de livre acesso ou bilhete azul de passagem permitida ao cruzamento da fronteira para o lado instituído. Em verdade, a fronteira entre esses territórios se tornou mais flexível, contudo, a dissolução das divisórias que os separam ainda é vivida de forma intensa por aqueles considerados cidadãos de “segunda” classe, marcados por uma sociedade que os isola e invisibiliza.

3 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: TRAJETÓRIAS EM PROCESSOS, IDENTIDADES EM ABERTO.

Entender as redefinições identitárias de meninas que cometeram homicídios exigiu-me, inicialmente, na condição de pesquisadora, extrema disponibilidade para viver e conviver no espaço do Internato Feminino, mais especificamente o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, *lócus* onde se deu meu encontro com estas personagens centrais, a movimentar-se na cena do meu objeto. De fato, desenvolvi, ao longo de dois anos e meio, o exercício sistemático e paciente da observação deste campo de estudo. Daí a escolha pela perspectiva etnográfica⁵⁸, tendo em vista recompor trajetórias e construir “retratos sociológicos” das seis adolescentes envolvidas na prática de homicídio.

Nestes retratos, refuto a ideia de trajetória linear, consubstanciada na lógica da tradição literária que subscreve o percurso dos sujeitos, partindo de uma demarcação em linha reta, constituída de início, meio e fim. Portanto, desconsidero os modelos que entendem as trajetórias dos sujeitos como “uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (LEVI, 2006, p. 169). Desse modo, o desligamento do internato não é entendido aqui como o fim das rotas de meninas marcadas pela prática de homicídio, mas, sobretudo, como um momento específico e peculiar na vida destas jovens, configurado pelo movimento constante de renegociação e trocas identitárias.

⁵⁸ Dentre as muitas técnicas utilizadas pela ciência antropológica, a etnografia, segundo Geertz (1989), possui o mérito de fazer o pesquisador conhecer os interstícios da realidade por ele pesquisada, com o uso das estratégias de conviver, sentir e observar as ações dos atores de sua investigação. Nesta perspectiva, Geertz toma emprestado de Ryles o conceito de “descrição densa” para explicar o que é a prática etnográfica. Para ele, “fazer etnografia é como tentar ler, (“no sentido de construir uma leitura de”), num manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas, suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 1989, p. 20). Assim, a perspectiva etnográfica faz-nos adentrar nos discursos, pontos de vista, representações e experiências dos sujeitos estudados. Dessa forma, por ser a Antropologia uma ciência interpretativa de processos e significados culturais, os praticantes dessa ciência, afirma Geertz, fazem etnografia. Ou seja, estabelecem relações, selecionam entrevistados, transcrevem textos, levantam genealogias, mapeiam campos de estudos, constroem um diário sobre as incursões ao *lócus* da pesquisa etc. Cabe destacar que muitos desses passos foram seguidos por mim durante o meu percurso investigativo. Tal compreensão etnográfica também se coaduna aos estudos do Núcleo de Antropologia da Política – NUAP/UFC, que objetiva “estudar etnograficamente eventos, dramas, rituais e processos sociais”, para elucidar significados da política no Brasil. Para esse núcleo, a “etnografia garante o estatuto privilegiado do ponto de vista do nativo: uma vez que, para o nativo, a experiência de vida e a reflexão sobre ela são coetâneas. A ‘composição surpreendida’ entre os valores da ciência social e os valores observados é uma decorrência imediata” (2001). Sobre esta perspectiva etnográfica, ver, especificamente: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1989; NUAP. **Uma antropologia da política: rituais, representações e violência: projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro/Fortaleza: NAU, 1998; OLIVEIRA, Rosemary de Almeida. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

Tenho, portanto, clareza acerca da complexidade teórico-metodológica circunscrita no estudo que ora estou a apresentar. Entendo que, no esforço analítico empreendido na construção desta tese, um dos desafios - dentre os muitos que enfrentei - é desvendar os processos identitários das meninas protagonistas, em consonância com os aportes contemporâneos, a desconstruir uma visão essencialista e fixa de identidade. Para isso, assumi como referências fundantes os conceitos de “trajetória descontínua” e de “identidade em movimento”, desenvolvidos por Pierre Bourdieu (2006) e Stuart Hall (1999).

Inspirada em Pierre Bourdieu (2006), procurei estar atenta às dificuldades e dilemas enfrentados por aqueles que trabalham com biografias, autobiografias trajetórias e estudos de caso. Ao referir-se sobre estas dificuldades, Pierre Bourdieu chama atenção para o caráter fragmentário da biografia, destacando sua incapacidade em captar a essência de um indivíduo, utilizando acertadamente o termo “ilusão biográfica”⁵⁹ para definir sua crítica. Neste mesmo entendimento, Giovanni Levi (2006, p. 169) afirma que “tal fragmentação se traduz pela constante variação dos tempos, pelo recurso a incessantes retornos e pelo caráter contraditório, paradoxal dos pensamentos e da linguagem dos protagonistas”.

De fato, Pierre Bourdieu demarca rupturas com determinados aspectos da tradição literária por entender que as trajetórias e os acontecimentos biográficos não se dão de forma contínua, linear e unidirecional. Nesta perspectiva, as trajetórias se definem como *colocações ou deslocamentos* no espaço social, constituindo-se por “elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisível, fora de propósito e aleatório” (BOURDIEU, 2006, p. 185)⁶⁰.

Tomando como referência a visão “desconstrutivista” de identidade de Stuart Hall, trabalhei com a perspectiva de “identidade movimento”, sublinhando o caráter contraditório, metamórfico e fragmentário dos processos identitários. De fato, essa noção de identidade “desconstrutiva” desestabiliza os quadros de referência contemporânea, ao romper com a ideia de identidade “integral, originária e unificada”.

⁵⁹ Para Bourdieu (2006) produzir uma biografia, entendendo-a como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção única, talvez, “seja conformar-se com uma ilusão” (p. 185). Assim, tentar entender a vida como “uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação de um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações” (Idem, 2006, p.189). Vide: FERREIRA, de Moraes Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª. Edição. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

⁶⁰ Cabe destacar que o entendimento de “trajetória descontínua” desenvolvido por Bourdieu (2006) orientou, especificamente, a construção do quarto capítulo desta tese, intitulado “Retratos sociológicos: histórias de vida, de morte e de redefinição identitária”.

Estas duas categorias – “trajetória descontínua” e “identidade em movimento” - convergem para o entendimento dos processos identitários como construções em aberto, sinalizando, no âmbito da lógica analítica dos autores, para um olhar amplo de processos de vidas em gestação, “fazendo-se” e “tornando-se” ao longo das rotas vivenciadas pelos sujeitos. E, no caso, os meus sujeitos são meninas que cometeram homicídio, vivenciaram a experiência de internato e voltaram para seus contextos familiares e sociais, onde experimentarão novas experiências.

Assim, esta articulação categorial propiciou-me instrumentos analíticos para circunscrever o caminho metodológico de construção de “retratos sociológicos” das seis meninas envolvidas na prática de homicídio, protagonistas do meu estudo. Neste sentido, guio-me pela compreensão de Bernard Lahire, ao sustentar a ideia de que *retratar significa construir estudos de caso singulares*, refutando a tendência de percebê-los como simples ilustrações de contextos teóricos, mas, como procedimento metodológico, capaz de apresentar esquemas interpretativos sobre a vida e as vivências dos sujeitos investigados. Portanto, esses “estudos, podem ser lidos tanto a partir dessa perspectiva reflexiva, quanto como se fossem retratos sociológicos de pessoas com histórias singulares” (LAHIRE, 2004, prólogo XII). Em verdade, Lahire fornece-me um caminho metodológico para materializar as indicações teóricas de Pierre Bourdieu e Stuart Hall.

Neste estudo, a técnica da observação participante⁶¹ mostrou-se um caminho pertinente de investigação, no sentido de possibilitar minha aproximação ao cotidiano das meninas envolvidas na prática de homicídio. Convém explicitar que, ao ressaltar a “observação participante”, não estou me referindo ao velho modelo de observação, que supunha a “neutralidade do pesquisador” em relação ao sujeito pesquisado. Entendo que a etapa de produção do material empírico não deve ser pensada apenas como um momento de acúmulo das informações, mas como um *laço de convivência* que permite chegar mais perto, penetrando mais profundamente nos sentidos, significados e valores do grupo a ser estudado. Desse modo, a pesquisa faz um caminho capaz de adentrar os interstícios das negociações identitárias vivenciadas por meninas que cometeram homicídios.

⁶¹ “O observador participante coleta dados através de uma participação na vida cotidiana do grupo ou organização em que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversações com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre o acontecimento que observou” (BECKER, 1993, p. 47).

Partindo deste entendimento, logo nas primeiras incursões ao campo de pesquisa, convenci-me de que ficar esperando, em uma sala de atendimento técnico, que o educador “X” encaminhasse a adolescente “A” ou “B” para entrevista não seria a melhor abordagem para desenvolver um diálogo, muito menos uma relação de confiança com as jovens em privação de liberdade. Desse modo, passei a assistir às aulas a elas ministradas, participei das oficinas de costura e de cabeleireiro, iniciando conversações casuais enquanto as adolescentes bordavam panos de prato ou resolviam exercícios escolares. Acompanhei algumas jovens em seus desligamentos do internato, por ocasião da progressão para a medida de liberdade assistida. Comemos, dançamos, ouvimos música, assistimos TV e jogamos juntas, seguindo a rotina institucional.

Assim, a perspectiva teórico-metodológica, assumida como referência norteadora da pesquisa, possibilitou-me um resgate sistemático e paciente das trajetórias de meninas que cumpriram ou cumprem sentença de privação de liberdade por prática de homicídio. O foco analítico desta investigação incide nas trocas e negociações identitárias, vivenciadas ao longo dos percursos trilhados por estas adolescentes, antes e depois da experiência no internato feminino.

Na construção dos retratos sociológicos, inicialmente decidi trabalhar cinco trajetórias de meninas envolvidas na prática de homicídio, considerando a própria exigência e complexidade deste caminho metodológico. A minha pretensão metodológica era selecionar, a partir de critérios, cinco casos dentre as sentenciadas por esse “ato infracional” na Unidade. Entretanto, fui surpreendida com a existência de seis meninas em cumprimento de sentença por prática ou coautoria neste ato. Daí a decisão de tomar o número total de adolescentes envolvidas com homicídio, internas no Centro Educacional Aldaci Barbosa, para construir os retratos sociológicos.

Entre as jovens que cumpriam sentença por prática de homicídio, um dos casos chamou-me atenção. Após conversar com A.L.S.V., 14 anos, percebi que a jovem possuía um perfil distinto, se relacionado ao perfil médio das demais adolescentes, oriundas das classes populares, empobrecidas, encarnando a condição de “jovens nas periferias da vida”. De fato, esta adolescente tinha uma condição socioeconômica e escolaridade diferenciada: provinha de uma classe média, com acesso a determinados recursos, inclusive um advogado particular⁶². Assim, decidi incluí-la como protagonista na construção dos “retratos sociológicos”.

⁶² A adolescente A.L.S.V., 14 anos, ao ser entrevistada, afirmou que já estava perto de sair do internato, pois o seu processo não teria sido julgado. Segundo a mesma, o juiz não julgou seu processo porque o advogado

Como uma artesã intelectual, comecei a esboçar os retratos, utilizando a técnica de entrevista aberta, trabalhada em consonância com o ritmo das narradoras, no contexto de uma instituição de privação da liberdade⁶³.

De início, as entrevistas aconteceram de modo deveras informal, devido à reforma que acontecia no internato na época⁶⁴. Diante das dificuldades, optei por entrevistar as jovens em alguns espaços improvisados e, até mesmo, nos próprios corredores do internato, o que propiciou mais intimidade com as adolescentes. Destaco que, desse modo, eu pude estabelecer certa confiança com as minhas protagonistas. Após estabelecer uma relação com as meninas, pouco precisava provocá-las, pois as jovens começaram a manifestar-se: *“E aí tia? Como vai a pesquisa? Hoje tem conversa? Tô querendo contar uma coisa prá senhora [...], acho que vou voltar prá minha casa ó! (D.P.D.L., 17 anos).*

Durante as narrativas, alguns medos foram revelados, inclusive os meus. Confesso que, em alguns momentos, desanimei, estranhei, achei que não conseguiria concluir o processo de construção dos retratos. No entanto, as provocações vindas dos aportes teóricos impulsionaram-me a adentrar os interstícios do objeto. Assim, enfrentei meus próprios medos, colocando limites em minhas defesas e pressões internas. De forma concomitante, também entrei em contato com os segredos e medos escondidos nas unidades de memória das adolescentes em privação de liberdade.

Lágrimas rolaram durante as longas noites de transcrição de depoimentos, ao ouvir relatos que traziam as narrativas dos homicídios praticados e as histórias doloridas dos estupros, humilhações, rivalidades afetivas e sofrimentos vividos: *“matei ele e matava de novo, aquele desgraçado. Eu não me arrependo! (M.F.A., 17 anos).*

Diante das inúmeras situações vivenciadas por mim durante o meu percurso investigativo, percebi, logo nas primeiras incursões ao internato, que, cedo ou tarde, o

contratado por sua avó interferiu rapidamente. Durante a entrevista, a jovem ressaltou que possui ensino médio quase completo (2º ano), e que reside desde criança na casa da avó paterna, que é viúva e pensionista militar. Segundo a jovem, seu avô paterno era delegado da Polícia Militar e, por isso, ela estudava no Colégio Militar do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará. Referiu, também, que uma de suas tias paterna reside em Portugal. Daí as expectativas de morar no exterior com a tia, após o desligamento do internato, mais especificamente em Portugal.

⁶³ Como se sabe, “o êxito de entrevistas que visam apreender conteúdos profundamente interiorizados depende da capacidade do locutor para explorar e comunicar os próprios pensamentos” (RUQUOY, 1997, p. 90). Segundo Ferreira (2008, p. 29), “alguns informadores e determinadas circunstâncias da recolha são melhores do que outros; os dados ressentem-se e são, pois, de qualidade desigual”.

⁶⁴ No início da observação do campo de pesquisa, em 2007, o Centro Educacional passava por reformas em sua estrutura física. As atividades, como gincanas, comemorações, jogos, bingos e brincadeiras, que precisavam de maior espaço físico, encontravam-se suspensas devido à inacessibilidade ao pátio. Assim, a dinâmica de trabalho estava restrita às salas de aula, inclusive às oficinas. Contudo, pude observar alguns aspectos da sociabilidade juvenil nas oficinas de artes, bordado, cabeleireiro, salas de aula etc.

pesquisador vê-se diante de circunstâncias e impasses a partir dos quais precisa negociar para conquistar espaço. Assim, precisei diferenciar-me dos profissionais da instituição para garantir alteridade e delimitar meu papel peculiar naquele contexto institucional. Cabe destacar que a proximidade com os técnicos da área de serviço social do Internato resultou em um convite para realizar orientação monográfica e acompanhamento de estagiários. A partir deste convite, pude refletir acerca da troca construída entre o pesquisador e a instituição pesquisada, circunscrita na compreensão de que não existe um “interesse-desinteressado” nesta troca. Trata-se, portanto, de um jogo de negociações que, segundo Stuart Hall, depende sempre do *eu que aqui escreve*, ou seja, da posição ocupada pelo pesquisador. Na compreensão de Hall (1996, p. 68), todos nós escrevemos e falamos “desde um lugar e um tempo particulares, desde uma história e uma cultura que nos são específicas. O que dizemos está sempre ‘em contexto’, posicionado”.

Em meu contexto investigativo, escrevo tendo ao fundo uma trajetória de militância e docência na área da juventude, que se especifica pelo trabalho com adolescentes pobres, marcados pela experiência da drogadição e incluídos no rol de classificações excludentes – “*outsiders*”, “delinquente”, “transgressor”. E, falando e escrevendo deste lugar, precisei construir um processo de negociação ampliado: ao mesmo tempo em que tinha que negociar com os sujeitos da investigação, necessitava também estabelecer negociações com as demandas institucionais, personificadas nas solicitações dos técnicos que, conhecedores da minha experiência nesta área, foram solicitando prestações de serviços e orientações nos mais variados aspectos.

Segundo Benevides (2008, p. 29), nesta relação de “laço de convivência” com o campo investigativo, cotidianamente acontecem distorções entre aquilo que se define como expectativas do pesquisador e os interesses dos sujeitos sociais que compõem o campo:

O pesquisador como parte dessa experiência, jogará um jogo político, onde a saída possível é compreender como funcionar no campo e, sobretudo, como vencer dificuldades, tais como limitações colocadas pela instituição onde pesquisa.

Consciente desta relação, eu aceitei participar das negociações e acordos possíveis⁶⁵ durante o campo vivenciado no internato.

⁶⁵ Um desses acordos resultou na orientação da monografia da estagiária Regina Célia de Oliveira Nascimento, estudante do curso de serviço social da Universidade Estadual do Ceará/UECE, intitulada: “O *crack* destruindo sonhos: um estudo sobre a juventude em conflito com a lei no Internato Aldaci Barbosa Mota”, em abril de 2008.

O internato, portanto, configurou-se como primeiro recorte realizado na pesquisa, *locus* que possibilitou a proximidade com as jovens envolvidas na prática de homicídio. Entretanto, precisei mapear percursos trilhados por cada uma das adolescentes fora do espaço institucional. Este processo, no entanto, não aconteceu de forma previsível, como se cumprisse as etapas de um cronograma. Determinados encontros e alguns fatos aconteceram de forma imprevista, para além da minha agenda de trabalho investigativo.

Para concluir o retrato sociológico de D.P.D.L., 17 anos, precisei viajar até Iguatu (seu município de origem). Com M.J.V.A., 16 anos, tive um encontro inesperado enquanto fazia caminhada no calçadão da Avenida Beira Mar, em Fortaleza. Já havia sido informada por outra adolescente que M.J.V.A. não tinha retornado para Aracati (município onde reside sua família). Após seu desligamento, a jovem foi encaminhada para um abrigo estadual, entretanto, não permaneceu muito tempo em abrigamento. Depois do parto, M.J.V.A. deixou o bebê no abrigo e passou a morar com amigos numa condição de nomadismo e perambulância pelas ruas de Fortaleza. Com a jovem D.F.S., 17 anos, tive um encontro marcado em sua residência, onde reside com seu pai, sua madrasta e irmãos. Com esta adolescente, sempre mantive contatos telefônicos, sendo, entre as seis entrevistadas, com quem possuo maior proximidade. Em relação à M.F.A., 17 anos, nossos contatos limitaram-se às entrevistas realizadas durante o período de internação. Assim, seu retrato sociológico teve como material empírico apenas duas entrevistas realizadas no internato e alguns contatos telefônicos. Tentei marcar vários encontros por telefone, entretanto, a jovem não demonstrou interesse em continuar com as entrevistas após o desligamento do internato, afirmando que não gostaria mais de lembrar o que viveu neste espaço de privação de liberdade. Foi através dos funcionários do Centro Educacional que fiquei sabendo da situação da adolescente. Informaram-me que, após algumas semanas de seu desligamento, que a jovem, já em maioria penal, teria voltado a usar drogas e a cometer novos furtos. Com B.J.F.N., 16 anos, ainda mantenho contato, sendo ela a única das seis adolescentes ainda cumprindo sentença no Internato por ser reincidente, com várias entradas na Instituição. No caso de A.L.S.V., 14 anos, após sua saída do internato, nossa relação foi interrompida. A família da adolescente, por medo de retaliação ou acerto de contas, manteve e ainda mantém a mesma quase “aprisionada” em sua própria residência. Realizei muitos contatos telefônicos, entretanto, seus familiares sempre informavam que a adolescente estava em outro Estado, mesmo sabendo que seu processo não havia sido julgado e que ela estaria impossibilitada de sair de sua Comarca.

3.1 Uma via investigativa instigante: retratos sociológicos como instrumento teórico-metodológico.

A busca pela originalidade, em meio a tantos aportes e vias metodológicas, foi, sem dúvida, um determinante disposicional na construção deste estudo. Segundo Lahire (2004), é preciso “estar disposto”, no sentido de encontrar os caminhos criativos para o “fazer da pesquisa”.

Os “retratos sociológicos” surgiram, em meu percurso investigativo, como uma via instigante, prenhe de incertezas, dúvidas e imprevisões, a começar pelo lugar social das protagonistas, cujos retratos dispunha-me a “pintar”: meninas em processo de redefinições identitárias a negociar, em suas trajetórias, o “ato de matar”...

Iluminada pelas vias teóricas de Pierre Bourdieu e Stuart Hall, cheguei ao entendimento de que o “retrato pintado” sempre será uma obra inacabada, tendo em vista que não é possível apreender a integralidade dos percursos de um sujeito em suas trajetórias. Especificamente, as personagens em foco, cujos percursos de vida são marcados por faltas, por ausências, por dramas e tragédias que começam precocemente na infância e continuam a agravar-se na adolescência, ainda em curso.

Para construir os retratos das adolescentes, fiz uso de algumas técnicas tomadas de empréstimo da historiografia⁶⁶, estando ciente dos limites da memória em face da não linearidade na vida de qualquer sujeito. Cabe assinalar o fato dos entrevistados “se esquecerem” de certos detalhes do conjunto de acontecimentos que vivenciaram. Acontece, também, de personagens que compartilharam experiências em comum situarem em datas ou em momentos diferentes determinados fatos vividos. No caso peculiar das protagonistas do meu estudo, a memória incide sobre fatos e acontecimentos dramáticos, “coisas que, às vezes, se precisa esquecer”: são casos de abusos sexuais na infância; são situações de abandono e de perdas; são contextos de afetividades mutiladas; são múltiplas circunstâncias de privações; e

⁶⁶ Nas últimas décadas, especificamente, a partir dos anos 90, com a criação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994, ocorreu um aumento do interesse pela História Oral no Brasil. Uma busca que, até bem pouco tempo atrás, havia sido expressa apenas nos textos literários, passa agora a se fazer presente nos aportes de historiadores, sociólogos e antropólogos. Este aumento do interesse pela biografia e pela contextualização de trajetórias individuais é perceptível em matrizes teóricas da contemporaneidade, tais como: a nova história francesa; o grupo de historiadores britânicos de inspiração marxista; a micro-história italiana; a nova história cultural norte-americana; a historiografia alemã recente e, ainda, a historiografia brasileira atual: “Apesar das diferenças entre estas tradições historiográficas, podemos notar em todas elas o interesse por trajetórias singulares” (SCHMIDT, 1997, p. 3).

os momentos traumáticos dos homicídios, com envolvimento em assaltos, latrocínios, rivalidades, vinganças e disputas.

Trabalhando lembranças, esquecimentos e narrativas, entrecortadas de emoções, de silêncios, de pausas, fui, à semelhança de uma “pintora *naïf*”⁶⁷, construindo o meu jeito de pintar a partir de experiências anteriores de trabalho de campo e de minhas intuições. Procurei afastar-me dos “modelos” de retratos longos apresentados por Lahire (2004), buscando não aprisionar a riqueza das experiências a paradigmas metodológicos⁶⁸.

Na construção dos seis retratos, realizei 18 entrevistas⁶⁹ abertas, ou seja, cerca de três entrevistas com cada menina no espaço do internato, abrangendo, assim, todas as adolescentes⁷⁰ com envolvimento na prática de homicídio, na época da pesquisa. Das seis entrevistadas, apenas B.J.F.N. permanece no internato cumprindo sentença. Após o desligamento das cinco outras meninas do Centro Educacional Aldaci Barbosa, continuei a tentar seguir suas trajetórias: realizei contatos telefônicos, inclusive com seus familiares; visitei suas residências; viajei até Iguatu para dar continuidade ao retrato sociológico de D.P.D.L.; cartografei espaços de passagem diária das adolescentes: bairro, terminais de ônibus, determinadas praças de Fortaleza e o calçadão da orla, especificamente, a Avenida Beira Mar⁷¹.

⁶⁷ A pintura *Naïf*, chamada “ingênuas”, em francês, ou de primitiva, como é mais conhecida no Brasil, é um tipo de pintura produzida por artistas não eruditos, que têm como inspiração retratar temas populares, tanto no contexto do campo como da cidade. Em geral, são autodidatas e, como não seguem regras, não estão ligados a uma escola ou concepção teórica definida.

⁶⁸ Os “retratos sociológicos” construídos por Lahire consistem em realizar uma série de entrevistas com os mesmos sujeitos, considerando suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir e agir em diferentes domínios ou esferas de atividades, em microcontextos das vivências dos sujeitos investigados. Trata-se de uma metodologia de cunho interpretativo “sobre aspectos que parecem tanger ao detalhe, passagens aparentemente repetitivas e, se acrescentarmos a isso a ausência de objeto “concreto”, de questão social que englobe todos os retratos e que entusiasme o leitor a concentrar sua atenção sobre ela, estes estudos podem decepcionar uma parte das expectativas comuns do leitor em busca de história de vida, de biografia e de ‘moral da história’” (LAHIRE, 2004, p. 46). Nesta empreitada, em vez de construir personagens ou comportamentos padrão, preferi alinhar seus percursos trilhados, deixando que o leitor as conheça de forma inacabada, através de suas próprias narrativas. O que não significa privilegiar a ambiguidade em vez da coerência, mas revelar uma impossibilidade em permanecer cega e insensível às dissonâncias e diferenças contextuais de uma personagem para outra.

⁶⁹ Em alguns momentos, tive que montar estratégias para desenvolver um diálogo sem receios com as jovens. No entanto, algumas entrevistas transformaram-se em quase monólogos ou silêncios, com respostas curtas e pausas longas, pois, via de regra, a adolescente em cumprimento de sentença é “desconfiada”. Em verdade, na maioria das vezes, a vida foi dura com ela e, como forma de sobrevivência, esta jovem reveste-se de uma “couraça protetora”, faz cara de mal, de modo que falar pouco ou através de códigos lhe garante, inicialmente, a segurança.

⁷⁰ Na época, o número total de jovens que cumpriam sentença por ato infracional de homicídio eram 06 (seis) adolescentes. Vide tabela de classificação das infrações cometidas em 2007, 2008 e 2009 em anexo, no final do trabalho.

⁷¹ Sobre isso, vale retomar o item anterior, em seu último parágrafo, no qual exponho de forma panorâmica a relação mantida com as adolescentes ao longo da pesquisa, bem como o meu trajeto cartográfico a seguir fios e rastros deixados pelas personagens deste estudo.

Desse modo, encarnei o ofício da pesquisadora nômade, enfrentando o desafio de seguir os rastros deixados pelas adolescentes. Como recurso adicional de ampliação do olhar investigativo, voltei ao internato Aldaci Barbosa em 2010 e defrontei-me com outras jovens que cometeram homicídio. Considerei pertinente ouvi-las sobre o homicídio cometido e suas vivências. Levantei um material significativo que me permitiu avançar nas reflexões, estabelecendo um cotejo com as protagonistas dos retratos, apesar de optar por não utilizar este material no trabalho de tese. Constituem novas narrativas de jovens envolvidas nas circunstâncias do ato de matar, cujas falas me possibilitam ver melhor o universo das protagonistas deste estudo: é a estratégia do “jogo de espelhos” em que, ao deparar-me com novas trajetórias, pude perceber, com maior nitidez, especificidades e convergências com as minhas personagens. Assim, elaborei, ao todo, 26 entrevistas, realizadas durante o ano de 2007, 2008 e início de 2009, marco temporal da investigação.

Na construção das grades de entrevistas⁷² para “pintar” os retratos, segui certas exigências metodológicas, no sentido de elaborar questões específicas sobre as trajetórias das adolescentes.

1. Em primeiro lugar, incidi o olhar nas matrizes socializadoras: família, escola, bairro, grupos e “tribos”⁷³, buscando perceber redefinições identitárias ao longo da infância e da adolescência, até o ingresso no internato;

2. No conjunto das grades de entrevistas da maioria dos retratos, a sociabilidade, os laços de afeto e as negociações de amizades ocupam um lugar de destaque. De fato, seguindo as narrativas de determinadas protagonistas, tentei apreender, através da

⁷² Nesta empreitada metodológica de construção de retratos sociológicos, retomo de Bernard Lahire (2004) a expressão “grades de entrevistas”, no sentido de designar a natureza das diversas questões elaboradas durante o procedimento da entrevista. Desse modo, Lahire utiliza o termo “grade” para designar um bloco ou uma série de perguntas elaboradas propositalmente, tendo em vista atender as imposições e demandas do objeto em seus recortes. Nos retratos de Lahire, as questões teóricas impunham perguntas precisas nas entrevistas, inclusive do ponto de vista do percurso biográfico dos sujeitos investigados. O percurso biográfico foi retomado diversas vezes, através de diferentes enfoques e contextos: as amizades, a relação com a escola, os vínculos familiares etc.

⁷³ Inspirada em Michel Maffesoli (1987 b), retomo a metáfora da *tribo*, no sentido de entender a *metamorfose do vínculo social* na vivência das minhas protagonistas. Segundo o autor, o *tribalismo* é um fenômeno em voga na contemporaneidade em todos os domínios: “Antes de ser político, econômico ou social, o tribalismo é um fenômeno cultural” (1987, p. 6). Nesta perspectiva, Maffesoli sustenta que é perceptível um paradoxo em torno do que ele chamou de *tempo das tribos*, partindo da ideia de que vivenciamos, hoje, um tempo circunscrito pela dificuldade de indicar uma direção, e que convive “com a insegurança do conceito de indivíduo” (p. 4). Retomamos, desse modo, a compreensão de *descentramento do sujeito* anunciada por Stuart Hall (1999), sendo este um ponto de convergência, também, com a compreensão de “vida em trânsito”, de viver nas *fronteiras do presente*, explicitada por Homi Bhabha (2007). Sobre os tempos contemporâneos, conclui Maffesoli (1987 b, p. 4): “talvez seja preciso saber aceitar, e viver, com esse paradoxo. Em vez da lengalenga, do sortilégio de que se tratou: redizer, sempiternamente, as palavras-chave do século XIX, é preciso saber se contentar com as metáforas, analogias, imagens, todas as coisas vaporosas, que seriam os meios menos piores possíveis para dizer ‘o que é’, o que está em estado nascente”.

reconstituição da natureza dos diversos vínculos ou afinidades, as negociações identitárias vivenciadas em diferentes situações e circunstâncias. Assim, relações vivenciadas podem revelar uma parte - e apenas uma parte - daquilo que as jovens envolvidas na prática de homicídio foram se tornando ao longo de seus percursos;

3. Outro foco de questões direciona-se à própria prática do homicídio, considerado socialmente um ato infracional extremo, a colocar estas meninas numa condição de conflito com a lei. Neste tocante, enfrentei o desafio de adentrar terreno delicado e de difícil abordagem, qual seja, os sentidos e significados que o ato de matar assumiu em suas trajetórias de vida. Interessava-me perceber e delinear como este momento traumático e de violências marca os processos de construção identitária das personagens. É este um campo de tessituras em que fui entrelaçando fios para “pintar” este momento em suas vidas, prene de sentimentos, emoções, dores, silêncios e angústias. De forma intencional, tentei afastar-me das críticas, elaboradas pelas protagonistas, ao contexto institucional, mas concentrar-me nas maneiras de ver, sentir e agir, face ao ato do homicídio e à experiência de internação;

4. Nas grades de entrevistas, priorizei as percepções, sentimentos e vivências acerca da condição de privação da liberdade, vivenciadas por todas, de maneira própria e peculiar: o tempo de permanência, a condição de primeira vez ou de reincidência; a experiência de estar e viver no Centro Educacional Aldaci Barbosa;

5. Outro tema em destaque nas grades de entrevistas é a representação construída pelas adolescentes acerca do próprio futuro e dos projetos de vida para além do internato. Partindo desse feixe de questões, pude aglutinar dados sobre os objetivos e sonhos das meninas após o desligamento institucional.

Durante a elaboração dos retratos sociológicos, leituras realizadas anteriormente também vieram à tona no meu processo de produção. Foram leituras acumuladas ao longo de minha formação e que, neste contexto, retomo a partir de um novo ângulo. Cito aqui o caso do moleiro *Menocchio*, da obra de Carlo Gizburg, intitulada “O queijo e os vermes”. Neste livro, o autor propõe outro modo de entender a história social, descrevendo-a sob o prisma de um destino individual, ou de um grupo, ao adentrar a complexa rede de relações na qual o personagem se inscreve. Para Gizburg (1987, p. 25), através da trajetória do moleiro pode-se pensar o conceito de cultura como “uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”. Neste caso, a trajetória do personagem pode revelar muito da sociabilidade de um contexto em dado momento.

No meu caso, a decisão de trabalhar trajetórias, “pintando-as” em forma de retratos, circunscreve o entendimento de que os percursos trilhados pelas minhas personagens revelam muito mais do que o simples contexto de meninas pobres, oriundas de bairros periféricos, viciadas em drogas, prostituídas e envolvidas na prática de homicídio. Em verdade, as redefinições vividas, ao longo das rotas e percursos identitários, revelariam múltiplas dimensões do contexto contemporâneo, ou seja, aspectos de um tempo que, também, passa por redefinições e metamorfoses.

De fato, certas maneiras de ser e estar no mundo, em determinado espaço e tempo, podem ser pensadas através da recomposição de trajetórias singulares. Nesse entendimento, os percursos trilhados são compreendidos como um trajeto descontínuo, circunscrito pela inexistência de uma linha ininterrupta, cujos pontos de “início, meio e fim” não estão demarcados. Assim, nas andanças das minhas protagonistas, supostos “finais” podem metamorfosear-se em novos começos, fazendo-as encarnar novos personagens e trilhar novos caminhos em suas histórias.

3.2 Provocações a movimentar o olhar investigativo: trilhas e rastros em busca da recomposição de trajetórias e identidades.

O principal *lócus* de pesquisa foi o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, internato feminino em Fortaleza, espaço que possibilitou a proximidade com as adolescentes e a realização de entrevistas. Este espaço, prenhe de sentidos e significados, impulsionou-me a avançar nos caminhos da pesquisa. A cada visita, a cada imersão neste universo institucional, surgiam-me inquietações e questões sobre as meninas e suas experiências de reclusão.

Nas primeiras incursões a este campo de pesquisa, busquei refletir sobre a necessidade da “conversão do olhar” durante a observação do *lócus* investigativo. No meu caso, por estar familiarizada com o Centro Educacional Aldaci Barbosa no contexto do exercício profissional, foi necessário exercitar a “vigilância epistemológica”, no sentido de desconstruir alguns resquícios do olhar técnico institucionalizado pela lógica da assistência social e, na maioria das vezes, aprisionado em atividades burocráticas: audiências, relatórios sociais, estudos de caso etc.⁷⁴. Em verdade, esse exercício de vigilância epistemológica foi

⁷⁴ Refiro-me à experiência como estagiária e assistente social em unidades de internato no Ceará, mais especificamente, em duas unidades de internato masculinas, Centro Educacional São Miguel e Centro Educacional Dom Bosco, durante os anos de 1997, 1998, 1999 e 2000. Logo após estes anos de vivência profissional, ingressei no mestrado em sociologia - UFC.

fundamental para o refinamento da construção teórico-metodológica deste estudo, na busca de desconstruir percepções naturalizadas acerca do espaço institucional.

Luzes sobre esta postura de estranhamento e conversão do olhar me foram lançadas por Simmel (1983) na sua esclarecedora discussão sobre a necessidade de “desfamiliarização” ou “distanciamento” no processo da pesquisa. Nesta perspectiva, retomo o ensaio de George Simmel sobre o “estrangeiro”, no sentido de evocar o papel do sociólogo, do pesquisador a vivenciar situações de estranhamento e diferença em contextos peculiares, onde se impõe o exercício, concomitante, da proximidade e do distanciamento:

O forasteiro evocado aqui não é o viajante que chega hoje e parte amanhã, mas aquele que permanece. Em virtude da unidade fundamental entre a proximidade e a distância própria de toda relação humana, ele está longe das pessoas de que é próximo; sua condição de estrangeiro fazendo com que embora distante, ele lhes seja igualmente próximo. Sua objetividade constitui outro aspecto de seu status. Não estando fundamentalmente ligado nem aos traços particulares nem as tendências específicas do grupo, ele as examina com objetividade. Todavia, essa objetividade não é feita apenas de passividade e de desligamento. Ela corresponde a uma estrutura específica feita de distância e de proximidade, de indiferença e de participação... Quem diz objetividade não quer dizer não-participação (situando-se este termo fora de um estilo de interação subjetiva ou objetiva), mais uma forma específica e positiva de participação ⁷⁵ (1983, p. 402-404).

Desse modo, a “metáfora do estrangeiro” foi fecunda, ajudando-me a pensar estratégias e formas de proceder no campo de pesquisa, esclarecendo sobre a necessidade de se criar uma distância adequada nas relações construídas no *locus* da investigação. Tal distância assinala o entendimento de que, o pesquisador, em contextos peculiares, deverá conviver com a síntese oscilante de dois contrários, ou seja, entre aquilo que é representado pela ordem convencional das coisas e pelo olhar que dela se tem à distância. Assim, para compreender a conduta do indivíduo “crente”, o pesquisador deve – entre outros recursos – converter o olhar e visualizar as coisas do ponto de vista do incrédulo. Nesta lógica, busquei, a todo o momento, clarificar minha relação com as meninas envolvidas na prática de homicídio, procurando construir um clima de confiança e acolhimento, sem deixar-me envolver nas “tramas dos dramas” que circunscrevem suas vidas. Tal estratégia permitiu evitar, ao mesmo tempo, a “hipermetropia” do observador que se posiciona muito distante de seus protagonistas, quanto à visão “miope” do participante, que tende de fato a ter uma

⁷⁵ Ver: *The Stranger*. In: **The sociology of George Simmel**. Glencoe III, Free Press, Trad. Dinah de Abreu Azevedo. Tradução cotejada com o original alemão *Exkurs über den Fremden*. In: *Sociologie*, Ed. Cit., 1950. Ver ainda: *Sociologie et Épistémologie*. Paris: PUF, 1981; e de Alfred Schütz: *Collected Papers: Studies in Social Theory*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1964.

intimidade excessiva com o “morador de rua”, com o “presidiário”, com o indígena ou homicida, a ponto de se tornar, ele próprio, um deles. Em verdade, não me servi do meu “*status* de estrangeira” para alienar a cultura do internato ou violar suas regras, de forma proposital. Busquei, sim, entender as trajetórias de meninas que acabaram por negociar com as rotas do crime, numa tentativa de decifrar seus contextos, perspectivas e processos identitários.

No universo das adolescentes em cena, um elemento a provocar-me, continuamente, foi o próprio corpo destas meninas envolvidas na prática do homicídio. São corpos marcados pelas suas vivências: cicatrizes de balas e ou de facadas; queimaduras de escapamento de motos; tatuagens como memória viva de vínculos, inserções e situações. Enfim, são corpos mapeados e sinalizados que encarnam trajetórias. Assim, realizei sessões fotográficas das marcas e sinais destes corpos juvenis a vivenciar a privação de liberdade. As reflexões e análises, desencadeadas por este instigante material empírico foram a base na construção de um capítulo intitulado: “*identidade à flor da pele: tatuagens, marcas e sinais de uma identidade em produção*”. O objetivo deste capítulo é entender estas marcas de cicatrizes e tatuagens, desenhadas nos corpos das adolescentes, como sinalizadores de trajetórias identitárias. O pressuposto de análise é o entendimento de que o corpo da jovem muito revela, do projeto, sempre em aberto, de suas vidas. Nesta busca de trajetórias, empreendi uma tessitura teoria-empíria, trabalhando imagens e narrativas das meninas sobre as marcas e sinais inscritos em seus corpos.

Lançando um olhar crítico-reflexivo sobre os meus caminhos investigativos, seguindo trilhas e rastros deixados pelas personagens deste estudo, percebo que fui empreendendo um esforço que me permitiu, como pesquisadora, “romper a casca do ovo”. Nestes percursos, muitas vezes, minha sensação oscilou entre o pensamento de “estar à deriva”, à semelhança de alguém que procura novos rumos e descobertas, em contraste com o impulso curioso e criativo, que encarna maneiras críticas de pensar e se posicionar no campo investigativo, típicas de alguém que não quer ser percebido como simples “forasteiro” no meio de sujeitos classificados como “marginais”. Nesta perspectiva, construí uma “*démarche*” que implicou em dois momentos distintos:

1. Momento de campo no internato, o qual se revelou, à primeira vista, como um “mundo de grades e obstáculos” (OLIVEIRA, 2001, p. 22), tanto para as meninas em cumprimento de sentença, como para mim. Senti-me vigiada e direcionada a seguir certas normas institucionais. Neste momento investigativo, o diário de pesquisa também se

configurou como um lugar de desabafo, onde relatei minhas dificuldades, desconfianças, estranhamentos e angústias deste percurso de pesquisa;

2. Momento de campo em diferentes espaços e situações, no resgate de trajetórias, deslocando-me até aos lugares onde fosse possível e viável encontrar com estas protagonistas. Vale ressaltar que “esbarrei” com elas em locais tantas vezes inesperados: terminais de ônibus, na Avenida Beira-Mar, em parques públicos (Parque do Cocó, Parque Adahil Barreto), no Centro de Fortaleza e em vários outros espaços. Contudo, após o desligamento das jovens do internato e diante das imprevisibilidades de encontros, mantive contatos telefônicos com as adolescentes e/ou contatos indiretos, através de recados enviados pela família ou até pelos técnicos do Centro Educacional. Enfim, fui criando estratégias para chegar às protagonistas, agora de volta à vida, sem as grades do espaço institucional.

Assim, o internato se definiu como o primeiro recorte para adentrar as trajetórias trilhadas por meninas envolvidas na prática de homicídio como campo prenhe de ambiguidades e de questões que a nossa sociedade não consegue resolver sem apelar para a naturalização e indiferença. Nesta lógica, o internato é entendido aqui como um momento de trânsito, circunscrito como espaço de negociação identitária, lugar onde as jovens experienciam múltiplos processos desencadeadores de redefinições de trajetórias: condição de cumprimento de uma sentença judicial; privação de liberdade; vigilância institucional permanente; obediência às regras institucionais e o desafio de conviver coletivamente com meninas que têm em comum a marca do conflito com a lei. Assim, o internato é entendido como um território fronteiro, lugar onde “algo começa a se fazer presente...” (BHABHA, 1998, p. 24) na vida das minhas protagonistas, circunscrito no limiar entre a reclusão e a vivência em liberdade, tão esperada após o cumprimento da “sentença”, consubstanciada na chamada “medida socioeducativa de internação”.

3.3 Internato feminino: “lócus” de redefinição identitária.

Ao construir um caminho metodológico para trabalhar trajetórias de meninas envolvidas na prática de homicídio, focando a construção de identidades como um “processo sempre em aberto”, estou convicta de que a vivência em privação de liberdade no internato feminino, mais especificamente no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, configura-se um momento diferenciado de negociação identitária que, como um dado momento nas trajetórias das minhas protagonistas, é carregado de sentido e significados. De fato, a

experiência de reclusão constitui um tempo peculiar que marca a vida destas adolescentes, embora esta vida exija que seja pensada “antes” e “depois” da experiência de matar e da vida em reclusão no Centro Educacional Aldaci Barbosa.

Assim, como já explicitarei anteriormente, o internato constituiu um dos *lôcus* do meu trabalho de campo, o primeiro *lôcus* onde conheci e me encontrei com as meninas, começando a construir a relação social de pesquisa. Desse modo, na reconstituição do processo metodológico, impõe-se a exigência de circunscrever este *lôcus* investigativo em sua realidade, resgatando-o como espaço de sociabilidade em que negociações e trocas identitárias se efetivam de forma marcante.

3.3.1. Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota: afinal, do que se trata?

O surgimento dos Centros Educacionais para “jovens em conflito com a lei”, no Brasil, se confunde com a luta dos movimentos sociais e de reivindicações em defesa dos direitos da criança e do adolescente⁷⁶. Tal luta integra o movimento de redemocratização no País, gestado a partir dos anos 1970, na efervescência da luta pelos direitos humanos, em nível mundial. No Brasil, especificamente, essa luta ganha força em concomitância à intensificação de esforços da sociedade, mais especificamente a partir do final dos anos 1970 e nas décadas de 1980 e 1990, desaguando na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. É atrelada a essa luta que, em 1981, surge o Internato Feminino no Ceará, nomeado em sua origem de Centro de Triagem Feminina e, posteriormente, em 1988, instituído como Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota – C.E.A.B.M.⁷⁷, em homenagem a uma assistente social que marcou a história da profissão de serviço social no Ceará.

⁷⁶ Entre os movimentos em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Ceará, cabe destacar a atuação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (M.N.M.M.R). Trata-se de uma ONG fundada em 1985, em nível nacional e organizada nos 27 Estados brasileiros e no Distrito Federal. Em Fortaleza, existe desde 1986 como um projeto alternativo de atendimento a meninos e meninas de rua, surgido do desejo de educadores em criar espaços de articulação dos programas sociais de atendimento a esse público, com as demandas e interesses dos próprios meninos e meninas de rua. É composto por uma rede de educadores e colaboradores voluntários que atuam na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes das camadas populares do Brasil, nos diversos níveis do Sistema de Garantias de Direitos no País, assegurando a aplicação das políticas públicas e fiscalizando os gastos públicos e sua gestão. O princípio fundamental da atuação do Movimento é considerar crianças e adolescentes como sujeitos em condição especial de desenvolvimento, em coadunância ao texto do E.C.A. (BRASIL, 1990).

⁷⁷ Em meio a um contexto de efervescência e luta por direitos de crianças e adolescentes, o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota é implantado, no limiar dos anos de 1980, com o intuito de atender demandas da sociedade reveladas pelo aumento de casos de meninas envolvidas em atos infracionais. No Ceará, a implantação da primeira unidade de atendimento a adolescentes do sexo feminino teve início em julho de 1979, com a criação do Centro de Reeducação Feminina – C.R.F., para onde eram encaminhadas adolescentes de dez a dezoito anos, sob

De fato, o final da década de 1980 e cenário da década de 1990, no Brasil, trazem a marca da efervescência dos movimentos sociais em defesa da criança e do adolescente. É a busca de suprir uma demanda de reordenamento jurídico e social, no qual não só as práticas individuais dos sujeitos deveriam ser redefinidas como também as práticas de instituições voltadas ao atendimento do público infanto-juvenil, considerando a condição de pessoa em desenvolvimento.

Um momento fundamental para esse reordenamento foi a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13/07/1990, definido como uma lei que especifica e determina sobre a “Doutrina da Proteção Integral” para crianças e adolescentes no Brasil, representados legalmente como sujeitos de direitos e deveres sociais. A nova lei consubstancia outro entendimento sobre a situação de jovens e adolescentes em “conflito com a lei”, ao avaliar que as unidades de semiliberdade e internatos do Brasil necessitavam de mudanças e adequações, de modo a cumprir, o mais aproximadamente possível, o “estatuto jurídico” de um novo tempo, no qual crianças e adolescentes marcados pela prática de “atos infracionais” passam a ser percebidos como sujeitos de atenção jurídica. Trata-se de um contexto onde novos personagens roubam a cena social. São crianças e adolescentes, agora

a classificação de “situação irregular”, circunscrita em uma diversidade de situações: abandono, carência, conduta antissocial, desobediência. Tal diversidade de situações atendidas fazia do internato um abrigo polivalente, capaz de aglutinar, no mesmo espaço, meninas a vivenciar situações distintas no âmbito do campo considerado em “conflito com a lei”. A superlotação era constante e a carência de técnicos deixava o atendimento sem a qualidade necessária para a proposta de socioeducação. A clientela era deveras diversificada e complexa: adolescentes classificadas como: “mal comportadas”, desobedientes, perambulantes, órfãs, infratoras e até excepcionais. As mães entregavam suas filhas aos cuidados do juiz, com o propósito de serem orientadas e reeducadas. Assim, o internato constituía, no imaginário das adolescentes à época, o lugar da reclusão punitiva, da correção e da pena. A ideia de ajustamento e de ordem, mediante o confinamento das jovens rebeldes, parece ter vivenciado seu esgotamento somente no final da década de 1980. A unidade feminina funcionava em regime fechado, podendo a adolescente permanecer por, no máximo três meses, tempo em que era realizado seu estudo de caso, objetivando o retorno à família. Concluído o prazo e não chegando a uma solução, realizava-se o encaminhamento para o Núcleo Olívio Câmara – N.O.C., Unidade de Permanência Feminina, que funcionava em prédio vizinho. Em 1983, ocorreu grande crise administrativa no N.O.C, acirrada por fugas, motins e divisões entre as adolescentes internas, o que suscitou nova tentativa de redefinição institucional. A equipe então contratada elaborou nova proposta de trabalho. Assim, as jovens do N.O.C. passaram a estudar na comunidade e realizar atividades de lazer, como ir à praia e a passeios institucionais. Dentre estas, algumas adolescentes realizavam trabalhos externos como babás ou em creches da própria FEBEMCE, existindo algumas que foram contratadas como funcionárias após a maioridade. Com a semiliberdade, houve redução do índice de fuga, bem como da tensão entre as adolescentes, pois aquelas que completavam 18 (dezoito) anos podiam ser engajadas em pensionatos ou em casas de apoio. A proposta de trabalho da nova equipe, entretanto, encontrou muitas discordâncias entre os instrutores educacionais da época. Esses profissionais, conhecidos nas prisões como agentes penitenciários, optaram por adotar atitudes de vigilância e punição com castigos disciplinares (tranca, contenção) e advertências severas. As adolescentes chegavam a passar quinze dias de castigo, trancadas, em quarto separado das demais, tendo nesse espaço somente uma cama de alvenaria e um sanitário. No final dos anos 80, o Centro Educacional Aldaci Barbosa, no contexto do E.C.A., encarna uma proposta socioeducativa que se via comprometida por uma herança de vigilância, punição e disciplinamento marcante na cultura do Internato Feminino. O Centro Educacional Aldaci Barbosa era uma tentativa de inovar em meio a esta cultura institucional repressiva.

constituídos legalmente, à luz do E.C.A., em sua especificidade de proteção integral. Assim, as concepções advindas da nova Lei fazem emergir na sociedade diferentes formas de pensar a violência contra e praticada por crianças e adolescentes, o que desencadeou a busca de todo um processo de reestruturação nas práticas das instituições voltadas ao atendimento deste público⁷⁸.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o internato feminino foi extinto como Centro de Triagem Feminina. Sua extinção articula-se ao contexto de luta contra as agressões e abusos sofridos por adolescentes em cumprimento de sentença nas unidades de internato em todo o Brasil⁷⁹. Neste contexto, a implantação do E.C.A. repercute como um “grito por mudanças”, conclamando novas formas de pensar o atendimento a jovens em situação de conflito com a lei. Assim, o Centro Educacional Aldaci Barbosa assume o compromisso de desenvolver atividades de profissionalização e escolaridade em seu espaço, encarnando uma nova proposta socioeducativa. Em 1998, com a necessidade de um local que atendesse meninas em cumprimento da medida de semiliberdade, o Aldaci Barbosa passa a acumular duas funções no mesmo espaço, assumindo o compromisso de receber adolescentes em cumprimento de semiliberdade e internação de todas as comarcas do Estado do Ceará. Sua clientela ainda é diversa, passando por redefinições ao longo desses anos. Sua estrutura física atravessou, recentemente, uma série de reformas, iniciadas em 2007, ao longo de 2008, sendo reinaugurada em 2009.

⁷⁸ Para esclarecer sobre a reordenamento das práticas institucionais voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, constituídos legalmente pelo E.C.A., sob a perspectiva da proteção integral, cabe remeter ao livro da psicóloga Ângela Pinheiro, intitulado: “Criança e Adolescente no Brasil: por que o abismo entre a lei e a realidade”. Em sua obra, a autora destaca que “as casas de internamento, por exemplo, destinadas a adolescentes a quem se atribui a autoria de atos infracionais, deveriam ter sido alvo de profundo reordenamento, em obediência ao conteúdo do E.C.A. Esse diploma legal preconiza que deve prevalecer a aplicação de medidas socioeducativas – realizadas em meio aberto, e tendo o internato o caráter de brevidade, excepcionalidade, e o respeito à condição especial de pessoa em desenvolvimento em que se encontram a criança e o adolescente. Permanecem, contudo, as práticas de caráter repressivo; persistem as denúncias de maus tratos impingidos por funcionários aos chamados ‘internos das FEBEMs’, denúncias, inclusive, que ganham repercussão internacional, como exemplo do desrespeito no País aos direitos humanos. São frequentes, outrossim, as rebeliões nos interiores dessas casas com cenas de violência entre adolescentes, e entre esses servidores das instituições” (PINHEIRO, 2006, p. 62-63).

⁷⁹ Sobre as agressões sofridas por adolescentes em unidades de internação, Pinheiro (2006, p. 63) esclarece: “a Unidade da FABEM-SP de Franco da Rocha, destinada ao internamento de adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, tem sido palco de frequentes rebeliões. Há denúncias, feitas pelo representante da ONU no Brasil, Nigel Rodley, da existência, no interior da unidade, de instrumentos de torturas, motivando investigação por parte do governo paulista, que assim se manifestou, através de seu então Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social: ‘Não queremos que haja dúvida sobre a tolerância do governo em relação aos maus-tratos, queremos absoluta neutralidade e transparência na apuração para que não ocorra um julgamento antecipado de funcionários, menores ou terceiros envolvidos’ (INQUÉRITO vai apurar tortura na FEBEM, 06.09.2000, 20A)”.

Passados mais de dez anos, o Centro Educacional Aldaci Barbosa ainda aglutina o atendimento a duas medidas socioeducativas, com públicos diferenciados, quais sejam: meninas que cumprem sentença de semiliberdade e/ou de internação. Assim, mesmo havendo divisões de dormitórios, as adolescentes que progrediram de medida são obrigadas a conviver com jovens recém-chegadas à unidade e em internação provisória e com jovens já sentenciadas à privação total de liberdade ⁸⁰.

A partir das especificações do E.C.A., o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota enfrenta o desafio de “socioeducar”, no sentido de qualificar-se para o trabalho de “ressignificação/reeducação” de meninas em situação de conflito com a lei. No entanto, a sua estrutura institucional e dinâmica de funcionamento não está em consonância com o E.C.A., no seu Art. 123 que assim define:

[...] a internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. PARÁGRAFO

⁸⁰ Para uma melhor avaliação do Internato como espaço de cumprimento de medidas socioeducativas, cabe circunscrever as formas de internação construídas na relação com a justiça, as quais possuem uma configuração diferenciada na forma do cumprimento. De fato, o modo de cumprir a sentença, não se aplica uniformemente para todas as jovens internas. A sentença se diversifica em termos de progressão da medida anteriormente aplicada, levando-se em consideração o tempo de sentença a ser cumprido, os atenuantes do ato cometido, a condição de primeira vez no internato e o comportamento dentro da unidade. Em coadunância com esta lógica institucional, configuram-se formas diferenciadas de internação, quais sejam:

1. A internação provisória: é referente aos 45 dias provisórios, instituídos pela Justiça da Infância e Juventude para apreciação do processo, ou seja, é o prazo de tramitação do processo até o julgamento. Se, nesse período, a Vara de Execução não conseguir julgar em tempo hábil, a unidade deverá comunicar que houve decurso de prazo, ou seja, o prazo esgotou. O decurso de prazo obriga a Justiça a desligar da unidade a adolescente, até que o processo seja julgado e a jovem seja sentenciada, ou remida. Dessa forma, a adolescente pode evadir-se enquanto ocorrem os trâmites processuais, sendo procurada e apreendida, posteriormente, para concluir o cumprimento da medida.
2. A internação por sentença aplicada, em termos de privação total da liberdade: pode variar de seis meses (mínimo) até três anos (máximo) de cumprimento. Aplica-se às adolescentes que já passaram pela fase de julgamento processual e estão sentenciadas à privação total de liberdade, desenvolvendo, no internato, todas as suas atividades: lazer, estudo, profissionalização. Neste período, é obrigatória a elaboração de um estudo de caso sócio-psico-pedagógico, a ser realizado em conjunto pelos profissionais de serviço social, psicologia e pedagogia e enviado de seis em seis meses ao Juizado da Infância e Juventude, contendo todas as atividades que a adolescente participou semestralmente, bem como, a avaliação de seu comportamento.
3. A semiliberdade: Pode ser aplicada em casos de atos considerados de “menor gravidade” pelo Juizado da Infância e Juventude, ou nas situações de adolescentes primárias. Também, é utilizada como forma de progressão da medida de privação total de liberdade. As jovens que estão cumprindo semiliberdade, de acordo com o E.C.A, vivem no internato, podendo realizar visitas à família, quando autorizadas, fazer atividades externas: passeios, cursos, estudar fora da unidade e voltar para dormir a noite até as 22h00min.
4. A Internação Sanção: constitui uma forma de punição pelo descumprimento da Medida de Liberdade Assistida que consiste em sentença cumprida fora do internato, com o acompanhamento sistemático do Juizado da Infância e da Juventude. Após a progressão para a Liberdade Assistida, se a jovem em liberdade não comparecer ao Juizado para realizar a assinatura mensal e avaliação de comportamento (matrícula, frequência escolar, notas etc.), poderá retornar ao Centro Educacional por descumprimento da medida anteriormente imposta. O prazo da internação sanção é estabelecido pelo Juiz da Infância e da Juventude e pode ser de quinze até noventa dias, dependendo do caráter do descumprimento.

ÚNICO: Durante a internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. (BRASIL, 1990).

A rigor, a perspectiva de atuação e os critérios definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente provocam-me a refletir sobre a natureza e o trabalho desenvolvido nestes Centros Educacionais, mais especificamente no Aldaci Barbosa, *lócus* da minha investigação. Transcorridos mais de vinte anos do E.C.A., questiono sobre a natureza destas Instituições de reclusão para jovens e adolescentes em situação de conflito com a lei, no contexto da cultura política institucional, ainda marcada por uma cultura de vigilância e de repressão e por políticas governamentais que se ressentem das condições necessárias para a sua viabilização em uma perspectiva de cidadania, tanto em termos dos espaços físicos como da qualificação de pessoal. O meu questionamento incide na natureza destas instituições neste contexto de repressão e precariedade que marcam as políticas públicas no tempo presente.

Na busca de avançar nesta reflexão, retomo vias analíticas abertas por Goffman (2001), Foucault (1987) e Bauman (2005a), que permitem desvendar, por dentro, as instituições de clausura, reclusão ou privação de liberdade. Tais autores, em seus aportes, são unânimes em denunciar a natureza repressiva, de disciplinamento e vigilância permanente de tais instituições. Na perspectiva de Goffman, estas instituições, por serem caracterizadas pelo fechamento, clausura e “caráter total”, simbolizado pelo bloqueio com o mundo externo e por diversas proibições, acabam privilegiando a obediência às regras, desconsiderando o próprio indivíduo e seus aspectos identitários. A estrutura física nestes espaços é representativa desta percepção, caracterizada por portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, pântanos ou florestas. A esses estabelecimentos, Goffman deu o nome de “instituições totais”.

Na compreensão de Foucault (1987, p. 207), os espaços prisionais se definem como “instituições completas e austeras [...], que ao fazer da detenção a pena por excelência, introduz processos de dominação, característicos de um tipo particular de poder”. Nesta perspectiva, a obviedade da prisão se fundamenta em seu papel, suposto ou exigido, de “aparelho para tornar indivíduos dóceis”, um “quartel um pouco estrito”; “uma escola sem indulgência”; “uma oficina sombria”. Assim, o trabalho penal é pensado como um mecanismo de adequação, no sentido de transformar o sujeito rebelde, transgressor, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade na sociedade capitalista. Nesta compreensão, sustenta Foucault:

[...] é uma forma de fabricação de indivíduos-máquinas, mas também de proletários; efetivamente, quando o homem possui apenas ‘os braços como bens’ e só poderá

viver do produto de seu trabalho, pelo exercício de uma profissão, ou do produto do trabalho alheio, pelo ofício do roubo. (FOUCAULT, 1987, p. 216).

De fato, ao esclarecer sobre a natureza e o papel destas instituições ao longo do tempo, Goffman (1961) e Foucault (1987), efetivamente, abrem vias analíticas que me fazem refletir sobre o cenário do Centro Educacional Aldaci Barbosa em sua proposta de trabalho e dinâmica de funcionamento. Em verdade, no Centro Educacional Aldaci Barbosa, as meninas em cumprimento de sentença sofrem processos que visam “domesticá-las” em sua rebeldia, visando a lógica do ajustamento. Nas oficinas profissionalizantes – cabeleireiro, manicure, artes, bordado e costura – são desenvolvidas atividades que, de fato, circunscrevem uma ideia de ajustamento, na tentativa, talvez, de reafirmar um suposto papel de submissão feminina, buscando torná-las dóceis, maleáveis e flexíveis ao convívio institucional. Rebelando-se contra esta lógica, as adolescentes internas apresentam suas insatisfações em relação às atividades desenvolvidas no Centro Educacional, conforme é perceptível em alguns relatos:

Tia, aqui só tem essas oficinas bestas... De costura, bordado, pintura, de fazer bijuterias. Não sou nem velha prá fazer essas coisas. Aqui tem também de manicure, AFF! Só tem coisa que eu não gosto. Eu queria era que conseguissem que eu tirasse a minha carteira de motorista, já vou completar 18 anos. Eu acho que eu ia gostar era de dirigir ônibus, carro, jogar futebol ou fazer curso prá montar computadores, sabe? (D.F.S, 17 anos).

Não gosto de nada que inventam fazer aqui. Nem faço questão de participar. Só participo por que é obrigado. Quero logo é ir embora. As pessoas aqui não ligam prá gente não. Só trabalham aqui porque são pagas prá isso, recebem salário. Essa é a verdade. (M.F.A., 17 anos).

Fico aqui sempre esperando, que algo de bom possa acontecer. Algo de bom prá mim pode ser uma promessa de emprego, quem sabe, quando eu sair daqui. Mas, os dias passam... Todo dia é a mesma coisa, nada de diferente, nenhuma luz no fim do túnel. (D.P.D.L., 17 anos).

Diante das narrativas e relatos, convenci-me de que o internato, assim como as prisões para adultos, não está preparado para cumprir seu suposto papel de “reeducação”, definindo-se muito mais como lugar de punição, unidade ou blocos de cela onde são desenvolvidas atividades que visam (re) socializar o público interno, no sentido de devolver a eles hábitos de socialidade, numa tentativa de adequá-los ao convívio social.

Para melhor caracterizar este entendimento, tomo emprestado de Zygmunt Bauman a “metáfora da reciclagem”. Nesta metáfora, os espaços prisionais, são definidos como armazéns de refúgio humano, depósitos de vidas desperdiçadas:

As prisões, como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósito de lixo. Foram realocadas para a linha de frente a fim de resolver a crise que atingiu a indústria da remoção do lixo humano (BAUMAN, 2005a, p. 108).

Assim, cabe refletir novamente: se a tarefa de “reeducar” parece fracassar ao longo desses anos, então, estamos diante de uma cruel realidade, na qual as chances de lidar com indivíduos classificados de “delinquentes”, “loucos”, “marginais”, “sobrantes” ou “minoritários” seria, objetivamente, acelerando seu processo de decomposição, ou seja, isolando-os, alienando-os, matando-os.

Nesta mesma linha de raciocínio, Bauman sustenta que as mudanças vivenciadas no tempo presente foram nefastas ao convívio social, no sentido de formar uma sociedade produtora de “refugo humano”. Assim, enquanto a produção de excluídos prossegue atingindo novos índices, o planeta passa a necessitar cada vez mais de locais de despejo e de ferramentas para a reciclagem do “lixo humano”. Daí, talvez, o crescimento das instituições prisionais e internatos na contemporaneidade, respaldado pelo entendimento de que é preciso:

[...] construir novas prisões, aumentar o número de delitos puníveis com a perda da liberdade, instituindo uma política de “tolerância zero” e o estabelecimento de sentenças mais duras e mais longas podem ser medidas mais bem compreendidas como esforços para reconstruir a deficiente e vacilante indústria de remoção do lixo – sobre uma nova base, mais atendida com as novas condições do mundo globalizado. (BAUMAN, 2005a, p. 109).

Inspirada nessa multiplicidade de enfoques sobre instituições prisionais é que fui construindo um jeito de pensar o internato feminino, *lócus* primeiro do meu trabalho investigativo, circunscrevendo-o a partir de diferentes aspectos: ora como “instituição total”, definida como uma forma de castigo, desde os primeiros anos do século XIX; ora como um “mecanismo de poder” ligado ao próprio funcionamento da sociedade capitalista; ora como um “espaço para remontagem” de “peças” danificadas, “depósito de vidas desperdiçadas”, para os quais já não há mais uso na lógica do sistema capitalista.

Sobre isso, Foucault é bem claro ao escrever sobre o caráter de obriedade que a privação de liberdade, como uma forma de castigo, assumiu historicamente, desde o início do século XIX, em sua origem. Em verdade, desde a origem das prisões, mais de um século se passou. Todavia, ainda justificamos, na atualidade, frases e classificações, como: “desviante”, “bandido”, “pária”, “marginal”, *outsiders*, entre outras. Neste estudo, reafirmo a convicção de que as modificações no sistema econômico, na dimensão política e na cultura não

redimensionaram a ideia de que o “bandido” deve ser atacado, isolado, banido ou exterminado da sociedade.

Dessa forma, ainda é perceptível o “abismo” entre os princípios definidos pelo E.C.A. e a realidade vivenciada por “meninas e meninos” em privação de liberdade no Brasil. Parece-me que a determinação que legaliza crianças e adolescentes como sujeitos de direitos ainda hoje assume uma dimensão de utopia⁸¹. Neste sentido, a Lei de Proteção Integral, definida no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que transcende a perspectiva da Doutrina da Situação Irregular, contida no código de Menores de 1927 e no Código de Menores de 1979, ainda se constitui um desafio a ser enfrentado. Sobre a sua dimensão utópica, sustenta Pinheiro (2006, p. 96):

[...] trata-se de uma utopia necessária, na medida em que esta representação social vem servindo de norte para a ação de inúmeros grupos, que encontram na defesa dos direitos de crianças e adolescentes um propósito, uma causa política.

3.3.2 O internato como espaço de negociação de amizades, relações afetivas e processos de identificação.

O desafio de entender o internato como espaço de negociações e trocas identitárias relaciona-se com o próprio caráter movediço das identidades humanas, circunscrito pela ideia de incompletude, de “tornar-se” e “metamorfose”, trabalhadas, respectivamente, por Stuart Hall e Antônio Ciampa. Nesta perspectiva, sustenta Hall (1999, p. 38): “ela permanece sempre incompleta, está sempre em ‘processo’, sempre sendo formada [...]”. Assim, as identidades forjam-se ao longo do tempo através de processos inconscientes, e não como algo inato, existente na consciência humana no momento do nascimento. Na verdade, elas se constroem por uma falta de “inteireza”, que se preenche a partir dos nossos contatos com o exterior, ao longo das negociações com rotas e percursos trilhados, ou ainda pelas formas através das quais nos imaginamos e somos imaginados por outros personagens.

⁸¹ Tomo aqui a definição que foi atribuída à utopia por Karl Mannheim, em 1929, e utilizada por Ângela Pinheiro (2006, p. 86): “Tal perspectiva, parte da afirmação de que a mentalidade utópica pressupõe tanto estar em contradição com a realidade vigente, como, igualmente, romper com os ditames da ordem existente. Além disso, a *utopia*, de acordo com Mannheim, se concretiza na ação de grupos sociais, transcende o contexto sócio-histórico e orienta a ação, para elementos que a realidade presente não contém. É uma busca de transformar a ordem existente de acordo com as concepções próprias aos grupos sociais que as perseguem. Mannheim considerava, finalmente, ser a *utopia* inútil apenas dentro de uma determinada ordem social já sedimentada”. Para o aprofundamento da ideia, ver: MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1972 e BOBBIO, Noberto. *et al.* **Dicionário de Política**. 12ª edição. Brasília: Editora UNB, 1999. V. 2.

No espaço do internato, as trocas identitárias são mediadas por acordos e negociações grupais. A chegada neste espaço é marcada por muitas tensões. Inicialmente, as jovens constroem mecanismos de resistência a qualquer relação grupal. Contudo, neste espaço de privação de liberdade, as meninas são obrigadas a conviver e interagir com as inimigas conquistadas nas tramas da delinquência, encontradas também cumprindo sentença. Na convivência em reclusão, também são levadas a disputas de poder entre iguais, afirmando lugares de distinção e reconhecimento. Desse modo, a manutenção de certos acordos e negociações passa a ser inevitável neste espaço.

As relações e as conversas desenvolvem-se, aprofundam-se e até amenizam-se em meio a tensões, conflitos e imposições. Ou seja, as relações se estabelecem tendo o modo contratual de convivência como negociação grupal. Segundo a jovem V.L.B., 16 anos, o internato se define pela tensão e pela obediência às regras:

Olha aqui você deve ficar sempre atenta, pois você não escolhe o seu dormitório, nem as pessoas que vão dormir com você, mesmo que não confie nelas, mesmo que sejam inimigas lá fora. Na verdade, você não pode escolher as pessoas da sua oficina de trabalho, nem com quem vai conviver. Na verdade, aqui não pode escolher quase nada, porque se pudesse negociar, ou escolher a gente nem estaria aqui né?

Por outro lado, ao mesmo tempo em que predominam disputas e competições urdidas em contratos de convivência, também, no cotidiano, sobressaem grupos solidários e de cooperação. Na oficina de costura, as adolescentes, enquanto bordam panos de prato, também falam da troca de amizade construída durante o período de privação de liberdade.

Olha tia, a campeã de fuga daqui é essa “pirrota” aí. Só é pequena essa criatura, mas, no piscar de olhos dos educadores ela já fugiu. Mas, nem adianta ela fugir, por que ela é viciada em *crack*, aí sai daqui, foge e vai roubar de novo prá comprar droga essa peste. Não sei prá quê passar um tempão planejando fugir e aí voltar prá cá de novo. Coisa de otária mesmo. Já falei prá ela, sou tua amiga menina, não quero te vê mal. Se quer fugir daqui te some de vez, coisa ruim. Mas, ela não me escuta... (V.L.B., 17 anos).

No pátio da unidade, alguns grupos ou agrupamentos podem ser identificados, apontando para formas de sociabilidade: O grupo de meninas que jogam dama, concentrado-se apenas na partida; as que participam dos grupos religiosos e ensaiam cânticos de louvor; as que praticam leitura diária nos bancos dos corredores; e as que conversam no jardim com seus familiares por ocasião da visita. Dentre estes grupos, pude observar trocas de amizade, cooperação e acordos estabelecidos em meio à dinâmica institucional da vigilância e repressão.

Assim, a observação do internato possibilitou entender este espaço como um cenário de negociações identitárias, tendo como substrato de análise a leitura de suas relações e formas específicas de sociabilidade. Vivenciei, desse modo, várias situações de trocas afetivas e, também, de conflitos neste espaço. Sobre estas situações, algumas cenas são emblemáticas para a compreensão do Centro Educacional Aldaci Barbosa, na medida em que circunscrevem o processo de identificação desses grupos que interagem, se solidarizam e demarcam territórios, acordos e alianças. Numa destas cenas, a jovem D.P.D.L. (17 anos) pergunta se outra adolescente está bem, se seu joelho está melhor. Outra adolescente fala da hora do lanche, perguntando ao instrutor educacional o que é o cardápio: “*o que é o lanche, hein tio?*”. Outra jovem afirma sentir dor de cabeça, e sua companheira de leitura pergunta se ela quer remédio: “*Posso pedir pra você?*”. Neste momento, algumas adolescentes solicitam empréstimo de livros à pedagoga da unidade: “*Empresta outro livro tia, tô sem fazer nada mermo*”. (M.F.A., 17 anos).

Durante a observação da oficina de bordado, algo inesperado acontece. Uma das adolescentes, V.L.B., 17 anos, perdeu sua agulha de costura. Todas as jovens rapidamente procuravam a agulha com certa urgência e um olhar de temor. Neste momento, tudo parecia imóvel, tenso e sufocante. Refleti por um segundo: Será se alguém burlou as leis do contrato institucional? O sumiço da agulha representaria a violação de uma das disposições do jogo naquele espaço? Neste momento, uma das adolescentes rompe com o silêncio afirmando: “*eu não saí do meu canto, eu não peguei agulha de ninguém, eu tava sentada o tempo todo*”. A jovem que perdeu a agulha estava inquieta e com o olhar triste perguntava: “*cadê a minha agulha?*”. Em minha presença, a professora da oficina de bordado afirma com um ar sério: “*Ninguém sai daqui enquanto não encontrarem o material perdido*”. A tensão aumentava a cada minuto e, em meio à confusão do pequeno ateliê de costura, todas as adolescentes procuravam ao mesmo tempo, até que a menina que perdeu a agulha afirma com ar de alívio: “*achei aqui, enfiada em minha blusa, ufa! Ai Deus do céu...*”.

Ainda no pequeno ateliê de bordado, aproveito para fazer algumas perguntas para as jovens. De repente, M.J.V.A. (16 anos), se oferece para ser entrevistada, afirmando que gosta de participar das pesquisas:

[...] sempre que vem pesquisadores eu participo, não acho problema falar da minha vida e do que eu fiz [...]. Olha tia, eu só sei que uso droga, sou prostituta e já matei, a senhora quer que eu fale mais o quê?

Na pequena sala, todas dão gargalhadas e entram na conversa indiretamente. Ciente da falta de privacidade, apenas gravava as conversas tumultuadas. Concomitantemente, ao nosso lado, a adolescente V.L.B., 17 anos, com cabelos de cor esverdeada devido a um erro na escolha da tintura durante um procedimento na oficina de cabeleireiro, afirma: “*tia, essa bicha é perigosa, eu hein...*”. E a outra adolescente revida: “*eu não tenho mais paciência contigo não, viu filhote de Huck* (refere-se ao personagem verde de uma série da TV)”. Na sala ao lado, outras jovens assistem aula no curso de relações interpessoais, ao som de uma música ambiente, participam de uma dinâmica em grupo.

Na oficina de artes, as adolescentes fazem pinturas em telas, enquanto apresentam seus repertórios de piadas sobre assaltos, ladrões inexperientes, “loiras burras”, homossexuais, policiais que vacilam na mão da malandragem... Também falam sobre música, estilo musical e de arte com o instrutor educacional. Durante a conversa, a jovem V.L.B. afirma: “*eu gosto de Rock, mas, também gosto de ‘melody’, depende do dia. Se estiver triste, meio mal, eu escuto uma música mais mansa, sabe?*”. Neste momento da conversa, a adolescente (V.L.B., 17 anos), pergunta se ficarei até terminar o dia, e me faz um pedido: *tia, se a senhora puder, me leva pro salão de beleza? Quero tirar essa tinta verde da minha cabeça e fazer uma escova prá ficar linda.*

Sem saber ao certo se cumpriria com o pedido da jovem, devido à necessidade de autorização judicial, começo a participar indiretamente dos acordos e trocas instituídos neste espaço, comprometendo-me a falar com a diretora sobre a possibilidade de levá-la ao salão de beleza. Assim, vou aos poucos, percebendo tensões, conflitos e alianças entre os grupos no internato e, adentrando nas negociações deste espaço de reclusão.

Valores culturais e laços afetivos também são redefinidos no cotidiano do internato:

[...] Aqui é assim, se você quiser “ficar”, sei lá, ter um rolo (no sentido de ter um relacionamento passageiro) ou namorar não é na marra não. Fica, beija e abraça quem quer, não é nada forçado não. Mas, você acaba sendo seduzida, sabe como é? A gente chega e tipo uma menina tá a fim de mim e começa a elogiar, me ajudar em algumas coisas, aconselhar, apoiar e tal. Como a casa é só de meninas, e todo mundo carente [...]. Também, todo mundo gosta de elogios, de apoio e acaba se deixando seduzir, mas é uma coisa meio inocente, sabe..., é só beijinho, carinho, abraço e delicadeza. Eu não considero isso homossexual não, até porque a maioria aqui tem seus companheiros, namorados lá fora. É pura carência, brincadeira, sei lá. Mas, também, fica quem quer né, depois que eu cheguei aqui eu ainda não fiquei com ninguém, graças a Deus, mas é difícil. Ai Deus do céu! (D.P.D. L, 17 anos).

Eu até já beijei e fiquei com uma menina aqui. Mas, depois a gente viu que não era isso não. Foi só um deslize, sei lá..., só carência, falta de alguém que

tá lá fora, coisa de um momento difícil sabe. Hoje somos grandes amigas, mas, tem gente que se apaixonava mesmo... e aí sofre e tal. (D.F.S., 17 anos).

As relações afetivas vividas durante o período de internação tomam a marca da fluidez. A maioria das adolescentes internas fala dos envolvimento afetivos, vivenciados no internato, como algo passageiro, carência, ou válvula de escape, específicos do período de reclusão e solidão que vivenciam, como uma forma de compensar privações e barreiras estabelecidas ao contato externo. Segundo elas, a vida em liberdade toma outro percurso. *Olha, tia, a vida na liberdade é outra coisa. Eu gosto é de homem, mas, tem meninas aí que gostam de homem e se envolve com outras. De repente, chega outra que te ajuda, te dá colo, te cuida. Aí quando você vê já tá apegada, mas eu nunca fiquei com nenhuma menina não. Gosto mesmo é de homem.* (D.P.D. L., 17 anos).

Nas cenas do internato, é perceptível tensões, acordos e estratégias de sobrevivência. Neste espaço, até mesmo um esbarrão pode desencadear conflitos. Não foram raras as vezes em que presenciei no pátio da unidade tais conflitos. No meio do corredor, duas jovens se esbarram, se entreolham e pedem desculpas, uma dá um beijo quase no canto da boca da companheira de internação e a outra responde bruscamente: *“Gosto disso não, viu? A fruta que eu gosto é outra. Deixa eu sair daqui que eu vou matar a minha vontade. Quero é um homem, bem gostoso”* (D.P.D.L., 17anos).

Este aspecto é relevante, ao abrir vias de compreensão sobre as trocas identitárias experimentadas por jovens em conflito com a lei, atentando para os atalhos, válvulas de escape e desvios de percursos, circunscritos como opção de rota pelas minhas personagens. Sobre este aspecto, Goffman (1961) chama atenção para “a unicidade de todo sujeito social”, que mesmo possuindo experiências comuns, podem fazer escolhas diferentes ao longo de seus trajetos. Tais escolhas, muitas vezes, podem se apresentar inconsciente e não intencional. De fato, algumas meninas parecem trilhar o percurso que leva ao conflito com a lei inconscientemente, tornando-se circunstancialmente personagem da prática de homicídio. Em sua maioria, não elaboram reflexões ou grandes questionamentos e, talvez, nem intencionem construir ao longo de suas trajetórias, novos *habitus*⁸².

⁸² A minha intenção aqui é pensar a plasticidade do sujeito a partir da compreensão de *habitus moldáveis*, divergindo da concepção fixa e cristalizada de *habitus* proposta por Bourdieu (1994), para quem o sistema de disposições subjetivas que constitui esse sujeito é *durável* no tempo, sendo *transponível* de campo social para campo social. Vide: Ferreira (2008).

Retomando o internato como espaço de redefinição identitária, destaco aqui a impossibilidade de pensá-lo a partir da ideia de fixidez ou imutabilidade dos sujeitos internos. Do mesmo modo que as trajetórias das jovens sentenciadas ao internato, não podem ser pensadas sob essa ideia, consubstanciada pelo argumento de que é preciso um “renascer”, quem sabe num outro lar, cordial e seguro, sem o medo de serem abandonadas após o envolvimento infracional. A segurança aqui referida não deve exigir que seja desconstruída a trajetória pessoal das adolescentes. Como diz Hall (1996, p. 70), “Seu passado continua a lhe falar”. Em verdade, ele é reconstruído sempre, mesmo com as marcas e lembranças de um percurso doloroso, com o qual é possível renegociar, reinventando-se continuamente, ao longo dos percursos e trajetórias de vida.

É nesta perspectiva de possibilidade de renegociação com trajetos e rotas que construo um entendimento diferenciado acerca do internato, percebendo-o como um momento marcante na vida das minhas protagonistas, uma fronteira que demarca e/ou delimita redefinições em seus percursos. Um espaço onde as jovens começam a compreender, com mais clareza, o poder da sentença imposta pelo Juizado, percebendo-a como algo concreto em seus percursos. De fato, antes do encaminhamento ao internato, as jovens parecem naturalizar a prática de atos infracionais. Furtos, roubos e lesões corporais são visualizados por elas como “infrações leves”. Nesta perspectiva, as medidas alternativas de socioeducação passam a ser entendidas como uma “nova chance”, um tipo de advertência ou conselho dado pelo Juiz. Fato perceptível em vários relatos e depoimentos das adolescentes.

Eu tive a minha chance, mas desperdicei. Foi assim: o juiz lá de Iguatu se convenceu a me dar uma chance, porque eu era primária, ele falou assim: D.P.D.L, vamos fazer o seguinte: O que você fez foi muito grave, mas eu vou lhe dar outra chance, já que você tá colaborando com a justiça. Eu não vou lhe encaminhar para a FEBEMCE de Fortaleza não, (refere-se ao internato, extinta Fundação do Bem-Estar do menor em Fortaleza), eu vou lhe deixar aqui no município mesmo em Iguatu, na semiliberdade. Aí eu fiquei em Iguatu cumprindo sentença de semiliberdade, mas parece que a pessoa não valoriza a chance dada, parece que não foi castigada, né? Aí não valorizei, pois pra mim funciona assim. Só vai se tiver castigo, sofrimento. E aí vim prá cá, pagar todos meus pecados. (D.P.D.L., 17 anos).

Enquanto você não é punida de verdade, parece que tudo é de brincadeira. Você só se aquieta quando alguém te dá um basta. Foi o que aconteceu comigo, precisei vim prá cá. Agora tudo o que quero é ir prá casa. (D.F.S., 17 anos).

Atenta a esse jogo de poder, punição e negociação vivenciado no internato, estive atenta a alguns aspectos relacionados à experiência de privação de liberdade, os quais abrem vias para compreender os percursos trilhados por meninas envolvidas na prática de homicídio.

1. Um destes aspectos é a profunda sensação de deslocamento vivida por estas adolescentes. Após o encaminhamento para cumprir sentença no internato, as jovens internas, principalmente as primárias na Unidade ou aquelas encaminhadas do interior do Estado para cumprir sentença em Fortaleza, parecem sentir-se deslocadas, necessitando fazer novos vínculos e processos de adaptações. Estas jovens, portanto, experienciam em seus percursos múltiplos processos de redefinição identitária, os quais são vivenciados, desde o deslocamento das suas comunidades de origem, até o momento de internação, quando o internato se torna o domicílio provisório em suas trajetórias. Em verdade, as minhas protagonistas parecem experimentar um contexto similar ao da *diáspora*, no entanto, tal experiência se dá de forma forçada, ou seja, pela imposição de uma sentença judicial. Portanto, se comparadas aos sujeitos *diaspóricos* estudados por Stuart Hall (2003), estas adolescentes também vivem grande parte de suas trajetórias longe das terras natais. Contudo, suas origens ainda se mostram enraizadas em seus estilos de vida, em suas formas de ser e conviver no mundo, bem como na religião escolhida ou herdada por suas famílias e no conjunto de valores assimilados ao longo de seus trajetos;

2. No internato, também experimentam um processo de adaptação, identificação ou evitação com as demais internas, tendo em vista que são obrigadas a conviver e interagir com as inimigas das tramas da delinquência, encontradas também cumprindo medida socioeducativa. Desse modo, essas meninas tornam-se companheiras de sentença prisional, tendo como produto comum de suas negociações identitárias a prática de homicídio em plena adolescência. O desafio, neste momento, encarna a necessidade de convivência com as demais internas, bem como o cumprimento dos chamados acordos de sociabilidade e interação pacífica, a serem firmados no espaço do Centro Educacional. Assim, a vigilância, o controle institucional, a disciplina e a obediência às regras da instituição também são considerados como desafios para as jovens internas.

Mesmo diferenciando-se do ar de prisão que cerca as unidades de internação masculina, o internato feminino revela-se como um lugar desafiador em múltiplos aspectos. É, sobretudo, um espaço peculiar de negociações, onde as jovens internas, considerando-se o *estigma* prisional vivenciado, convivem com a situação de *apartheid social*, levando uma vida fechada e rigidamente administrada. Conseqüentemente, todas as áreas de suas vidas – escola, trabalho, religião, esporte e lazer – passam a ser desenvolvidas neste espaço. É, sobretudo, um “mundo normativo”, circunscrito pela lógica do “proibir, vigiar e punir”, que parece querer ocultar sutilezas e ambiguidades da vida em reclusão, de modo a mantê-las obscurecidas e sob

penumbra. Por outro lado, é sob rígida vigilância que se gestam processos de identificação, acordos e negociações afetivas entre as jovens internas, bem como formas criativas de sobrevivência e válvulas de escape.

Envolta ao ar de mistério que cerca o internato feminino, fui percebendo olhares em forma de códigos e novas percepções. Assim, tive a convicção de que estou a elaborar um trabalho de incompletude. Usando os termos de Hall, entendo que também vivencio a insegurança do “tornar-se”, no sentido de continuar com a viagem do olhar sobre percursos e rotas trilhadas por meninas envolvidas na prática de homicídio. Espero manter o estímulo necessário para entender os processos de redefinições identitárias vividos por estas adolescentes, personagens imersas na lógica do movimento, da descontinuidade, do trânsito e da fragmentação identitária.

3.4 O olhar focado nas trajetórias e percursos de redefinições identitárias.

Com os desligamentos de duas participantes, percebi que o internato, como espaço para cumprimento de sentença privativa, também se define como lugar de negociação, um momento peculiar nas trajetórias das jovens internas. Nesta compreensão, o internato é percebido como um lugar de trânsito na vida das personagens deste estudo. Assim, a experiência de privação de liberdade, no percurso trilhado pelas meninas envolvidas na prática de homicídio, constitui um momento diferenciado que demarca a fronteira entre o antes e o depois da vivência em privação de liberdade.

Diante dos desligamentos, o internato passa a ser visualizado de outro ângulo, levando-me a incidir o foco investigativo para além dos muros institucionais. Assim, o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota se redefine, não mais constituindo o *locus* por excelência desta investigação, ao compreender que os caminhos trilhados por estas jovens perpassavam as vivências no internato, indo além. Desse modo, meu campo investigativo redefine-se, circunscrevendo, assim, uma ampla cartografia, configurada pelos territórios de passagem, de residência e de uso das jovens envolvidas na prática de homicídio. Meu desafio, neste momento investigativo, é seguir as pegadas e os rastros deixados por cada uma destas personagens, tendo como pista seus municípios de origem, endereços, números telefônicos e lugares de possível encontro.

Em verdade, a ideia de seguir os rastros das jovens não foi uma decisão pré-estabelecida. O caminhar inusitado da investigação levou-me a segui-las após seus

desligamentos da unidade. Cabe destacar que o meu esforço investigativo não se traduziu pela simples busca de dar um desfecho aos retratos sociológicos, iniciados no internato. Tal esforço encarnava, efetivamente, uma curiosidade sociológica de descobrir como estariam minhas personagens de volta ao convívio social. De que forma estariam vivendo agora? Que rumos teriam tomado após o retorno para casa? Que redefinições identitárias vivenciavam agora em liberdade? Muitas questões foram formuladas neste tempo de nomadismo, algumas teimavam em preocupar-me especificamente.

Tais perguntas abriram indícios sobre a minha própria trajetória. Assim, descobri que buscar aos outros é também encontrar a si mesmo. Sobre isso escrevi em meu diário de campo, em 18/01/2009.

Seria ingenuida achar que a direção dos ventos sempre impulsionará a minha vela. Tenho consciência que nesta viagem é preciso encarar os ventos com muita cautela. A todo o momento, a ventania parece denunciar meus medos, dificuldades e limites. E eu? A toda hora persisto velejando, ajustando as velas e navegando em meio a tantos desafios. Agora a investigação parece seguir seu próprio curso, um trajeto permeado por rupturas, aproximações e reconstruções analíticas. Assim, meu trabalho se define por um exercício de “construção/reconstrução” constante, como diria Pierre Bourdieu (1994). Em meio a esse movimento de ajustes e descobertas é que eu, também, entro em contato com o humano e obviamente descubro-me humana neste contato. Emociono-me, surpreendo-me e fico irritada quando as minhas protagonistas parecem se esconder de mim. São 03h18min da madrugada e sinto vontade de desistir nesse momento... Estou cansada e o sono invade os olhos. Nesta caminhada, eu estranho as coisas que não são de todo familiares e até aquelas que são. Ao transcrever a fita de D.P.D.L., 17 anos, dentre outras coisas sublinhei: Você não é como a gente. Suas roupas são diferente, seu cabelo e até seu cheiro. Por que faz essas entrevistas hein, tia? Vai ser muito bem paga por isso né? O que você quer com a gente? O que vai fazer com essas coisas, afinal? Às vezes eu penso que você se interessa por essas questões por que não tem o que fazer (risos). Sinceramente, eu acho que ser pesquisador é assim: alguém que não tem o que fazer e vai procurar na vida dos outros alguma coisa prá fazer, nem que seja correndo riscos. Acho que você deve ser meio maluca, sabia?

Com as palavras de D.P.D.L. ressoando em meus ouvidos, pude refletir sobre o meu próprio percurso identitário. E, assim, voltei às formulações de Stuart Hall (2000), atentando para a relação ente identidade e representação. Nesta vinculação, as identidades “têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (p. 109). Cabe assinalar que, em minha trajetória individual, o “tornar-se” pesquisadora faz parte de uma escolha consciente. Ao contrário do que pensa D.P.D.L., tal escolha encarna múltiplas redefinições e negociações de trajetórias, quais sejam: “a da bailarina que se fez assistente social”; “a da assistente social que se tornou militante da causa da criança e do adolescente”; “a da técnica de serviço social de um Internato que se fez professora, socióloga e

pesquisadora”. Nesta confluência de personagens e metamorfoses, tenho convicção de que, ao pesquisar jovens em situação de conflito com a lei, efetivamente retorno a um lugar significativo para mim. De fato, a experiência de trabalho neste campo mostra que é impossível, para o pesquisador, evitar que os seus protagonistas tentem representá-lo, decifrá-lo e compreendê-lo, definindo-o a partir do seu próprio imaginário, de suas formas de representação e visão de mundo.

3.5 Produções identitárias nas representações: um processo sempre inconcluso.

A utilização das representações como forma de entender a construção de significados e visões de mundo das jovens envolvidas na prática de homicídio também conduziu e mobilizou a minha análise. É o esforço de entender a autoimagem construída por estas adolescentes, analisando suas representações acerca do envolvimento na prática de homicídio, suas visões de mundo e perspectivas de futuro. A rigor, tomei os estudos de Stuart Hall (1997b) sobre representação como embasamento teórico-metodológico para consubstanciar a minha análise.

Segundo o autor, a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às verdadeiras formas assumidas pelo significado, no exercício efetivo da leitura e interpretação. Nesta perspectiva, é necessário destacar que não há uma resposta única e correta para o significado de uma imagem ou de uma narrativa, da palavra ou do som, mas sim uma interpretação plausível, ainda que não esteja isenta à transformação. De fato, na interpretação de Stuart Hall (1997b), o significado não está dado de uma forma direta e transparente, nem permanece intacto na passagem pela representação. Ele está sempre em negociação para ressoar em novas situações.

Dessa forma, Hall entende a representação como uma produção de significados, rompendo com a noção de um significado verdadeiro, único e imutável. A partir daí, o autor ressalta a característica de instabilidade do significado, que será comparado por ele a um “jogo” ou “deslizamento”. Nesse jogo, novas interpretações podem submeter o significado constantemente, ligando-o a novas leituras de conceitos ou valores.

Nesta perspectiva, identidades vinculam-se a representações. Portanto, a identidade é configurada como algo inerente ao sistema de representação que lhe dá sustentáculo, não sendo, portanto, tão transparente como a maioria de nós pensamos. Daí a ideia de que, em vez de tomarmos a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa

posteriormente a ser representado por novos contextos culturais, devemos entendê-la como um processo sempre inconcluso, sendo “constituída interna e não externa à representação” (HALL, 1997b, p. 68).

Segundo Hall, o desafio é entender como “nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nos representamos a nós mesmos”. Com efeito, a representação está fundamentada na concepção de cultura como um “conjunto de significados partilhados”, que entende a linguagem como um processo de significação cultural. Assim, a representação é pensada aqui como instrumento metodológico indispensável para compreender as trocas identitárias de meninas marcadas pelo ato de matar, que vivenciaram ou vivenciam a experiência de privação de liberdade.

Inspirada no estudo das representações, formulado por Hall, assumo a perspectiva que entende o ato de representar como forma de utilização da linguagem, da história e da cultura para produzir não apenas aquilo que “nós somos”, mas aquilo no qual “nos tornamos”, que tem a ver “não tanto com as questões de “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões relativas a “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como esta representação afeta a forma como nós podemos representar a nós mesmos” (HALL, 2000, p. 109) Assim, representar é, sobretudo, produzir significações através da linguagem. É descrever, narrar ou retratar, junto a simbolizar e significar ou (re) significar. Assim, o significado não é inerente às coisas do mundo. Ele é produzido como resultado de uma prática de significações que faz as coisas significarem, relacionando-se com a posição que o sujeito ocupa em determinado contexto.

Portanto, decifrar as trajetórias de meninas envolvidas na prática de homicídio circunscreve um esforço de entender suas significações, no sentido de perceber como estas se definem, que autoimagem elas constroem de si, adentrando suas visões de mundo e perspectivas de futuro. Tenho convicção de que, ao utilizar o conceito de representação nesta análise, estou adentrando um campo desafiador, que desestabiliza noções consolidadas pela própria cultura, provocando o pesquisador a aprofundar sua análise, principalmente, se este aceitar o desafio de trabalhar com a busca de sentido e significados, numa empreitada para entender algo complexo, multifacetado e em permanente mutação.

4 RETRATOS SOCIOLÓGICOS: HISTÓRIAS DE VIDA, DE MORTE E DE REDEFINIÇÃO IDENTITÁRIA.

“As identidades”... Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos ou de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (STUART HALL, 2004).

Retratar trajetórias de jovens envolvidas na prática de homicídio é, antes de tudo, falar das juventudes, em sua pluralidade e diversidade, como questão instigante para as ciências sociais. Nas teorizações contemporâneas, a juventude não se define apenas como uma fase na vida dos sujeitos, ou como uma transição de faixa etária, configurando-se, de forma efetiva, por características relacionadas a um “estilo juvenil de ser e estar no mundo”. Nos percursos e negociações do “estilo juvenil de viver” está a participação em determinados grupos que se formam pretensamente a partir de um referencial de rebeldia, transgressão e nomadismo. É no cenário contemporâneo⁸³ que as chamadas “tribos juvenis”⁸⁴ - *punks*, emos,

⁸³ Segundo a cientista social Alba Pinho de Carvalho (2010, p.171), “vivenciamos a mais de duas décadas a mundialização do capital, as desigualdades e polarizações que marcam o cenário contemporâneo”. Neste cenário de início do século XXI, testemunhamos uma confluência de tempos – tempos de crise e de transição – social. Em verdade, afirma Carvalho, “somos confrontados com questões da modernidade para as quais as respostas modernas são absolutamente insuficientes, como a questão da equidade, da justiça e da desigualdade” (p. 171). Neste contexto, é complexo e fundamental pensar o momento que estamos vivenciando, circunscrito pela chamada “civilização do capital”, que demarca novas formas de domínio e novas expressões de luta e resistência. Segundo Carvalho, é “imprescindível, desvendar o atual contexto de crises, as mudanças em curso e as tendências emergentes. Exige delimitar a utopia democrática, nas suas possibilidades e limites, no âmbito da civilização do capital. Impõe discutir a Questão Social em suas manifestações peculiares no presente, sobretudo, as vulnerabilizações, desmontes e tensões que atingem o mundo do trabalho” (p. 171). Em sua análise sobre as vulnerabilidades vivenciadas no tempo presente, a autora cita como fenômeno peculiar deste tempo de transição, a caracterizar-se pelo “fardo Histórico” de insegurança e instabilidade social, jovens e juventudes de todo o mundo: “Na Europa, juventudes a constituir uma nova geração de excluídos, filhos de classe média e de trabalhadores precarizados, com sérias dificuldades de integração à sociedade: taxas elevadíssimas de desemprego jovem; excesso de qualificação para exercício de trabalhos precários; reformas educacionais emperradas. São juventudes marcadas pelo pessimismo, pela falta de confiança no sistema político, com uma grande insatisfação a explodir em revoltas juvenis contemporâneas, caracterizadas pela espontaneidade e articulação via circuitos virtuais e telemóveis. Especificamente, no Brasil, é gritante o drama das juventudes, com elevados índices de “mortalidade juvenil” que dizima jovens pobres, sobretudo negros, que perambulam nas diversas periferias da vida”. (2010, p. 171).

⁸⁴ Sobre a concepção de tribo, quero remeter novamente ao entendimento de Michel Maffesoli (1987 b), circunscrito na ideia de “tribalismo”, de nativo, de bárbaro. Nesta perspectiva, o termo tribo rediz a origem e, com isso, restitui vida ao que tinha “tendência a se esclerosar, a se aburguesar, a se institucionalizar”. Assim, a juventude dos anos 90 e 2000 vivenciam o que Maffesoli chamou de “tempo das tribos”, um tempo que se configura pela importância do sentimento de pertencer a um grupo, a um lugar, como fundamento essencial de toda vida social. Destaco, também, a formulação de Magnani sobre o conceito de “tribo”. Segundo o autor, o

headbangers, gangues - se gestam. Dentre estas tribos, encontram-se, também, as protagonistas do meu estudo. Meninas, provenientes das classes pobres, em sua maioria, que se envolveram com a prática de homicídio, experimentaram a sentença de privação de liberdade e agora retornam aos seus contextos sociofamiliares, onde vivenciarão novas experiências e outras personificações, no sentido de encarnarem novos personagens.

Nesta perspectiva, decifrar “trajetórias juvenis” significa percebê-las na dimensão da pluralidade e do movimento, compreendendo-as de modo bem mais amplo do que uma simples demarcação cartográfica ou geracional. É nesse sentido que ser jovem circunscreve uma dimensão identitária, experimentada, de forma peculiar, em processos de negociação no interior de grupos e/ou “comunidades” onde vivenciam estilos juvenis contemporâneos: família, escola, espaços do bairro ou do condomínio, Igrejas, tribos urbanas, redes virtuais. São espaços físicos e virtuais onde experimentam formas de sociabilidade, jeitos de estar no mundo, valores e referências. Assim, as trajetórias de meninas que têm experiências em comum – seja o habitar as “periferias da vida”, seja a prática do homicídio, seja a vivência da reclusão – revelam percursos singulares marcados por formas próprias de trânsito e negociação.

A rigor, “retratar trajetórias” é muito mais que “relatar histórias individuais”. É oportuno, assim, resgatar a sinalização crítica de Bourdieu (2006, p. 183), na qual a:

[...] história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como ‘contrabando’ no universo científico; inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos.

Assim, enfatiza o autor que a vida de um sujeito não está separada do conjunto dos acontecimentos de sua existência, demarcando uma perspectiva diferenciada de trajetória, entendida como uma série de posições ocupadas sucessivamente por um mesmo sujeito ou um mesmo grupo, estando ele próprio ou o grupo sujeito a transformações. Inspirada nessa noção de trajetória “bourdieuniana”, foi possível perceber os limites e romper com a visão de

termo “tribo” é empregado como uma metáfora pode-se dizer que evoca – primitivo, selvagem, natural, comunitário – características que se supõe estarem associadas, acertadamente ou não, ao modo de vida de povos que apresentam, num certo nível, a organização tribal, designando pequenos grupos concretos com ênfase não só em seu tamanho, mas nos elementos que seus integrantes usam para estabelecer diferenças com o comportamento classificado como normativo: “os cortes de cabelo e tatuagens de grupos punks, as cabeças raspadas dos skinheads, a cor da roupa dos darks e assim por diante”. (MAGNANI, 1992, p. 50). Para aprofundar melhor essa questão ver: MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo na sociedade de massa.** Rio de Janeiro, 1987 b; MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Tribos Urbanas: metáfora ou categoria?** Cadernos de Campo - Revista de Pós-Graduação em Antropologia. São Paulo, USP, ano III, n° 02, 1992.

“história de vida” como “série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo se não a associação a um sujeito cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio... (BOURDIEU, 2006, p. 189) ⁸⁵.

Sob a inspiração de Bourdieu, tais demarcações conceituais levam-me a assumir o desafio de trabalhar trajetórias, dando consequência metodológica a esta opção analítica, através da construção de retratos sociológicos de seis personagens, meninas envolvidas na prática de homicídio ⁸⁶. Nestas trajetórias, circunscrevo, mais especificamente, o desenrolar dos fatos vividos por cada adolescente: as lembranças da infância, da escola, dos amigos, a sociabilidade dos grupos e “tribos” a que pertencem, bem como as situações e acontecimentos “desestabilizadores/perturbadores” ⁸⁷ de identidades e trajetórias.

1. D.F.S., 17 anos, oriunda do município de Majorlândia/Aracati, onde então residia com a mãe e irmãos. Foi encaminhada ao internato na condição de primária, sendo sentenciada, posteriormente, pela prática de homicídio. Envolveu-se na prática de um homicídio no exercício da “prostituição”. Foi testemunha do assassinato do “parceiro” pelo “suposto intermediador do “ato prostituinte”, assumindo, posteriormente, o crime sob ameaças, conforme narrou a adolescente: *“O homicídio aconteceu por causa de uma dívida de prostituição. Eu saí com um gringo, ‘filho da p...’ E ele não quis pagar. Aí contei prá um amigo nosso lá de Aracati ⁸⁸, na mesma hora, ele resolveu cobrar o “furo” (gíria referente a descontar, cobrar, tomar satisfação). Só sei que sobrou prá mim. Não matei ninguém e vim parar aqui. Apenas vi quem matou. “Ele esfaqueou o cara com facadas no pescoço, umas três facadas...”*

2. D.P.D.L., 17 anos, provinda do município de Iguatu, onde reside com a família: mãe, irmãos e avós. Foi encaminhada ao internato por descumprimento da medida de

⁸⁵ Esta crítica à visão de história de vida e, conseqüente, delineamento da perspectiva de trajetória, a partir da discussão de Pierre Bourdieu, estão devidamente circunscritos na introdução e no capítulo 3 desta tese, intitulado: “Percursos teórico-metodológicos: trajetórias em processo, identidade em aberto”.

⁸⁶ Os dados apresentados referem-se ao momento da investigação: final de 2007 e 2008 (com as jovens ainda no internato), 2009 (com a maioria das jovens já desligadas do internato).

⁸⁷ Acerca da discussão sobre identidade, vale destacar a seguinte narrativa de Stuart Hall: “precisamos vincular a discussão sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente ‘estabelecido’ de muitas populações e culturas: os processos de globalização, os quais, eu argumentaria coincidem com os processos de globalização forçada (ou livre) que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós-colonial” (2000, p.108). Inspirada na formulação de Hall entendo as “práticas perturbadoras” como um “momento desestabilizador” nas rotas das minhas personagens. De fato, nas narrativas das meninas envolvidas na prática de homicídio, identifico situações e acontecimentos que desestabilizam seus percursos, levando-as a redefinições: a morte da mãe, o uso de drogas, o envolvimento afetivo com um namorado traficante, a mudança para um bairro periférico etc.

⁸⁸ A jovem não revela qual a participação desse amigo na prática de prostituição em Aracati, um suposto “cafetão”? Refleti comigo mesma.

semiliberdade em seu município, sendo sentenciada, posteriormente, pela coautoria de um homicídio. A trama do homicídio descrito pela jovem parece configurar um “ato de rivalidade e disputa afetiva”. De acordo com a adolescente, o ato cometido desencadeia-se a partir de uma série de mudanças em sua vida: dificuldades financeiras e familiares, deslocamento para um bairro periférico de Iguatu, envolvimento com drogas e a relação afetiva com um novo namorado, suposto motivo da disputa afetiva. Nesta disputa, a adolescente, após sair ferida em uma briga com a ex-namorada do jovem, resolveu se vingar, impulsionada por uma amiga e o próprio namorado, que lhe empresta a arma do ato de morte. Sobre este homicídio, D.P.D.L. sustenta a versão contida nos autos processuais, afirmando que não atirou na vítima: *“como eu estava com a mão cortada da briga anterior, eu não conseguia atirar... minha amiga que me acompanhava atirou por mim. Eu queria só dar um susto na menina, tipo atirar no pé, ou coisa assim, prá ela não tentar me matar de novo, mas ela acabou morrendo”*.

3. M.F.A., 17 anos: nascida em Fortaleza, no bairro Genibaú. Segundo a adolescente, seu envolvimento na prática do homicídio inicia-se com a morte da mãe, com câncer de mama e, posteriormente, a experiência de uso de drogas. Em suas narrativas, afirma que matou a vítima porque esta reagiu ao assalto. *“Era ele ou eu. Engraçado que aconteceu em um dia que eu não esta chapada, drogada, nada, nada... No assalto ele veio bater em mim, tentou me estrangular. Eu tinha de matar mesmo. Fui roubar prá usar droga... não me arrependo não”*.

4. M.J.V.A., 16 anos: é oriunda do município de Crateús, porém, há algum tempo habita os espaços da cidade de Fortaleza, seja em abrigos públicos ou nas ruas da capital, exercendo a prática da prostituição e cometendo furtos. Sua irmã mais velha mora em um prostíbulo na cidade de Crateús, tendo dois irmãos, que também cumprem sentença de privação de liberdade. Sobre o “ato infracional cometido, a jovem afirma que não sabia o que seu companheiro e seu grupo planejavam: *“Meu namorado pediu prá mim chamar a menina, prá gente, todo mundo ir tomar banho no rio. Tudo parecia uma diversão, uma brincadeira entre casais. Eles disseram prá mim que ela tinha aceitado ir. Mas, chegando no rio, o colega do meu namorado tentou fazer sexo com a menina, aí ela não quis, mas já era tarde, ou ela fazia ou morria. Foi um estupro e depois eles mataram ela. Eu vi tudo”*.

5. B.J.F.N., 16 anos: é nascida em Fortaleza, no bairro Bom Jardim, onde reside com a avó e 4 irmãos. Afirmou que, após a morte de sua mãe, passou a usar drogas e a perambular pelas ruas de Fortaleza, cometendo roubos e assaltos com um grupo formado. Reincidente no internato, a jovem cumpre sentença por vários atos infracionais: lesões

corporais, assaltos, porte de arma, roubos e tentativa de homicídio. Sobre a tentativa de homicídio praticada, B.J.F.N. afirmou: *“Eu fui pra uma festa com amigos e depois de todo mundo louco, roubamos dois carros, sequestramos o dono de uma loja e trocamos tiros com a polícia. Depois, com os pneus todos furados, nos entregamos. Não tinha mais nada a fazer. Estávamos feridos e com o carro no ‘prego’”*.

6. A.L.S.V., 14 anos: é nascida em Fortaleza, no bairro do Carlito Pamplona, onde reside com a avó e tios. Possui três irmãos maternos, os quais residem com sua mãe no bairro Pirambú. A família é natural de Manaus e migrou para Fortaleza quando a jovem possuía apenas 6 anos de idade. Seu envolvimento infracional envolve uma trama de rivalidade e disputa afetiva. Na narrativa da jovem, a trama do ato cometido: *“Ela me acusou de ter roubado o celular dela, mas eu sei que ela queria era confusão, por causa do ex-namorado dela, que eu tava com ele. Eu pensei assim: ‘diabo é isso, o que essa doida quer’? Se fosse prá disputar na mão, eu até tinha ido, né? Eu tava no reggae e chegaram dizendo que ela ia me matar... Eu tava de cara limpa, só com cigarro, aí eu pensei assim: quer saber... prá evitar confusão, eu vou embora. Mas, aí, quando eu vou andando, lá vem ela com a faca. Aí eu disse: ei mulher, solta essa faca aí, vamos se esbagaçar nós duas aqui na mão mesmo. Isso o meu namorado tava lá dentro do reggae. Foi na hora que ela veio prá cima de mim, aí eu segurei na mão dela, tomei a faca dela e saí metendo nela. Uma pegou na testa, duas no pescoço e duas no abdômen. Eu não tinha certeza se queria matar ela não, mas eu não podia parar prá ficar olhando prá faca, o jeito que a faca era, de que cor era e tal. Eu só fiz tomar e meti nela de todo jeito... Eu puxei a faca e saí furando ela”*.

Ao focar as minhas lentes nestas trajetórias, percebo que meu desafio na construção dos retratos é compreender os caminhos percorridos por estas protagonistas, como expressão de negociações com rotas e percurso trilhados, encarnando um jeito de viver, ou melhor, de experimentar a vida, com dimensões conscientes e inconscientes a se hibridizarem.

Ao longo das tessituras dos retratos, iluminou-me a convicção teórico-metodológica de que o esforço desta construção ia muito além das habilidades de convencer as meninas a narrar a prática do homicídio como marcador essencial de suas vidas. Na verdade, meu esforço foi recompor caminhos, andanças destas personagens, em diferentes espaços e momentos, em meio às encruzilhadas das tramas do que é designado, institucionalmente, como delinquência.

Uma dimensão a destacar nesta “arte *naif*” de pintar retratos é a relação entre identidades e representações. Neste sentido, Hall, em seu texto referênciada: “Quem precisa de

identidade” (2000), faz sinalizações que abrem uma fecunda via de discussão, ao formular que as identidades vinculam-se a representações, ou seja:

Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Ela tem a ver com a *invenção* da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração, mas como “o mesmo que se transforma” (Gilroy, 1994): não o assim chamado “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas “rotas”⁸⁹. (p. 109).

4.1 D.F.S.: uma trajetória de deslocamentos, buscas e contradições.

Conheci D.F.S. por intermédio da diretora do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, por ocasião de uma das visitas feitas ao internato, durante o ano de 2007, pouco mais de um mês após ter iniciado minha pesquisa. Naquela época, eu tentava estabelecer um clima de confiança com as adolescentes em cumprimento de sentença. Apenas observava, lia os documentos, os prontuários das adolescentes e anotava tudo, tentando adentrar na lógica institucional do internato feminino: regras, regimento interno, oficinas profissionalizantes etc⁹⁰. Entretanto, o estranhamento era a sensação comum entre nós (eu e as jovens, as jovens e eu). Elas perguntavam o tempo todo aos instrutores educacionais: Quem é ela? O que vai fazer aqui? Ela é mais uma assistente social ou uma psicóloga? E eu estranhava aquele “internato-abrigo”, “quase esconderijo”, o qual tive muita dificuldade de encontrar devido à reforma que acontecia na unidade e às várias veredas que, bem lá no fundo, davam acesso ao Centro Educacional, localizado na periferia de Fortaleza. Em um mesmo local do Bairro Antônio Bezerra funciona vários abrigos do Estado, inclusive o internato para “meninas” em cumprimento de sentença⁹¹.

⁸⁹ Tradução: rota, aqui, deve ser entendida como jogo de palavras, intraduzível, entre “roots” (raízes) e “routes” (rotas, caminhos). Vide: Hall (2000).

⁹⁰ Ao deparar-me com o contexto do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, na condição de internato feminino, fui percebendo distinções em relação ao Centro Educacional São Miguel, internato masculino onde trabalhei como assistente social e realizei o processo investigativo, consubstanciado na dissertação de mestrado: FREITAS, Rilda Bezerra de. **Códigos de Honra: O cotidiano dos jovens internos no Centro Educacional São Miguel**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Sobre isso, ver capítulo 3, tópico 3.2., intitulado: “Provocações a movimentar o olhar investigativo: trilhas e rastros em busca da recomposição de trajetórias identitárias”.

⁹¹ Dentre as instituições que atuam no chamado complexo do bairro Antônio Bezerra, vinculadas à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, cabe destacar os abrigos: Desembargador Olívio

Na unidade de internação, a diretora, já ciente do meu critério em trabalhar apenas com as “meninas” que cometeram homicídio, insistiu de forma recorrente para que eu entrevistasse D.F.S., afirmando que sua trajetória seria um caso interessante para o meu estudo empírico, tratando-se, também, de uma boa interlocutora para a narrativa de sua história. Entendi que a diretora tentava ajudar-me na escolha das protagonistas deste estudo, ao afirmar o seguinte: “*você devia entrevistá-la*”. Entretanto, ponderei comigo mesma acerca desta indicação, no sentido de não me deixar levar pelas opções da diretora, buscando seguir os meus próprios critérios de seleção.

Efetivamente, após alguns dias, procurei analisar o prontuário social ⁹² com os dados da adolescente: escolaridade, histórico familiar, período de internação na unidade, convivência com demais adolescentes, ato infracional cometido. Ao apropriar-me deste material, pude perceber a pertinência de torná-lo com um caso a ser “pintado como retrato sociológico”.

A aproximação com a jovem não foi fácil, uma vez que D.F.S. parecia esconder-se nos labirintos do internato. Sem encontrá-la de forma ocasional nas oficinas de trabalho ou nas salas de aula do internato, decidi pedir ajuda para a psicóloga do Centro Educacional. Assim, finalmente, fomos apresentadas: D.F.S. e eu... Depois de explicar qual o objetivo de minha pesquisa, a jovem aceitou participar da entrevista, contudo, sempre dava um jeito de fazer alguma atividade, se ocupar ou sumir, “escapulindo” no último momento. Algumas vezes dizia estar doente ou recolhia-se ao seu dormitório. Finalmente, pude entrevistá-la em outubro de 2007, depois de muitos e infrutíferos encontros marcados na sala de atendimento técnico. Percebi que as fugas e desaparecimentos desta personagem faziam parte de sua estratégia para assegurar-se de que eu era confiável. De fato, antes de dispor-se à entrevista, D.F.S. procurou a diretora para inquirir quem eu era e, somente depois da fala da diretora de que eu era assistente social e já tinha exercido o meu trabalho no Centro Educacional São Miguel, foi que decidiu participar da entrevista.

Câmara (A.D.O.C.), que funciona em prédio vizinho e atende adolescentes e jovens portadores de deficiências; Abrigo de passagem para jovens em “situação de rua” e egressos dos internatos masculino e feminino que perderam os vínculos com seus familiares. Funciona, também, neste complexo, a Escola de Ensino Fundamental Narcisa Borges, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

⁹² No meu percurso investigativo, tomei os prontuários das jovens como um material de pesquisa exploratória, considerando os dados pessoais da adolescente e todo o acervo documental padronizado pela instituição como material de análise. Assim, realizei a leitura dos dados sobre a história da adolescente, considerando os estudos de caso elaborados pelos técnicos da Instituição, atentando para os dados sobre a composição familiar, a escolarização e o ato infracional cometido. Os laudos dos processos do Juizado da Infância e Juventude também foram relevantes nesta investigação.

Ao observá-la no pátio da unidade, jogando com outras internas, soltando risos e gargalhadas entre os grupos de adolescentes reunidas, estranhei, num primeiro momento, a aparência de D.F.S. Meu estranhamento se dava pelo fato de que o seu corpo não trazia as marcas de tiros, facadas e tatuagens, sinais indicativos da classificação de “adolescente em conflito com a lei”. Assim, precisei desconstruir este estereótipo do “corpo-delinquente”. Ao mesmo tempo, olhando D.F.S., sua imagem não parecia encarnar a crueldade descrita nos autos processuais sobre o homicídio supostamente praticado.

De porte pequeno e demonstrando muita timidez, D.F.S., durante a primeira entrevista, não se expressou como alguém que pode ser classificado de “bom narrador”. Ao conversarmos sobre a sua participação na pesquisa, a jovem demonstrou, a princípio, muita desconfiança e medo. Seu olhar e gestos expressavam muito receio sobre aquele momento. Comunicava-se comigo através de gestos que sinalizavam aceitação ou negação ou indiferença. Sem muita vontade de falar sobre o envolvimento infracional e sua trajetória, afirmava apenas que gostaria de esquecer tudo isso e, ao sair do internato, nunca mais falar desse momento de sua vida. Pergunto-me, o que significa este desejo de esquecimento de D.F.S. sobre estes momentos de sua trajetória?

Ao observar a aparência da jovem, fui tracejando linhas, formatos e gestos usuais da adolescente. Com tórax grande, costas largas e pernas definidas, o corpo de D.F.S. parece “parafusado” no rosto bastante infantil. O jeito de caminhar da menina ainda lembra uma criança inquieta e curiosa, que deseja conhecer tudo em sua volta, mas que guarda tal curiosidade, envergonhada, ressentida, com medo. Ao usar os uniformes padronizados pela Instituição, a jovem assume a homogeneização do “visual institucional”, despindo-se de sua aparência usual. Sobre isso, a menina ressalta: *“sabe tia, é chato usar essas roupas daqui, às vezes sinto falta de vestir saia, um vestido, ir ao salão de beleza, fazer as unhas... Engraçado, antes, quando eu podia fazer tudo isso, nem ligava. Agora que não posso, sinto falta”*.

Segundo Goffman (1961, p. 38), a partir da normatização da vestimenta dos internados, presos ou doentes manicomiais, as “instituições totais” reconfiguram o conjunto identitário destes sujeitos.

[...] ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais as mantém, o que provoca desfiguração pessoal... Roupas, pentes, agulha e linha, cosméticos, toalhas, sabão, aparelho de barba, recursos de banho – tudo isso pode ser tirado dele ou a ele negado, embora alguns possam ser guardados em armários inacessíveis, para serem devolvidos se e quando sair.

Levando em consideração as normas do internato e o comportamento fugidivo de D.F.S., precisei criar estratégias para aproximar-me da adolescente. Em alguns momentos, chegamos a comer chocolates juntas, ler trechos de livros e trocar letras de músicas como recursos de negociação. Sobre isso, fui advertida pela diretora acerca do que denominava de “cinismo” das adolescentes, no sentido de “maquiar narrativas” para despertarem aceitação. Na visão da diretora, algumas internas, principalmente aquelas envolvidas na prática de homicídio, desenvolveriam uma postura superficial e cínica, respondendo, de forma monossilábica e/ou irônica, às perguntas sobre a própria vida. Entendo estar configurada, nesta caracterização da diretora, uma representação do senso-comum sobre estas meninas, eivada de discriminação e estigma. De fato, na fala da diretora, identifico a relação “identidade/representação”, a partir da formulação de Hall (2000, p. 109), ao sustentar que as identidades têm a ver não tanto com as questões relativas a “quem somos” ou “de onde viemos”, mas muito mais com as questões relacionadas a “quem nós podemos nos tornar”, ou “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós mesmos”.

No caso das minhas protagonistas, a autoimagem construída sobre si confunde-se com a “forma” como foram representadas ao longo de suas trajetórias. Assim, suas identidades, são permeadas de estereótipos alheios à sua capacidade de representar-se. É a visão construída pela mãe, pela família, pela diretora, pelos namorados e companheiros, pela justiça, entre outros. Em meio a estas representações, encontrei uma confluência de imagens construídas: “*sou considerada a ovelha negra da família*”, “*sou a filha caçula problemática*”, “*sou a louca sem rumo*”, “*sou um saco de vacilo*”, “*sou burra prá essa coisa de escola*”, “*sou feia e lascada*” etc.

Desse modo, parece-me necessário “ler” nas atitudes, gestos, posturas e formas de ser destas meninas para adentrar em seu universo existencial. Nesta leitura, percebo que em determinados momentos minhas personagens parecem alienar-se do seu contexto de crimes e privações⁹³. Os silêncios parecem revelar o desejo de fugir desta cena dramática e pesada. E, ainda, em muitas oportunidades, o silêncio parece indicar medo de vinganças e/ou

⁹³ Uma visão alienada, do latim *alienare*, quer dizer tornar-se alheio, alhear-se, transferir para outrem o domínio de. Em alguns momentos, é o que estas jovens fazem: alheiam-se do “mundo real” que conhecem, deixando o seu domínio ao cuidado da representação de outros indivíduos, buscando novos domínios sociais vistos como mais sedutores, os quais estariam conectados com suas experiências de vida, nas quais maneiras radicais e diferentes de pensar, de ver e de ser no mundo podem ser experimentadas e desenvolvidas. Vide: Ferreira (2008).

emboscadas por parte das inimigas e rivais conquistadas nas trajetórias da vida considerada delinquente.

No caso de D.F.S., em face da sua postura de medo e distanciamento, fui tentando construir uma relação de confiança com a jovem, no intuito de pintar o retrato desta adolescente, adentrando as trilhas e atalhos de sua trajetória.

4.1.1 Saudades e afetos: Aracati, a mãe, os amigos e as incessantes buscas.

Nascida em Aracati, sendo a última filha mulher de uma família de sete irmãos, também morou na periferia de Fortaleza, mais precisamente no bairro Castelo Encantado, um dos bairros mais “mal falados” em termos de estatísticas da violência urbana, constituindo “um dos lugares que você sempre escuta falar nos programas policiais”. Sua mãe – que reside atualmente no município de Majorlândia-Ce – foi a única responsável por sua educação, tendo como bagagem apenas uma educação primária. Na busca para conseguir o sustento dos filhos, sua mãe, encarnando bem a trajetória dos sobrantes, ficou transitando de emprego em emprego: faxineira, doméstica e, depois, algum tempo numa fábrica de costura para roupas femininas. Atualmente, esta mãe é beneficiária de programas sociais do Governo Federal: Bolsa Família e desconto na tarifa de energia, uma ajuda financeira que permite a sobrevivência da família nesse momento. De seu pai, separou-se quando ainda era criança, mas ainda mantém um vínculo de carinho e amizade, visitando-o sempre que é autorizada. O mesmo reside no bairro Castelo Encantado, mas os contatos acontecem esporadicamente.

Assim narra os primeiros tempos de sua vida na relação com o pai e a mãe no município onde nasceu. Nas falas de D.F.S. é que descrevo um pouco de sua trajetória.

Cresci aos “troncos e barrancos”, em um município do interior do Estado, no entanto, sempre tive contato com a cidade de Fortaleza, onde reside meu pai, no bairro Castelo Encantado, onde fiz amizades. Mas, olha, sinceramente, não gostaria de morar lá, pois as brigas de gangues, tiros, tráfico e conflitos permanentes formam a vida desse bairro, que termina quase sempre em morte. Não é por acaso que o Castelo Encantado possui várias favelas: morro Santa Terezinha, Morro da Placas, Galera do Farol e outras mais.

Lá em Aracati, mesmo morando num bairro perigoso, que tem um apelido de “Gogó da Ema”, eu me sentia bem. Tenho amigos lá, que sempre estão comigo, mesmo nos deslizos e nas encrencas. Quando morava lá eu ia à praça. Lembro da minha mãe me levando prá pracinha, eu bem pequena. Depois que eu vim prá cá, eu percebi o quanto a minha mãe faz falta.

Não sinto tanta falta do meu pai, mas, acho que vou acabar indo morar com ele. Ele é mais firme comigo e tem mais “moral”. Mas, não sinto saudade dele, como sinto da minha mãe. Ela sempre vem me visitar aqui e chora. Toda visita tá lá a minha

mãe com os olhos inchados, vermelhos. Acho que ela deve pensar assim: minha filha, tão nova, ainda adolescente, nessa vida. Às vezes acho que ela sofre mais que eu. Ela é muito nervosa, toma remédio prá pressão. Desde que eu era mais nova, ela tomava remédio.

Dos oito irmãos maternos, filhos de três pais diferentes, apenas o irmão mais velho não tem envolvimento infracional, possuindo emprego fixo e ensino médio concluído. Os demais irmãos maternos, segundo D.F.S., migraram para a capital em busca de emprego, mas acabaram por adentrar a engrenagem do crime. Ao relatar sobre isso, a jovem olha para a tatuagem que tem na perna, o nome “PAZ” em letras pretas, afirmando que decidiu se tatuar por influência de um dos irmãos: *“Minha ‘tattoo’? Eu vi meu irmão, aí me deu vontade de fazer igual, agora nós dois temos o nome ‘PAZ’ igual, escrito na perna. Sinto que estamos distantes, mas ligados de alguma forma, entende?”*.

Em suas narrativas, o carinho depositado à família e aos amigos é algo deveras importante em sua vida. No entanto, é perceptível que sua mãe representa a pessoa a quem dedica especial carinho. Sobre a relação com mãe, a adolescente assim se refere:

Gosto muito de todos em minha família, mas a minha mãe, apesar de ter ficado longe dela esse tempo todo, eu sempre me lembro de como eram seus conselhos. Me avisando prá não seguir por esse caminho, me acalmando às vezes, me olhando com cara de choro, sempre querendo chorar... (Nesse momento, a jovem baixa a cabeça e parece esconder o rosto, levantando em seguida com lágrimas nos olhos).

Se eu pudesse, eu apagaria tudo que aconteceu. Toda essa minha vida de “tropeça aqui”, cai, tenta levantar. A razão de tentar me livrar de tudo isso é a minha mãe. Eu não falo muito prá ela, acho que nunca falei a ela “eu te amo”, mas eu sei que sem ela, eu estaria pior, sem rumo. Se eu fosse a minha mãe, não ia ter o jeito dela, como ela me trata, não ia ter tanta paciência não. É, mãe é mãe. A minha é muito boa. Acho que eu deveria ser filha de mãe ruim, que me prendesse, não deixasse tão solta. A minha mãe devia ser mãe de uma menina calma, sem problemas. Já pensei em fugir só prá não ver ela sofrer e contei isso a ela. Ela começou a chorar e disse: D.F.S. se você fizer isso vai me matar. Aí eu me aquetei...

Ao falar de Aracati, relembra dos amigos e dos encontros na praia, lugar onde as tribos e grupos praticam a “viração”⁹⁴. Nos depoimentos, a saudade desses encontros e dos amigos é perceptível:

⁹⁴ O sentido de “viração”, aqui, designa um modo de estar no mundo, no sentido de “se virar”. Embasa esta perspectiva a experiência da antropologia Maria Filomena Gregori, que, de 1991 a 1995, percorreu as ruas de São Paulo, no intuito de buscar depoimentos de meninos que vivem nas ruas da metrópole paulista, circulando e se “virando” como podem. A partir dos depoimentos destes meninos, a autora realizou um estudo antropológico dos diferentes agrupamentos de “meninos de rua” na cidade de São Paulo. A pesquisa, também realizada com agentes institucionais, desvenda fragmentos comoventes das trajetórias percorridas por estes jovens. Sobre isso, ver: GREGORI, Maria Filomena. **Viração: Experiências de meninos nas ruas**, Companhia das Letras, 2000.

Como eu morava perto da praia, quase todo dia eu ia caminhar e juntar “cacarecos, conchas, objetos. Eu catava algumas coisas deixadas pelos turistas na praia. Minha mãe não gostava não. Ela dizia que a praia não era confiável, que era ponto de prostitutas. Não sabia ela, que eu fazia isso mesmo. Lembro que um dia eu achei um relógio caro, de marca. Mas, vendi baratinho. Não podia voltar prá casa com ele. Meus amigos quase me mataram, quando resolvi vender o relógio por qualquer dinheiro ao cara lá do mercantil.

Sinto muita falta de Aracati, mas sei que lá tá complicado prá mim. Nem que eu queira voltar, não dá mais. A minha mãe já falou que prefere que eu fique morando aqui em Fortaleza com o meu pai e minha madrasta. Mas, quando eu penso em ser desligada, sempre acho que vou voltar prá Aracati, prá praia e pros meus amigos de lá. Se tiver que morar com meu pai, vou ter que me conformar. Vou ficar distante dos meus amigos e tentar conseguir outros aqui em Fortaleza.

Sobre os amigos que ficaram em seu município de origem, D.F.S. fala com carinho de Lila e Mariana (nomes fictícios), ao afirmar que:

A Lila teve sorte. Mas, só se deu bem porque persistiu. Entrou num projeto da praia, num desses aí prá adolescente, uma ONG e se tornou educadora social. Às vezes, a oportunidade até vem, mas só depois você se dá conta de certas coisas, aí é tarde demais... Na época, eu lembro que fazia parte do mesmo Projeto que a Lila, mas resolvi sair e ela continuou. Naquele momento, eu achei a coisa tão sem futuro. Era um projeto para reciclar lixo, fazer cartão de natal, aprender a ler e contar histórias, fazer aulas de redação, de hip hop, essas coisas aí. Hoje a Lila é educadora. E eu que achei que era perda de tempo. Um dia desses, eu vi a Lila dando entrevista na Tv. Ela agora faz parte de uma banda de percussão e de tambores. Aprendeu a tocar e tudo.

A Mariana (nome fictício) resolveu ficar em Aracati e se casou com um “gringo” que conheceu lá em Majorlândia. Mas, ela não leva uma vida calma não. Fiquei sabendo que o gringo dela tava envolvido com tráfico. A Mariana, coitada, já tem três filhos com apenas 19 anos. Bom, só sei de uma coisa, aquele tempo em que a gente caminhava pela praia, catando buzo e cacarecos perdidos, não volta mais. Tenho saudade desse tempo. Tudo parece que passou tão rápido. Eu agora tô aqui, a Lila é educadora e a Mariana é uma mãe de família. Tudo parece que passou de repente lá fora. Tudo mudou. Mas, aqui dentro do internato, tudo passa tão lento.

Nas narrativas acima, percebe-se que a jovem tem clareza de que a vida se faz de escolhas e negociações face às oportunidades que se colocam nas trajetórias. De fato, é perceptível a visão desta jovem de que poderia ter trilhado outro caminho. Em sua fala, D.F.S. afirma que teve uma oportunidade, mas acabou por negociar com rotas diferentes da amiga, enveredando por outro rumo.

Uma marca em sua trajetória são as incessantes buscas: buscas afetivas, busca por mudanças, busca por novas negociações. Valores como afetividade e gestos de carinho são percebidos por quem conviveu ou convive com a jovem. Sobre isso, a psicóloga da unidade afirma que D.F.S. sofreu muito durante o cumprimento da sentença no internato, tanto pelo apego à família, como pela facilidade de se apaixonar pelas demais adolescentes internas.

Ela é muito carente, se apega fácil, se apaixona pelas outras adolescentes. E aí, quando as outras a rejeitam, ela sofre muito. A questão é que o carinho que ela dedica nem sempre é devolvido na mesma medida. As meninas por quem se apaixona, nem sempre devolvem a mesma afeição, entende? Essa troca, ou busca não acontece ao mesmo tempo. (Psicóloga do Centro Educacional Aldaci Barbosa).

A necessidade de suprir carências afetivas parece ser recorrente na trajetória de D.F.S. Neste contexto do internato, o afeto se torna um elemento importante para entender as negociações vivenciadas por essa adolescente. A busca afetiva, em sua trajetória, vem acompanhada, também, por uma escolha sexual diferenciada, que parece manifestar-se em suas posturas e gestos e na relação com as companheiras de internato. De fato, esta adolescente demarca gestos de proteção, afeto e carinho por determinadas colegas do Aldaci Barbosa. Entretanto, em suas narrativas, não aparecem relatos sobre esta opção sexual, apenas refere que já sofreu por amor no internato, ao afirmar: *“não eram amores, só ilusões. Amor não passa tão rápido não...”*.

4.1.2 Abandono escolar, prostituição, drogas, envolvimento com homicídio e novas negociações.

Sobre a escolarização, D.F.S. afirma que iniciou várias vezes o ensino fundamental. Após diversas interrupções na escola pública, parou de frequentar as aulas durante um longo período, objetivando encontrar algum “trampo”, um trabalho qualquer. Segundo ela, não foi fácil convencer a sua mãe de estudar no turno da noite.

Quando comecei com a ideia de estudar à noite, eu tinha uns 15 anos. A minha mãe falou assim: menina, tu não estuda nem de dia, imagina a noite. Tive que convencê-la, dizendo que iria procurar um trabalho prá ajudar ela. Mas, na verdade, eu queria era sair de casa a noite. Ir pras festas. Só sei que estudar a noite foi o meu fim. Comecei a beber demais, ir pras festas e sair com as minhas amigas. Logo em seguida, abandonei de vez a escola. A desculpa era a mesma: prá tentar encontrar algo prá fazer, um “trampo”, trabalho, qualquer coisa prá conseguir dinheiro. Peguei calcinhas e biquínis pra vender na praia, mas não deu certo. Os lucros eram muito pouco. Foi quando decidi me virar de outro jeito. Conheci algumas meninas que faziam programas na praia e aí resolvi ir com elas. Foi quando passei a usar drogas e sair com os “gringos” lá da praia em Aracati. Prá aguentar o “tranco” de sair com eles eu usava maconha e às vezes *crack*. Alguns agrediam a gente, “xingavam” e nem queriam pagar o combinado. Nessa época, eu fugi de casa, adoeci e resolvi dar um tempo. Fui morar com a minha tia no município vizinho, mas não deu certo. Foi quando a minha mãe resolveu procurar o meu pai, aqui em Fortaleza e pedir ajuda.

Nas narrativas de D.F.S., é perceptível a falta de sentido da escola em sua vida. Ao mesmo tempo em que expressa revolta, ao relatar que a escolarização adquirida não teve qualquer utilidade na luta para ingressar no mercado de trabalho.

Sinceramente, às vezes ia prá escola e ficava me perguntando o que tô fazendo aqui. Podia tá trabalhando e tal. Aí resolvi abandonar a escola de vez prá vender algumas coisas: vendia tudo que me davam prá vender, até chaveiro. Já vendi biquíni, calcinha e até água de coco e água mineral na praia. Se me perguntarem se eu me arrependi de ter abandonado a escola, eu com certeza, digo sim. Olha, não sou de me arrepender por qualquer coisa. Mas, me arrependo de ter abandonado a escola. Sei que sem estudo é difícil arranjar emprego. Fui só até a quarta série primária. Tô agora fazendo supletivo, aqui no internato. Mas, quando você não tá acostumada a ler, estudar é difícil continuar. Olha, eu já quase ia desistindo de novo, mas a tia Cecília, (refere-se a diretora do Centro Educacional), me ajudou, dizendo prá continuar mesmo sem vontade.

Em sua trajetória escolar, D.F.S. acompanhou algumas séries do Fundamental, sem acreditar, porém, que chegaria à conclusão deste nível de ensino, mas afirma que isso é algo a “se arrepender”, pois sabe que sem escolarização, diploma ou um ofício, provavelmente nunca terá acesso a um emprego fixo. Desponta de sua fala, com muita nitidez, a representação “do estudo” como a forma valorizada e de algum modo viável de ascensão social: *“tem que estudar e trabalhar prá não ser prostituta, nem ser empregada e aguentar abuso de madame⁹⁵”*.

Em nossa conversa, D.F.S. referiu que a escola surge, em seus pensamentos, misturada às lembranças de uma adolescência que lhe parece, retrospectivamente, como *“até mais feliz”*, em comparação à sua existência atual.

Lá em Aracati, quando eu estudava, tinha os jogos e campeonatos de futebol. Sempre gostei de jogar. A gente se reunia prá treinar. Era muito bom... Aqui no internato o espaço é pequeno. E agora com as reformas, tá muito apertado. Dá prá jogar não, nem fazer nenhuma atividade física. Gosto dessas atividades. Sou muito inquieta. A minha mãe diz que eu nasci com um parafuso solto (risos).

O que eu queria mesmo era sair logo daqui, ver minha mãe fora daqui. Ver meus amigos, tomar água de coco. Tia, a senhora gosta de água de coco? Gosto tanto de coco, que tentei vender água de coco, aquelas na garrafinha que vende no sinal, mas não deu certo. Eu tomava a água quase toda e dava pros amigos e não dava lucro. Toda vez que eu inventava de vender alguma coisa, eu abandonava a escola. Mas, a diretora sempre me aceitava de novo, quando eu queria voltar. Olha a água de coco, eu gritava assim. Sabe que eu até me divertia.

⁹⁵ Madame acquire, na fala de D.F.S., um tom pejorativo sobre alguém de outra classe social e que “não sabe fazer nada”. Cabe destacar que a mãe da adolescente trabalhou como doméstica durante algum tempo e seu pai é porteiro, sendo a família da jovem um caso ilustrativo dos arranjos que podem originar as situações de trabalho precoce na opção dos filhos.

Sobre a escola, D.F.S. ressaltou que pretende continuar o supletivo iniciado no internato, ao afirmar: *“mesmo se eu for desligada daqui, vou continuar meu supletivo”*. Sua perspectiva profissional é tornar-se educadora física, ser uma esportista ou futura profissional desta área, conforme relatou: *“Olha tia, sou muito inquieta. Todos percebem isso. Gosto de me movimentar, jogar futebol, por isso escolhi a educação física para seguir. Mas, sei que não vai ser fácil. Sou meio burra prá essa coisa de estudo...”*.

A adolescente ousa delinear um projeto profissional em meio à baixa autoestima, possivelmente incorporando representações que lhe foram atribuídas em suas vivências escolares. Emerge, aqui, a questão do “tornar-se”, abordado por Hall (2000, p. 109), onde as identidades “têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar, como nós temos sido representados’”.

Assim, a escolarização é apontada pela jovem como possibilidade de sair da situação de conflito com a lei, ao afirmar: *“vou terminar meus estudos e conseguir um emprego fixo. Sair dessa vida de malandragem, isso não leva a nada, só sofrimento.* (D.F.S., 17 anos). Sobre este entendimento de D.F.S., cabe fazer uma reflexão: A situação inusitada de estar sendo entrevistada em uma pesquisa talvez leve esta jovem a falar o que ela pense que seja o “politicamente correto”; “o que a pesquisadora quer ouvir”: O desejo de mudança, de voltar a estudar e não mais se envolver com homicídio, drogas e prostituição⁹⁶.

Durante a longa entrevista – quase duas horas em ritmo acelerado – dedicada à sua infância, às perseguições, aos envolvimento em brigas, às tentativas frustradas de inserção no mercado de trabalho e o envolvimento na prática de homicídio, chamou-me atenção, sobretudo, a parte referente ao ato infracional. Em seu relato, a jovem afirma:

Na verdade, eu não matei ninguém. Detesto contar essa parte da minha vida. Fui burra mais uma vez. O homicídio aconteceu por causa de uma dívida de prostituição. Eu saí com um gringo, “filho da p...” E ele não quis pagar. Aí contei prá um amigo nosso lá, na mesma hora ele resolveu cobrar o furo⁹⁷. Só sei que sobrou prá mim. Não matei ninguém e vim parar aqui. Apenas vi quem matou. Ele esfaqueou o cara com facadas no pescoço, umas três facadas, eu acho. Deu também,

⁹⁶ Esta minha percepção parece delinear uma hipótese, considerando que cinco dentre as seis meninas afirmaram algo semelhante, na linha da mudança de percurso. Desse modo, o desejo de mudança, não é unânime entre as jovens participantes da pesquisa.

⁹⁷ Furo: gíria referente ao não cumprimento da palavra dada, suscetível a acerto de contas. Na lógica do conflito com a lei é necessário “se limpar”, acertar os furos, como se diz na linguagem das jovens internas. Se prometer pagar uma carteira de cigarros com um maço, é necessário cumprir.

alguns furos nos braços e em outros lugares. Eu resolvi assumir tudo prá não morrer. Não quero morrer também, entende?

Assim, D.F.S. sustenta, com certo rancor na voz, que não cometeu o ato infracional, afirmando que foi testemunha do crime e que sabe quem praticou, porém, resolveu assumir. Disse que confessou sob ameaça e porque estava envolvida na prática da prostituição em Aracati. Segundo ela, foi a partir da experiência com prostituição que se envolveu com drogas e, posteriormente, com “atos infracionais”.

De acordo com D.F.S., após um programa de prostituição, um dos clientes a humilhou e agrediu, afirmando que não pagaria o que foi combinado. Diante desse contexto, a adolescente resolveu contar para um amigo que, segundo a mesma, decidiu cobrar o “furo”. A adolescente não quis falar sobre o papel desse amigo na trama, ou qual a sua relação na prática da prostituição em Aracati. Apenas afirmou que se tratava de um amigo que foi cobrar o pagamento pelo programa e acabou por matar a vítima com três golpes de faca no pescoço e alguns furos pequenos.

Lembro que no dia do homicídio, eu não tava drogada. Mas, havia me metido em uma briga com umas meninas na praia. Sempre tem disputas pelos caras. Mas, eu nem briguei por causa de ninguém. Briguei porque bateram na minha amiga, aí eu me meti. Fazia algum tempo que eu andava meio cismada com umas meninas que vinham de Canoa Quebrada. Elas diziam que vendiam artesanato, mas não era não... No fundo, elas faziam a mesma coisa que eu e minha amiga. Se viravam mesmo com o corpo.

Nunca gostei muito de brigas, mas na disputa da praia é preciso se defender. Uma vez cravei as unhas nas costas de um gringo. Às vezes levava um canivete escondido na roupa. Nessa época, a minha mãe foi no Juizado e pediu ajuda. Disse que eu era adolescente e que queria ajuda. Mas, eles nem ligaram. Só foram atrás de mim mesmo, quando “papocou” a história da morte do cara. Aí chegaram lá em casa com um mandato de apreensão. Aí vim para aqui.

Em sua narrativa, a jovem parece querer afirmar de si a representação de uma pessoa pacífica, que “não é de briga”. Nesse sentido, ela tenta justificar seu comportamento como de defesa. Tal representação evoca a tatuagem “PAZ” em sua perna. Sobre o ato infracional, cabe destacar que, após a sentença proferida e a assinatura de confissão da adolescente, pouca coisa podia ser feita pela Justiça, mesmo conhecendo outra versão do homicídio. Na época, a versão de D.F.S. não foi desconsiderada pela Juizado da Infância e Juventude, no entanto, a jovem foi encaminhada para o internato por sentença de envolvimento e coparticipação no homicídio praticado.

Ao falar do envolvimento na prática do homicídio, D.F.S. não parece reivindicar a transgressão, a rivalidade ou a rebeldia como lema, a exemplo de uma heroína que matou seu

algoz por pré-meditação ou vingança. Também, não nega sua participação de forma indireta no ato, afirmando que:

[...] entrei nisso, simplesmente. Mas, às vezes me pergunto como entrei. Só sei que quando me dei conta as coisas estavam complicadas e eu havia confessado algo que eu não fiz. Mas, hoje eu acho que prefiro assim. Nessa história toda, eu podia ter ficado marcada por ele e quem podia ter morrido era eu. Então, foi melhor assim.

4.1.3 A dupla imagem: a menina afetuosa que anseia voltar para casa e a jovem considerada “ovelha negra da família”.

A trajetória de D.F.S. é marcada por uma dualidade, na qual se misturam afetos e envolvimento infracional. Uma vida entrecortada por negociações e contradições que formatam seu modo de ser e estar no mundo. A adolescente vivencia, em seu contexto, redefinições identitárias que contrastam entre: “a menina afetuosa e tímida, que espera ansiosa o momento de ir para casa” e a “jovem classificada como ‘ovelha negra’ da família”, a “coautora de um homicídio”. Esta tensão marca o retrato sociológico de D.F.S., fazendo-me trabalhar com dualidades, surpresas e desafios presentes em sua trajetória.

1. Nas narrativas de D.F.S., encontrei expressões como: “*não me sinto perigosa*”... “*sei que posso mudar*”... “*tenho um bom coração*”... “*quero ser bem comportada*”... “*na verdade eu não matei ninguém*”... “*passei a beber muito e a usar drogas*”... “*às vezes levava um canivete escondido na roupa*”... “*certa vez cravei as unhas nas costas de um gringo filho da p...*”. Assim, os dramas de sua trajetória, assinalam a representação de uma dupla imagem em construção, em movimento: são personagens que oscilam entre a imagem “de ovelha negra” e a definição da “boa menina”, que diz ter um “bom coração”. Assim, a fronteira que demarca as duas imagens – de “menina afetuosa” e de “ovelha negra” – hibridiza sua forma de se perceber no mundo. Sobre isso, D.F.S. afirma seu posicionamento.

Sou legal, não otária, nem me considero assassina, que sai por aí matando todo mundo. Na verdade, a gente que se vicia em droga, acaba tendo que se virar, pois emprego é difícil pra gente. Mas, tem algumas estratégias pra conseguir “trampo”, se virar, vendendo coisas, saindo com alguém (refere-se à prática da prostituição). Às vezes a gente rouba, mas nunca o seu vizinho, já roubei de dentro de casa, mas coisa pouca, besteira mesmo. Não tenho coragem de roubar a minha família, só se estiver drogada, mas de cara limpa não tenho coragem não...

Percebe-se, portanto, uma negociação na fronteira que divide estas duas imagens, quais sejam: “a menina afetuosa, que sente saudades de casa” e a jovem classificada como “ovelha negra da família”. Sobre isso, cabe destacar as seguintes narrativas:

Bom, nunca fui muito de me pentear, me arrumar e ser bem comportada. Sempre gostei de jogar na rua. Eu parecia um menino, brincando de bola e jogando de “bila” (refere-se a bolinha de gude). Mas, também, nunca fui barraqueira, de brigar feio. Acho que por isso a minha mãe parece que não acredita que isso aconteceu comigo.

Por outro lado, não sou de levar desafora prá casa. Acho que uma coisa é ser legal, outra coisa é ser otária. Me considero uma pessoa do bem, mas sei que muitos me olham torto. Na minha própria família, alguns querem me ver pelas costas, não querem se misturar comigo. Para eles eu sou um monstro. É assim, infelizmente.

De fato, as representações que constrói sobre si circunscrevem dois campos específicos de negociação identitária, quais sejam:

1. O campo de emprego e trabalho, circunscrito como uma forma de ser, uma atividade identitária, visualizada por D.F.S. como atividade capaz de construir redefinições em sua vida.

Eu não preciso de esmolas. Quero uma oportunidade... Sei que já desperdicei algumas, mas agora é importante para mim. Mas, sabe..., não acho que fiz algo errado. Só sei que quero ter outra vida, to cansada dessa. Quero uma casa confortável, emprego fixo, carteira assinada, uma profissão...

Sei que ninguém vai querer me dar um emprego assim, de uma hora prá outra. Mas, eu preciso acreditar que posso mudar, posso trabalhar e ter uma vida diferente. Só acredito nisso, se eu encontrar um rumo nessa vida, me encontrar de verdade, entende? Me sinto muito perdida.

2. O segundo campo de negociação identitária refere-se ao universo feminino e às representações de gênero, ao afirmar o desejo de construir uma imagem relacionada à “boa menina”, à “moça bem comportada” dos sonhos de sua mãe, conforme relata a seguir:

Lembro da minha mãe fazendo meus cachinhos e dizendo: “fique sentadinha aí que menina bonita é bem comportada, boazinha”. Sempre me lembro dessa história e acho graça. O tempo passou e eu agora tô aqui presa (a jovem parece pensativa, ao respirar fundo). Bem que eu devia ter me comportado, ter sido uma “menina boazinha”, como queria a minha mãe.

a mulher quando nasce já traz nela a coisa de ter de se comportar bem. Sempre foi assim lá em casa... Eu ajudava a fazer as coisas em casa e meu irmão brincava e jogava na rua. Minha mãe dizia que mulher tem que ser bem comportada, não se misturar. Ser boazinha, ajeitada. Para a minha mãe, ser mulher é isso.

Nesta representação, o simples fato de nascer mulher pode significar um interdito de *não* poder ser, de *não* poder fazer e de *não* poder ter. Assim, a representação estereotipada do nascimento como mulher consubstancia-se em negociações herdadas de outras pessoas. De fato, D.F.S. não possui uma autoimagem definida, pois a visão de si mesma é a visão de outros. Ocorre, assim, uma confluência de imagens e personagens que disputam entre si, permitindo refletir sobre as representações nos percursos de negociações identitárias. O representar-se a si mesmo estreita vínculos com a visão construída pelos outros. É a visão construída pela lógica do sistema capitalista, pela família, pela mãe, pelo universo masculino, pela Justiça etc.

4.1.4 As lembranças, o retorno para casa e o reencontro com a família.

Em progressão de medida para semiliberdade, a adolescente revela em seus olhos a ansiedade em retornar para casa, principalmente pela saudade que diz sentir de sua mãe, presença sistemática durante as visitas ao internato.

Sobre suas lembranças familiares, D.F.S. afirmou que vão e vem, como se passassem cenas a todo o momento em sua unidade de memória. Em seus relatos, intercala sentimentos de saudade, arrependimento e tristeza.

Cada vez que vejo minha mãe, me lembro que prá vir até aqui ela pede dinheiro emprestado muitas vezes. Sinto muita saudade dela. Quando ela sai daqui, já fico com saudade, logo em seguida. Sei que ela sempre volta no outro dia de visita. É muito ruim quando na hora da visita você descobre que a mãe de todo mundo veio, menos a sua. Algumas vezes vinha meu pai, minha tia, minha irmã. Mas, visita mesmo prá mim é a da minha mãe. Sinto pena de algumas meninas que na hora não aparece ninguém. Elas ficam pelos cantos, triste... Algumas aqui a família nunca aparece.

Na fala da adolescente, também é evidente o medo de retornar à vida em liberdade:

Às vezes eu fico pensando, tenho medo de sair daqui e voltar pra prostituição..., quem vai me dar emprego? Confiar em mim? Mas, sei que mesmo com todas as incertezas: falta de emprego, desconfiança..., eu preciso tentar fazer as coisas diferentes. Preciso acreditar nisso. Pelo menos eu preciso acreditar. Se não, quem acreditará?

A sua busca por mudanças parece se relacionar a pressões e angústias internas, misturadas às cobranças familiares. Sua trajetória traz as marcas de negociações extremas e

dolorosas: são vivências de abusos sofridos na prática da prostituição; são envolvimento, disputas e brigas por clientes na orla da praia de Aracati; são ameaças e a aceitação de cumprir sentença por um crime não cometido; são tentativas frustradas de ingresso no mercado de trabalho; são percursos marcados pelo vício, a drogadição e a privação de liberdade.

4.1.5 O desejo de mudar, de “tornar-se”.

Na trajetória de D.F.S., as tentativas frustradas de inserção no mercado de trabalho são percebidas com uma atitude de revolta e transgressão, ao mesmo tempo em que o desejo de mudar, “de tornar-se”, é evidente em suas narrativas.

Eu não preciso de esmolas. Quero uma oportunidade... Sei que desperdicei algumas, mas agora é importante prá mim. Já perdi muito tempo, preciso que abram novas coisas prá mim. Preciso pegá-las, agarrá-las com toda a força para andar direito na vida. Sinto que já tá na hora. Já não aguento viver trancada, sem poder ver quem você quer. Sei que fiz algo errado. Mas, sabe..., nem acho que fiz algo errado. Só sei que quero ter outra vida, tô cansada dessa. Quero uma casa confortável, emprego fixo, carteira assinada, uma profissão. Mas, isso tá difícil.

O comentário de D.F.S. sobre as incessantes buscas por mudanças marcaria o nosso último encontro no espaço do internato. É narrando sobre desejos, sonhos e mudanças que D.F.S. recebe a notícia do seu desligamento institucional. Enfim, a “viagem da volta” estava marcada, chegou a hora de ir para casa. No semblante da adolescente, percebi retornar as antigas dúvidas: E agora? O que me espera? Com quem vou morar? Suas narrativas são preenchidas de profunda incerteza quanto ao caminho a trilhar para além do internato.

Acho que vou morar com meu pai, nem sei bem ainda. É que a minha mãe só aposta em minha mudança, se eu sair de Aracati. Ela disse que não vou voltar prá Aracati. Ontem, na hora da visita ela me disse isso. Fiquei meio triste, mas pensando bem, acho que ela tem razão. Se eu voltar a Aracati posso cair de novo na mesma vida de antes. Eu pretendo fazer coisas novas, pegar outros rumos na minha vida. Acho que a minha mãe tem razão sim. Mas, vou sentir falta dela e das nossas conversas. Gosto também do meu pai, apesar dele ser muito duro. Mas, acho que nesse momento da minha vida preciso dele, de seu pulso, de seus limites, do seus puxão de orelha. (risos).

As narrativas de D.F.S. quanto à incerteza de ir morar com o pai em Fortaleza, no bairro Serviluz, ou se retornaria à Aracati, aponta preferências:

[...] apesar dos riscos que corro em Aracati, eu prefiro voltar prá lá. Mas, acho que se eu voltar prá lá, vou continuar na mesma vida. Depois de 2 anos e meio de

distância lá de Aracati internato, não acredito que isso pode mudar minha vida, entende?

Em despedida, a jovem relatou, ainda, que será recebida com alegria por sua família, afirmando que o retorno para casa será marcado por um grande desejo de mudança.

Quero que mudanças aconteçam em minha vida. Quero voltar pra casa bem melhor, entende? Acho que já fui muito castigada, longe da minha mãe e do meu pai. Acho que as pessoas pensam que se estamos aqui, a gente tem de ser tratada de qualquer jeito sabe? Lá em casa é diferente, se você adocece, tem uma gripe a mãe sempre tá ali com você, por isso não quero mais voltar prá cá, quero botar a cabeça no lugar, pois sei que as pessoas não perdoam o que a gente faz. As pessoas não aceitam que adolescente passe só até três anos aqui, não aceitam que a gente já pagou pelo que fez, entende? É como se achassem que uma vez cometendo algo ruim, pode morrer que não vai ficar “quite” com a sociedade. Mas, eu quero tirar isso de mim, não quero mais ser olhada “torto”, sei que posso mudar e partir pra outra coisa, sem perder a vontade de viver. Tentar buscar coisas melhores prá minha vida. Também, meus pais estão envelhecendo e eu também. Daqui a pouco vou estar com 18 anos. Depois de completar 18 fica pior, as chances que o Juizado dá, aconselhando, orientando não vai mais existir não. Por isso preciso mudar. Sei disso...

O problema é que a gente até tenta mudar, mas essa mudança, não depende só de você... Parece aquela história do carangueijo que é vendido numa cordinha. Quando um tenta escapar dos outros, vem outro e puxa de volta. É assim mesmo. Lembro que às vezes eu até queria ficar em casa, mas, sempre aparecia alguém prá me chamar prá sair, ir pras festas. Nessas festas só me meti em encrenca. Mudar é uma decisão sua, mas os amigos impedem que essa mudança aconteça. Você precisa ser firme e dizer não. Se não, não vai mudar nunca, entende?

4.1.6 A despedida de D.F.S. e o nosso encontro para além dos muros institucionais.

Caminhando em direção ao dormitório e em sinal de despedida, a adolescente olha para trás e afirma: *Vamos marcar depois? Onde vejo a senhora?* Percebi, assim, que a inquietação de continuar com a entrevista não era apenas minha. Confesso que fiquei sem saber se a fala da adolescente apresentava uma afirmativa ou interrogação. Apenas respondi: esse é o primeiro de tantos outros encontros e conversas que teremos. Desse modo, a adolescente sumiu no corredor azul e branco, pintado com o timbre institucional. E eu, envolta a pensamentos, esqueci por alguns minutos que aquele era um espaço prisional.

Chegara, portanto, o tempo de ir embora para D.F.S. A primeira das minhas protagonistas a ser desligada do internato. Em meu pensamento, muitas perguntas ainda restavam: como encontrar D.F.S. fora do internato? Poderia acompanhar a adolescente em seu retorno à família? Como solicitar esse procedimento junto à direção do Centro Educacional?

Diante da imprevisibilidade, resolvi perguntar para a psicóloga do Aldaci Barbosa qual o endereço de retorno da jovem. Segundo a psicóloga, D.F.S. iria para a casa de seu pai,

no bairro Serviluz, em Fortaleza. Anotei de imediato o endereço e resolvi não acompanhar o retorno de D.F.S. à sua família, pois já era final de tarde (18:00h) e a resolução de todos os procedimentos necessários ao desligamento institucional – organização de arquivos, documentos da jovem, arrumação de pertences etc. demoraria um pouco. Assim, fiquei a observar o movimento de despedida da mesma. Assim, notei que, em seu rosto, algo parecia demonstrar mais preocupação do que alegria. Ao entrar na Kombi timbrada do Governo do Estado, tão conhecida por todas as jovens internas, D.F.S. ainda acenou da janela, fazendo um gesto de adeus com a mão. Após sua partida, fiquei a refletir: qual seria a nova estratégia de contato com D.F.S.? Como marcar nosso próximo encontro?

A construção do retrato de D.F.S. agora circunscrevia um momento peculiar, cujos rumos investigativos desvinculavam-se do contexto de privação de liberdade para direcionarem-se além dos muros institucionais. Cheia de dúvidas e incertezas, conscientizei-me de que o desafio agora se traduzia em seguir os rastros deixados pela adolescente.

Após o desligamento da jovem, em 2008, passamos algum tempo sem nos encontrar. Durante esse período, mantivemos contatos telefônicos e por endereço eletrônico. Através de um contato via e-mail, fiquei sabendo que a jovem viajou para Aracati, onde reencontrou com a mãe e seus familiares, retornando, em seguida, para Fortaleza, onde continua morando com o pai, a madrasta e dois irmãos paternos, até esta data.

Somente em junho de 2009 nos encontramos pessoalmente. Na época, várias redefinições aconteceram em minha própria trajetória. Tive uma perda dolorosa⁹⁸, mudei de endereço e passei a morar sozinha. Ao refletir sobre todas as mudanças ocorridas em meu próprio percurso, tentei imaginar os supostos desvios de rota e as negociações identitárias vividas por D.F.S. nesse período. Teria a jovem voltado a cometer atos infracionais? Ou continuou com o supletivo iniciado no internato?

Em abril de 2009, mantive contato telefônico com a adolescente e marcamos um encontro em sua residência, no bairro Serviluz. Fui recebida com um abraço e o sorriso habitual de D.F.S., que pareceu mais descontraída. Já com maioria penal, a jovem afirmou que estava fazendo PROJOVEM, um Projeto do Governo Federal que possibilita aos jovens até 24 anos concluírem o ensino fundamental, ofertando uma bolsa de 100,00 reais mensal.

⁹⁸ Refiro-me a morte de meu pai em 10/01/2009. Alguém que, muitas vezes, passou por cima dos seus próprios sonhos para que eu concretizasse os meus. Sinto saudades do incentivador paciente e fiel da minha carreira acadêmica. Tantas saudades...

Sobre a vivência no internato D.F.S., afirma que gostaria de esquecer, tirar de sua mente, se for possível.

O internato me causou muito sofrimento. Ainda estou em liberdade assistida, indo assinar uma vez por mês lá no Juizado. Graças a Deus já tô em casa. Daqui a pouco vou tomar banho para ir à escola. Você quer ir lá comigo? Ah, você pode esperar o meu pai voltar do trabalho se quiser. Estou feliz que você veio aqui, sabia? Quando você falou que vinha, eu pensei que fosse brincadeira. Se você quiser, a gente pode ir lá no Aracati também... A minha mãe mora lá, eu vou às vezes, no fim de semana, quando sobra dinheiro. Ainda tô a procura de emprego, tirei até a carteira de trabalho e tenho ido ao SINE (refere-se ao SINE/IDT – Sistema Nacional de Emprego). Eu tenho feito alguns “bicos” e também to ganhando 100,00 reais do PROJOVEM. Ajudo, também, a mulher do meu pai. Ela faz bijuterias e tapetes.

Com a noite chegando, agradei o convite para esperar seu pai chegar do trabalho e despedi-me. Ao sair da residência de D.F.S., fui tomada por uma sensação de alívio e satisfação, explicitada pela percepção de que, de alguma forma, a adolescente tentava caminhar de modo diferente. Na conversa com a jovem, percebi sentimentos de dúvida e alguma insatisfação, mas não de revolta, mesmo ressaltando as dificuldades financeiras, a falta de emprego e o desafio para se manter longe dos amigos usuários de drogas.

Sobre a vivência no internato, a adolescente parece utilizar a estratégia de esquecimento como forma de renegociação com o passado, mesmo que, em suas lembranças, o passado vivido “continue a lhe falar”. Inspirada em Hall, ousou alinhar o final desta trajetória, consciente de que elas constituem processos sempre em aberto, inconclusos. Nesta perspectiva, o hibridismo que relaciona a fronteira da vida em reclusão e o retorno para casa, na trajetória de D.F.S., não é livre de tensão. As lembranças e vivências no internato, como momento marcante em sua história, parecem não cessar, mesmo com o regresso para casa. Na verdade todos nós nos encontramos, em algum momento de nossas vidas, com encruzilhadas. Talvez, o desafio para D.F.S., neste momento, seja o de se adaptar - “se encontrar em casa” - onde quer que vá, numa negociação constante com as rotas, escolhas e percursos trilhados.

4.2 D.P.D.L.: a participação num jogo de disputas, rivalidade e morte.

Cheguei cedo ao internato e entrei juntamente com os técnicos do plantão naquele dia. Encontrei D.P.D.L. com os cabelos molhados e um sorriso de menina que se diverte com a participação na pesquisa. Apresentando-se como alguém da paz e sem problemas de relacionamento no internato, a adolescente entrou na sala de atendimento técnico e disse: “*Oi, vou participar de uma pesquisa, é isso?*”.

De forma bem espontânea e sem precisar ser convencida a narrar sua trajetória, D.P.D.L. começa a contar sobre o percurso percorrido até o internato.

Quando eu saí de Iguatu, quando o Juiz resolveu me mandar prá Fortaleza, chorei tanto... Eu olhava prá minha mãe e dizia: não deixa mãezinha, não deixa. Mas, ela não podia fazer nada. Chorava eu, ela e uma amiga dela que tinha ido com a gente. Mas, o Juiz não voltou atrás. É que ele já tinha me dado outra chance e me deixou na semiliberdade em Iguatu mesmo, mas eu fugi. Dessa vez, ele não teve pena. Ele disse prá minha mãe que, dessa vez, eu tinha me envolvido numa coisa grave, além do mais tinha fugido...

Assim, a jovem vai construindo narrativas sobre o seu município de origem, a saudade da família e o ato infracional cometido. Segundo D.P.D.L., sempre recebeu apoio de sua família, mesmo após o envolvimento com homicídio. “*A minha mãe nunca demonstrou preferência por este ou aquele filho, ela trata todo mundo da mesma forma, por isso me sinto como a filha caçula problemática*”.

Na narrativa acima, é perceptível a assimilação de uma imagem construída pela família. Essa autoimagem de “filha caçula problemática” parece apontar para uma forma de representação alheia, na qual o olhar do outro repercute na representação de nós mesmos. Assim, os discursos construídos por outros sujeitos construiriam, também, os lugares a partir dos quais os indivíduos pode se posicionar. Cabe aqui refletir: em sua trajetória, estaria D.P.D.L. a ocupar o lugar da “filha caçula problemática” construído por sua família? Pensando sob este aspecto, a representação constitui um “sistema linguístico e cultural arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2000a, p. 91). Neste sentido, sustenta Silva:

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação... (p. 91).

4.2.1 As lembranças de Iguatu, da família, da escola e dos grupos de amigos.

Nascida em Iguatu, em uma família composta de três irmãos, D.P.D.L. guarda em suas lembranças o apoio da família e o carinho da mãe durante todo a sua trajetória. Assim, afirma em suas narrativas que nunca se sentiu abandonada.

Eu sempre contei com o apoio dos meus irmãos e da minha mãe. Com meu pai, eu nunca tive proximidade. Ele mora em Santa Catarina. Quando eu nasci, acho que meus pais já estavam separados. A figura paterna que eu tenho como pai mesmo é meu avô. É a ele que a minha mãe recorre nos momentos difíceis.

Minha irmã ainda hoje não acredita como eu me envolvi com isso. Quando eu era criança, lembro da minha irmã me levando pra escola, penteando meus cabelos, me ensinando as tarefas da escola. Quando ela vem me visitar, ela diz D..., por favor se esforça pra voltar logo pra casa, faz tudo que eles pedirem, participa de tudo direitinho, estuda, faz as tarefas tá?

Percebe-se, nas narrativas desta jovem, o apoio e a participação da família ao longo de seu percurso, conforme relata a própria adolescente: *“eu sempre contei com o apoio dos meus irmãos e da minha mãe”*. É perceptível a confluência de imagens distintas, que convergem e contrastam em um processo de definição identitária: *“a menininha caçula, que a irmã leva para a escola”*, contrastando com a *“adolescente que se envolveu no homicídio”*. Sobre as lembranças da escola, adolescente relata:

Eu até bagunçava na escola, mas as professoras gostavam de mim. Só depois que passei a usar drogas é que resolvi me afastar da escola. Quando saí da escola passei por um tempo bem difícil. Comecei a usar drogas. Fui perseguida pela polícia e até senti falta das orientações da diretora da escola e dos colegas, das brincadeiras e de alguns professores.

Sempre me considerei estudiosa, sou uma pessoa bacana, divertida, mas eu tenho um grande defeito, que é o de não aceitar tudo, nem saber ouvir não. Aqui no internato eu tô tentando melhorar isso, aqui tem regras que devem ser cumpridas né? Acredito que algumas brigas e confusões na minha vida aconteceram por causa disso. Se alguém me faz algo ruim eu penso logo em descontar, “cobrar o furo” e tal. Costumo dizer que sou um “saco de vacilo”, tia.

Ao mesmo tempo em que a jovem se define como uma *“pessoa da paz, “bacana”, “divertida”, “regular na escola”, “apoiada pela família”*, outras personificações confluem em sua trajetória, contrastando com estas imagens: *“não levo desaforo pra casa”, “sou um saco de vacilo”, “a filha caçula problemática da família”*. A fala de D.P.D.L. destaca, ainda, sua incapacidade para acatar normas, para aceitar perdas, que se configura por uma visão positivada, como marca de seu jeito de ser e estar no mundo, mas, ao mesmo

tempo, reconhece que está enveredando por caminhos perigosos: *“tomei decisões erradas e segui caminhos perigosos. Se pudesse voltar no tempo, eu voltava. Sou teimosa, nunca soube ouvir as pessoas, nem aceitar “não” como resposta. Sou cabeça dura e acabei assim...”*.

De fato, nas falas da jovem, é recorrente o esforço de autocrítica, em coadunância a imagens contraditórias de si mesma. Nesta confluência de imagens, D.P.D.L. aponta o uso de drogas como um “momento desestabilizador” em sua trajetória. Aqui retomo a perspectiva de Hall (2000, p. 108) sobre a necessidade de se vincular o debate em torno das identidades:

[...] a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente “estabelecido” de muitas populações e culturas: os processos de globalização..., os processos de migração forçada (ou livre) que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós-colonial...

No caso empírico aqui apresentado, ou seja, na trajetória de vida das adolescentes participantes da investigação, o “momento desestabilizador” marca a experimentação e o vício das drogas.

Cabe, aqui, atentar para a relação “crime/droga” como uma articulação fundante nas rotas destas personagens, sendo uma relação evidente em todas as trajetórias. Estas adolescentes, ao adentrarem o mundo do *crack*, da cocaína, da maconha, passam a negociar com as rotas da transgressão, vivenciadas, na maioria das vezes, nos grupos e “tribos” a que pertencem. Sobre isso, define bem D.P.D.L: trata-se de um “jogo”, o “jogo dos enturmados”. Desse modo, os que ousam adentrar este “território”, sem conhecer o seu traçado, podem estar penetrando um terreno perigoso.

4.2.2 O mundo do crack e as rotas da transgressão: “Quero sair e não consigo”.

Como “momento desestabilizador” de sua trajetória, o uso de drogas redefine seu modo de ser e estar no mundo. Assim, a adolescente passa a fazer parte do que designou “*jogo dos enturmados*”, adentrando uma forma específica de sociabilidade. Na relação com estes grupos, estabelece negociações e acordos próprios desta forma de sociabilidade. Segundo D.P.D.L., as disputas no interior desses grupos seguem a lógica da vingança, nunca da aceitação de uma derrota:

Eu participei do homicídio por ser cabeça dura, me deixar levar pelos outros. Queria me vingar. Às vezes até a gente acha que pode aceitar a derrota, a humilhação, deixar pra lá, né? Mas, nos grupos que eu participo impera a lei do mais forte, vem sempre alguém incentivar, aí você vê o poder de quem se dispõe a agir com

coragem, não aceitando ofensas e você vai ficando tentada a aprender. Você pensa que se não fizer, não vai ser merecedor de tá ali no meio né [...], que não vai ser considerada e tal, aí a gente faz mermo (isso é um jogo, o jogo dos enturmados). É como a droga, é só uma ilusão, ela te ilude e não deixa você perceber que tá fazendo tudo errado [...]. É uma euforia passageira e depois quem se “lasca” é você, que não sabe mais como sair dela. Eu comecei a usar *crack* muito cedo, bem no início da adolescência eu já fui logo experimentar o *crack*, nem passei pela maconha nem nada. E, agora quero sair e não consigo. Assim, também é com o roubo, o crime, com tudo isso.

Assim, D.P.D.L. ressalta sua dificuldade de negociação de rotas, apontando para um desejo de trilhar um caminho diferente: *“E, agora quero sair e não consigo”*. Cabe aqui indagar: qual seria o “elemento/contexto” deflagrador da entrada de D.P.D.L. no chamado “mundo da drogadição”?

Sobre a dificuldade em negociar novas trajetórias, cabe atentar para o contexto de insegurança e instabilidade que atinge a juventude na cena contemporânea. No contexto da “civilização do capital”, os jovens marcados pela situação de “conflito com a lei”, usuários de drogas e empobrecidos, passam sérias dificuldades de integração à sociedade. Além das taxas elevadíssimas de emprego, ainda soma-se a isso a questão do descrédito. Sobre isso, assinala D.P.D.L.: *“quem vai me dá emprego”? “Quem vai acreditar em mim”?*

Acerca do ato infracional cometido, a menina relata que não tinha a intenção de matar e que se pudesse não estaria envolvida neste ato. E, com um semblante triste, narra o acontecimento: *“eu não queria matar ninguém, eu nem sabia o que estava fazendo, quando a minha amiga se ofereceu prá atirar eu aceitei. No dia da treta, eu tava tão drogada que ela me furou, cortou a minha mão de faca e eu nem senti”*.

Ao falar sobre o homicídio, revela que se sente prisioneira de sua própria maneira de viver. Assim, ressalta determinadas prisões que envolvem as juventudes no interior de “tribos” e grupos juvenis da atualidade:

Somos prisioneiras de qualquer jeito, dentro ou fora daqui. Prisioneiras de nós mesmas, reféns de amizades “sacanas”, de amigos e grupos covardes, das drogas, dos traficantes, da prostituição, da vontade de ter, de ser diferente, de tudo nessa vida.

Em verdade, a sociabilidade da tribo evoca um retorno ao “tribalismo” e aos valores de grupo que a modernidade julgava enterrados. Segundo Maffesoli (2000), na sociedade contemporânea o “tribalismo” pode vir a ser um paradigma fundamental, capaz de substituir o “individualismo”. Tal percepção fundamenta-se na ideia de que este paradigma está baseado na necessidade de solidariedade e de proteção que caracterizam o conjunto

social. Assim, a metáfora da tribo, utilizada por Maffesoli (1987), evidencia a valorização do papel que cada pessoa (*persona*) é chamada a representar dentro da “sociabilidade tribal”, caracterizada pela fluidez, pelos ajustamentos pontuais e pela dispersão. Tais papéis nem sempre são aceitos pacificamente ou sem questionamento dentro das tribos. Assim, D.P.D.L. descreve as disputas e vivências na lógica dos “tribalizados”, personagens que encenam o “jogo dos enturmados”.

Olha não me arrependo não. Na hora, eu nem sei o que tava fazendo, eu tava tão “chapada”, sei lá... Acho que só fui atrás dela porque ela me atacou primeiro, me desmoralizou por causa de uma disputa boba, por causa de homem, de um cara que nem queria mais ela. Acho que faltou vergonha na cara dela, respeito, sei lá. Como você pode tentar matar alguém por causa de um carinho que não te quer? Ela tentou me matar por causa dele e o carinho me deu foi o revólver prá atirar nela. Ele queria era ver ela morta. Talvez, um dia ele vá querer me ver morta também. Depois fiquei pensando nisso. Sou um “saco de vacilo mesmo”. Acho que nem precisava disso sabe? Ô vida louca, né? Morrer por causa de um homem.

4.2.3 O ato do homicídio nas rotas da droga e da disputa por um “carinha”: “sou um saco de vacilo”.

Ao narrar o ato infracional, D.P.D.L. afirma que tudo começou com a mudança de bairro:

Eu não morava na periferia de Iguatu, residia numa casa alugada de um bairro bem localizado do município, porém, com tantas brigas e envolvimento com a polícia, o dono pediu a casa em que a gente morava.

Assim, prossegue sua descrição:

Foi horrível... A gente teve de ir morar em um lugar bem perigoso. Era onde o dinheiro dava pra pagar, pois o antigo bairro era barato, o dono era legal, amigo da minha mãe e cobrava pouco. Só que no bairro novo eu não me adaptei, nunca ficava lá, sempre à noite eu ia para as minhas antigas áreas e para os antigos amigos, apesar de ser longe. Quando chega alguém novo num canto os “gatos” ficam todos querendo vê qual é e tal. Novidade sabe como é né? Na minha calçada ficava cheia de carinha, e aí começou a confusão por causa desses caras. Eu que já não “me batia bem” com umas e outras e tal (gíria referente a não se dar bem), comecei a ficar marcada. Também fui logo fazer amizade com os caras, aí as “gata” do pedaço começaram a ficar com ciúme, começaram a ter confusão.

A fala da jovem, ao descrever o “ato infracional”, evidencia as formas de sociabilidade experimentadas no interior das “tribos”, dando destaque à imposição de força e a parceria da amiga no momento do homicídio:

[...] elas me pegaram bem no caminho, era escuro e eu tava drogada. Elas eram duas. Só sei que elas começaram a me quebrar e me furaram com um canivete. A minha amiga ficou sem reação. Eu não consegui atirar, por que minha mão tava cortada. Depois de pensar bem a minha amiga disse: pois, vamo lá que eu atiro pra tu.

Ao longo de suas falas, D.P.D.L. vai construindo representações sobre os laços de amizade e os amigos considerados “verdadeiros”, conforme é perceptível no seguinte trecho: *“se eu tivesse em Iguatu, ia tá me metendo nas brigas. Porque você não vai deixar seus amigos sozinhos no ‘fuguete’ né? Acredito que Deus me colocou aqui pra me livrar, me guardar e também me fazer pensar”*.

Em sua narrativa, a jovem descreve o “ato infracional” demonstrando criticidade sobre o seu próprio contexto e as relações construídas nas rotas da droga e da disputa afetiva.

Um dia eu e minha amiga fomos lá pras minhas antigas áreas, aí elas me pegaram bem no caminho, era escuro e eu tava drogada, elas eram duas e a minha amiga ficou sem reação. Só sei que elas começaram a me quebrar e me furaram com um canivete. Aí eu fiquei com ódio, a minha amiga ficou tentando me levar pro hospital, e eu indignada sem querer ir. Eu falei assim: minha irmã eu não vou pra hospital não, eu tava muito doida, aí fui lá nas antigas áreas, lá num amigo meu, pedir um revólver, ele ficou me enrolando e disse que o revólver tava sem bala, mas ele não queria era me dá mesmo. Aí quando foi de manhã, chegou um cara, eu não chamo esse cara de amigo não, porque amigo mermo não faz isso que ele fez (os meus amigos mermo não me deram). Só sei que ele me ofereceu a arma, dizendo assim: E, aí tem coragem? Se garante? Quer cobrar o furo? (gíria referente a descontar, pagar na mesma moeda). Era o dito “carinha” que a gata tava com ciúme dele. Aí eu disse eu quero. Ele era namorado de uma gata lá, aí ele me deu o revólver. Mas, eu não consegui atirar, porque minha mão tava cortada, pois na hora eu me defendi com a mão. A minha amiga que tava comigo na hora ficou sem ação, porque se fosse duas contra duas até dava certo, mas ela ficou paralisada, aí depois ficou se culpando: *“égua, minha irmã eu não fiz nada na hora”*. Depois de pensar bem a minha amiga disse: pois, vamo lá que eu atiro pra tu. Aí eu fui lá na casa dela (da vítima), chamei e disse: ei minha irmã, tu me quebrou ontem, na covardia né? Ela ainda disse assim: Porque a tua amiga não entrou na treta? Aí eu me afastei um pouco e disse: Olha aí fulana ela queria que tu entrasse na história. Aí minha amiga deu o primeiro tiro. Ela caiu assim, e eu fiquei dizendo dá outro..., dá outro, mas a minha amiga disse não “cara”, não vou atirar mais não, aí a gente saiu fora. O tiro pegou na barriga dela e diz o povo que ela tava grávida de 3 meses. Depois a gente ficou sabendo que ela tava grávida mermo. Aí eu pensei: ele só me emprestou a arma por que queria ver ela morta. Um dia vai querer me ver morta também.

Em suas narrativas, é evidente a percepção de estar vivenciando um “jogo perigoso”, circunscrito no limiar entre a vida e a morte. A referência ao risco e à eminência de morte é perceptível no seguinte trecho:

O tiro pegou na barriga dela (refere-se à vítima) e, diz o povo, que ela tava grávida de 3 meses. Depois a gente ficou sabendo que ela tava grávida mermo. Aí eu pensei:

ele me emprestou a arma por que queria ver ela morta. Um dia vai querer me ver morta também.

Sobre esta percepção, articulam-se outras narrativas:

Como você pode tentar matar alguém por causa de um carinho que não te quer? Ela tentou me matar por causa dele e o carinho me deu foi o revólver prá atirar nela. Ele queria era ver ela morta. Talvez, um dia ele vá querer me ver morta também. Depois fiquei pensando nisso. Sou um “saco de vacilo mesmo”. Acho que nem precisava disso sabe? Ô vida louca, né? Morrer por causa de um homem.

Bem que a minha mãe falou: D..., se afasta dele. Ele não presta prá você. Vai acabar te metendo em algo perigoso. Se lembre que vida, você só tem uma, se você morrer, não vai ter uma segunda chance não, como acontece no Juizado. O Juiz dá uma segunda chance, ele pode, mas a morte não...

Assim, D.P.D.L. chama atenção para o “jogo do carinho” no interior da trama de morte. Em minhas reflexões, fiquei a questionar: o homicídio cometido faria parte de um plano para livrá-lo da responsabilidade paterna? Nas palavras de D.P.D.L., também pairava a mesma dúvida: *“depois a gente ficou sabendo que ela tava grávida mermo. Aí eu pensei: será se ele só me emprestou a arma por que queria ver ela morta? Então, um dia vai querer me ver morta também...”*.

Sobre o medo da morte, a jovem, assim, prossegue sua narrativa:

Eu não vou mentir, eu tenho medo de morrer cedo. Parece que a gente sempre fica entre uma vontade de sair dessa vida e o medo de não conseguir e morrer antes. Cara é uma vida de doido lá fora. As meninas que deixam de pelo menos cometer furtos é porque estão sendo protegidas por traficantes ou com algum gringo. Eu já vi meninas sair daqui e morrer na mão dos traficantes, e vi outras que vem pra cá e sai pior, revoltada, com ódio, pois já colocam na cabeça que “cumprir internação, é cumprir cadeia”. Querem ser “fodona” e tal. Eu não penso assim não, isso não tem nada a ver. Cara oh, também já vi meninas que saíram do internato e nunca mais se envolveram com nada. Se Deus quiser eu vou ser assim. Nunca mais vou voltar aqui.

A facilidade da jovem para narrar os fatos impressionou-me desde o início. Diferenciando-se das demais neste aspecto a jovem, não se comunica de forma monossilábica e nem se expressa através de pausas longas e frases curtas. Sobre o ato infracional cometido, descreve com certa criticidade.

Quando a gente ia chegando lá em casa, a minha mãe vinha voltando do trabalho. Eu disse pra minha mãe: a gente vai sair fora, por que a gente deu um tiro numa pessoa ali e tal. A minha mãe ficou doida, chorando. A gente fugiu, ficamos escondidas num sitio, mas, nessa época eu era tão viciada em droga que decidi sair de lá, e tava

tudo muito calmo sabe? Aí resolvi sair de lá, acho que nós pensamos que ela não ia morrer, pois a nossa intenção era só dar um susto nela, sabe? Aí, depois ficamos sabendo que ela tava no hospital entre a vida e a morte, aí minha amiga resolveu ir pra casa, nós só andava junto, pregada. Quando eu fui pra minha avó eu fiquei sabendo que a “desgraçada” tinha morrido. Aí eu saí desesperada pra casa da minha amiga pra gente fugir de novo, mas, aí quando eu cheguei lá eu soube que ela já tinha sido presa. Aí eu fui esperar em casa e resolvi não mais fugir, porque eu que tinha inventado a parada toda né? Tinha metido ela nesse “fugete”. Aí os homens (polícia) passaram lá em casa e me levaram, foi isso que aconteceu.

4.2.4 A Justiça sob o olhar de quem recebeu e vivenciou a sentença: “Tive a segunda chance e desperdicei”.

A representação de D.P.D.L acerca da justiça e dos agentes institucionais é algo marcante em suas narrativas. Segundo a jovem, a Justiça só apresenta seu poder quando sentenciar:

[...] enquanto o Juiz me aconselhava, me dando chance prá ficar com a minha família, ou perto da minha família eu não levava sério... Somente quando me mandaram prá Fortaleza, longe da minha família, eu pirei, chorei e vi que o negócio tava ficando sério. Não dava mais prá convencer o Juiz.

E continua a jovem em sua narrativa:

Eu tive a minha chance, mas desperdicei. Foi assim: o juiz lá de Iguatu se convenceu a me dar uma chance, porque eu era primária, ele falou assim: D.P.D.L., vamos fazer o seguinte: O que você fez foi muito grave, mas eu vou lhe dar outra chance, já que você tá colaborando com a justiça. Eu não vou lhe encaminhar para a FEBEMCE (refere-se ao internato, extinta Fundação do Bem-Estar do menor em Fortaleza), eu vou lhe deixar aqui no município mesmo em semiliberdade. Aí eu fiquei em Iguatu cumprindo sentença de semiliberdade, mas parece que a pessoa não valoriza a chance dada, parece que ela não foi castigada né? Aí não valorizei, pois pra mim funciona assim.

E deixa claras as representações do castigo:

A verdade, é que o meu castigo, o juiz não sabia ainda, mas era exatamente ficar longe da minha mãe, da minha família. Só sei que eu tava lá em Iguatu, cumprindo semiliberdade numa boa, aí fui discutir com o diretor do abrigo, porque ele me deixou recolhida no final de semana e disse que eu não ia sair. Lá em Iguatu não é como aqui, que a semiliberdade pode sair todo dia, lá só sai de 15 em 15 dias. Aí eu fiquei “injurada”.

Nesse sentido, cabe sublinhar os vínculos da protagonista com a família, especialmente com a mãe. De fato, na trajetória desta personagem a mãe tem um papel de peso como referência afetiva, de orientação e de apoio⁹⁹. O sentido de punição para D.P.D.L. representa a distância familiar e, de modo especial, da mãe, como castigo real. Assim, a oportunidade de cumprir uma sentença de semiliberdade em seu próprio município representou uma ausência de punição pelo fato de não distanciá-la da mãe e dos familiares. Desse modo, a menina descumpra a medida imposta pelo Juiz, desconsiderando tal decisão judicial, fugindo, em seguida, da unidade de semiliberdade de seu município¹⁰⁰, permanecendo um ano em liberdade.

Em seus relatos, D.P.D.L. destaca as estratégias de fuga, sublinhando sua astúcia e os limites e falhas da própria Justiça como instrumento de aplicação da sentença, enfocando a precariedade e desorganização de funcionamento desta Justiça.

Tava eu e uma amiga minha, aí eu disse: “vixe! Minha irmã, tá que eu não vou ficar aqui não. Eu perguntei pra minha amiga: vai sujar pra tu? E ela disse: vai sujar pra mim não, é pra tu que vai sujar, tu tá recolhida doida. Ora, o final de semana sem sair não dá pra mim não, aí ela disse: vamo fugir? Aí eu pulei o muro na troca dos plantões e “peguei o beco” (gíria referente à fuga), passei quase um ano na liberdade. Olha aí como a justiça é falha, eu só fui presa de novo porque encontraram um bocado de “parada” lá em casa, sabe? Era um bocado de droga e roubo e tal. Aí fui encaminhada pro Juizado, chegando lá eles perguntaram: você tá quites com a Justiça? Já cumpriu a sentença toda? E eu disse: paguei, sim senhor! Só que na maior mentira né? Só sei que não encontraram nenhum mandato contra mim, não tinha nada lá nos computadores. Aí eu fiquei só cinco dias lá e aí eles me liberaram. Um monte de processo tudo arquivado, eles nem sabem mais quem deve ou quem já cumpriu. (risos).

Em suas narrativas, a jovem destaca algumas limitações referentes ao trabalho da Justiça. Segundo ela, é possível convencer o juiz durante a audiência pelo simples fato de que, na hora do depoimento, na maioria das vezes, não é feita a junção dos processos espalhados pelas varas. Assim, não são encontrados nos arquivos da Justiça todos os processos em trânsito nas Varas da Infância e da Juventude. Diante dessa dificuldade, o juiz muitas vezes

⁹⁹ É importante registrar, como via de investigação, a posição da mãe nas trajetórias de jovens envolvidos nas rotas da droga, de transgressão e do crime. De fato, a mãe acompanha, sofre, apoia o “filho” ou a “filha” para além dos envolvimento e atos cometidos. No caso das personagens em estudo, a mãe é presença e referência constante nas narrativas da maioria das personagens e, em duas trajetórias (M.F.A. e B.J.F.N.), a perda pela morte da mãe é apontada como “elemento desestabilizador” de percursos.

¹⁰⁰ Unidade de Semiliberdade Regional de Iguatu é uma Instituição voltada ao atendimento de adolescentes em situação de conflito com a lei. Sua meta é atender 25 adolescentes, 20 masculinos e 5 femininos. Por meio de parcerias com a Prefeitura Municipal de Iguatu e outras instituições, como o SESC, Instituto Elo Amigo, CAIC (Centro de Atenção Integrada à Criança) e outros. Através das parcerias, a Instituição realiza várias oficinas, como: produção de papel reciclado, marcenaria, padaria e uma cozinha para produção de doces e bolos caseiros.

libera a adolescente por julgar um processo antigo, cujo ato infracional, considerado de menor gravidade, já se extinguiu. Somente após juntar todos os processos, a Justiça expede um Mandato de Busca e Apreensão, tendo em vista apreender a adolescente e encaminhá-la para o cumprimento de sentença, conforme decisão judicial.

Assim narra a sua “saga” com a Justiça, que culmina com o seu encaminhamento para Fortaleza.

Após a minha apreensão e liberação, porque não acharam nada meu no arquivo, parece que eles foram procurar direito. Aí foi “mó paia” (gíria referente à fuleiro, ruim), porque só passei uma semana em liberdade, aí chegou os agentes do Juizado atrás de mim. Chegou um tal de mandado de busca, um pouco atrasado, mas chegou (risos). Aí eu pensei que ia ganhar uma segunda chance, porque alguns amigos meus foram para o Juizado duas vezes e conseguiram ficar em seu próprio município, aí eu pensei: não, tá tudo bem, é aquele juiz legal, ele vai me dar outra chance. Só que dessa vez o Juiz não perdoou. Aí eu fui pro juizado. Chegou lá a minha mãe já tava. Ela chegou do trabalho e foi pra lá, aí o Juiz perguntou: Por que você sabendo que não tinha cumprido toda a medida disse que estava quite? E eu disse: eu me apresentei só que não constava nada contra mim aqui e a promotora tava de férias. Ele perguntou: porque você fugiu da semiliberdade? Eu disse: porque eu não queria ficar longe da minha mãe e porque eu tava com medo de ir pra FEBEMCE de Fortaleza. Aí ele disse: pois é pra lá que você vai. Eu comecei a chorar dizendo: “ô mãe não deixa não, mãe”. Só faltei me ajoelhar nos pés do juiz. A minha mãe disse minha filha o que eu posso fazer. Aí eu fui pra delegacia e depois vim pra cá.

Esta narrativa de D.P.D.L mostra a sua astúcia na relação com a própria Justiça, tentando uma negociação com a própria situação vivenciada. E, mais uma vez, fica em realce a figura da mãe e a sua súplica, desesperada, no sentido de que ela impedisse a temida vinda para Fortaleza. Cabe aqui uma reflexão: quais as representações das jovens consideradas em “conflito com a lei” sobre a Instituição que, segundo a caracterização do E.C.A., deverá ser socioeducativa?

4.2.5 A “viagem da volta”: o desligamento do internato e o retorno para casa.

A “viagem da volta”, para as minhas protagonistas, parecia seguir a mesma temporalidade. Agora já eram duas meninas desligadas da Instituição. Com as autorizações de desligamento, percebi que, diante de mim, se abria uma estrada. No caso de D.P.D.L., os rastros e pegadas deixados guiavam-me a outro município. O tão comentado Iguatu, município de origem da adolescente. Em seu relato, a saudade do lugar de nascimento:

Bom mesmo é o lugar onde você nasce, entende? A sua gente, seu povo. Eu amo Iguatu. Eu não gosto e nem nunca vou gostar de Fortaleza. Essa cidade é de loucos. Mas, graças a Deus já tô voltando para Iguatu. Lá eu tenho amigos e pessoas que, apesar de tudo, gostam de mim. Gostam de mim como eu sou e tentam me ajudar. Lá eu tenho a minha família acima de tudo.

O desligamento da jovem apontava a necessidade de ir além dos limites de Fortaleza. Assim, tomei a decisão de ir a Iguatu ¹⁰¹, convencida pelo entendimento de que no retrato sociológico de D.P.D.L. ainda faltavam cores, tintas, matizes. Desse modo, pude refletir sobre as formas e estratégias para sua composição, após o internato.

Sobre sua despedida do Aldaci Barbosa, infelizmente não tive oportunidade de presenciá-la, pois não compareci ao internato no dia de seu desligamento. Após sua partida, passei a refletir: logo os documentos e prontuários de D.P.D.L. serão arquivados. Assim, tratei rapidamente de anotar o endereço e o telefone de contato da jovem.

Uma semana após o desligamento da adolescente, entrei em contato por telefone com a mesma, negociando um novo encontro. A adolescente mostrou-se disposta a dar continuidade ao processo de entrevista, afirmando que seria melhor nos encontrarmos em um final de semana. Assim, relatou sobre o seu atual momento de vida:

É que eu tô em Liberdade Assistida aqui e me encheram de atividades (risos). Voltei a estudar e tô continuando o supletivo. Também tô fazendo um curso de computação, no Núcleo de Inclusão Digital daqui de Iguatu. Olha, se você vier mesmo, pode ficar hospedada aqui na minha casa. “A casa é pobre, mas é limpinha” (risos).

Como assistente social e militante de uma causa político-profissional, materializada na defesa de crianças e adolescentes, não pude esconder meu contentamento e emoção ao saber do atual momento vivido por D.P.D.L. Sobre o convite para ficar hospedada em sua residência, agradei e justifiquei minha recusa, afirmando que já havia combinado com alguns amigos de Iguatu os detalhes da minha hospedagem. Assim, marquei a data do nosso encontro para além dos limites institucionais.

¹⁰¹ Iguatu, em minhas lembranças, é um lugar familiar. Ministrei vários cursos neste município, durante os anos de 2004, 2005 e, mais recentemente, em 2009. Na época, encarnava a personagem de professora nômade, que percorre os caminhos do sertão cearense, em tempos de dura sobrevivência. De “mochila nas costas”, um pouco *caixeiro viajante*, negociava com as rotas da instabilidade, vendendo pacotes de saberes para as cidades do interior cearense, em um contexto “desestabilizador” de papéis, profissões, vidas e paisagens.

4.2.6 Nosso encontro em Iguatu: em meus pensamentos, a descrição de D.P.D.L. sobre Fortaleza, uma “cidade de loucos”.

Recordando a descrição feita por D.P.D.L. sobre Fortaleza – “*uma cidade de loucos*” –, embarquei no terminal rodoviário com destino a Iguatu. Exercitando o olhar “do estrangeiro”, efetivamente, tive uma sensação de desorientação, ao observar certos detalhes da Capital do Ceará.

Dentro do ônibus azul, como seus vidros escuros, janelas fechadas, poltronas confortáveis, os roncões de pneus pareciam convidar-me a uma viagem “além fronteiras”, ou no próprio tempo. Para trás, ficava Fortaleza. Assim, refletia sobre a trajetória de D.P.D.L. e olhava a Capital. Sentia a vertigem do começo de uma aventura, a luta incansável do pesquisador que se desloca para investigar outros mundos e o desejo - sempre recomeçado - de chegar a algum lugar, a alguma nova descoberta acerca dos personagens de sua investigação. Desejos contraditórios, multiformes, gestos e pequenos detalhes quase invisíveis.

Ainda na estrada, vejo de dentro do ônibus um senhor sentado em sua cadeira de roda em pleno semáforo da Av. Pontes Vieira, na esquina de uma transversal onde se encontra a Igreja de Fátima, local de romarias que se agitam com suas novenas, terços e devotos. *Uma esmolinha, pelo amor de Deus!* – suplica o pedinte. O olhar desinteressado da jovem senhora, trancada no seu carro com ar condicionado, evidencia uma fronteira que o separa do mundo visível. Tal invisibilidade, também, marca as trajetórias das meninas envolvidas na prática de homicídio e de tantos outros meninos que disputam fregueses com seus rodos de água e as moças que entregam papéis de propaganda anunciando novas ofertas, novos empreendimentos imobiliários, um novo restaurante, uma negociação qualquer. O sinal se fecha. Para muitos, este é um momento de quase meditação, onde cada um parece habitar um universo diferente. Os olhares até se cruzam numa sedução complexa, na qual negociam forçosamente. Mas, visto de outro ângulo, este é também um momento de mobilização de corpos e outros tipos de olhares que negociam entre si, de outros interesses que compõem uma coreografia. *Meninas e meninos que roubam e até matam, “homens-máquinas”, “homens-rodos”, homens - mulheres - seus papéis e propagandas, homens pedintes, esmoleres.* São esses e outros personagens que desfilam no asfalto. Parece um desfile mambembe naquela manhã de sábado. O instante condensa-se nesses intensos agenciamentos multiformes e efêmeros.

Quando me aproximo da rodoviária de Iguatu, percebo sua forma arquitetônica fria de cimento e penso em seguida: aqui começam e recomeçam os rituais de chegadas e partidas. É daqui que vejo Iguatu nesse dia de deslocamento. A cidade tem ares de metrópole e sertão, com sua Igreja matriz e suas rezas, com seus cavalos cruzando as ruas, seus pedintes.

De repente, minha visão se desloca para as redondezas dos galpões da rodoviária e vejo meninas, crianças e adolescentes, os quais não se sabe de onde vêm. Estão envolvidos numa negociação permanente em busca de um trocado, mapeando os aglomerados de transeuntes e seus *territórios*, que conhecem como a palma da mão, pois convivem frequentemente ali. Assim, volto a refletir: o que representa a cidade de Fortaleza, vista a partir de seus olhares? Uma “cidade de loucos”, como referiu D.P.D.L.? Um espaço de sobrevivência? Um espaço de liberdade?

Meus pensamentos se deslocam para as protagonistas deste estudo, em busca de conhecer suas representações. Assim, descubro que no nomadismo do cartógrafo viaja-se também pela lembrança de outros personagens, de outros tempos e de outros registros que invadem a memória. De fato, a realidade em que eu estava imersa parecia virtual, cujas faces se misturavam, numa confluência de imagens. O sertão parecia agora com a dura realidade negada que visualizei em Fortaleza, cujos dramas juvenis: drogas, *crack*, cocaína, violência, transgressão, que estão permeando a vida das cidades – o espaço urbano – se deslocam para os municípios do interior. No tempo presente, o drama juvenil vivenciado nas periferias de Fortaleza também é vivido pelos moradores das periferias de Iguatu.

Minha viagem prossegue, só que não mais dentro do ônibus. Assim, chego ao local de hospedagem, todavia, sem perceber que estava diante de outro desafio. Ao solicitar informação sobre o bairro onde mora D.P.D.L., descubro as dificuldades de acesso para chegar até lá. A aventura continua, agora em busca de um moto-táxi que me levaria até a residência da adolescente, aproximadamente uns 12 km do local onde estava hospedada.

Ao chegar à residência de D.P.D.L., fui recebida por sua mãe, que informou onde estava a adolescente, demonstrando alegria ao me encontrar. Esta foi a primeira fala da mãe de D.P.D.L.: *“menina, eu não acredito..., não é que você veio mesmo. Vou chamar a D..., ela tá ali, na vizinha”*. De repente, alguém tapa meus olhos com as palmas das mãos e afirma: *“adivinha quem é?”*.

Ao encontrar D.P.D.L., observei que a menina tinha ganho um pouco mais de peso, estava bronzeada e vestia um vestido. Nunca a vi com essa aparência antes. Em seu rosto, o mesmo sorriso habitual. Em sua residência, a conversa toma um rumo descontraído,

com direito a suco de caju e biscoitos. Neste momento, D.P.D.L. fala da sua trajetória em liberdade:

Tô me esforçando para terminar o supletivo, tô fazendo um curso de computação e já recebi uma proposta, de uma amiga da minha mãe, que montou um mercadinho. Vou trabalhar com ela, graças a Deus. Acho que vou começar a trabalhar próxima semana”.

Não quero mais viver sob suspeita, entende? Sendo perseguida e com as pessoas me olhando de lado. Sua família já não acredita em você. E você fica numa roda viva, como sair disso? Tem meninas que já não querem mais sair mesmo, não acreditam que podem mais retornar, tomar outro rumo na vida. Talvez, o caminho que faz voltar, seja muito longo e doloroso, aí o jeito é permanecer na merda mesmo. Eu ainda acredito que é preciso retornar, vou continuar acreditando... Não sou bandida, não serei bandida, digo isso todo dia prá mim. Estou preocupada, falta um ano só pra completar 18 anos, preciso conseguir um emprego, mudar minha vida. Acho que o bandido mesmo não tá preocupado com isso, quer continuar roubando, traficando, matando... Mas, eu tô preocupada sim.

Em suas palavras, fica evidente o desejo de mudar, de “tornar-se”. Tal desejo materializa-se na afirmação de que as negociações com a rota do crime chegaram ao fim. Sobre o tempo de privação de liberdade e “conflito com a lei”, assinala D.P.D.L.:

Olha, sobre o internato, eu posso até lembrar e falar sobre isso. Mas, acho que desse tempo, vão ficar apenas algumas lembranças. Acredito que não voltarei a fazer essas coisas. Mas, não vou mentir, de vez em quando, quando vou nas festa e tal, com as minhas amigas ainda uso maconha. Mas, roubar, matar... isso nunca mais, se Deus quiser... Principalmente agora que eu já tô maior de idade. Seria um desgosto muito grande para minha mãe e meu avô, eu ir parar lá na delegacia, ou num presídio. Tô querendo é me “aquietar” sabe?

Saio da residência da jovem, ainda com a palavra “aquietar” ressoando em meus ouvidos. Vou me aquietar, dizia a jovem. Tornar-se alguém “aquietada”? Seria esta a busca da adolescente? Sobre isso, pude refletir que a busca para se tornar alguém “aquietada”, ou “quieta”, parece coadunar-se à representação construída por D.P.D.L. sobre a cidade de Fortaleza, ou seja, uma “cidade de loucos”. Entretanto, também encontrei em Iguatu um pouco de Fortaleza: suas imagens, suas rotas, os imponentes edifícios, as formas como se estabelecem as relações sociais no município e seus serviços. Sobre isso referiu a mãe de D.P.D.L.: *“aqui pertinho, ali na casa da esquina, mora uma menina que também fez a mesma coisa que a D.... Mas, a mãe dela conhecia o Juiz e ela nem foi lá prá Fortaleza. Não cumpriu foi nada”*.

O desabafo da mãe da adolescente faz emergir um dos pontos desta discussão, cuja chave-analítica abre o entendimento de que as “identidades são construídas por meio da

diferença e não fora dela” (HALL, 2000, p. 110). Assim, o fato de cometer um homicídio na trajetória de vida destas personagens nem sempre representa o cumprimento de sentença privativa da liberdade. De fato, a marcação dessa diferença acontece de diversas formas, sendo uma delas a desigualdade e diferença de classe. Desse modo, nas relações sociais, as formas de diferença – tanto simbólica como social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*.

De volta ao ponto de partida, ao entrar novamente no ônibus em companhia de um agente rodoviário que logo fecha as janelas, percebo o pau-de-arara que trafega ao lado, em coadunância com a miséria marcante na beira da estrada. A moça que viaja ao meu lado carrega uma pasta. Em cima do seu colo, um jornal de Fortaleza noticiando o assassinato de uma menina, de 16 anos, idade de duas das minhas protagonistas. O jornal parece sinalizar as cenas do meu objeto investigativo.

A partir das imagens noticiadas, elaborei algumas reflexões: quem seria o autor ou a autora do crime relatado em forma de notícia? Que negociações estaria a vivenciar a jovem assassinada? Qual o seu envolvimento com as rotas do crime e da transgressão? Estaria vivenciando uma disputa afetiva, tal qual D.P.D.L.? Ou estaria a negociar com as rotas da droga e da prostituição, tal qual D.F.S.? Estas e outras questões provocavam-me a pensar o contexto das minhas protagonistas, numa busca incessante para decifrar as trajetórias de jovens marcadas pelo crime e pela drogadição.

4.3 M.F.A.: sentimento de abandono, perdas, drogas: uma trajetória em movimento nos circuitos da transgressão e do crime.

Tomei um primeiro contato com a trajetória de M.F.A. através da leitura da documentação constante em seu prontuário. Sem conhecê-la pessoalmente, ainda fiquei a imaginar quais as suas características pessoais: cor de pele, olhos, cabelos, gestos etc. Recordo que, no prontuário institucional, não constava sua foto, talvez tivesse caído ou sido utilizada para fazer documentos. Esse fato aguçou ainda mais a minha curiosidade.

Durante a seleção das adolescentes para a pesquisa, não fiz determinações de nenhum critério *a priori*. Decidi trabalhar com a totalidade de meninas sentenciadas pela prática de homicídio na unidade. Ao separar os dados de M.F.A. para uma pesquisa exploratória, notei que a pedagoga da unidade referia-se à adolescente com um tom estranho, de angústia, ou pena, chegando a afirmar o seguinte:

Eu acho que a entrevista de M.F.A., 17 anos, não pode ser vista como um mero depoimento. Considero que é uma vida que deve ser analisada, ser feito um estudo de caso, sei lá. Acho que deve ser escrito com a inclinação de um bom pesquisador, um estudante de doutorado, assim como você, alguém que se dedica e pesquisa por prazer, sabe? É muito sofrimento, a história dela é digna de ser publicada, por isso precisa ser detalhada e explicada com emoção, entende? Vai entrevistá-la? Acho que deveria.

Em verdade, esta jovem sentenciada por prática de homicídio já estava dentro do critério de seleção das personagens a serem por mim pesquisadas. Tentei não idealizar sua história como um “furo jornalístico”, mas percebi que as demais adolescentes que também participariam da pesquisa aguardavam pela inserção de M.F.A. no estudo. Algumas jovens chegavam a perguntar quem eram todas as participantes. Quando eu respondia sobre a identificação de M.F.A, falavam o seguinte: “*vixe, a senhora acertou em cheio. Ela tem muito pra lhe dizer*”.

Na sala, pensativa, enquanto aguardava a adolescente, fui surpreendida pelo instrutor educacional que, com um tom sério, trouxe a jovem e explicou que às 15h30 minutos haveria pausa para o lanche.

Durante a entrevista, a jovem pareceu um pouco assustada, perguntando, logo em seguida, o que eu queria com ela. Diante de mim, M.F.A. contrastava com tudo aquilo que o senso comum classificatório configura como estereótipo de “jovem infratora”: alta para sua idade, esbelta, medindo aproximadamente 01m e 70 cm, com cabelos loiros, dentes completos e brancos e corpo proporcional. Com esta imagem feminina e dentro dos padrões contemporâneos de beleza, a jovem distinguia-se das demais, centralizando atenções.

A sua primeira fala, no começar da entrevista, foi de alguém consciente de seu papel de destaque: “*Bom, eu já sabia que ia me chamar. Ouvi o “zum-zum” lá dentro que participariam todas as homicidas. Na verdade, todo mundo aqui sente pena da minha história.* E passou da ofensiva ao ataque, revelando astúcia e habilidade:

Mas, o que a senhora quer saber? Como foi que eu vim parar aqui, é isso? Bom, hoje eu tô querendo conversar mesmo, sair um pouco do dormitório, da oficina. No fundo eu tô querendo é ir embora daqui.

De fato, é perceptível que, no contexto do internato, esta jovem exercia uma liderança e sabia “negociar” o seu papel de relativo destaque: em alguns momentos, dizia estar adoentada para não participar de determinadas atividades e permanecia no dormitório; articulava as companheiras para assumir certas atitudes e posicionamentos e ficava à distância

a observar; envolvia profissionais e técnicos da Unidade com seu jeito afetuoso e de fácil comunicabilidade, de alguém que gosta de fazer amigos.

4.3.1 A morte da mãe como um “evento desestabilizador”: redefinições identitárias na rota das drogas.

A jovem abre a entrevista começando a narrar sua trajetória:

[...] sobre a minha história, posso começar dizendo que a minha mãe morreu de câncer e depois disso eu entrei nas drogas de vez, e aí fui pro fundo do poço. Só fiz até a 6ª. Série e nunca fui de estudar. Antes, eu até gostava de estudar, mas você entra nesse mundo, nas drogas e acaba sua vida. Eu perdi tudo. Primeiro a minha mãe morreu de câncer, aí eu me distanciei dos meus irmãos, amigos, perdi emprego. Eu trabalhava antes, mas, viciada em drogas ficou complicado arrumar emprego de babá e faxineira, que era o que eu fazia antes.

Com a morte da mãe, a jovem passa a negociar com as rotas da droga, sendo este um “momento desestabilizador” em seu processo identitário. Em verdade, o assumir da droga nesta trajetória marca um processo de “desestabilização familiar”. Sua família, já “perturbada” com a morte da mãe, enfrenta agora o vício da adolescente. A este momento, articula-se ainda o sentimento de abandono e solidão, que permeia quase todas as narrativas da adolescente.

Depois que a minha mãe morreu foi muito difícil. Parecíamos todos abandonados, desgarrados, sem rumo. Quando minha mãe era viva tinham as dificuldades, mas existiam as regras, tinha divisões entre o que podia ser feito e o que não podia. Depois que ela faleceu foi meio que cada um por si. As brigas entre eu e meus irmãos ficaram constantes. Meus irmãos e minha tia até tentava, mas eu não obedecia, na medida em que eu ia crescendo ficava pior.

A minha tia tentava me dar atenção, carinho... Mas, eu continuava me sentindo abandonada. Nada tirava de mim a dor da falta da mãe. Algumas vezes achei que era meu fim, que morreria também. Lá em casa, as brigas continuavam. As brigas eram horrível, meu irmão com muita raiva um dia tentou me matar a facadas, foi quando ele descobriu que eu estava usando *crack* e saindo com os caras das “bocadas”, os traficantes das “bocas de fumo”? Meu irmão também passou a beber muito e não aceitava que eu usasse drogas, e tudo era motivo de briga. Perdi a confiança da minha tia, dos meus irmãos, e dos poucos amigos de verdade que eu tinha. Caí no desespero, na solidão e nas ruas. Já não voltava mais prá casa.

Nascida em Fortaleza, no bairro Genibaú, a adolescente possui 5 irmãos, no entanto, recebe poucas visitas na unidade. Afirma ter abandonado a escola na 6ª série do Ensino Fundamental, após o falecimento de sua mãe, com câncer de mama. Com a perda da mãe, a jovem vai morar com a tia materna, no bairro Bonsucesso, quando começou a negociar

com a rota da droga. Nesta trajetória, a tia assume o papel de mãe, no entanto, a adolescente parece ter dificuldades em renegociar laços e vínculos maternos, de forma, a não projetar na pessoa da tia a imagem da mãe falecida. Nas narrativas da adolescente, é evidente o respeito e gratidão pela tia, que sempre esteve presente nos principais momentos de sua vida.

Minha tia foi maravilhosa pra mim, ela tentou tanto, tanto, tanto. Foi uma mãe. Me mandou pra São Paulo, onde a minha irmã mora. Na época eu tava sendo perseguida aqui em Fortaleza, aí ela me mandou prá lá. Me deu uma casa, quando a minha mãe morreu. Ela ia atrás de abrigo pra me internar, procurava república feminina e tudo. Eu já passei por tantos tratamentos e abrigos. Eu sempre fugia de casa pra morar nas “bocadas” de fumo, tudo atrás de droga. E todo esse tempo, a minha tia esteve comigo. Mas, quando eu estava muito mal, eu pensava na minha mãe, só pensava nela. Minha tia é boa, mas, não é a mãe, entende? Será se a minha mãe estivesse viva, eu estaria assim?

E responde em seguida a sua pergunta:

Se a minha mãe tivesse viva, eu não estaria assim não. A minha vizinha era como uma mãe pra mim, a minha tia também, mas acho que elas cansaram de mim, eu decepcionei entende? Queria muito sair daqui e fazer elas sentirem orgulho de mim. Mas, se fosse a minha mãe, ela não cansaria, por que mãe é mãe...

Neste momento da entrevista, a menina lança um olhar ao horizonte, como se quisesse ir além dos muros do Centro Educacional e, demonstrando tristeza, com embargo na voz, afirma:

Depois da morte da mãe, de lá prá cá venho sofrendo. Isso é desde novinha, desde que eu tinha 09 anos. Lembro que quando ela faleceu, meu pai foi embora com outra mulher. Me revoltei ainda mais, quando ele disse que não ia ficar com a gente. Na época, a gente era adolescente, parecíamos desgarrados, abandonados, sem rumo.

Em alguns momentos desejei morrer. A vida agora era tristeza profunda. Busquei na droga um refúgio, mas, nas “bocas de fumo” por onde andei só encontrei pessoas ruins. Fui perseguida e quase morta. Me sentia cada vez mais abandonada e caí na depressão. Passei a usar *crack*, cocaína, tudo que eu via pela frente. Desci ao fundo do poço, fiquei esquelética e doente. Tive anemia e pneumonia. Nessa época achei que seria o meu fim...

De cabeça baixa e com embargo na voz, M.F.A. remexia-se na cadeira, como quem afirma: vou ter que continuar? Solicitei a estagiária do internato um copo com água, falei do livro “O Caçador de Pipas”, que estava em suas mãos. Eu já tinha assistido ao filme e, assim, compartilhamos um pouco do contexto do livro, só depois de certo tempo continuamos nossa conversa. Neste intervalo, pude refletir sobre a figura da mãe em suas narrativas. A representação da mãe falecida aparece como alguém que pode impedir o perigo ou resgatá-la

do “fundo do poço”, que não desiste nunca, que sofre junto, sempre ajudando e apoiando, para além dos envolvimento e atos cometidos.

Sobre seu pai, a jovem afirma com rancor:

Ele saiu de casa há muitos anos. Não sinto sua falta e nem tenho recordações dele. Nunca soube direito o que é ter um pai. Ele nunca nos ajudou. Com a morte da mãe, eu fui morar com a minha tia, lá no Bonsucesso (refere-se a um bairro de Fortaleza). Um lugar perigoso. Aí comecei a me envolver com drogas, depois com roubos, furtos e assaltos.

Ainda sobre a ausência paterna, afirmou que durante algum tempo encontrou no irmão mais velho o apoio e a encarnação de pai, apesar das brigas constantes entre eles:

O meu irmão nunca aceitou meus amigos, chamava-os de vagabundos, detestava que eu usasse *crack*, quando ele descobriu foi muito complicado, ele chorou muito. Ele não queria nem mais morar comigo. Foi quando a minha tia resolveu construir uma casa prá mim. A minha mãe deixou um terreno para nós, aí minha tia vendeu e comprou outro terreno e fez duas casas pequenas, uma pra mim e outra para o meu irmão, uma colada na outra, mas, o relacionamento entre nós ficava cada dia pior. Um dia ele tentou me matar. Eu decidi vender a minha casa e fui gastando o dinheiro aos poucos. Quase morri de tanto usar drogas.

Enquanto eu tinha dinheiro, os traficantes e “amigos” encontrados nas “bocadas” tavam comigo, depois que acabou tudo, fiquei sozinha novamente. Meu irmão foi ficando distante e passou a beber todos os dias. A minha tia passou a viver um pesadelo. Agora eram dois: eu nas drogas e ele na bebida. Mas, os meus irmãos, hoje eu posso dizer que estão bem. A minha irmã foi embora pra São Paulo, aí lá ela casou e hoje trabalha no “Shop” como representante de uma loja (no West Plaza) e o meu irmão deixou de beber, casou, tá trabalhando e morando na casa dele ainda. Só eu perdi a confiança da minha tia, dos meus irmãos e dos poucos amigos que “prestavam”. Só assim percebi que meu irmão estava certo. Eu não tinha amigos, eles eram apenas traficantes, Eram amigos apenas prá usar droga e fazer sexo, depois disso nada mais. Ajuda nenhuma eu tinha da parte deles, pelo contrário, só me enfiavam ainda mais no buraco das drogas.

Em sua trajetória, M.F.A. destaca a necessidade de negociar novos vínculos, amizades e espaços. Sua família não aceitava sua forma de viver e nem seus novos amigos. Após o envolvimento com drogas, passou a sofrer preconceito dentro da própria família, sendo considerada “a louca e sem rumo”.

Passei muito tempo prá entender que as pessoas, mesmo sendo seus parentes, não têm obrigação de cuidar de você, de procurar clínica prá você se tratar. Às vezes eu sentia que a minha família tinha pena de mim, outras vezes achava que eles queriam que eu sumisse. Uma vez senti que o meu irmão tava com vergonha de ter me encontrado. Era um feriado, perto do natal, eu acho... Eu lembro que tinha usado muito pó (refere-se a cocaína), lá na Beira Mar. Aí eu encontrei com meu irmão e pedi dinheiro, eu tava com ressaca da droga, toda suja e com fome. Ele se afastou de mim e disse pro amigo dele do trabalho, que tava com ele nesse dia, que não me

conhecia. Depois voltou sozinho, me procurou e me deu 5,00 reais. Notei que ele tava com o olho cheio de água. Sei que ele sentiu vergonha. Eu também sentiria

A minha família, mesmo sendo pobre, sempre sobreviveu com dignidade, trabalhando. A minha mãe e meu pai, sempre trabalharam. Minha mãe lavava roupa e meu pai era porteiro de um colégio. Meu irmão sempre trabalhou numa empresa de computação, desde quando fez o curso e completou 18 anos e minha irmã trabalha em um “shop”, em São Paulo, ela é representante de uma loja. E eu, até tive oportunidade de trabalhar e tal, mas, eu só ganhava 60,00 reais por semana. Antes de usar drogas o que eu ganhava até dava pra comprar as minhas coisas, mas depois que passei a usar drogas não deu mais, aí eu precisei roubar.

Na minha família, só eu que sou considerada “a louca, sem rumo”. O pior... É que eu acho que eles estão certos. Sou assim mesmo. Vivo por aí, aqui e acolá, sem rumo e, às vezes, acho que tô ficando louca. Já até tentei me matar

Aqui, M.F.A. encarna a “loucura” e a “não fixidez” como traços de uma personagem construída pela família: “*a louca e sem rumo*”. De fato, ao assumir esta imagem, a jovem introjeta a representação familiar como representação de si mesmo. É a metáfora do “jogo de espelho”, circunscrita em ângulos que se influenciam e convergem. Desse modo, a autoimagem fabricada por seu grupo parental – que faz do trabalho um referente a ser seguido – influencia sua própria forma de ser e estar no mundo, ao ponto de fazê-la aceitar este papel em sua trajetória: “*o pior... é que eu acho que eles estão certos. Sou assim mesmo. Vivo por aí, aqui e acolá, sem rumo e, às vezes, acho que tô ficando louca. Já até tentei me matar*”.

Em nossa conversa, tentei adentrar nas representações construídas pela tentativa de suicídio em sua trajetória, entretanto, o diálogo redefiniu-se, tomando um rumo de conversa não tão sociável, com pausas longas e frases curtas. Sobre este momento de sua vida, M.F.A apenas afirmou:

Com a morte da minha mãe, aprendi a me virar sozinha muito cedo. Me envolvi só com o que não presta nesta vida. Todos passaram a me odiar. Desci ao fundo do poço... Fiquei esquelética, tive anemia e pneumonia. Nessa época achei que seria o fim. Estava sozinha e doente, mas, ainda assim me sentia livre prá fazer o que quisesse, até me matar de overdose. Um dia, eu fiz de propósito. Usei em um dia toda a quantidade de cocaína prá consumo de uns quinze dias. Cheguei a defecar sangue. Fui levada quase morta pro hospital. Achava que já não valia a pena viver

Sobre as regras familiares, M.F.A. sustenta nunca ter acatado bem, afirmando sentir dificuldade em lidar com regras e imposições:

[...] tenho dificuldade prá aceitar humilhações. Sinceramente... Acho que as coisas forçadas são ruim e feitas para serem desobedecidas mesmo. Sei que esse meu jeito de ser afasta as pessoas de mim. Ninguém gosta de ser contrariado né? Mas, eu sou assim: bateu, levou. Tenho esse defeito.

Sobre a dificuldade em lidar com regras, a adolescente parece ter clareza que este jeito de ser acabou por afastá-la emocionalmente de seus irmãos e familiares, que quiseram impor-lhe as amizades.

Minha família odiava os meus amigos: traficantes, drogados, os caras lá das “bocadas de fumo”, algumas amigas que se viravam na praia, na prostituição... Em minha família teve uma época que as pessoas fugiam de mim. Eu era lixo, tinham medo que eu roubasse as coisas deles prá comprar drogas. Fiquei muito tempo morando nas “bocadas” de fumo, doente, sem ter ninguém que se importasse comigo. Tive que fazer amigos nesses lugares, pois os antigos amigos fugiam de mim como o “cão foge da cruz”. Foi duro. Um dia, meus irmãos colocaram uma foto minha no Barra Pesada (refere-se ao programa policial Barra Pesada), eu tava quase um mês fora de casa. Acho que eles pensavam que eu havia morrido. Aí, os caras da boca de fumo passaram a me ver como “chave de cadeia”, achando que eu podia colocar a atividade deles em risco. Foi quando a minha tia me encontrou e decidiu me mandar prá São Paulo, onde a minha irmã mora. Nessa época, se ela não tivesse me encontrado, teria morrido. Eu não comia, só usava droga e fazia sexo com os caras, quando não tinha dinheiro prá pagar as drogas. Quando não tava a fim de transar com eles, ia roubar. Era horrível.

Em suas narrativas, M.F.A. relaciona “drogas/crime e a sociabilidades das tribos”, destacando as dificuldades em negociar amizades e redefinir papéis no interior dos grupos aos quais pertence. Nesta perspectiva, retomo o conceito de “tribo urbana” de Maffesoli (1987), no sentido de delinear as formas de sociabilidade no interior dos chamados “grupos marginais”. Segundo Maffesoli, essas “tribos urbanas” se formam e se mantêm através de um “jogo grupal”, no qual a pessoa (*persona*) representa papéis tanto em suas atividades profissionais e familiares quanto no interior das diversas tribos de que participa. Na trajetória de M.F.A., de fato, emergem imagens e papéis que divergem, convergem e associam-se. Em suas expressões, as imagens formam um amálgama contraditório e complexo: “a adolescente bela e atraente que se distingue das demais”; “a jovem que se destaca, ao assumir uma postura de líder no internato”; “a menina sofrida e abandonada, que perdeu a mãe precocemente”; “a louca, sem rumo e viciada em drogas”; “a menina que cometeu homicídio”; “a jovem que tentou suicídio”; a “mulher considerada ‘chave de cadeia’ pelos traficantes”.

4.3.2 A saga das drogas: entre a dependência e o risco da morte.

O uso de drogas e a dependência química marcam, efetivamente, a trajetória desta adolescente. Em seus relatos, o medo da morte por overdose é recorrente, sendo encarado como “perigo que ronda”. Ao narrar sua história, M.F.A. assume como “elemento desestabilizador” de seu percurso um encadeamento de fatos: a morte da mãe, que faleceu

com apenas 43 anos de idade, a revolta com o pai, o sentimento de abandono e solidão, a dificuldade em construir novos vínculos familiares e, conseqüentemente, a negociação com a rota da droga.

Sobre a sua saga para conseguir droga, a jovem, assim descreve:

Esse tempo todo da minha vida foi correr atrás de droga. Eu tenho medo de sair daqui e ir correr atrás de droga de novo, porque a droga pro viciado é a própria vida, ele é capaz de dar sua vida por droga, seu corpo não vale nada, você se vende por droga, se prostitui. Sua palavra não vale, pois você promete que vai deixar e acaba voltando. A droga é a vida pro viciado. Eu só parei um pouco quando fui pra São Paulo, morar com minha irmã mais velha, de 27 anos, com ela e o marido dela. Passei alguns meses sem usar, mas foi só no início, quando cheguei lá, que eu não conhecia ninguém ainda. Depois conheci outros viciados e começou tudo de novo. Às vezes me revolto com essa ‘droga de vida’... Mas, eu entendo porque tô aqui. Não sou burra, nem inocente. E acho, que se eu não tivesse aqui, no internato, já teria morrido, nas drogas ou assassinada.

Sobre sua ida a São Paulo, diz que foi complicado, que se envolveu com pessoas perigosas, que queriam matá-la como pagamento de dívidas. Sua irmã achou melhor que voltasse a Fortaleza.

Lá é pior que aqui, quando você se envolve nesse mundo as pessoas te perseguem, não deixam barato, você não pode pagar a dívida de outra forma, sabe? Tanto que eu voltei de lá fugida em ônibus clandestino. Eu tava me envolvendo com pessoas viciadas e traficantes. De início, quando cheguei lá, eu mandava as pessoas comprarem *crack* pra mim, porque eu não sabia onde era, depois eu já tava sendo utilizada pra venda de drogas. Se eu tivesse ficado lá eu tinha morrido, pois tava devendo muito pros “cara” das bocas de fumo. Um dia eu sumi, fiquei escondida na casa de uma senhora, mas aí eles descobriram onde eu tava. Ela ficou com medo e disse assim: “minha filha, olhe, você não pode mais ficar aqui não, eles podem lhe encontrar, não quero ver você morta, vou falar com sua irmã”. Aí elas fizeram uma “vaquinha e me mandaram de volta. Eu saí de lá com a roupa do corpo, escondida, em ônibus clandestino, por que eu não podia passar pelo aeroporto. Minha irmã chorou muito.

4.3.3 Drogas, tribos e transgressão: “preciso sair das drogas para sair do crime”.

Segundo M.F.A., seu envolvimento com atos infracionais começou a partir de pequenos furtos: roupas, perfumes, celulares em lojas. Na visão de M.F.A., foi a vontade de ter dinheiro, poder comprar, ir às festas e sustentar o vício que a levou a negociar com as rotas do crime. Sobre isso, a menina assim descreve:

Por exemplo, um celular, eu nunca pude ter, depois que eu comecei a roubar, toda semana eu trocava de celular. Eu acho o furto uma atividade bastante fácil e rápida para ter lucro. Passei a ter roupas de marcas caras, perfumes, usar droga quando queria. Só que, tudo isso é ilusão. Pois, com o passar do tempo, todo o dinheiro dos

objetos roubados dá mal pra sustentar o vício. Você começa a usar tanta droga que já não dá mais prá pagar. E, também, você vai ficando marcada pela polícia e já não consegue vender os objetos, aí vende por qualquer preço. O objeto roubado não tem valor no mercado. Já não adianta mais roubar, entende?

Em sua narrativa, o roubo se apresenta como a forma por excelência de conseguir dinheiro fácil, comprar drogas e objetos de valor com maior rapidez, mesmo sob a condição de vitimar alguém. Entretanto, com o passar do tempo, essa atividade que, inicialmente, parece ser uma forma de conseguir dinheiro fácil, passa a representar um “perigo” imanente de morte.

Sobre o ato infracional cometido, M.F.A. afirma que foi durante o envolvimento em um assalto. Segundo ela, a vítima reagiu e tentou enforcá-la com um golpe.

Era eu ou ele. Engraçado que foi em um dia que eu não tava “chapada” (gíria referente à tá drogada), aí fui roubar prá conseguir dinheiro e comprar droga, ele veio bater em mim, queria me estrangular, tentando me enforçar com uma “gravata”. Depois disso, eu pensei: matar alguém não modificou em nada na minha vida, entende? Não fiquei rica, não deixei de ser drogada, nada mudou.

Tudo começou num assalto, eu anunciei e ele pensou que eu não estava armada, ou que não tinha coragem, sei lá. Eu só matei ele porque ele reagiu. E porque eu quis também. Eu não tava bêbada, não tava drogada, nada... Eu matei porque eu quis mesmo, eu fui roubar pra usar droga, eu matei e não me arrependo. De matar ele, eu não me arrependo, se acontecesse tudo de novo, eu mataria de novo. Ele reagiu... Era ele ou eu.

Sobre os produtos e objetos roubados, a jovem afirmou que eles não têm valorização no mercado de revenda. Como todo produto de assalto, pela ansiedade e necessidade de ser “passado adiante”, acabam valendo muito abaixo do preço que o objeto merece. Prossegue a jovem, descrevendo melhor a sua narrativa:

Numa noite, os meninos roubam quatro ou cinco toca-fitas de carro e vendem cada um por trinta, quarenta reais e, às vezes, matam pessoas por esse pouquinho de dinheiro. Sei que, também, faço isso, mesmo sem considerar justo tirar vidas de pessoas inocentes e pais de famílias. Por exemplo, essa história aí do cobrador de ônibus, que foi morto trabalhando (refere-se ao assalto em um ônibus, que teve como vítima um cobrador e foi morto por um adolescente). Eu entendo que isso não é justo.

Em seu relato, M.F.A. apresenta certa criticidade sobre a situação de “conflito com a lei”, demonstrando consciência sobre essa forma de viver. Percebe-se um desejo de negociar novos caminhos, materializado pelo entendimento de que matar alguém, em sua trajetória, não modificou nada em sua vida. Cabe destacar esta percepção, com suas próprias palavras: *“matar alguém não modificou nada na minha vida, entende? Não fiquei rica, não deixei de ser drogada, nada mudou”*.

Sobre a prática infracional, M.F.A. afirma a necessidade de tentar, mais uma vez, uma terapia ou tratamento para a dependência química, por entender que seu envolvimento em roubos, assaltos e homicídios constitui uma “busca perigosa” na complexa empreitada para conseguir dinheiro e comprar drogas. Sobre isso, afirma a adolescente: *“Preciso sair das drogas, para sair do crime”*.

E, continua a narrar seus medos, angústias e preocupações:

Por enquanto eu sou “de menor”, mas, depois é cadeia mesmo. Eu preciso sair disso. Meu medo é o mesmo de tantas outras meninas. De sair daqui e continuar atrás da droga, do *crack* e da maconha, sempre voltando a se prostituir pra comprar droga. A verdade, é que ninguém sabe a saída dessa merda, nem os profissionais, nem esse internato, ninguém pode ajudar a gente, pois quem tá querendo ajudar não tá no vício, o viciado é você, quem deve fazer um esforço pra sair é você, quem tem que sofrer prá sair disso é você. E, aí, é “foda”, porque têm outros viciados que não querem te deixar em paz, sabe qual é né? E tem, também, os traficantes que não querem que você saia disso. Depois que entra nessa merda, é o fim.

4.3.4 Negociando afetos e amizades: o desligamento do internato e a busca para tornar-se confiável.

As narrativas de M.F.A., ao mesmo tempo em que revelam pessimismo, revolta e descontentamento, também apontam para uma busca para tornar-se aceita e confiável. Tal percepção consubstancia uma mudança na forma de encarar a própria vida. A menina, que antes visualizava o mundo com pessimismo, agora ousa negociar novas rotas e caminhos. Ao observar M.F.A., logo percebi, em sua expressão, algo diferente. Com um sorriso nos lábios, afirmou que estava se preparando para voltar para casa.

Enfim, chegou a minha vez de ir embora. Tô feliz, mas com medo. Não sei o que me espera lá fora. Vou morar com a minha tia, mas ela se mudou. Ela tá morando num bairro melhor (não refere o nome do bairro). Também, vou fazer acompanhamento prá drogas, com o pessoal da Liberdade Assistida. Espero que as coisas mudem. Tô aprendendo a confiar mais. Sei que é difícil, mas preciso acreditar que é possível. Nesse tempo todo eu quis fazer as coisas do meu jeito e não deu certo. Queria sair, chegar qualquer hora, escolher as amizades. Agora, em Liberdade Assistida não vou poder fazer tudo o que quero. E acho que isso é importante prá mim. Vou precisar disso.

Sobre o período de internação, a jovem afirma:

Ficar presa nunca é bom, mas o período que eu passei aqui serviu prá me manter longe das drogas. Se eu tivesse em liberdade, não estaria de “cara limpa” tanto tempo. Espero não mais voltar prá cá. Nessa minha vida eu já passei por tanta coisa, tanta coisa... Acho que não contei nem a metade. Foram tantas coisas, que tem

algumas que eu não quero mais lembrar. Sou agradecida aos profissionais daqui, principalmente alguns educadores que me aconselharam. *Neste momento da narrativa a jovem sorri e revela seu envolvimento afetivo com um dos educadores da Instituição.* Acho que a minha vida pode mudar, mesmo sabendo que recaídas podem acontecer. Eu vou tentar mudar de rumo... Acho que já tá na hora de “colher frutos”, como dizia a mãe. Chega de tanto sofrimento. E, também, já vou fazer 18 anos. Sei que a lei muda depois de ficar maior de idade e se eu fizer algum ato infracional será considerado “um crime”. Sei que poderei ir para o presídio feminino, por isso preciso mudar de vida logo, antes de atingir a maioridade para não conhecer o “Auri”... (refere-se ao Presídio feminino). Não quero dar mais esse desgosto pra minha tia.

Nas narrativas de M.F.A. é perceptível o desejo de “tornar-se”, consubstanciado na decisão e no esforço de negociar novas trajetórias. Sobre isso, a jovem relata com criticidade: *“acho que a minha vida pode mudar, mesmo sabendo que recaídas podem acontecer. Eu vou tentar mudar de rumo”.*

Ao falar do envolvimento afetivo com um dos educadores do Centro Educacional, M.F.A. sustenta que as coisas foram acontecendo naturalmente, sem imposição ou de caso pensado¹⁰².

Quando vi já estava conversando com ele em quase todos os seus plantões, entende? Eu sei que isso não é um conto de fadas. Mas, vou levando, só levando. Estou perto de ser desligada daqui e a vida em liberdade é diferente. Nem sei o que vai acontecer. Mas, espero que as coisas mudem. Não tenho sonho de casar, de véu e grinalda, como a maioria das mulheres, mas quero ter filhos. Já me magoei tanto nessa vida por causa de homem. Já gostei muito de uma pessoa e sofri muito, me decepcionei tanto. Agora vou vivendo um dia após o outro. Se tiver que dá certo, vai dar. Bom, vou sair daqui, voltar prá casa e tentar ser uma pessoa melhor, pois sou muito rancorosa. Só Deus sabe o que minha tia sofre comigo. Acho que eu não sei viver bem com as pessoas, sou muito teimosa, não sei ouvir as pessoas. Preciso tentar ser melhor.

Diante dos desafios a serem enfrentados após o seu desligamento institucional, M.F.A. busca reinventar-se, delineando um projeto profissional em meio ao conturbado contexto que a cerca. Sobre a visão de futuro e a perspectiva profissional, afirma a jovem:

Meu sonho é ser veterinária, gosto de animais. Acho que ficaria feliz assim. Sei que é muito difícil, pois ainda tenho de terminar o supletivo, fazer outro supletivo do segundo grau, né? Tenho de enfrentar o vestibular. É complicado... (a jovem agora, retoma a expressão de descontentamento e tristeza). A escola é uma piada para nós “lascadas” (refere-se a condição de pobre), presas, “sem lenço e sem documento no mundo”. Acho que a faculdade é pros ricos, só rico chega até lá. É muito difícil. Os

¹⁰² Infelizmente, o desfecho da negociação afetiva entre M.F.A. e o educador do Centro Educacional Aldaci Barbosa não tomou o rumo de uma negociação “positivada”. Após alguns meses do retorno de M.F.A. para casa, fui informada que esta jovem havia voltado a usar drogas e a cometer novos assaltos. Sobre o instrutor educacional M.G., informaram-me que ele havia sido transferido para outra Unidade, também vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará.

pobres precisa trabalhar, arrumar um “trampo” qualquer, precisa ajudar a mãe. Na nossa vida, estudar não serve muito se não for até o fim. Hoje em dia, se você não terminar a escola, se deixar ela pelo meio não serve de nada, entende? Eu só fiz até a 6a. série, até gostava de estudar, mas você entra nesse mundo de droga e prostituição e acaba sua vida. Eu perdi tudo. Primeiro minha mãe faleceu de câncer, aí eu me distanciei dos meus irmãos, dos meus amigos, perdi emprego, tudo. Bom, eu quero pelo menos trabalhar, se conseguir isso, já tá de bom tamanho. Se for numa clínica veterinária, vou ficar feliz (risos). Quero que a minha tia se orgulhe de mim, entende?

Cabe destacar que, após a última entrevista, perdi o contato com M.F.A. Nossos encontros limitaram-se a contatos e entrevistas realizadas durante o período de internação. Conforme informei anteriormente, o retrato sociológico desta adolescente teve como material empírico apenas duas entrevistas e alguns contatos telefônicos. Tentei marcar vários encontros por telefone, entretanto, a jovem não demonstrou interesse em continuar participando da pesquisa, afirmando que não gostaria mais de lembrar o que viveu neste período de reclusão. Foi por meio dos funcionários do Centro Educacional que fiquei sabendo da situação da adolescente. Informaram-me que, após algumas semanas de seu desligamento, a jovem, já em maioridade penal, teria voltado a usar drogas e a cometer novos furtos.

Ao refletir sobre as negociações vivenciadas por M.F.A. em sua trajetória, reafirmo a ideia de que não há um caminho imutável, fixo e determinado a ser trilhado. Tais percursos, não seguem um traçado unidirecional. As trajetórias circunscrevem distintas redefinições de rotas e escolhas. Em verdade, são trajetórias inconclusas, metamorfoseando-se em meio às surpresas do “tornar-se”, num constante movimento de redefinição identitária.

4.4 M.J.V.A.: abuso sexual, analfabetismo e gravidez no internato – negociações com as rotas do crime e da prostituição.

Conheci M.J.V.A. durante a oficina de bordado e costura. Nesta ocasião, a adolescente, ofegante com o peso da barriga de 7 meses, se oferece voluntariamente para ser entrevistada: *‘tia, olha, faz comigo a entrevista? Eu quero participar. Eu sei que a senhora quer fazer pesquisa com quem fez homicídio né? Eu fiz...’*.

Até agora, nenhuma adolescente havia tido o interesse específico em pedir para participar da investigação. As aproximações com estas jovens, na maioria das vezes, representavam um desafio a ser enfrentado. Ao explicar o meu objetivo com a pesquisa, as meninas em internação sempre me olhavam com cara de medo, desconfiança ou desinteresse:

o que ela vai fazer com isso? O que quer com a gente? Pra que ela quer saber sobre a nossa vida?

M.J.V.A., no entanto, parecia inserir-se na classificação de “boa narradora”, solicitando, espontaneamente, sua participação na pesquisa. De fato, M.J.V.A., como jovem envolvida na prática de homicídio, já estava dentro do critério de seleção das personagens a serem por mim estudadas. A primeira fala da adolescente, no começo da entrevista, foi de alguém que não esconde o seu envolvimento com atos considerados infracionais:

[...] o internato não é mais novidade para mim. Esta é a quarta vez que venho prá cá. A primeira vez, eu tinha doze anos. Foi quando comecei a fugir de casa, lá de Crateús, e vir prá Fortaleza de carona com os caminhoneiros. Achava linda a Beira Mar. Passei a viver nas ruas, aqui de Fortaleza. Eu resolvi vir prá me virar, conseguir trabalho, qualquer coisa. Mas, é ilusão. Aqui tudo é difícil também... Eu vim prá cá por causa de uma amiga, ela veio primeiro e disse que aqui era bom. Aí eu quis vir prá ajudar a minha mãe, meu pai. Eu via a situação da minha família e queria ajudar. O meu pai desempregado e doente, ele tem tuberculose, mas nunca fica bom e tá sempre bêbado. A minha mãe, coitada... Só sei que eu resolvi me mandar de lá e conseguir qualquer coisa. No desespero qualquer coisa servia, entende? Quando vi, já tava saindo com os caminhoneiros e os gringo...

Assim, a jovem prossegue sua narrativa:

Lá em Crateús, a maioria das meninas sai com os caminhoneiros prá conseguir um trocado e usar droga. Depois que eu comecei a andar com umas amigas que faziam isso, passei a sair com os caminhoneiros, escondido da minha mãe, também, passei a fumar maconha. O lugar de fazer “ponto” é as praças do Centro de Crateús e os posto de gasolina, os cliente é os caminhoneiros... Homens velho e feios (descreve a jovem, com rancor na voz). É difícil alguém legal, as meninas mais bonitas, até consegue. Mas, eu tinha vergonha... Nesse meio, eu conheci o meu companheiro ¹⁰³, de quem tô grávida, ele fazia assalto nos posto e lojas, aí passamos a fazer junto. Quando você não quer entregar seu corpo, você prefere roubar. Com a ajuda do meu namorado e dos caras, os amigos dele, ficou mais fácil. Nós viramos uma turma, uma gangue, sabe?

Nesta trajetória, é perceptível uma cadeia de acontecimentos e negociações extremas, em meio ao conturbado contexto de pobreza, prostituição e dificuldades familiares que circunscrevem uma “desestabilização” de rota. Nas narrativas, a jovem aponta o contexto de pobreza e o desejo de conseguir um trabalho – *“eu via a situação da minha família e queria ajudar...”* – como um desafio a ser enfrentado. Assim, a experiência na prostituição e, conseqüentemente, o uso de drogas em seu município de origem, bem como as fugas para

¹⁰³ Sobre o namorado, companheiro de “assaltos” e pai do filho que está esperando, a jovem afirmou que ele também se encontra cumprindo sentença numa das unidades de internato masculina em Fortaleza.

Fortaleza, demarcam um “momento perturbador” em sua trajetória, vindo a culminar com a perambulância, o envolvimento em assaltos, homicídio e a participação em “gangues”.

4.4.1. As lembranças de humilhações e abusos sexuais sofridos na infância.

O envolvimento de M.J.V.A. com atos considerados infracionais inicia-se com a insatisfação da própria condição de vida. Neste retrato, especificamente, percebe-se uma cadeia de fatos que complexificam a trajetória em construção, cuja trama aponta para uma busca de conseguir dinheiro e modificar a situação de pobreza e dificuldade enfrentada pela jovem.

A família é formada por cinco filhos, tendo dois em situação de conflito com a lei. O irmão mais novo, de doze anos, também foi encaminhado para Fortaleza pelo Juizado da Infância e Juventude de Crateús, em decorrência da prática de furtos. Sua irmã mais velha, com 20 anos, mora em um prostíbulo na periferia de Crateús desde os 16.

Nas narrativas de M.J.V.A., as humilhações e abusos sofridos na infância marcam a trajetória e chocam a quem escuta seus relatos. Em sua entrevista, precisei fazer diversas pausas ao deparar-me com a tensão e o peso de sua história. Foi necessário colocar limites nos meus próprios sentimentos para dar continuidade ao trajeto vivenciado por M.J.V.A. Assim, inverteu-se a situação: ao contrário das demais adolescentes, era M.J.V.A. que insistia em continuar o processo de entrevista, tantas vezes adiado por mim. Ao falar de sua infância, com um olhar triste, a menina narra seus primeiros anos de vida, partindo do seguinte relato:

Eu tenho um sonho muito ruim, toda noite, toda noite. Mas, eu acho que aconteceu de verdade, sei lá... São lembranças. No sonho, eu lembro de uma criança, uma menina, com uns 5 ou 6 anos de idade... Ela era deixada na casa de uma mulher, por que sua mãe trabalhava e dormia na casa da patroa. A casa onde ela ficava era horrível. Eu lembro que, durante algumas horas, a mulher deixava a criança com uns homens que gostavam de fazer coisas com a menina, tocando suas partes e quando ela não queria batiam nela. A mulher era ruim. Acho que ela sabia, mas deixava. Acho que ela ganhava dinheiro deles. A menina tem umas marcas de queimaduras no corpo, de biliscão e unhas, desde pequena sofria...

Diante do olhar assustado e inquieto da adolescente, fiquei a refletir: seria ela a criança que sofria os abusos? Por que contou essa história, como se acontecesse com outra personagem? Como adentrar em questões tão dolorosas vivenciadas pela jovem? Teria eu, como pesquisadora, o direito de adentrar o espaço dos segredos e dores da adolescente? Esperei, assim, que a menina continuasse a história, no entanto, nossa entrevista transformou-

se em um diálogo pesado, quase um monólogo. M.J.V.A., que inicialmente se ofereceu para participar da pesquisa, agora estava monossilábica. No internato, percebi que se aproximava da hora do lanche. Assim, pude utilizar o período do intervalo como desculpa para uma pausa, marcando outro encontro com a adolescente, logo na semana seguinte.

Cheguei cedo ao Centro Educacional e passei a procurar M.J.V.A. Sem encontrá-la no corredor ou nas salas de aula, solicitei à pedagoga que pedisse a um instrutor educacional para trazer a adolescente. Naquele dia, ao adentrar a sala de atendimento, M.J.V.A. foi logo afirmando:

[...] tia, não quero mais falar sobre aquela história não, viu? Só quero lhe dizer que aquela história é a minha. Eu passei por tudo aquilo. Eu gosto de conversar com a senhora, mas acho que não tem nada a ver falar sobre aquilo mais, não sei por que fui falar disso.

Apenas concordei, consentindo com a cabeça e perguntei em seguida: sobre o que você quer falar? Em continuidade ao processo de entrevista, a menina passa a narrar sobre o vício das drogas, a vivência na prostituição e os envolvimento em bandos que objetivavam fazer assaltos. Sobre o uso de drogas, descreve o seguinte:

Antes a droga era só um anestésico, eu usava naquele momento ali, muitas vezes prá sair com os caminhoneiros, mas depois de um tempo, comecei a ficar com depressão. Às vezes tinha vontade de se matar, só coisa ruim eu pensava. Na hora eu fazia ali aquele “pograma”, satisfazia o cara lá e depois me sentia mal. Isso nunca acabava, depois tinha de fazer mais “pograma” prá comprar mais droga. Me sentia um lixo, minha vida era horrível. Eu ficava pensando: o que eu vim fazer nesse mundo? Sofrer? Acho que me envolvi muito cedo com drogas, foi por causa de falsos amigos, pois não posso chamá-los de amigos de verdade, né? A primeira que eu usei foi cola de sapateiro e depois maconha. Aí eu passei a experimentar outras drogas, como o loló, o pó e cheguei no *crack*. (M.J.V.A., 16 anos).

Como em outras trajetórias, a relação droga/prostituição/crime é apontada como negociação extrema, vivenciada na sociabilidade dos grupos e “tribos” de jovens em situação de conflito com a lei. Ao descrever o seu envolvimento com drogas, M.J.V.A. afirma:

Quando me ofereceram droga, eu já tava no fundo do poço mesmo. Foi só um empurrãozinho, nem precisou insistir não. Sabe, quando você já tá querendo descer no fim do poço mesmo? Também, eu tinha medo de sofrer rejeição dos meus amigos. Eles eram quem eu tinha, quem andava comigo entende? E todos eles já usavam. Mas, essa coisa de sair com os caminhoneiros, se prostituir foi as minhas amigas, que butava na minha cabeça. Quando eu tava dormindo, às vezes elas iam na minha casa e diziam: bora fulana, se acorda mulher, bora sair, aí eu acabava indo, me acordava e ia. Ficava com vergonha de dizer “não” para elas. Bôra elas perturbavam até dizer chega..., aí eu ia sem jeito, mas eu ia, com medo ou não, mas eu ia. A minha mãe já nem falava mais nada. Acho que ela queria era se livrar de

mim. Ficava mandando eu tomar um rumo, sem querer mais que eu ficasse lá em casa. Foi assim que eu resolvi me mandar, fugir prá Fortaleza, pegando carona com os caminhoneiros. Nos primeiros dias, minha mãe até me procurava, mas, depois ela deixou de mão...

De fato, os amigos e grupos passam a ter mais influência na vida desta jovem do que sua própria família. A família, em determinado momento de sua trajetória, após seu envolvimento com drogas e atos considerados infracionais, parece querer livrar-se a todo custo da adolescente, conforme referiu M.J.V.A. no seguinte trecho: *“minha mãe já nem falava mais nada. Acho que ela queria era se livrar de mim. Ficava mandando eu tomar um rumo, sem querer mais que eu ficasse lá em casa”*.

Neste retrato, ficam evidentes negociações com as rotas da exclusão, da droga e do crime desde a infância. Trata-se de uma vida despojada de dignidade, atenção e afeto. Em seu contexto, a mãe doméstica que dormia no emprego não tinha tempo para lhe dedicar cuidados, tampouco o direito a um pré-natal digno, sem descanso ou auxílio maternidade. Nesta cena familiar, insere-se um pai desempregado, alcoólatra e doente, que deixa antever a condição de “vida desperdiçada”, para a qual já não há mais uso no sistema capitalista. Nesta trajetória, mesmo em meio a um contexto perturbador, a menina ainda ousa delinear projetos para o futuro. Dentre os seus sonhos está o desejo de aprender a ler e a busca para conseguir um trabalho fixo, no intuito de sustentar o filho que está para nascer. Em sua fala, percebe-se uma preocupação específica:

Eu preciso conseguir algo prá fazer, prá conseguir dinheiro e sustentar meu filho, se não vou ter que deixar ele no abrigo. Tô preocupada. Não sei o que vai ser nem de mim, quem dirá dele. Mas, não quero prá ele a vida que eu levo. Acho que vou acabar colocando ele prá adoção. Acho que vai ser esse o jeito, infelizmente. É “foda”. O que vai ser de mim, se sozinha. Não posso contar com a minha família. Agora com um filho nos braços é mais difícil ainda. Quando sair daqui não sei prá onde vou. Neste momento prefiro ficar aqui mesmo. Tô sozinha no mundo, sem saber qual vai ser o próximo passo.

Nas palavras da jovem, é perceptível a dificuldade em negociar novas perspectivas. A gravidez e o desligamento do internato estão permeados de múltiplas incertezas: o lugar onde irá morar depois do Internato, a preocupação de conseguir um trabalho para sustentar o filho, sem ter que colocá-lo para adoção, e a sensação de não poder contar com o apoio da família são, de fato, preocupantes. Ao refletir sobre o seu atual contexto, M.J.V.A. afirma: *“neste momento prefiro ficar aqui mesmo. Tô sozinha no mundo, sem saber qual vai ser o próximo passo”*.

4.4.2 *As lembranças da escola e o sonho de aprender a ler.*

Ao falar sobre sua escolarização, M.J.V.A. afirma que nunca frequentou a escola sistematicamente:

[...] olha, tia, prá falar a verdade eu nunca estudei um ano todo. Só agora, aqui no internato to matriculada na alfabetização. Quando era criança, na hora de entrar na escola eu não queria ficar, fazia uma gritaria, um chororô e minha mãe não ligava. Me levava de volta. Mas, isso foi pouco tempo, depois ela não ligou mais, nem me levava mais.

Já no período da primeira fase da adolescência, a jovem afirma que até se matriculava na escola, mas nunca aprendeu a ler.

Olha eu não tenho jeito pros estudos não. Só tenho jeito prá ser o que não presta. Nunca aprendi a ler e na escola me chamavam de feia, de bruxa, de suja. Além do mais, eu achava estudar chato e difícil, só agora tô tentando aprender a ler com a professora daqui do Aldaci Barbosa. Ela tá com muita fé que eu vou aprender a ler e esse é o meu sonho. Todo mundo aqui escreve carta, lê livros, fala de computador, internet. E eu nem sei o que é isso.

Em sua narrativa, M.J.V.A. justifica o abandono escolar com a representação de que não possui inclinação para as atividades escolares. No entanto, em sua fala, pode-se ler a dificuldade de negociar novos vínculos e amizades no contexto escolar. Nas representações de seus colegas de classe, M.J.V.A. é “feia”, “bruxa” e “suja”. Aqui, retomo a articulação entre representação e identidade de Stuart Hall, ao perceber nesta trajetória uma multiplicidade de imagens construídas pelo olhar do outro.

Ao narrar suas lembranças escolares, a adolescente extravasa em gargalhadas, descrevendo suas aventuras no intervalo do recreio:

[...] eu passava o intervalo do recreio correndo, brigando com os meninos, toda suja e com a roupa rasgada. Tava sempre suada, fedendo (risos). Só ia por causa da merenda e por que não queria ficar em casa cuidando dos meus irmãos. A diretora era mandona, gostava de gritar com os alunos e como não obedecia a suas regras, ela me odiava, queria me botar de castigo. Mas, a minha mãe nunca ia na escola, quando era chamada. Ela não tinha tempo. Assim, o abandono escolar, as desistências e expulsões sempre acontecia.

E prossegue sua narrativa:

Na verdade, nunca gostei da escola, mas agora sei que deveria ter me esforçado pra gostar, pois filho de pai pobre tem que estudá prá ganhar a vida honestamente, se quiser pelo menos arranjar um emprego que não seja de prostituta. Se pelo menos

for prostituta de cara com grana. Por que as meninas que sai com os cara de alta ganham bem, elas ganham bem, tia. Tem até as universitária prostituta, de cara ricão. A senhora sabe, né?

Assim, a escola constitui um espaço de castigo, uma forma de conseguir “merenda” ou uma fuga de casa, já que estando na escola não sobraria para ela o cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Seus pais também não conseguiram terminar o ensino primário, conseqüentemente, não se preocupam em acompanhar o andamento escolar dos filhos,

Minha mãe não tinha tempo para cuidar dos nossos deveres, das nossas lições da escola, ela esperava a escola chamar pra reunião e quando chegava lá sabia que eu havia aprontado, aí gritava de raiva e dizia que eu não queria estudá, então devia pelo menos ajudá né? Meu pai sempre tava bêbado ou nervoso demais para ensinar tarefas, ele nem queria saber de negócio de escola, tanto fazia pra ele.

Em seu imaginário, a escola parece estar associada a algo complexo, um percurso difícil de ser trilhado. Porém, desponta de suas falas, com muita nitidez, a representação de que a escola é o caminho para “ganhar a vida honestamente”, sem precisar se envolver com a prática da prostituição, com furtos, assaltos e “crimes”:

[...] na verdade, nunca gostei da escola, mas agora sei que deveria ter me esforçado pra gostar, pois filho de pai pobre tem que estudá prá ganhar a vida honestamente, se quiser pelo menos arranjar um emprego que não seja de prostituta.

4.4.3 O envolvimento na prática de homicídio, a privação de liberdade e a gravidez no Internato.

Antes de narrar sobre o seu envolvimento na prática de homicídio, M.J.V.A. afirma: *“tia, já viu que eu sou a única grávida aqui?”*.

Ao falar sobre o homicídio, as narrativas da jovem são confusas. A adolescente parece não querer falar sobre a sua participação no ato, afirmando que está ameaçada de morte: *“eu não sabia o que passava pela cabeça deles. Apenas chamei a menina para o rio, como eles pediram. Eu nem posso falar sobre isso. Tá complicado prá mim, pois também posso morrer”*.

A menina relata que atraiu a vítima (uma conhecida de bairro) para o rio do município de Crateús por influência do namorado e um comparsa dele. Assim, elaboraram um plano de convencimento para que a vítima os acompanhasse até o bar e depois ao rio, afirma

M.J.V.A.: *“Tudo parecia uma diversão, uma brincadeira simples entre dois casais no rio, pois eles falaram prá mim que ela tinha aceitado o convite, entende?”*.

Assim, prossegue M.J.V.A em sua narrativa:

Eu não sabia direito o que eles iam fazer com ela, mas chegando no rio, o colega do meu namorado tentou fazer sexo com a menina, aí ela não quis, mas já era tarde, ou ela fazia ou morria. Foi um estupro horrível, quando a vítima resolveu deixar, concordar com ele, em ter relações sexuais com o cara, aí já era tarde, pois ela já estava quase morta de pancadas.

Assim, M.J.V.A. demarca o momento em que os participantes do crime resolvem matar a vítima: *“quando ela resolveu deixar, aí ela teve de morrer, pois já tava toda machucada, quase morta”*. A participação da adolescente no ato é percebida na seguinte narrativa: *“se a família e os amigos dela descobrisse, aí eles iam vir atrás de matar a gente, seria como mexer em vespeiro, sabe? Numa caixa de maribondo, num enxame. Aí resolvemos esconder o corpo... ”*.

Durante a entrevista, M.J.V.A. afirmou que viu todo o ato infracional cometido. Segundo a adolescente, quem realizou o estupro foi o comparsa de seu namorado. Assim, a menina descreve os detalhes do crime:

[...] primeiro ela lutou com ele, mas foi segurada pelo meu namorado, ele bateu muito nela e aí ‘estrapou’ ela, depois esfaqueou e cortou os seios dela, arrancou os olhos e escondeu o corpo dentro do rio. Eu lembro que, depois de uns quatro dias, começou o zum zum do desaparecimento dela. Um dia eu cheguei em casa, minha mãe perguntou: tu conhece fulana de tal? E eu repondí: não, por quê? E ela disse: É porque a polícia encontrou o corpo dela no rio, ela foi estropada e morta... Quando o Juizado chegou lá em casa, eu também menti, dizendo que não conhecia ninguém com esse nome, mas eles me prenderam e depois eu vim prá cá.

Os familiares da jovem ficaram chocados com o ato cometido. Fui informada pelos técnicos do Centro Educacional que, desde a sua chegada ao Internato, M.J.V.A não recebe visitas. Seus familiares nunca comparecem nos dias de visitas. A adolescente teme que possa ter sido abandonada.

Sobre o envolvimento em atos considerados infracionais, a adolescente contou que já é veterana.

[...] a primeira vez que me meti nisso foi no abrigo, numa briga eu lesionei outra adolescente. Ai eu tive que fugir do abrigo e fui presa depois, sendo encaminhada a primeira vez pro internato, onde fiquei quase 1 ano. Quando fugi, fiquei quase quinze dias na rua, comendo o que roubava, tomando banho nos banheiros dos terminais de ônibus e se drogando, junto com outra adolescente. Na rua é fácil

conseguir drogas, ajuda e parceiros prá fazer o que não presta, mas prá ajudar não aparece ninguém.

Ao refletir sobre a sua situação atual, M.J.V.A. parece ter clareza de que já não se trata de fazer parceiros para conseguir droga ou comida, mas, sobretudo, possibilitar cuidados necessários ao filho que irá nascer. Como última alternativa, antevê a possibilidade de morar com sua avó ou madrinha, se elas a aceitarem. Em última hipótese, pode ir com o bebê para um abrigo público até os 18 anos. Quando perguntei sobre o depois, a adolescente permaneceu pensativa e respondeu: *“Bem, pra rua com meu filho eu não quero ir, na rua sozinha é uma coisa, mas com um bebê complica... Se não tiver outro jeito, vou dar ele prá adoção. Não quero que ele passe pelas mesmas coisas que eu”*.

4.4.4 A trajetória fora do internato: “E agora? O que fazer com um filho nos braços?”

Após o desligamento da adolescente, perdemos o contato. Durante algum tempo, procurei nos lugares de possível encontro com a adolescente: praças, calçadão da praia, terminais de ônibus, pontos de drogadição. No Internato, fui informada pelos técnicos da Unidade que a família da jovem não quis recebê-la após o desligamento institucional. Diante das dificuldades para entregá-la à família, a adolescente foi encaminhada a um abrigo.

Compareci ao abrigo onde estava, no entanto, nosso encontro parecia um jogo de fugas e escapadas. Quando chegava ao abrigo, a jovem tinha saído, nunca conseguia encontrá-la. Assim, passei de seguir os rastros deixados por M.J.V.A. em busca de saber como estava vivendo. Teria voltado a usar drogas e prostituir-se? E o sonho de aprender a ler? Teria esquecido?

Foi num desses lugares de possível encontro, ao caminhar no calçadão da Avenida Beira Mar, que encontrei M.J.V.A. No esbarrão, a jovem ainda tentou fugir, desviando o olhar, mas a proximidade possibilitou-me abraçá-la. Confesso que, de início, o “estranhamento” foi inevitável, mas, com o passar do tempo percebi que, para aquela jovem, a “estranha era eu”. Medo, receio e desconfiança foram sensações percebidas nos olhos da menina: *“você não vai me levar de volta pro Aldaci Barbosa não, né? Não tô fazendo nada de errado. Eu já cumpri tudo, estou livre...”*.

Após explicar que a minha pesquisa não tinha terminado, observei que, mesmo assim, M.J.V.A. me olhava com desconfiança. Só depois de algumas negociações e de ser apresentada às suas amigas do calçadão, consegui que a menina participasse de uma nova

entrevista. Mesmo longe do internato, M.J.V.A. parecia não ser livre. A liberdade se constituía um valor a ser negociado em sua rota. Seu estilo de vestir e a forma impaciente com a qual esperava parecia enunciar que algo aconteceria a qualquer instante. De repente, M.J.V.A. me diz com um olhar apressado:

[...] olha, tia, aqui é diferente do internato. A senhora sabe, né? Tem de ser rápido, pois eu tô esperando uma pessoa. Mas, se a senhora quiser a gente pode marcar outro dia, em outro lugar. Vou ter que ir pegar algumas coisas que ficaram no Internato, se quiser pode ser lá. Vai ser melhor prá mim e prá senhora também.

Logo entendi que a adolescente tinha voltado a se prostituir. Portanto, chegamos ao acordo de voltar ao Internato e, assim, pude percorrer o trajeto até o Centro Educacional Aldaci Barbosa em companhia de M.J.V.A., agora em liberdade.

Durante o percurso até o internato, M.J.V.A. foi relatando, novamente, alguns trechos de sua história e da experiência em privação de liberdade. A jovem, nascida em Crateús, se deslocou cedo para Fortaleza, onde viveu a experiência de “moradora de rua”.

Na Beira Mar, vivenciou novos vínculos e sociabilidades, descritos da seguinte forma:

[...] tenho lembranças alegres daqui, da praia, do vento, do vai e vem dos carros, o colorido e dos amigos da orla. Fui pro abrigo, mas não me adaptei. Aqui, na praia, eu consigo comida sem ter que roubar. Tem umas senhoras que me dão marmitta todo dia. O ruim é ter que voltar a se prostituir”..

Sobre isso, continua relatando:

Na prostituição, você não manda em você. Quem me dera ser livre de verdade. Ter meu emprego, dinheiro, não precisar usar drogas e nem sair com esses caras bêbados. Eu tô ficando é doente, eu fico sempre pensando que tem alguém atrás de me matar, me escondo nos canto por aí, sinto o meu coração bater todo errado. Eu tenho medo de tá assim num lugar e chegar alguém e me matar. Acho que é o efeito do *crack*, sei lá. Toda vez agora me dá uma coisa parece que eu vou morrer. Aí eu penso: talvez, seja melhor morrer mesmo. O que eu vou fazer? Tô fora do internato, mas tô sem rumo, sem família, sem ninguém e com um filho prá cuidar. Daqui a pouco, o Juizado dá ele prá alguém adotar. Ele tá num abrigo, vou visitá-lo de vez em quando. Se aparecer alguém querendo adotá-lo, eu deixo levar oh. Vai ser melhor prá ele.

Neste momento, nossa conversa é interrompida com a chegada do ônibus que nos levaria até o internato. Vale esclarecer que os locais onde resolvemos descer do ônibus não foram selecionados segundo critérios pré-determinados. Durante o trajeto realizado até o

Centro Educacional Aldaci Barbosa, algo parecia impulsionar a adolescente a reviver momentos guardados em sua memória: os encontros sistemáticos na praia vividos pela adolescente ou no terminal de ônibus do Antônio Bezerra, bairro onde se localiza a unidade feminina de internação.

Na trajetória desta adolescente, o cotidiano realiza-se num limite muito pouco definido entre a casa e a rua. Sua família vive em condição de miséria, e a casa, por sua vez, longe de representar um porto seguro para ancorar as incertezas, se constitui um espaço de privação, estranhamento e desavenças. Penso, contudo, que não se pode classificar o “estranho” de forma simplista dentro da divisão familiar da vida social, dividindo-o simplesmente em esferas privada e pública. O momento estranho se define sobre nós recorrentemente, como nossa própria sombra. Portanto, “estar estranho ao lar, não significa estar sem casa” (BHABHA, 1998, p.30).

No terminal do bairro Antônio Bezerra, em meio às fileiras de concreto armado, conhecidas como plataformas de embarque, eu ensaiava algumas palavras no gravador enquanto esperava por M.J.V.A. Comecei a observar o ir e vir das pessoas e, apesar da familiaridade com o espaço, senti certo estranhamento. Estranhava pela primeira vez aquele ritual recorrente: pessoas na fila amontoando-se e acotovelando-se a cada subida e descida do ônibus. Também questionava o porquê de estar ali. O medo, por alguns segundos, tomou conta do meu pensamento, porém comecei a refletir sobre o motivo daquele medo repentino e, desse modo, tentava colocar limites no que parecia representar emoções, sentimentos e angústias. Do outro lado, além da fronteira do alambrado, M.J.V.A. logo percebe outros adolescentes que cumpriram sentença de internação. Alguns vendem balas, enquanto outros suspendem garrafas de cola até o nariz, inalando o cheiro.

Olha lá! É o cabeção, o canibal, e a balinha... Esses daí, sei não... Querem viver assim... Eu tô meio cansada dessa vida. Às vezes até aparece um gringo legal que te dá uma grana, mas depois ele volta pra terra dele e tu fica aqui de novo, sozinha, na batalha. Os gringos são bons, dão mais dinheiro que outros clientes, mas é ilusão também. Tudo casado, com filho... Só ilusão... Foda essa vida, não dá nem pra sonhar.

No terminal, a divisão “dentro-fora” parece instituir a lógica da diferença e do estigma em relação aos grupos de jovens pedintes que perambulam em torno do espaço. Quem ultrapassa a catraca para o lado de dentro demonstra, geralmente, um ar de medo, sentindo talvez certo alívio ao passar com pressa, conferindo os bolsos e escondendo as sacolas com o máximo cuidado. O “lado de cá”, interior do alambrado, parece a representação

dos valores associados a comportamentos aceitáveis, em cujas fileiras a espera do ônibus encontram-se trabalhadores, estudantes, universitários etc., salvo a presença de alguns jovens vendedores de balas, chocolates etc. No “lado de lá” (fora do terminal), crianças e adolescentes visivelmente drogados tentam conseguir dinheiro, muitas vezes para comprar a droga do dia seguinte ou para a compra de comida, pois quase sempre evitam ficar em casa. Em geral, a casa funciona apenas como dormitório, lugar de passagem. Na vida desses jovens os conflitos familiares são frequentes, desavenças entre os irmãos e os próprios pais são referidas como motivo para entrarem e saírem de casa como quem se esquia e se esconde dos encontros e vínculos familiares. Ficam no terminal, às vezes trabalhando ou simplesmente perambulando pelas ruas com os grupos de encontro sistemático.

Retomando o trajeto realizado pelo ônibus, passamos pelo terminal e descemos no internato feminino. A unidade em reforma, desde a transição governamental no Ceará, deixa transparecer uma preocupação com a nova estrutura. A estrutura física do Internato, apesar das grandes salas construídas e das belas vidraças, parece assemelhar-se a uma estranha clínica de repouso.

Embora familiarizada com o prédio e toda a sua estrutura arquitetônica, estranhei chegar ao Internato com M.J.V.A. A jovem parecia preocupada e dizia ter perdido muito tempo com a pesquisa. Neste momento, seu celular toca pela terceira vez e a adolescente deixa transparecer em seu rosto uma expressão de temor. De forma apressada, se despede, afirmando a seguinte: *“se precisar, sabe que pode me encontrar por aí. Preciso voltar”*.

Assim, concluímos o nosso encontro. Mas, em meu pensamento, várias questões ainda estão a movimentar-se, mobilizando a dinâmica de compreensão desse complexo universo do conflito com a lei, um campo onde se misturam vida e morte, fragmentação e redefinição de identidades.

4.5 B.J.F.N.: sentimento de abandono, perdas e drogas: múltiplas negociações com as rotas do crime.

Ao informar de sua participação na pesquisa, B.J.F.N. pareceu demonstrar visível desinteresse em participar. Em nosso primeiro encontro, a jovem abre a entrevista afirmando: *“olha tia, minha vida sempre foi complicada, sempre foi... ruim, muito ruim”*. Na tentativa de refletir sobre essa afirmação, busquei trazer à memória os dados relatados no prontuário social da adolescente. Em seu estudo de caso social, chamou-me atenção a trajetória marcada por

vários envolvimento: lesões corporais, furtos, roubos, sequestro e latrocínio. É uma trajetória marcada, também, por perdas e rupturas. A primeira perda é a morte da mãe, com pouco mais de 40 anos, vítima de câncer de mama. A segunda é a ruptura com o pai, que vai embora de casa logo após o falecimento da esposa.

Nesta trajetória a morte da mãe é apontada como “evento desestabilizador” do processo identitário, a provocar mágoas e revoltas na adolescente, que não consegue adaptar-se à situação de perda materna.

Nunca entendi porque ela morreu tão nova. Acho que Deus é injusto... (a jovem baixa os olhos e silencia por alguns segundos), se é que ele existe... Bom, depois que ela se foi, eu comecei a andar com um pessoal barra-pesada e aí comecei a usar drogas. A minha vida já não significava mais nada. Depois da morte da mãe fiquei sem rumo. Comecei a fazer assaltos com o pessoal, aí foi um pulo pro Internato. No início, você pensa que só vai ser aquela vez e que vai conseguir sair dessa vida. Mas, de repente você se vê envolvida com coisas piores. Com o uso de drogas complica tudo. Drogada você não sabe o que faz. Eu tenho uma imensa lista de atos infracionais: roubo, sequestro e por último um envolvimento em homicídio.

Nascida em Fortaleza, B.J.F.N. reside com a avó e quatro irmãos no bairro Bom Jardim. A renda da família se constitui, basicamente, da aposentadoria recebida pela avó e complementada pelo salário da irmã mais velha, que trabalha como vendedora em uma loja. Ao falar sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pela família, B.J.F.N. demonstra certa criticidade do seu próprio contexto: *“sei que o fato de ser pobre, não me dá o direito de sair por aí fazendo assaltos e tirando vidas. Sou consciente disso”*.

Nesse mesmo entendimento, B.J.F.N continua descrevendo sua história:

Eu morava no bairro Bom jardim, lá é muito perigoso, quase todo mundo usa drogas e passa por dificuldades financeiras. Eu conhecia todo pessoal da pesada, mas eu não me envolvia com nada, enquanto a minha mãe tava comigo eu não me envolvia. Depois que ela faleceu, eu fiquei sem rumo, jogada como bola de um lado pro outro. Não tinha mais ninguém prá ir atrás de mim, nem quem me botasse limite. Eu me senti sabe como? Eu pensava assim: pronto, fiquei só, jogada “mermo”. Fui acolhida pelos grupos, as galeras da rua, os cara da boca de fumo. E assim começou essa história toda.

Sobre seu pai, sabe apenas que ele foi embora, logo após o falecimento de sua mãe.

Depois que a minha mãe morreu, o meu pai foi embora. Foi morar com outra mulher. Eu pensei assim: pronto, tá tudo acabado. Aí começou essa minha vida louca de drogas, furtos e assaltos. Era um atrás do outro. Acho que fiquei revoltada, sei lá. Na minha família ninguém é assim não, só eu. Fiquei muito mal nessa época, pois todos diziam que ela tinha morrido por minha causa, de desgosto. Mas, nessa

época eu só ia pras festas e bebia, mas nem usava droga. A ruína mesmo foi depois que me senti só. Prá mim foi difícil, por que eu já estava na lama, sem a minha mãe, sozinha, e todo mundo me culpando. Prá ela, eu importava. Sem ela, eu fiquei só e passei a andar por aí, sem rumo, fazendo só o que não presta.

De fato, na trajetória desta personagem a mãe ocupa um papel de destaque como referência de limite e autoridade em sua família. Assim, sua perda precoce é apontada como motivo de questionamento, de injustiça, de falta de sentido para viver ou até de loucura: *“quase pirei de vez nessa época, pensei que fosse morrer junto e aí sonhei com ela dizendo prá aguentar firme, que ia me ajudar a sair disso”*.

Após a morte de sua mãe, B.J.F.N. parece perseguir um caminho de andanças em busca de cuidado, carinho, limites, ao afirmar que: *“já conheci muitas famílias e morei em muitas casas, sendo cuidada por algumas mães emprestadas dos meus amigos e camaradas... Mas, não são a minha mãe”*. É visível neste trecho da fala de B.J.F.N que, mesmo nos momentos em que se sentiu acolhida e se deixou cuidar, nada conseguiu modificar a sua visão de perda, de que falta algo, vivenciado por alguém que necessita ir em busca. A minha compreensão é de que a menina ressentida com a perda da mãe sente falta de múltiplos afetos: de atenção, de ser escutada, de carinho, de cuidado e aconselhamento familiar.

Em suas narrativas, B.J.F.N. deixa transparecer uma busca constante pela conquista de afetos. Nesta negociação, a adolescente busca, pretensamente, reconquistar a atenção materna perdida com a morte precoce de sua mãe e recorda de pessoas que lhe trataram com afeto: *“Olha... nessa droga de vida, não conheci só pessoas ruins não. Tenho pessoas que cuidaram de mim, que se importam comigo, também. Tive algumas mães por aí a fora, apesar do pouco contato que tenho com elas atualmente”*.

Pode-se dizer que os poucos elos que conseguiu construir ao longo de sua vida – a família dos amigos de camaradagem, a irmã e a avó, de quem fala com carinho – são insuficientes para que ela interrompa esse processo constante de fuga e nomadismo. A todo instante, B.J.F.N. afirma querer fugir do Internato: *“Preciso ir embora, aqui tudo é muito chato”*. Esta dificuldade de adaptação me faz pensar que, B.J.F.N., como tantas outras meninas em privação de liberdade, se sente sem lugar no mundo, perdida e aprisionada não só institucionalmente, mas presa a antigas lembranças que se materializam em perdas, dores e negociações complexas.

4.5.1 *Descrevendo os “atos infracionais” cometidos: às vezes me arrependo, mas às vezes me revolto.*

Ao falar de seu envolvimento infracional, B.J.F.N. ressaltou que estava muito drogada e que não lembra bem dos detalhes do homicídio. Sobre o dia do homicídio, afirmou que recorda apenas de seus amigos convidando-a para uma festa.

Usamos muita droga, tava todo mundo louco, aí roubamos dois carros, trocamos tiros com a polícia e eu levei um tiro no ombro. Sequestramos o dono de uma loja e depois, com os pneus todos furados, resolvemos nos entregar. Não tinha mais nada a fazer, estávamos feridos e com o carro no prego. Só lembro que a gente tinha iniciado o assalto, tinha pegue o dinheiro era só sair dali na Topic. Mas a gente se deu mal. Saiu errado, porque a gente parou o carro prá colocar mais gasolina, aí alguém informou prá polícia que era um assalto. O tiro saiu pela culatra. Quase todos que estavam dentro do carro saíram baleados.

Segundo B.J.F.N., todos os participantes do assalto estavam drogados e pareciam fora de si. Entretanto, o homicídio só aconteceu porque a vítima reagiu. Tal argumento é evidenciado nas seguintes narrativas:

Não queria matar ninguém. Mas, sei que sou boa em assaltos. Mas, eu já tava ficando com medo, pois ele quis reagir. Aí achei melhor atirar. Só sei que ele caiu da Topic, daí não sei mais o que aconteceu com ele, por que me entreguei prá polícia. No assalto eram três pessoas: eu e mais duas. Só depois ficamos sabendo que ele faleceu. Aí fiquei mal. A culpa e o arrependimento bateu. Às vezes me revolto, pois tanta gente faz assaltos e nunca dá errado. Tivemos muito azar.

Já tava me sentindo culpada desde a morte da minha mãe e agora mais ainda por causa do motorista. Putz! (*a jovem bate forte na mesa*), não sei porque ele reagiu. Às vezes eu fico pensando: puxa vida! Era um pai de família. Isso, talvez, pode até acontecer com a minha irmã. Ela pega Topic todo dia. Mas, na hora eu nem pensei em nada, eu queria era o dinheiro. Depois com a cabeça mais fria, a gente se arrepende. Mas, nessa vida louca ou você mata ou você morre. No momento do assalto você já tá tensa, nervosa. Se as vítimas não reagissem, não fizessem nada, seria apenas um roubo, um assalto normal, mas, a gente anuncia o assalto e aí as pessoas, mesmo sabendo que é um assalto, que ali já chegamos ao tudo ou nada e que estamos dispostas a roubar, matar ou perder a própria vida. No fundo, as pessoas não entendem que ali é o fundo do poço para nós, que a vida já não vale mais nada. Mesmo assim, as pessoas reagem. Olha tia, sinceramente... (*A jovem dá uma pausa nesse momento, baixando os olhos*), às vezes me arrependo, mas às vezes me revolto. Por exemplo, se eu soubesse que ia ser sentenciada eu teria matado logo ele e pronto. Eu pensei que pegaria só 45 dias provisória de internação, que o Juiz me daria outra chance, pois tem adolescente que vem prá cá por homicídio, comete um grave homicídio e são encaminhadas prá cá e pegam apenas 45 dias de internação. Acho injusto, tem treta aí sabe? A questão aqui é ter dinheiro.

Na trajetória de B.J.F.N., assim como em outros retratos, as contradições e variações na forma de representar o ato infracional são evidentes. Nesta trajetória, ao mesmo tempo em que é perceptível o sentimento de culpa, também é evidente a revolta de alguém

que carrega em si as marcas da pobreza: “*a questão aqui é ter dinheiro*”. Tal dualidade entrecorta as várias narrativas da jovem:

[...] às vezes me arrependo, mas às vezes me revolto [...], Se eu soubesse que seria sentenciada, teria matado logo ele e pronto. Tem adolescente que faz homicídio grave e não vem prá cá... Acho isso injusto. Tem treta aí sabe? A questão aqui é ter dinheiro.

De fato, o sentimento de rejeição e revolta, articulado ao desejo de possuir poder, marcam a trajetória de B.J.F.N. No contexto do internato, esse sentimento de abandono, “de não ser e nem ter ninguém no mundo” se exacerba.

Sabe, às vezes sinto um vazio tão grande, principalmente nos dias de visita, quando vem a mãe de todo mundo, menos a minha. Só quem me visita é a minha irmã e sempre chora. Algumas vezes me sinto tão só, sinto vontade fugir, de morrer, de me matar de usa droga. É uma tristeza dessa vida de vira-lata. E o pior: não sei mais como sair dela. Acho que o meu fim vai ser esse, sinceramente. Vou acabar morrendo na mão da polícia, ou dos bandidos ou de usar droga.

4.5.2 As relações afetivas e o sentimento de rejeição.

Referindo-se aos laços afetivos construídos ao longo de sua trajetória, a jovem informa: “*sempre fui rejeitada e me decepcionei muitas vezes com homens e mulheres (risos), mais com os homens do que com as mulheres*”. Daí, talvez, a opção sexual diferenciada da adolescente, conforme explicita no relato abaixo:

Eu tive apenas um namorado que valeu por todos. A minha mãe não queria e ele me decepcionou muito. Sabe, tia, eu cheguei a uma conclusão... Que as mulheres cuidam mais de você. Elas são mais corajosas, carinhosas e se envolvem de forma mais sincera em seus relacionamentos. Acho que sempre gostei de meninas, só não tinha assumido ainda. Mas, eu não estou com ninguém aqui no internato. Bom, dentro das regras dizem que não pode, mas a gente fica com alguém de vez em quando (risos). Quero falar disso não...

Atriz de cenas dramáticas, B.J.F.N. parece emudecer ao recordar os relacionamentos afetivos vividos. No internato, o envolvimento afetivo com outras adolescentes e a diferença sexual são questões silenciadas em sua alma: “*quero falar disso não*”, diz a jovem. Seu silêncio parece encontrar na revolta e na diferença uma suposta “negociação” com as rotas da sexualidade, numa busca para deixar de se sentir vítima da perda familiar, do abandono, da rejeição, da desilusão afetiva, das drogas. É uma tentativa desesperada por visibilidade, olhares, cuidados e afetos.

4.5.3 As perspectivas de futuro: “quero só ser feliz, mas acho que felicidade não existe”.

Ao relatar o “ato infracional” cometido, B.J.F.N afirma gostar de percorrer caminhos diferentes, de buscar algo desafiador, ou seja: “*eu gosto dos caminhos perigosos, de buscar algo diferente, gosto de ver a vítima tremer, quando você declara o assalto, principalmente se for homem*”. Tal gosto, segundo ela, também está relacionado a uma atitude de descontentamento com a própria vida.

O futuro é levado dia a dia, mas eu nunca gostei da vida de pobreza e de dificuldade que eu levava. Quem não quer ter dinheiro prá comprar o que quer? Sinceramente, eu espero mudar quando sair daqui, mas a minha família precisa me apoiar, pois se for prá sair e continuar do mesmo jeito, eu prefiro ficar aqui mesmo. Ou então cometer logo uma coisa pior, quando completar 18 anos e ir logo pro presídio então. Só peço a Deus forças para sair dessa vida, porque sair disso todo mundo quer, principalmente prá quem já tá viciada com eu.

Às vezes penso que vou sair daqui e ter uma nova oportunidade. Eu queria muito fazer um curso de informática e conseguir um emprego fixo. Tô fazendo supletivo aqui (de 5ª. A 8ª. Série), que é o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Mas, aí às vezes o desespero bate. Aí não vejo assim nada de bom. Não! Não sou pessimista, sou... Como é que vou dizer. Sou realista. Essa é a coisa real, eu acho.

Sobre o futuro, B.J.F.N. não tem muitas certezas. Diz apenas que quer ser feliz na vida, mesmo achando que felicidade de fato não existe. Para a adolescente, o sentido de felicidade é algo impreciso e distante de seus trajetos: “*felicidade? O que é isso Rilda? Me diz...*”.

Para a adolescente, felicidade é um sonho impossível, ou seja, algo que não se pode antever como perspectiva de futuro.

Olha se existe felicidade eu não sei o que é isso. Ser feliz prá mim é um sonho impossível. Eu até já tive alguns poucos momentos legais e tal, mas, a maioria deles foi pela euforia da droga. Também tive momentos de felicidade ao lado da minha mãe e na bagunça com meus irmãos, com as minhas amigas nas farras da vida, mas nada de bom, de especial de verdade, que mereça ser lembrado prá sempre. Nada de bom nessa vida prá contar. O que tinha prá contar eu já disse. Tenho apenas essa merda de vida e nenhuma grande vitória...

Ainda sobre o futuro, B.J.F.N. recorda que poderia ser jogadora de futebol por possuir certa habilidade nesse esporte, mas logo se lembra do seu envolvimento infracional e do uso de drogas. E lamenta, ao referir que atleta precisa ter condicionamento físico e não pode ter vício algum. Em sua opinião, seu futuro depende, sobretudo dela: “*Sei que só eu*

posso mudar minha trajetória. Meu futuro depende muito é de mim, de querer mudar minha vida mermo. Isso é o mais difícil, eu sei...”.

4.5.4 No internato, a sentença continua...

Das seis jovens envolvidas na prática de homicídio, B.J.F.N. é a única que continua cumprindo sentença de internação. Em sua trajetória, vale ressaltar várias participações em atos infracionais. Dentre os atos cometidos, somam-se furtos, roubos, assaltos à mão armada e o envolvimento no latrocínio descrito pela jovem anteriormente.

Sobre a vivência em privação de liberdade, a adolescente afirmou o seguinte:

Sei lá. Às vezes acho que vale a pena tá aqui, que a minha vida vai mudar e que eu vou aprender a ser alguém melhor, que eu vou continuar meus estudos, mas, outras vezes me sinto revoltada, aprisionada e quero fugir desse inferno. É complicado, ninguém gosta de viver engaiolado, dentro de quatro paredes. Uma hora eu acho que aqui serve prá reflexão, outras horas o ódio aumenta. A relação aqui, com umas e outras é difícil. A falta de liberdade faz o coração reagir mal, errado, eu sei que tenho de cumprir essa sentença, mas é tudo tão doído, nem sei explicar, só sei que não desejo isso prá ninguém... Prisão é sempre prisão, seja no internato ou no presídio. Eu quero é sair daqui. E, aí, se vou mudar ou não, ficar mais quieta ou não..., aí eu já não sei. Isso depende de tanta coisa. Lá fora é diferente, muito diferente, entende?

Acho que to cansada de sonhar em ser diferente. Já não sei mais se posso. Às vezes, acho que a minha vida é isso daqui e pronto. Viver assim..., fazer assalto, conseguir dinheiro prá comprar drogas. Eu me pergunto às vezes: será se adianta ser liberada daqui, sair e encontrar as mesmas coisas, os velhos companheiros da boca de fumo, continuar usando droga do mesmo jeito, fugir da realidade, frequentar os mesmos lugares, passar pelas mesmas dificuldades. Parece um castigo né? Mas, sei que quem procurou estar aqui fui eu.

Ao finalizar a entrevista, observei no braço da adolescente uma tatuagem com a inscrição intitulada “*A vida é loka e o processo é lento*”. Sobre a inscrição, B.J.F.N. afirmou: “*é porque a minha vida é louca (risos), sem sentido e o processo é lento. Tô falando do processo dessa vida louca, entende?*”. Eu ainda pergunto: não tá falando do processo judicial? A jovem sorri e afirma:

[...] o processo judicial, também é lento, pois tudo passa muito devagar, o prazo de três anos pode ser pouco prá quem tá lá fora, mas, prá quem tá preso é uma vida. Hoje tá fazendo três meses que estou aqui. Já tô me desesperando. E é porque eu já tinha vindo prá cá mais três outras vezes. Sou veterana. Imagina prá quem nem sabe como funciona isso?

A interrupção de um instrutor educacional limita o nosso encontro naquele dia. A adolescente ainda faz um gesto, aponta para o meu diário de campo, tentando indicar alguma coisa, no entanto, não foi possível materializar em palavras, o que a jovem falou ao se despedir. Dias depois da entrevista, encontrei em meu diário de campo uma carta deixada por B.J.F.N. A carta agradecia por tê-la escutado e falava de alguns medos, das angústias da privação de liberdade e da espera ansiosa pelo desligamento institucional.

4.6. A.L.S.V.: uma trajetória diferenciada?

Descrevendo sua história, A.L.S.V. relata que não se sente como as demais meninas que cumprem sentença no internato, ao afirmar: *“Olha, não me sinto abandonada, nem sem casa, sem família, ou sem ninguém nesse mundo”*.

Sua família é composta por quatro filhos (dois homens e duas mulheres, incluindo ela). Um dos irmãos trabalha, o outro está preso e a irmã mais nova apenas estuda. A mãe da adolescente mora com o padrasto e os outros três filhos do atual casamento em um bairro próximo à residência da avó. A.L.S.V. reside com a avó desde criança, não tendo construído com a mãe uma relação de afeto ou carinho na infância.

Sua família já morou em outros Estados do Brasil. Antes de migrar para Fortaleza, a família residia em Manaus. Segundo ela, alguns de seus parentes residem em Portugal. *“Tenho uma tia que casou e mora em Portugal, junto com o marido que é advogado, eu cheguei a tirar o passaporte. Minha tia mandou até o dinheiro da minha passagem, mas acabei gastando”*.

Assim, a jovem vai narrando sua história familiar, deixando transparecer uma condição socioeconômica diferenciada das demais adolescentes internas:

[...] na minha família tem várias pessoas com nível superior... Antes do meu envolvimento com essa morte, eu cursava o segundo ano do ensino médio no colégio Militar do Corpo de Bombeiros (CMCB), sempre tirava notas boas no colégio.

Assim, prossegue narrando sua trajetória:

A minha avó tem uma situação financeira melhor que a minha mãe, por isso sempre morei com ela. É que meu avô deixou uma pensão prá minha avó. Ele era delegado de polícia. O meu pai não queria que eu fosse morar com a minha mãe. Também, nunca me dei muito bem com ela. Ela usa maconha e meu pai não queria que eu ficasse com ela sabe? Meu pai morreu de tiro, quando foram roubar a moto dele. Ele morreu em frente a minha casa. Ele era o único filho homem que a minha avó tinha. Tenho três tias mulheres. Uma casou e foi morar em Portugal. A outra se formou em enfermagem e a outra é a mais novinha.

4.6.1 A relação com a mãe: negociando afetos maternos, amizades e parcerias.

Ao falar sobre a relação com a mãe, a jovem parece omitir alguns fatos, os quais vão emergindo aos poucos no decorrer da entrevista. O assunto “mãe” parece um tabu para esta jovem. Ao falar sobre a mãe, a menina assume uma posição de defesa, com pausas longas e olhares que parecem querer fugir ao assunto.

Só durante o nosso seguinte encontro a adolescente resolve abrir-se. Com lágrimas nos olhos, a menina fala do ódio que sentia pela mãe, antes do seu envolvimento no homicídio, afirmando o carinho que passou a ter por ela, após o acontecimento.

Antes eu não gostava dela, pois achava que ela não sentia nada por mim também. Eu procurava não ter afeto por ela. Eu já disse tanta coisa ruim com ela que nem sei mais. Um dia, ela foi me bater e a gente brigou no meio da rua de tapa. Cheguei a bater nela. Ela já é mais velha né? Isso tudo é porque eu não sei fazer nada de comida, coisas de cozinha, que na casa da minha avó eu nunca fiz. Nunca precisei... Aí na casa da minha mãe ela me botava prá fazer, entende? A minha raiva era essa. Besteira mesmo, coisa de criança né? Ela dizia: menina vai lavar os pratos! E eu ficava “p”. Antes eu não falava com ela, nem gostava de chamar ela de minha mãe, eu não suportava nem ver ela, eu tinha ódio. Eu só ia prá lá, por que final de semana lá em casa eu não podia sair, arranjar amigos e lá no Pirambu, onde a minha mãe mora eu saía, entende? A minha mãe mora na Santa Elisa (uma rua perigosa do Pirambu), ela é ex-mulher de um dos formigões¹⁰⁴, teve dois filhos com esse formigão. Já teve tanto marido ela, mas, agora meu atual padrasto eu amo ele. Ele é diferente. Meu padrasto trabalha numa empresa, ele não é metido em nada disso. A minha mãe usa maconha, vai lá na praia fumar às vezes. Quando ela tá esculhambando todo mundo que chega perto dela, que ela tá estressada, aí ela vai prá praia fumar maconha. Detesto isso nela. Mas, agora a nossa relação mudou. Eu nunca pensei que ela fosse fazer por mim o que ela fez. Olha, pelo que nós passamos juntas, de se bater no meio da rua. No dia do homicídio, eu fiquei escondida na casa da ex-mulher do meu padrasto, aí subi lá, subi pelo muro e fiquei aí a minha amiga disse: “*Amanda, eu vou chamar tua mãe*”, aí eu disse: “*mulher, não chama ela não, não chama ela não*”. Aí, ela disse: “*Mas, A..., o que eu vou fazer?*” Aí eu disse: “*vai lá na minha avó e chama o meu tio, não chama a minha mãe não*”. Aí quando eu vi lá estava a minha mãe dizendo: “*Venha minha filha, vamo prá casa, chega me deu uma coisa no coração*”. Ali eu vi que ela era minha mãe de verdade. Aí ela disse: “*olha, por mais que você tenha feito isso ou aquilo comigo e tenha errado, eu sempre vou ser a sua mãe e gosto de você viu?*” Nunca pensei que ela fosse fazer isso naquele momento (a jovem baixa os olhos e chora por alguns segundos).

Nesse momento, achei necessário fazer uma pausa na entrevista, recomeçando, em seguida, com um novo assunto. A mudança de foco parece intrigar a adolescente, que me

¹⁰⁴ Refere-se a uma família cuja fama no bairro, que é conhecido como Pirambu, está referendada pela valentia, coragem e envolvimento em crimes de morte. São conhecidos como organizadores da chamada gangue dos formigões. Vide: DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

olha, levanta da cadeira, caminha em minha direção e, tocando em meu ombro, afirma: “tia, sei que quer saber mais sobre minha família e minha relação com a minha mãe, né? Posso falar viu? Tenho problema com isso não”.

Assim, A.L.S.V. prossegue falando do sentimento em relação à mãe, sua família e seus amigos.

É muito difícil tudo isso, prá quem nunca gostou dessa coisa. Lembro que antes eu dizia: negócio de *reggae*, eu nunca vou andar nisso. Eu participava do grupo de jovens da Igreja Assembléia de Deus. Meu avô quando era vivo não me deixava ir nem na bodega ao lado. Por isso eles me criaram, pois diziam que a minha mãe não tinha responsabilidade prá ficar comigo. Mas, depois que eu fui crescendo, eles não conseguiam mais me prender em casa. Aí começou o inferno. Foi quando comecei a namorar com um menino lá do Pirambu, aí ele só andava no *reggae*. Aí um dia eu disse: eu vou pra esse *reggae* prá ver o que ele tanto vê nesse *reggae*. Aí eu fui pro *reggae*. Aí tia, maldito *reggae*. Eu terminei com ele, ele já não ia mais e eu continuei indo pro *reggae*. Passei a usar maconha e lança perfume, mas não me considero viciada não. A minha avó ainda tá muito chateada comigo e as minhas tias nunca entenderam por que eu me meti nisso. Olha sinceramente... Eu, também, não entendo. Mas, possuo um irmão que tá preso e é viciado em mesclado (mistura de maconha e *crack*). Já rodou em vários internatos e agora tá no presídio. Meu irmão roubava, mas eu nunca me envolvi com roubo não. A minha avó sempre fala que depois que meu irmão foi preso e mataram meu amigo Israel, que era como um irmão prá mim. Aí eu comecei a ir pro *reggae*. Eu vi como foi que ele morreu. No dia uma ex-namorada do meu irmão chegou chamando ele prá roubar e eu ainda disse: *Ó Israel não vai não, por favor*. Aí ele pegou e foi e eu só escutei um tiro, aí um menino vem de bicicleta e diz: A..., foi no Israel, aí eu disse: “*vixe, o Israel morreu!*” e aí eu não tive reação de nada. Ele havia passado três noites sem dormir, só usando droga. Se ele tivesse ido com meu irmão não tinha acontecido isso. Eu passava os finais de semana na casa da minha mãe e a minha mãe tinha dito assim: “*Israel vamos tirar essa bala aí da tua coxa no hospital*”. O Careca (refere-se ao seu irmão) vai se consultar e aí tu tira a bala da tua coxa aqui no Frotinha do Antônio Bezerra. E ele não quis. Aí meu irmão disse: “*Ó cara cuidado aí viu? Eu vou, mas volto já, vê se fica ligado, se intera aí no movimento*”. E ele disse: “*não, cara, tudo bem, eu vou ficar aqui com a A...*” Aí minha mãe disse: “*A... toma cuidado nele que ele tá muito doído*”. E eu olhei assim prá ele e disse prá minha mãe: “tudo bem”. Quando lembro. O bichinho foi morto porque saiu de perto de mim e foi roubar. Eu devia não ter deixado.

É perceptível, na trajetória desta adolescente, marcas e sinais de uma vida entrecortada por escolhas e negociações com a própria família. Em seu percurso de redefinição identitária, ao mesmo tempo em que sua família paterna busca proporcionar-lhe uma base educacional militar, protegendo-a ou tentando afastá-la do contato com a mãe, usuária de drogas, do irmão presidiário e dos amigos envolvidos em gangues do bairro Pirambu, a adolescente retoma, aos poucos, negociações e laços afetivos com seu grupo familiar materno. É este grupo que esconde a adolescente, logo após a prática do homicídio.

A família paterna, segundo A.L.S.V., reage ao acontecimento de forma envergonhada, fazendo a opção de procurar a Justiça, logo após a fuga da menina, tentando

protegê-la de um possível acerto de contas. Tal aspecto pode ser evidenciado nos relatos e narrativas da própria adolescente:

Lembro que subi pelo muro e fiquei ali algum tempo, aí a minha amiga disse: “A..., eu vou chamar tua mãe”, aí eu disse: “mulher, não chama ela não, não chama ela não. Ela quer o meu bem não...”. Mesmo assim ela chamou a minha mãe. Eu lembro que fugi, eu subi em cima do pé de goiaba lá da casa da minha mãe, aí eu ouvi as “cumade” passando e dizendo que a vítima tinha partido dessa prá uma melhor, aí eu fugi, mas a minha avó preferiu me entregar, porque daqui eu não podia sair prá outro lugar, se eu fosse viajar ia ser a maior vergonha, o Juizado ia me caçar, ia ser a maior vergonha prá minha avó e prá minhas tias, eu sendo presa no aeroporto. AFFFF! Aí a minha avó achou melhor eu me entregar mesmo. Ainda pensaram em me mandar prá Portugal, mas a minha avó não concordou. Disse que eu tinha que pagar o que eu fiz. Mas, sabe..., (nesse momento a jovem baixa a cabeça pensativa), eu não tenho raiva da minha avó não. Jamais terei, não sei sentir isso por ela. Sinto por ela uma coisa sincera, que mexe aqui dentro. Ela é tão correta nas coisas dela que se ela disse que “pau é pedra”, eu acredito. Ela jamais faria algo que pudesse me fazer mal, pois sei o quanto ela me ama. Lembro que quando a minha mãe, a minha avó e a minha tia foram lá na delegacia me entregar, a minha avó tava quase desmaiando e falou assim: A.L.S.V., a vovó vai fazer tudo para que você siga o caminho do bem, jamais vai te abandonar, nem que tenha que te mandar prá bem longe daqui”. Eu amo minha vó demais.

4.6.2 O homicídio cometido: defesa ou vingança?

Ao narrar o ato cometido, A.L.S.V. informa que tudo começou com um namoro. O namorado morava no bairro Pirambu e frequentava festas de *reggae*. “Foi no *reggae* que aprendi a cheirar loló e fumar maconha”, relatou a adolescente.

Antes de se envolver na prática infracional, a adolescente afirma que frequentava a Igreja Assembleia de Deus com a avó. Diz que se afastou da Igreja e passou a “gazejar” aula para namorar, sempre acompanhada de colegas que usavam maconha. Incentivada pela turma, logo decidiu frequentar festas de *reggae* e ouvir músicas de *Rock*. Assim, aos poucos, foi conhecendo os locais de lazer e festas em Fortaleza. Sobre sua vivência no bairro onde mora, a adolescente afirma: “quando meu pai e meu avô estavam vivos, eu nem frequentava as bodegas do bairro, pois meu avô não deixava. Ele temia que eu me envolvesse com coisas erradas, por causa da fama do bairro Carlito Pamplona, onde mora a minha avó”.

Sobre o uso de drogas, A.L.S.V. relata: “antes nem bebidas alcoólicas eu tomava, só passei a beber depois que comecei a frequentar o *reggae*, fumar cigarro, daí pra maconha foi um pulo”.

O ato infracional aconteceu em uma festa de *reggae*, quando a vítima do homicídio, acusou A.L.S.V. de ter roubado seu celular.

Eu num dô valor a pegar nada de ninguém...principalmente de quem não tem, entende? Eu falei prá essa menina, que me acusou. Mas, aí ela disse assim: então, tu vai se garantir comigo. Aí, eu pensei: diabo é isso? O quê que essa doida quer? Se fosse na mão, eu tinha até ido né? Mas, aí passou uma semana e ela foi lá em casa atrás de mim. Ela e a mãe dela, todas duas armadas de faca. Olha, tia, eu não sei qual era a dela, só sei que ela tava lá no *reggae*. Eu tava em casa e aí as meninas chegaram me avisando que ela tinha dito que ia me matar, que ia cortar a minha cabeça, mas eu não fiquei com medo não. Quando foi na sexta-feira tava ela e as amigas dela me esperando. Tava uma “arruma”, um monte de amiga dela. Aí, eu entrei com o meu namorado, eu entrei com ele lá no *reggae* e ela tava doida prá me pegar, mas ela só não me pegou porque eu tava com ele, e ele é o que manda nas áreas lá. Aí quando foi no sábado, a amiga dela mesmo disse assim: “*Ei tu toma cuidado que a fulana disse que vai te matar*”. Eu tava de cara limpa, só com cigarro, aí eu pensei assim: quer saber... prá evitar confusão, eu vou embora. Mas, aí, quando eu vou andando lá vem ela com a faca, aí eu disse: “*ei mulher, solta essa faca aí, vamos se esbagaçar nós duas aqui na mão mesmo*”. Isso o meu namorado tava lá dentro do *reggae*, aí foi na ora que ela veio prá cima de mim, aí eu segurei na mão dela, tomei a faca dela e saí metendo nela. Uma pegou na testa, duas no pescoço e duas no abdômen. Eu não tinha certeza se queria matar ela não, mas eu não podia parar prá ficar olhando prá faca, o jeito que a faca era, de que cor era e tal... Eu só fiz tomar e meti nela de todo jeito. Eu pensei que só tivesse arranhado ela, mas eu lembro que espirrou sangue na minha mão, mas depois me disseram que ela tava com as tripas todas do lado de fora. Tem até um corte aqui na minha mão, eu não sinto essa parte aqui, essa parte aqui é tudo dormente. Eu puxei a faca e saí furando ela. Se eu não tivesse segurado ela, ela teria me furado, eu tenho certeza. Quando eu decidi fazer isso com ela, eu não fui fazer prá ela sobreviver né? Por que depois ela com certeza vêm atrás de mim e vai fazer pior comigo. E ela também não ia me dá só umas três furadas, prá me deixar viva..., por que depois eu ia atrás dela né? Eu não fiz nada com ela, nada, nada. Ela pegou uma implicância comigo. Foi isso!

Após toda a descrição do homicídio, questionei: por que ela tentou matar você? O que você acha que a levou fazer isso? Na fala da jovem, percebe-se dificuldades para compreender o que aconteceu:

Só sei que, na época eu tava namorando com um cara, ele era o “cabeça” lá da boca de fumo. Ele era o dono do pedaço e tal. Acho que essa menina queria ele, aí resolveu implicar comigo. De verdade, eu não sei muito bem qual era a dela, até hoje não sei qual foi, acredita? Também, tô tentando entender isso tia.

O receio de ser morta em vingança é constante nas narrativas desta jovem. Daí, talvez, a decisão de se entregar à justiça, incentivada pela avó e as tias, alguns dias após o ato cometido. Nos relatos da jovem, o medo da morte é recorrente:

Eu sabia pelo olhar dela que ela vinha prá me mandar pro inferno, queria me matar mermo. Ela não tava de brincadeira. Por isso, eu não me arrependo... Mas se perguntasse se eu queria riscar isso da minha vida, claro que eu ia preferir não ter feito isso. Sei que lá fora tem muita gente tentando me matar. Pediram cinco mil reais, uma moto e uma pistola pela minha cabeça. Meu ex-namorado avisou à minha mãe que tivesse muito cuidado comigo, porque estavam fazendo acordos prá tentar me matar. Se não me pegassem, pegariam um dos meus irmãos. O que eu acho injusto, por que meus irmãos não têm nada a ver com isso, né?

4.6.3 Decurso de prazo processual: A experiência de 45 dias em internação e o retorno para casa.

Legalmente, o decurso do prazo de internação provisória ocorre quando o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para conclusão do processo se extrapola. Tal prazo não pode ser ultrapassado sob qualquer circunstância, sendo irrelevante a gravidade da infração, o responsável pela morosidade no julgamento ou qualquer outro aspecto.

No caso de A.L.S.V., houve demora no julgamento do processo, extrapolando o prazo de 45 dias para sua finalização. Contudo, a notícia do decurso de prazo parece não ter sido bem recebida pela adolescente, que teme sofrer acerto de contas após a saída do internato.

Tenho medo é de sair daqui. Nunca pensei que algum dia fosse preferir ficar presa. Tenho medo é de morrer. Tenho só 14 anos. Nesse momento eu acho que o internato é o melhor lugar prá ficar. Prefiro ficar aqui vigiada, bem vigiada. Mas, eu sei que amanhã eu vou prá casa, mas ainda não é meu fim, eu acredito... A tia ali (aponta para uma técnica da unidade) disse que eu ainda posso voltar prá cá e que o meu processo não foi julgado. Mas, eu vou pras audiências em liberdade. A minha avó, minhas tias e minha mãe, coitadas... Vão ficar assustadas com qualquer coisa agora, achando que é alguém querendo me matar.

Na visão de A.L.S.V., o internato é entendido como um lugar de fuga, esconderijo capaz de garantir sua segurança, pelo menos neste momento de sua vida. Acerca dos 45 dias privada de liberdade, a adolescente relatou que já tinha clareza sobre a vida no Aldaci Barbosa, afirmando que as dificuldades e ameaças sofridas não assustam.

Acho que falei demais aqui? Tem umas meninas que me vêem de forma diferente, porque a minha avó sempre me visita e traz bolo, fruta, as coisas e tal. Elas acham que eu quero ser demais. Tem muita menina aqui que eu não gosto, mas suporto, consigo conviver com elas. Uma delas até me disse se a família da vítima pagasse um dinheiro bom, ela me mataria. Aí eu coloquei a coragem prá fora e disse: tá, a última que tentou fazer isso morreu fia.

Diferenciando-se de outras adolescentes, o retorno para casa se tornou assustador para A.L.S.V. De fato, as desconfianças e o medo da morte antecipada parecem povoar a todo o momento os pensamentos desta adolescente.

O pior nessa história toda é que, mesmo sabendo que a minha avó poderia pagar a minha passagem para Portugal, eu não posso sair de Fortaleza. Tô aqui enganchada nessa coisa de demora do julgamento. Vou acabar é fugindo da cidade. Sei que a polícia ou o Juizado não vai me proteger, se tentarem me matar. Me meti num rabo de foguete grande.

Pode-se perceber certo esforço da adolescente ao se empenhar na promoção de uma convivência passiva com as demais adolescentes, não deixando de revelar as tensões e conflitos, próprias da trama institucional. Ao descrever o ato cometido, a adolescente nega a possibilidade de vingança, afirmando que só matou para se defender: “*ela veio me matar e eu tomei a faca e... Eu matei ela primeiro. Foi isso. Na verdade, eu nunca pensei que fosse passar por isso na minha vida*”.

4.6.4 Fora do internato: as perspectivas de futuro e o adiamento dos planos de morar na Europa.

Conforme relatado antes, A.L.S.V. possui um perfil diferenciado, se comparado ao perfil médio das demais adolescentes, com acesso a determinados recursos materiais, inclusive um advogado particular, pago por sua família.

Antes da prática do homicídio, tinha como projeto de vida a mudança para a Europa, junto com a tia paterna. Ao falar do adiamento dos planos de morar em Portugal, a jovem baixa os olhos, respirando pausadamente e afirma:

A gente se mete em cada coisa. Puxa vida! Eu já tinha até os casacos, que a minha tia tinha mandado. Tinha tirado passaporte e tudo. Mas, foi tudo por água a baixo. É isso... Quando sair daqui, vou tentar não ir mais ao *reggae*, preciso voltar a frequentar a Igreja. Quero terminar o terceiro ano. Nem sei se o C.M.C.B. – refere-se ao Colégio Militar do Corpo de Bombeiros – vai me aceitar de volta. Preciso terminar o colégio e fazer faculdade de enfermagem, esse é o meu sonho profissional. Também, preciso ser uma pessoa melhor.

Quero destacar, aqui, a impossibilidade de dar continuidade ao retrato de A.L.S.V. após o desligamento institucional. A família da adolescente, por medo de retaliação ou acerto de contas, manteve e ainda mantém a jovem quase “aprisionada” em sua própria residência. Em verdade, seu retrato sociológico é fruto de três pequenas entrevistas realizadas durante os 45 dias em que estive no internato.

5 IDENTIDADE À FLOR DA PELE: TATUAGENS, MARCAS E SINAIS DE UMA IDENTIDADE EM PRODUÇÃO.

“Mostrar na pele o meu tabu. Ser por direito um ser tribal. Quero ser afro-zulu. Nativo urbano industrial”. (Carlos Tê. Extratos de O Meu Estilo Clã, álbum Kazoo, EMI [1997]).

O corpo marcado e modelado por sinais, apesar de socialmente mais tolerado e difundido na cena contemporânea, ainda se encontra longe de integrar os modelos da moda ou da chamada *corporeidade modal*¹⁰⁵. No entanto, se levarmos em conta o contexto em que se deu a produção das marcas e seus respectivos protagonistas, percebemos que algo mais amplo e profundo está em jogo em torno da produção social destes corpos. Daí a ideia de realizar um levantamento qualitativo das intenções invocadas e das significações subjetivamente investidas acerca dessas práticas, bem como a configuração dos contextos em que foram geradas e produzidas estas marcas.

Em meu campo investigativo, ao perceber uma infinidade de marcas, tatuagens e sinais nos corpos das jovens em privação de liberdade, passei a indagar o porquê, qual significado e representação destas marcas. Ao observar as jovens caminhando pelo pátio da unidade, percebi que estas pareciam gritar por uma visibilidade há muito esquecida. Foi assim que a curiosidade impressionista, encarnada pela visão das tatuagens nos braços, pernas, costas e mãos das adolescentes, cedeu lugar à inquietação sociológica em torno dos sentidos e significados dos registros de marcação corporal entre as jovens em condição de delinquência. O corpo, antes configurado como dispositivo que expressa e caracteriza a identidade pessoal dos sujeitos, agora se transformava em *outdoor* impressionista e móvel, que se redefine e se desloca por diversos territórios. No caso das protagonistas deste estudo, parece tratar-se de um corpo que busca olhares, produzido a partir da necessidade de ser notado, quer na versão tatuagem, quer na evidência de marcas de tiros, facadas e lesões corporais, as quais colocam esse corpo em constante tensão e atenção das pessoas.

Segundo Ferreira (2008), a intenção dos jovens ao efetivarem um projeto de marcação corporal, além de assinalar uma forma de marcar presença individual no mundo, também demarca a busca por diferenciação de uma imagem institucionalizada, tão comum entre as meninas internas no Aldaci Barbosa. Nas palavras do autor, as inscrições nos corpos

¹⁰⁵ Berthelot (1983) entende por *corporeidade modal* o conjunto de traços corporais mais valorizados, consubstanciado em figuras e estruturas de corporeidade próprias de determinadas épocas, modeladas pelos contextos sociais e culturais onde emergem. Vide: Ferreira (2008).

se definiriam como algo que vai além de uma simples marca ou sinal de estigma. Na verdade, mais do que um texto a ser lido ou simplesmente:

[...] investido de uma lógica meramente comunicativa¹⁰⁶, essa forma estilística, para os jovens que a ela aderem, corresponde a uma expressão iconográfica exibida e apreciada em determinados contextos, dotada de uma lógica ostentatória e performativa que solicita o olhar do outro. (FERREIRA, 2008, p. 276).

Nesta perspectiva, o corpo é pensado como um projeto aberto, ou seja, como uma forma de construção, negociação e representação social de uma identidade que se define pela metamorfose e pela fluidez, numa tentativa de chegar a outro de si próprio. Traduz, em suma, a concretização de um modelo de corporeidade que, através da opção por uma marca definitiva na pele, pretende externar, quem sabe, um compromisso estável e durável em seus corpos, um projeto de identidade e de estilo de vida que se pretende escapatório a um conjunto de dinâmicas e papéis sociais normatizados e institucionalizados.

Pode-se dizer que os apelos à plasticidade identitária do tempo presente fizeram do corpo um dispositivo maleável, moldável. Entretanto, apesar dos projetos de marcação corporal também serem sustentados por uma visão de *identidade construtivista* que tende a orientar a maioria das inclinações dos jovens que buscam uma mudança corporal, os seus aspectos mais formais acabam por entrar em contradição com a ideia de maleabilidade que lhes é exigida, pois, uma vez tatuado, ou marcado por uma cicatriz de tiro ou facada, os corpos de jovens envolvidas na prática de homicídio acabam sendo estigmatizados pela presença desses sinais ao longo de suas vidas.

Na verdade, um corpo que experimenta o enfrentamento com a polícia bem como o envolvimento infracional e sai ferido, em geral, passa por uma negociação identitária quase definitiva, uma vez que as cicatrizes de tiros e pontos de facadas são quase irremovíveis, ainda que alguns setores da indústria de *design* corporal (como a cirurgia estética, por exemplo), concedam a possibilidade de remoção destas marcas. O que se torna difícil em se tratando de meninas em condição de pobreza. Daí a ideia de aprofundar a discussão sobre as redefinições identitárias circunscritas no corpo das adolescentes. Um corpo-*outdoor*, espécie de continuidade das páginas dos diários e agendas que encontrei durante a observação do internato, ou seja, um corpo circunscrito como espaço de conversação, onde as cicatrizes,

¹⁰⁶ Segundo Ferreira (2008, p. 276), Os conteúdos de sentido das iconografias encarnadas correspondem muitas vezes a segredos *auto-bio-graficamente* representados.

inscrições e rasuras falam muito das trajetórias de cada adolescente, tendo como especificação de endereço as possibilidades de relação com novos percursos a serem trilhados por cada uma delas.

5.1 Imagens e representações de um corpo singularizado.

O corpo, sociologicamente, constitui um dos dispositivos privilegiados na expressão da identidade pessoal. Desse modo, as experiências de marcação e a prática da “*tattoo*” significam, para quem as empreende, um recurso expressivo e *iconográfico* de metamorfose identitária, que também pode significar um desejo de redefinição subjetiva, de concretização de um processo de “destruição criadora”. Tal processo pode significar destruir o corpo anterior para, em seguida, realizar uma troca identitária não só na imagem, mas na imagem de si no mundo e/ou na imagem do próprio mundo social. Partindo dessa perspectiva, o corpo da “menina em condição de delinquência” passaria a ocupar um lugar de destaque na compreensão das redefinições identitárias vividas por jovens que cometeram homicídio e cumpriram sentença de privação da liberdade.

Segundo Le Breton, (2002, p. 165), “as modificações corporais podem ser entendidas como formas pelas quais os sujeitos revelam sua presença no mundo, tipos de assinaturas de si mesmos, que ajudam a afirmar a sua singularidade”. Do mesmo modo, o ato de gravar, para além de transmitir uma ideia de permanência, também significa uma vontade de *lembrar* (RAMOS, 2001, p. 92), ou seja, encerra o desejo de preservar uma memória, algo que remete a momentos passados, dada a sua permanência de incisão na pele.

A partir do envolvimento infracional, as cicatrizes e marcas de tiros, facadas e tatuagens passam a ser constantes na pele das jovens envolvidas na prática de homicídio. Sobre isso, vale assinalar que, da mesma forma que as cicatrizes deixadas pelo enfrentamento com a polícia, “ou mesmo as cicatrizes involuntárias evocam uma situação acidental que as causou” (LE BRETON, 2003, p. 35), uma vez que as marcas deliberadas circunscrevem emoções, contextos e circunstâncias que, nesse momento particular, justificaram a sua execução. Para Sérgio Ferreira:

Na sociedade ocidental, a visibilidade da tatuagem surgia tradicionalmente associada ao registro iconográfico de situações coletivamente marcantes, como expedições,

aventuras, guerras ou outras recordações da vida militar¹⁰⁷, os laços de afetividade e amor que, nesses contextos, temporária ou definitivamente, eram deixados para trás, os valores em nome dos quais o sujeito vivia, se deslocava ou combatia. Hoje a tatuagem tende a ser uma performance cultural associada a evocações mnemônicas mais personalísticas. (FERREIRA, 2008, p. 165).

Partindo do internato feminino como campo investigativo, percebo que o ato criador da *tattoo* passa pela vontade de inclusão, que faz parte do processo identitário das jovens em condição de delinquência, gestado desde o momento em que as adolescentes se relacionam com a prática infracional. Parece um processo de tradução, uma mudança de significado capaz de produzir novos valores, fazer surgir novos sujeitos e atribuir um novo significado ao corpo, modelado agora pela dissidência e o conflito com a lei. Nesta perspectiva, as trajetórias destas jovens também estariam ligadas à trama das imagens desenhadas em seus corpos.

O corpo, neste caso, é uma representação fundamental na formação subjetiva dos grupos em conflito com a lei. Ser tatuada, portanto, pode significar o caminho de construção da subjetividade das tribos juvenis e de inscrever nos corpos algo que os diferencie e identifique.

Resgatando-se o contexto da antiguidade, percebe-se que a prática de marcar o corpo sempre foi usual. Na antiguidade, acreditava-se que os homens das cavernas se orgulhavam das cicatrizes propositais por serem consideradas sinônimas de coragem. Entretanto, não se sabe qual a idade precisa do surgimento da *tattoo*. Sabe-se apenas que os homens primitivos passavam carvão sobre o corpo ferido e essa técnica deixava uma marca, espécie de tatuagem caseira, algo comum entre os pré-históricos. Nessa época, a *tattoo* era usada para marcar os momentos da vida biológica (nascimento, adolescência etc.), registrar os fatos da vida social (tornar-se guerreiro, sacerdote, casar-se) e pedir proteção ao sobrenatural.

Em Roma, a tatuagem era sinal de abominação, pois detestavam marcar a pele e acreditavam na pureza e santidade do corpo, o que fica claro nas esculturas e outras artes romanas. O corpo era visto pelo povo romano por sua limpeza, podendo ser aperfeiçoado esteticamente. Desse modo, as tatuagens eram sinais feios, deturpados e não se encaixavam na ideologia romana, sendo usadas como marca de vergonha e estigma em criminosos. Entretanto, quando Roma começou a construir seu Império, os soldados romanos encontraram guerreiros que consideravam a tatuagem um símbolo de honra.

¹⁰⁷ Lembremos as célebres tatuagens dos militares quando regressavam da guerra colonial, com referência ao pelotão a que pertenciam ou ao país e anos em que combateram (FERREIRA, 2008).

Os guerreiros marcados criavam cores vivas na carne, e as estranhas marcas os tornavam monstruosos, terríveis de olhar durante a batalha (Documentário: A Origem da Tatuagem, UFC/TV, 2009). E, assim, os soldados romanos passaram a se tatuar. Quando esses guerreiros voltaram da guerra, desenvolveu-se um imenso mercado para a tatuagem. Os médicos romanos tornaram-se artistas, aperfeiçoando métodos para a aplicação e remoção de tatuagem. O que o Imperador César considerava uma mancha de desonra era visto como um símbolo de coragem nas Ilhas Britânicas e, desse modo, a tatuagem assume seu caráter flexível e diferenciado de acordo com cada cultura.

O impulso de decorar o corpo, contudo, pode ser visto como universal capaz de encontrar expressão em todas as culturas. Conforme o documentário “A Origem da Tatuagem”, no Japão, a *tattoo* se desenvolveu devido a uma lei repressiva do Governo, aprovada no séc. XVIII. A nova lei permitia apenas que os muito ricos vestissem “kimonos” detalhados e bordados. Porém, a repressão trouxe criatividade às classes mais baixas, que passaram a fazer “capas de couro”, tatuagens detalhadas que cobriam o corpo, começando no pescoço, abertas na frente, terminando antes do cotovelo e joelho. As tatuagens eram secretas, encobertas pelas roupas comuns, mas o governo proibiu também essa prática. Assim, os tatuadores passaram a trabalhar na ilegalidade, em estúdios particulares. Dessa forma, a tatuagem se tornou subversiva, como um desafio implícito à autoridade, o que a tornou ainda mais atraente, principalmente entre os membros da máfia japonesa: “a Yakusa”.

Historicamente, a *tattoo*, (como é popularmente chamada), passou por vários processos de negociação com a sociedade. Atualmente, adquiriu uma nova forma de ser assumida e praticada, tornando-se cada vez mais comum ver corpos tatuados em distintos setores sociais e classes, sem restrições ou poucas restrições de gênero, idade ou *status*. Na contemporaneidade, é evidente que a tatuagem perdeu seu caráter “quase subversivo”, ou seja, deixando de ser uma prática exclusiva dos setores marginalizados e inserindo-se em outros contextos sociais, ganhando outros significados. Nesse contexto, vale refletir: Como pensar as negociações da imagem construída pela tatuagem ao longo do tempo? Que referências essa prática nos concebe para a contemporaneidade?

Tentando responder a essas indagações, resgato novamente o passado. No Ocidente, a prática da tatuagem tem passado por distintos contextos sociais¹⁰⁸. Inicialmente, como “*arte exótica*”, introduzida pelos viajantes e pelos marinheiros do século XVIII que,

¹⁰⁸ Algumas adolescentes referem sentir medo de fotografar suas tatuagens e perguntam: “Isso é pra polícia identificar a gente?”. “A polícia faz isso tia, sabia?”. (M.J.V.A., 16 anos).

seduzidos por esta arte corporal praticada por distintos povos aborígenes (especialmente das ilhas do Pacífico), começaram a tatuar seus próprios corpos. Posteriormente, no século XIX e no início do século XX, setores vistos como marginalizados da sociedade, como presidiários, prostitutas e soldados, se apropriaram da tatuagem, que alcançou uma grande importância nos ambientes dos cárceres, onde foi conhecida popularmente como “a flor do presídio” (GROGNARD, 1992). Tal aspecto fez com que a tatuagem fosse difundida como sinal de estigma e marginalidade, atuando, assim, em um duplo sentido: como meio e como estigma social. Em 1967, tribos urbanas - roqueiros, motoqueiros, *hippies* e, de maneira mais radical, os *punks e skins*, foram apropriando-se dessa prática, adotando a tatuagem como uma marca corporal através da qual tornavam visível e publicamente sua vontade de romperem com as regras sociais e de situarem-se deliberadamente à margem da própria sociedade.

Segundo Pérez, “o sentido estigmatizador do uso da tatuagem começa a mudar a partir dos anos de 1980, com o estabelecimento de modernas lojas exclusivas – dotadas de equipamentos especializados, materiais descartáveis e diferentes meios de aperfeiçoamento e de promoção” (2006, p.01). Nesta perspectiva, a profissionalização de seus praticantes também deve ser considerada, atentando-se para o melhoramento da técnica e, sobretudo, para as novas formas de conceber o corpo, que passa a ser configurado “como obra-prima de construção do sujeito e aberto às transformações” (LE BRETON, 1995b). A tatuagem torna-se, então, uma das opções de redefinição corporal e identitária procuradas pelas novas gerações.

Assim, o novo sujeito da tatuagem passa a não ter um rosto definido, uma identidade fixa, um perfil determinado. É múltiplo, diverso, não possuindo fronteiras de sexo para essa prática, pois percorre as diferentes gerações, transita por todas as classes sociais, pertence a distintos níveis educativos, realiza diversas atividades profissionais, enfim, o praticante da tatuagem hoje, parece não mais possuir uma imagem ou perfil determinado e representado socialmente. Mesmo que perdure simbolicamente o sentido de subversão, de gueto, que identifica a tatuagem com os setores marginais, rebeldes, ou de classe baixa.

No contexto de jovens envolvidas na prática de homicídio, o corpo tatuado significa, talvez, uma resposta individual à fragmentação do mundo contemporâneo, potencialmente produtora de subjetividades deslocadas, frágeis, descontínuas, efêmeras, difusas, estilhaçadas, porosas, corrompidas. Quando tudo parece inseguro, fragmentado, caótico, onde o único suporte que resta como representação de si próprio – relativamente estável e durável no tempo e no espaço, é o próprio corpo. Quando as identidades são

questionadas pelas incessantes e velozes mudanças nos recursos de identificação que marcam a época contemporânea, quando a temporalidade se define por um momento de trânsito e quando os laços parecem afrouxar-se a todo instante, o próprio corpo permanece como certeza perene, ainda que de forma precária na vida destas jovens. Assim, elegendo seus corpos como objeto de solidez identitária, as adolescentes em condição de delinquência parecem entendê-lo como um projeto aberto, expressão de individualidade e de uma luta travada na busca, quem sabe, de afirmação social.

Segundo Ferreira (2008, p. 283), a *máscara*, a *fachada* que estes jovens constroem, surge assim, paradoxalmente, como suporte do valor de *autenticidade*. Ou seja:

Este, porém, já não remete para a realização de uma *identidade essencialista*, cuja raiz urge encontrar dentro de si, mas para a construção de uma *identidade performativa*, que nasce da vontade do jovem em optar e assumir determinado modelo identitário, elegendo o corpo como recurso para alcançar e dar a ver essa almejada identidade, supostamente emancipada das convenções e expectativas sociais que sobre si recaem e que potencialmente o coagiram.

Sobre a prática das tatuagens entre adolescentes em conflito com a lei, observei a representação de uma “linguagem-corpo” emitida através de imagens e desenhos que evidenciam uma dimensão simbólica muito forte. Sua utilização possui uma relação com o processo identitário e a trajetória construída por cada adolescente, sendo um sinal quase obrigatório entre elas. O objetivo de seu uso parece ser a construção de um “novo corpo”, através de uma escrita de signos que retratam suas histórias, percursos e crenças religiosas.

Nos corpos das jovens, o que mais chamou atenção foi o elevado número de tatuagens de sentido religioso. Dentre estas, vale destacar: a face de cristo, anjos, santos ou demônios. As histórias contadas pelas jovens sobre o significado de cada desenho parecem contos pitorescos, histórias de terror e algumas referências individuais vividas, com raras histórias evocando eventos de ordem coletiva. Para as adolescentes, qualquer evento que tenha um impacto biográfico subjetivamente considerável é suscetível de virar uma inscrição no corpo. Assim, ser tatuada pode significar o caminho de construção subjetiva dos grupos juvenis nos quais se inserem e de inscrever nos corpos algo que as diferencie e identifique. A partir dessa lógica, elaborei o seguinte questionamento: seria a tatuagem ainda hoje um sinal de estigma? O uso da tatuagem no tempo presente ainda pode ser considerado um sinal diacrítico do crime e da condição de dissidência?

Sobre o sentido das tatuagens, observei certa diferenciação entre os padrões masculinos e femininos. Quando pesquisei a unidade masculina de internação, durante o

mestrado, observei que prevaleciam os desenhos indígenas, de animais selvagens e/ou mitológicos: caveiras, crânios e outros que vinculam o ser masculino a valores ligados à valentia, agressividade e à força. Em minha pesquisa no Centro Educacional Aldaci Barbosa, encontrei, além dos desenhos tribais¹⁰⁹, que predominam em ambos os sexos, as escolhas de motivos como: corações, flores, borboletas, cavalo-alado, golfinhos, anjos etc., os quais parecem representar valores femininos associados à delicadeza, sensualidade ou sexualidade. Numa visão mais juvenil, o “valor-fetichê” encarnado nas marcas corporais tende a evocar mais *sensualidade* do que *sexualidade* propriamente dita, evidenciando mais um fato de sedução e busca de olhares, principalmente entre as adolescentes envolvidas na prática da prostituição ou para as frequentadoras de bares e boates noturnas de Fortaleza. Tais escolhas são evidentes nas tatuagens das meninas, representadas em seus corpos como vitrines vivas, que se movimentam e territorializam a cena juvenil.



“Isso é um tribal. Eu fiz e depois não gostei. Ficou parecendo o chifre do diabo”. (F.J., 16 anos).

¹⁰⁹ O corpo começou a ser objeto de reflexão antropológica a partir dos estudos da escola francesa, particularmente os de Hertz (1928) e os de Mauss (1974), cujos valiosos aportes teóricos mostram o corpo como uma construção social, moldado pelas técnicas e pelos hábitos de cada sociedade. Nesta perspectiva, tem-se realizado muitos estudos teóricos e etnográficos que acrescentam e aprofundam o conhecimento sobre as diversas formas de conceber e construir a corporalidade. No Brasil, os estudos de Seeger (1979), Da Matta (1993) e Viveiros de Castro (1979) marcam um importante passo nessa busca conceitual.



“Se olhar bem esse tribal, ele é diferente, tem flores. Acho legal”. (A.G.B., 15 anos).



“É um tribal, eu gosto de coisas indígenas, de me enfeitar”... (J.F, 17 anos).

Um detalhe curioso diz respeito à localização das tatuagens de tribais, cujos desenhos estão localizados sempre no mesmo lugar do corpo, o que parece apontar para uma espécie de regra a ser seguida. Outro aspecto interessante é o fato de não possuírem tatuagens nas partes mais visíveis do corpo, como o rosto e as mãos. A justificativa estaria, talvez, no fato do resto do corpo poder ser coberto com roupa, mantendo-se, assim, oculto.

Assim, foi possível elaborar outro questionamento: existiria uma tensão latente entre ser “tatuada” (seguindo a lógica de querer ser diferente) e, ao mesmo tempo, esconder essa diferença, no sentido de não querer ser estigmatizada pela sociedade? Que sentido tem ser tatuada para essas jovens, se muitas temem ser identificadas por policiais pelas inscrições em seus corpos? Por que assumem tal tipo de modificação corporal ainda perpassada pelo estigma social? Percebe-se, portanto, que o ato de se tatuar para estas jovens possui um significado outro, ou seja, diferenciar-se, sair da multidão, ter algo que as singularize e que lhes permita destacar-se socialmente. Existem outros fatores que cumprem um papel decisivo na escolha da “*tattoo*”, ou seja, o componente emocional que acompanha o ato, entendido por elas como “sentir vontade”. Essa sensação é bastante forte, quase incontrolável, que as impulsiona a seguir buscando novos desenhos, conforme pode ser visualizado nos depoimentos a seguir:

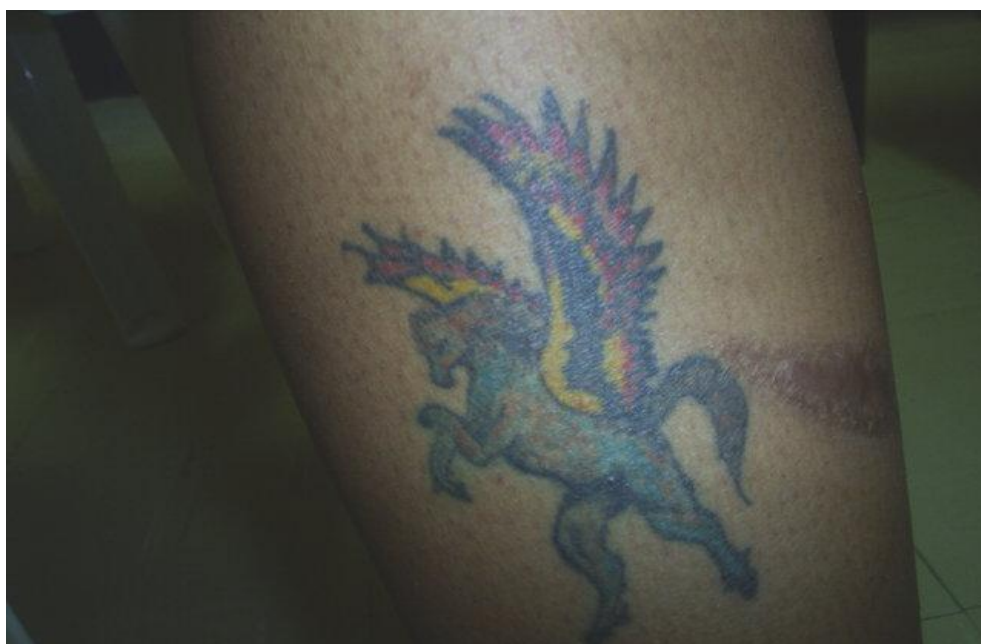
Tatuar faz parte e faz falta, às vezes eu sinto vontade de fazer mais, é um negócio quase animal. Você vai fazendo outras, pintando, contornando. Nunca acaba. Eu lembro que quando eu fiz a minha primeira, os tatuadores diziam assim: faz uma pequenininha, vai doer e eu dizia: olha, vou fazer uma grandona logo, pois pequena fica parecendo àquelas figurinhas carimbadas de chiclete. E eu aguentei o tranco e fiz logo uma grande e os caras disseram: olha, aí, não é que a dona se garantiu mesmo. (S.C.A., 15anos).

A questão não é nem a dor. O pior é quando você passa um tempão juntando dinheiro, fazendo programa com uns cara e outro, aí leva pro tatuador o desenho dos seus sonhos, aí o cara diz que não vai ficar bom. Ou que você não acha alguém bom pra fazer. Já aconteceu isso comigo. Aí eu desisti por um tempo. Mas, logo em seguida, encontrei alguém que sabia fazer o desenho. É esse cavalo alado aqui (refere mostrando o desenho). (F.G.S., 16 anos).

A grande sacada da tatuagem é querer ter aquilo, aquele desenho no seu corpo. Tem que ser uma coisa, uma imagem que você se veja com ela. Olha, eu falo por mim, eu jamais faria uma tatuagem só porque “fulana” tem uma igual. Não sou “Maria vai com as outras”. Eu gosto de ser diferente... Acho que tatuagem é isso, buscar ser alguém diferente, sei lá. (D.F.C., 16 anos).



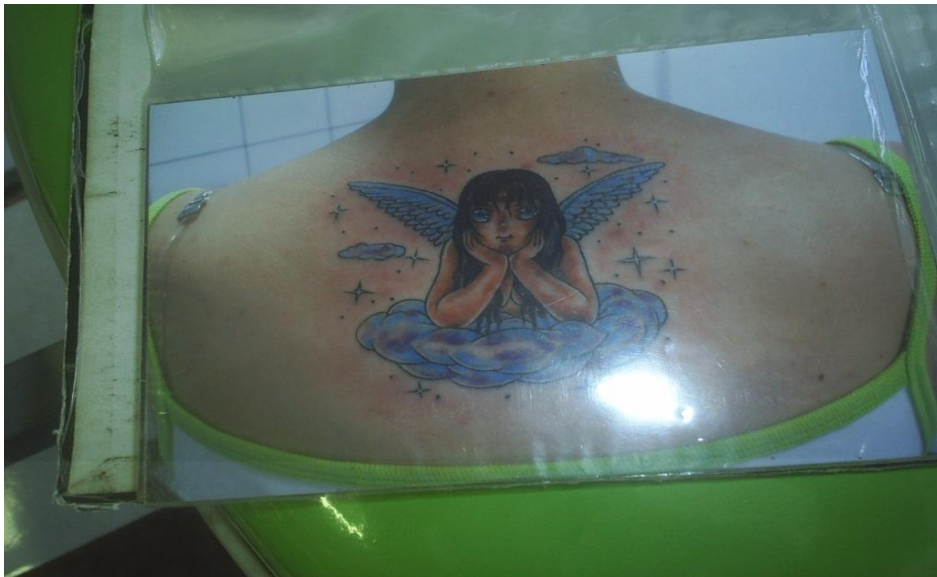
“Eu fiz porque não me controlei. Vi minhas amigas fazendo, aí fiz”. (J.R.S., 18 anos).



“Eu não aguentei a tentação. Acho o cavalo alado bonito, forte. Eu gosto”. (F.G.S., 16 anos).



“A minha tatuagem é um sol. Eu saí com um gringo argentino que encontrei na Beira-Mar. Ele tinha esse sol nas costas, aí perguntei a ele onde ele tinha feito. Depois ele me deu o desenho e o dinheiro, aí eu procurei um tatuador e fiz, mas falta pintar melhor ¹¹⁰”. (D.F.C, 16 anos).



“Quando eu bati o olho nesse desenho, me apaixonei. Foi incontrolável”. (A.S.N., 17anos).

Sem pretender aprofundar o debate que envolve a escolha do desenho, gostaria de fazer algumas considerações sobre a prática da marcação corporal dentre as jovens internas no Aldaci Barbosa. Descarto, aqui, a hipótese de que a prática da “tattoo” estaria relacionada à simples ideia de desejo, uma vez que reduzir esse fenômeno à noção de impulso, como força inata que determina a ação humana, seria desconhecer fatores fundamentais que fazem parte

¹¹⁰ Se observarmos melhor essa tatuagem, comparando-a com a bandeira Argentina, é fácil perceber o símbolo do sol de maio, presente na referida bandeira, representado pelo deus inca do sol, que tem dezesseis raios retos e dezesseis raios flamejantes e, dentro de um disco, um rosto humano.

da vida social destas adolescentes, como o contexto em que se deu a prática e a escolha do desenho, bem como a interação destas com outros grupos tatuados. Algumas jovens referiram que suas tatuagens partiram de uma escolha intencionada: *“Fiz a minha tatuagem quando meu irmão foi preso e quase assassinado...”*. (D.F.S., 17 anos).



“A gente fez o nome ‘PAZ’ na perna, agora eu e ele (refere-se ao irmão) estamos unidos e pedimos paz”.
(D.F.S., 17 anos).

Na trajetória das adolescentes envolvidas na prática de homicídio, as imagens estão preñes de sentido, significados e representações que são expressas em forma de linguagem visual, fincadas feito raízes no “território – corpo”. Um corpo panoramático, espécie de *out-door* que vitriniza múltiplos processos identitários.

Tais aspectos levam a compreender que a tatuagem é uma construção na qual se englobam as expectativas e planos das jovens tatuadas, como, também em sentido retrospectivo, a reconstrução de suas histórias pessoais. Esta análise torna-se evidente quando as jovens, com base nos desenhos cartografados na pele, apresentam uma rica narrativa de episódios, vivências e referências afetivas. Daí o pensamento de que a identidade destas adolescentes estaria, também, relacionada com as marcas e desenhos em seus corpos, as quais são representações de seus retratos sociológicos.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976) abre uma fecunda via analítica para este estudo ao se referir a uma “identidade em processo”¹¹¹, assumida por indivíduos e grupos

¹¹¹ Compreendo a noção de identidade na sua dimensão dinâmica e relacional, ou seja, concebo esse fenômeno como algo em construção contínua, e não como forma fechada em si mesma.

diferentes, em situações concretas. Para o autor, existem processos de identificação e formas identitárias: pessoal, social, contrastiva etc. Desse modo, a identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, definindo-se e afirmando-se em oposição, mas não isoladamente. Entretanto, sua afirmação se dá entre *nós e eles*. Uma identidade que pode afirmar *o nós* diante de *outros*. Esta observação remete à ideia de que um grupo étnico, ou agrupamento juvenil (*darks, punks, headbangers, skinheads* etc.), se configura a partir da classificação dada a si mesmo e do reconhecimento como tal por outros, para propósitos de interação e sociabilidade.

Trazendo essas noções para o meu campo investigativo, recordo o lema muito citado entre as jovens no internato: “*uma por todas e todas por uma*”. Tal lema é passível da seguinte explicação: um motim, uma fuga ou rebelião no internato quase sempre traz a marca da cooperação entre as jovens, cujas cicatrizes advindas desse conflito somam-se como medalhas e experiências nos corpos de cada adolescente. Assim, pode-se dizer que dentro e fora do internato se constroem ou se fortalecem identidades meio a processos de solidariedade e competição, simultaneamente. Nesta perspectiva, o corpo é gestado como um território específico, onde os protagonistas do conflito com a lei vivem com alguma relutância e/ou preconceito a modificação corporal, em particular aquela que revisita figuras corporais históricas, primitivas e socialmente estigmatizadas.

5.2 Entendendo o corpo das jovens envolvidas na prática de homicídio como um projeto aberto.

Inicialmente, é preciso demarcar que nem todas as experiências e práticas localizadas no corpo e sobre o corpo podem ser consideradas um projeto, tendo em vista que o significado de projeto remete à dimensão identitária e vivencial, circunscrita numa busca consciente. E, de fato, nem todos os registros corporais são efetivamente mobilizados de forma *reflexiva*. Nesse entendimento, tomo emprestado o pressuposto de *projeto reflexivo* de Giddens (1991, 1997) para construir minha análise. Na visão de Giddens, a teoria do *projeto reflexivo* de corpo, tal como é apresentada e desenvolvida por Shilling (1993), contém um problema similar de generalização.

Sobre essa generalização, Ferreira (2008) assinala que, apesar de Shilling chamar a atenção para o entendimento de que os projetos reflexivos do corpo, em sua maioria, identificam-se com o gênero, a condição etária, social, cultural ou ética, a dimensão da

escolha do desenho ou *design* acaba sendo demarcada pela relação estabelecida entre corpo e identidade, ou seja:

A dimensão da escolha do *design* pessoal acaba por surgir sobreenfatizada, praticamente universalizada na relação estabelecida entre corpo e identidade, quando tal relação é objectiva e amplamente mediada pela complexa articulação entre situações, condições, contextos e estruturas sociais. (2008, p. 80).

Em verdade, a reflexividade contida nos projetos de marcação corporal de meninas envolvidas na prática de homicídio apresenta-se socialmente fragmentada, uma vez que esses processos não são determinados por uma simples escolha pessoal, mas por envolvimento em atos infracionais. No caso das marcas de tiros, facadas e lesões corporais, ficou evidente que algumas jovens gostariam de não tê-las em seus corpos, enquanto outras enumeram as cicatrizes como sinal de coragem. Assim, o ato de marcar o corpo, seja com desenhos e tatuagens ou através das cicatrizes adquiridas ao longo de seus percursos identitários, pode implicar diferentes níveis e formas de *reflexividade* corporal.

Muitas adolescentes referiram que a prática da tatuagem representa uma sensação de desafio, de ter terminado um desejo, ou cumprido um objetivo. Durante as incursões ao campo de pesquisa, observei que determinadas meninas chegavam ao internato com os corpos como se fossem “espaços lisos”¹¹². E, aos poucos, tinham os mesmos redefinidos, moldados pela negociação de amizades, afetos e/ou por um processo identitariamente investido, caracterizado por uma experiência metamórfica que desestrutura a ideia de uma identidade fixa, originária e imutável. Assim, o corpo como território moldável converge para o entendimento de “identidades desconstrutivas” desenvolvido por Stuart Hall, a consubstanciar o entendimento de que as identidades contemporâneas estão descentradas, inconclusas e fragmentárias, definidas como expressão de um projeto aberto, o qual encarna a ideia de “um tornar-se”.

Para Ferreira (2008, p. 82), o sentimento de modificação corporal que a experiência de marcação induz, promove simultaneamente, a confirmação de um processo de identificação e de escape, ou seja, é um processo de “ruptura e afirmação na organização subjetiva do eu, permitindo o acesso a uma identidade renovada ou restaurada”.

¹¹² A noção de “espaço liso”, em oposição à de “espaço estriado”, é de Gilles Deleuze (1980). Tais noções têm sido exploradas também por Pais (2000, 2001), no âmbito das culturas juvenis, na busca de entender os espaços intersticiais e heterotópicos que os jovens encontram para darem vazão às suas *performances expressivas e criativas*, em contraposição aos espaços institucionais e controlados que (pre)tendem enquadrar e normatizar os seus contextos. Vide: Ferreira (2008).

Desse modo, as jovens, ao modificarem seus corpos, buscam modificar também a própria existência, ao afirmarem que o próprio olhar dos outros sobre si também foi modificado após as marcas e inscrições de tatuagens. Tal fato pode ser evidenciado nos depoimentos abaixo:

Bom, quando cheguei aqui eu não tinha nenhuma *tattoo*. Mas, aí, vi todo mundo carimbado e resolvi fazer. Notei que depois que fiz esse anjo nas costas até o olhar dos paqueras e namorados mudou (risos). Achei que fiquei mais sensual, mais bonita. Ao me olhar no espelho do tatuador fiquei muito feliz, gostei muito e já saí de lá querendo fazer outra (risos). (M.F.A., 17 anos).

A coisa dói sabe? Quem disser que não, tá mentindo. Eu até digo prá todo mundo que uma tatuagem sem dor não é uma tatuagem. Mas, depois quando termina e você passa e as pessoas te olham é muito bom. Gosto dessa coisa de atrair olhares... (D.P.D.L., 16 anos).

Assim, o novo corpo é projetado na tentativa de atrair olhares, seduzir e marcar uma presença impactante. Na maioria das vezes, a experiência da primeira tatuagem alavanca a realização de várias outras, e o corpo começa a ser modelado processualmente. Com efeito, a dimensão processual da prática de marcar o corpo não é nova. Sanders (2008) e Vail (2008) identificaram-na analiticamente. Segundo Vail, a passagem da *encarnação experiencial* à *encarnação projetual* das marcas está associada ao comportamento de um *coleccionador* e se manifesta quando os jovens começam a falar em “vício” ou em “dependência”, a propósito dessa prática de marcar o corpo, evocando um vocabulário nativo, próprio das tribos juvenis e dos chamados comportamentos *outsiders*. Parece uma busca que intenciona descrever suas trajetórias no próprio corpo, a qual justificaria os desenhos e cicatrizes delineadas na pele. Tal intenção abre outro entendimento acerca da prática de tatuar o corpo, qual seja: de que estas adolescentes, depois de cumprirem com o objetivo da inscrição corporal, desenvolvem certa *irrestibilidade compulsiva* que as leva a sair do local onde fizeram suas tatuagens já pensando em qual será a próxima marca a ser feita, onde e quando.

No caso das marcas de tiros, facadas e lesões corporais, existe, em suas justificativas, uma relação comandada pela dependência, mais especificamente, pelo uso de drogas ou envolvimento infracional. Vejamos:

Olha [...] cada tatuagem começa por uma coisa bem importante prá você, entende? Mas, sobre as cicatrizes, se alguém disser que sente orgulho de um “balaço” nas pernas prá ficar mancando, tá doida. Eu tenho um rasgão, sou cheia de pontos na barriga. Foi numa briga com uma “cumade”. Se eu pudesse tirar, eu faria. Na hora da briga, eu levei a pior e saí com as tripas prá fora [...]. Eu nem vi. Tava muito doida. Se eu tivesse de cara limpa, não teria ido prá cima da faca de peito lavado não... (M.J.S., 16 anos).

Olha tia..., eu tava tão chapada que eu não me lembro de nada. Só sei que quando eu saí da lombra, eu tava presa lá no abrigo do Juizado e cheia de lesões, furos de pequenas facadas. Foi quando comecei a ter essas cicatrizes horríveis. (M.J.S., 16 anos).

Percebe-se nas falas de algumas adolescentes certa insatisfação ao narrar sobre as cicatrizes e perfurações em seus corpos. Nesse entendimento, a definição de que o corpo mapeado por lesões, tiros e facadas é visualizado como um sinal de coragem e força entre estas jovens é contraditória. Assim, o corpo marcado por cicatrizes não representa um troféu de coragem para a totalidade das meninas envolvidas na prática de homicídios. Em verdade, o corpo marcado converte-se em realidade incerta e inacabada, suscetível a surpresas, a cada nova participação em assaltos, na relação com a polícia ou nas brigas com as rivais da situação de conflito com a lei.

Portanto, o corpo da jovem envolvida na prática infracional é caracterizado por um futuro de cenário aberto. Seus corpos denotam, efetivamente, uma trajetória que se constrói passo a passo, numa lógica de experimentação orientada ou por critérios pessoais – no caso da escolha dos desenhos das tatuagens – ou como consequência do próprio envolvimento infracional – no caso das cicatrizes e marcas conquistadas durante os assaltos e confrontos. Nesta lógica, quanto maior for o envolvimento com a prática de infrações, maior será o número de marcas e cicatrizes em seus corpos. Assim, as marcas adquiridas no conflito com a lei podem corresponder a um momento de difícil reversão em suas trajetórias, a configurar um estilo de vida singularizado.

Para Ferreira (2008, p. 86), assumir o compromisso com um determinado ideal de corporeidade revelaria a vivência de um corpo *desnaturalizado*¹¹³, ou seja:

Que deixa de ser representado e vivido como realidade predefinida e fixa, intocável e sagrada, ou destino biológico geneticamente herdado, para passar a ser apropriado enquanto materialidade volátil e compósita, plástica e flexível, sujeita a sucessivos atos de vontade, intencionais, voluntários e planejados.

De fato, o corpo marcado transforma-se em “arquivo de si” (LE BRETON, 2002, p. 114), espécie de memorial ou álbum fotográfico de seu portador, que, ao escolher a sequência de desenhos a serem gravados em sua pele, vai construindo nexos de sentido entre as imagens inscritas no corpo e sua respectiva trajetória. Trajetória esta que narra

¹¹³ O corpo “desnaturalizado” se configura pela abertura à imprevisibilidade e indeterminação, deixando de ser representado e vivido como realidade imutável, fixa e naturalizada (FERREIRA, 2008).

acontecimentos e situações marcantes de uma vida. No caso do corpo das meninas envolvidas na prática de homicídio, são perceptíveis não só cicatrizes conquistadas na relação de conflito com a lei, comportando, também, os sonhos, os afetos, as identificações, escolhas musicais e/ou religiosas. Desse modo, é também na pele que as adolescentes subscrevem escolhas e negociações identitárias, as quais são vivenciadas ao longo de seus percursos. Nos corpos encontrei nexos de sentido para decifrar trajetórias. No corpo, os percursos trilhados estão contextualizados no “território-corpo”, apresentados em um panorama vivo, espaço onde as experiências são imortalizadas artisticamente na própria pele de quem as viveu.

5.3 Marcar o corpo: representação de existência ou de resistência?

Não é de hoje que a utilização de marcas corporais, especificamente da tatuagem, representa um símbolo de resistência perante os “grupos dominantes” ou “hegemonias culturais”. Em contextos prisionais, a prática da tatuagem traduzia, no passado, uma forma de resistência do sujeito privado de liberdade face à sua sujeição pela uniformização, normatização, encarceramento e submissão corporal. Assim, a estratégia de marcar o corpo servia, também, para reivindicar o corpo como “propriedade própria” e inalienável, através de sua marcação voluntária, permanente e diferenciada. Assim, a tatuagem veio a construir uma presença expressiva no âmbito das contraculturas e subculturas emergentes no pós-guerra. Atualmente, entretanto, o conceito de “resistência” revela-se como algo problemático ao ser usado como categoria analítica, tendo em vista entender as práticas emancipatórias nos atuais contextos de produção e reprodução social e cultural.

Segundo Ferreira (2008), para se ter o devido entendimento sobre este aspecto, é preciso começar por distinguir *os atos de rebeldia das práticas de resistência* perante as relações de poder, os fundamentos do controle social e as figuras de autoridade. Segundo ele,

Os primeiros estão situados num tempo e num espaço restritos, correspondem a ações pontuais e mais ou menos impulsivas, sem qualquer tipo de *reflexividade transformadora* associada, muitas vezes discutidas por referência aos jovens como condutas características da sua idade e naturalizadas como fazendo parte do seu processo de crescimento e de autonomização. Ora, o corpo, pela disponibilidade que o caracteriza enquanto patrimônio a ser investido e capitalizado de diversas maneiras, proporciona aos jovens um “espaço liso” de oportunidade estratégica no exercício do poder sobre si próprio, de reivindicação de autonomia. (FERREIRA, 2008, p. 296).

Assim, o ato de marcar o corpo no contexto juvenil pode encarnar uma postura libertária, materializada pela opção de *rebeldia ou emancipação* e traduzida na reivindicação do direito de intervir em seu próprio corpo, patrimônio tido como pessoal e inalienável, muitas vezes à revelia da autorização e/ou das opiniões dos representantes da “sociedade do controle”, caracterizada por pais, professores, educadores e mesmo amigos. No meu campo de investigação, identifiquei muitos pontos de discordâncias, especificamente por parte dos profissionais da instituição sobre as inscrições de tatuagens nos corpos das jovens internas. Para os educadores da unidade, as tatuagens, muitas vezes, são feitas à revelia dos familiares e de uma forma clandestina. Entretanto, a escolha de se tatuar parece representar para estas jovens uma opção, a qual se configura por *um ato de vontade*, resultante de uma decisão própria e exercida a partir de uma opção que é estritamente pessoal.

Entre os educadores e técnicos do internato, pude coletar representações das marcas corporais expressas nos corpos das adolescentes. Segundo alguns profissionais, deveria ser instituída uma lei que proibisse tal prática, durante o período da menoridade, por entendê-la como “transgressão consentida”.

Tal qual o toque de recolher existente em algumas cidades, o uso de tatuagens de forma exacerbada deveria ser proibido. Às vezes, essas meninas até chegam com os corpos limpinhos, mas começam a conversar e ver que as outras têm tatuagem e aí, sei lá o que acontece. Mas, acho que isso deveria ser controlado... (Instrutor Educacional 1).

Olha, acho que elas pensam que se tatuar é um ato de poder, de liberdade, algo assim. Olha eu sei que os corpos são delas, mas se eu pudesse não deixaria que fizessem não. Algumas meninas são até bonitas, mas destroem o próprio corpo com essas tatuagens horríveis. (Instrutor Educacional 2).

Já vi algumas dizerem que gostariam de fazer uma plástica e retirar essas tatuagens. Se fizessem de forma consciente, depois não se arrependeriam. Acho que elas fazem meio no “oba-oba” sei lá. Aquela coisa de Maria vai com as outras... (Instrutor Educacional 2).

Enquanto os instrutores educacionais entendem as tatuagens como algo a ser proibido ou como “transgressão consentida”, as adolescentes em privação de liberdade, ao marcarem seus corpos, parecem construir para si uma representação de autonomia e liberdade pessoal. Nesta compreensão, o ato de se tatuar pode ser representado como um ato de conquista e de poder sobre si próprio.

Segundo Ferreira, os jovens, como qualquer outro sujeito social, são indivíduos autônomos de suas ações e decisões individuais. Daí, o entendimento de que o “exercício de marcar o corpo é um direito fundamental de usufruir de seu próprio corpo, como sua

propriedade privada, capitalizável e sem restrições” (FERREIRA, 2008, p. 297). Tal entendimento consubstancia a ideia de que estes atos configurariam práticas de resistência juvenil na busca por autonomia. Entretanto, estou convicta de que as práticas de tatuagem não podem ser entendidas em si mesmas como práticas exclusivas de resistência, na medida em que encarnam, também, experiências coadunantes aos processos de identificação grupal, relacionadas à marcação corporal que as personagens desse estudo podem vivenciar dentro ou fora do internato.

Nesta perspectiva, mais do que a expressão de uma *política de resistência* fundamentada no pertencimento de classe, a marcação corporal nesse caso, parece mais uma manifestação de *existência* como possibilidade de expressão e de construção subjetiva, onde o corpo que se apresenta como “espaço liso”, em branco, disponível a investidas e busca de reconhecimento de uma identidade singular – no sentido demarcar essa diferença – consubstancia um estilo de vida que se pretende assumir a dissidência, resvalando a ordem das negociações normativas.

Ainda citando Ferreira (2008), vale afirmar que a contemporaneidade é definidora de um sistema no qual os mais jovens percebem suas experiências sociais estando sujeitas a várias prescrições, no sentido de massificação e homogeneização cultural. Dessa forma, eles visualizam na recriação e modificação permanente do seu corpo através do uso de tatuagens, *body piercing* e cicatrizes uma forma estilística de reação que lhes permite, simultaneamente, (de) marcar esteticamente a sua presença no mundo e protagonizar performaticamente uma forma de existência social. Assim, a atualidade, representa uma época em que a diferença é largamente cultivada e o conformismo pouco apreciado na construção visual¹¹⁴, ao valorizar certa ironia e dissidência perante as normas instituídas, levando o sistema da moda¹¹⁵ a apropriar-se das marcas corporais como novidade a propor, a par de outros recursos que, no pensamento de alguns grupos juvenis, podem representar uma contranorma, levando-os a adaptá-los como gesto transgressor perante as regras sociais¹¹⁶.

¹¹⁴ Ainda que, na prática, depois de um primeiro momento de novidade, as marcas e inscrições no corpo tomem um novo sentido, representado pela monotonia, banalização e saturação (FERREIRA, 2008).

¹¹⁵ Vale ressaltar que alguns autores classificam as marcas corporais, assim como outras formas de modificação corporal de natureza igualmente irreversível, como um acessório *antimoda*, ou seja, recursos para a composição de visuais que começam por cair fora do sistema organizado da moda, relativamente estáticos, conservadores e resistentes à mudança, englobando quer as formas de vestir mais tradicionais, como os uniformes, por exemplo, quer os estilos mais subculturais, regidos por normas abertamente hostis aos cânones dominantes (POLHEMUS; PROCTOR, 2008).

¹¹⁶ Segundo Ferreira (2008, p. 232), “as zonas intersticiais onde são produzidos e sobrevivem os estilos “sub-culturais”, com as suas imagens e performances, tendem a ser frequentemente vigiadas e parasitadas pelo sistema capitalista, com os seus “olheiros”, que, tal como no mundo futebolístico, andam a cata da criatividade e

Portanto, o conceito de *resistência juvenil*, apesar de um pouco “fora de moda” ou desatualizado, não deve ser de todo abandonado, uma vez que permite reconhecer e demarcar o valor social de um comportamento que se diz diferenciado, dotado de alguma reflexividade transformadora. Contudo, no caso das minhas protagonistas, não considero suas escolhas por marcar e modificar o corpo uma ação de *resistência*, uma vez que suas escolhas de inscrição corporal não se constituem um ato passível de ser considerado um novo *habitus radical juvenil* (CROSSLEY, 2008; EDER, 2008) dotado de novas formas e conteúdos políticos. Acredito, sim, que a decisão de tatuar-se, para as minhas protagonistas, subscreve uma *ação expressiva de existência*, tomada como lugar de agenciamento e direito sobre o próprio corpo, representada pela vontade de participar, de atrair olhares e, quem sabe, protagonizar a vida social. Trata-se, portanto, de uma existência encarnada na pele, através de marcas que se pretendem exclusivas e originais ou, pelo menos, singularizadas e dotadas de valor autoral.

5.4 Sinais de religiosidade no corpo: conversões e práticas religiosas no internato.

O argumento de que vivemos num mundo onde a modernização leva, ou levará, necessariamente a um declínio da religião parece contradizer-se. No espaço do internato, as escolhas e buscas espirituais fazem parte das negociações identitárias vivenciadas pelas jovens em privação de liberdade.

De fato, a diversidade de práticas religiosas surpreende no internato. Testemunhos de conversão e histórias de milagres são enumerados entre os grupos de adolescentes reunidas no pátio. Os vários episódios narrados pelas jovens também servem para descontrair, sendo contextualizados com certa irreverência e ironia, o que justificaria exageros e excessos acerca das escolhas religiosas de cada adolescente.

No internato, as práticas religiosas podem ser definidas como forma de sublimar culpas, medos e temores, ou como linha de fuga estabelecida pela própria situação de dor e privação vivenciada. Desse modo, é perceptível uma articulação entre o peso da culpa, representado aqui pelo arrependimento da morte praticada, que necessita ser redimida ou renegociada, e as conversões ocorridas no internato. Por outro lado, cabe destacar que, dentre as seis protagonistas desta pesquisa, a forma de pensar esta relação se dá de modo diferenciado. Segundo M.F.A., o arrependimento por ter praticado um homicídio não existe. A mesma justifica o ato infracional cometido como uma troca de vida ou de morte: “*Ele*

diferença para alimentar a constante inovação exigida pelo sistema da moda”.

reagiu e aí era a minha vida ou a dele. Eu não me arrependo... Matei e mataria de novo aquele desgraçado”.

As conversões ocorridas no internato, em sua maioria, são orientadas por Igrejas cristãs- protestantes ou católicas que fazem visitas à instituição e conquistam certo número de adeptas. Sobre isso, Berger (1982, p. 17), assinala que determinados “movimentos religiosos, com uma tendência fortemente marcada pela anti-secularização podem atrair pessoas com ressentimentos originados às vezes em motivações claramente não religiosas”. Daí o entendimento de que estas conversões estariam ligadas à busca de “perdão” como forma de alívio pelo envolvimento na prática de homicídio, uma busca pelo suposto retorno ao lugar de virtude, válvula de escape e conforto no momento de cumprimento de sentença e privação da liberdade.

As conversões no internato também seriam definidoras de novas formas de crer e de novas sociabilidades, mediadas pela concorrência entre os vários grupos religiosos que visitam a unidade, os quais realizam trabalho voluntário. É óbvio que, num quadro “religioso pluralizado”, porque não dizer “globalizado”, no qual as ofertas e serviços são abundantes, seguindo uma compreensão marxista do fenômeno, a “disputa pelas almas”, especificamente de jovens homicidas, é bastante evidente. No entanto concordo com Pierucci e Prandi (1996) ao destacar que a “guerra real” em torno dessa disputa talvez nunca venha a acontecer, tendo em vista que nenhuma religião responde por “uma totalidade social”, uma vez que ela (a religião) não é para sempre e só dura enquanto durar a capacidade de troca, um acordo que se pactua de ambos os lados, do serviço religioso e do usuário deste serviço.

Contudo, não presenciei no internato “conflitos religiosos” estabelecidos ou discordâncias efetivas entre as jovens sentenciadas. Entretanto, é bastante clara a “bricolagem” de práticas cristãs, bem como a concorrência entre os representantes das Igrejas que realizam trabalho de orientação e evangelização voluntária na unidade, o que desencadeia certa tensão em dias de visita. Percebem-se, neste espaço, diversas negociações no campo religioso. Trata-se, portanto, de um espaço onde se ofertam estilos e práticas religiosas diversas, cujo *menu* comporta variadas formas de crer, desde as adolescentes “não praticantes”, mas que se intitulam adeptas de determinada religião, determinada Igreja ou denominação religiosa, até aquelas de família católica ou protestante, as quais declaram-se cristãs e, no entanto, consultam cartomantes, frequentam comunidades místicas, cultos de candomblé, umbanda.

Na maioria das vezes, a adolescente carrega consigo a marca de uma identidade religiosa herdada. Muitas são filhas de umbandistas, mas participam das atividades religiosas organizadas pelo internato. No relato da adolescente A.I. F., 16 anos, pode-se identificar sua dificuldade para dar continuidade às práticas de umbanda no espaço do internato: *“Infelizmente, aqui não vem ninguém pra fazer uma ‘gira’ que eu ia com a minha mãe, era sagrado toda sexta-feira no ‘pai Liberdoni de Ogum’ (Refere-se a um culto de umbanda, no qual entoam músicas em homenagem a entidades místicas, próprias dessa forma de religiosidade).*

Aqui só aparecem essas freiras pra dá terços pra gente e esses evangélicos que pertubam tanto, tanto, até a criatura aceitar Jesus como eles falam. Eu já aceitei bem mil vezes e até acho legal sabe? Quando você tá meio pirada, escuta esses louvor. Acho até bom. Mas, continuo com saudade do tarô de buzo e do baralho da cigana (pomba-gira). Ela sim, me protege. Sinto falta do meu Pirambu, bairro onde moro, lá tem muito macumbeiro, mas também eu vou à missa... (A.I.F., 16 anos).

A saudade da adolescente pelo bairro Pirambu parece transparecer a transmissão identitária e as práticas religiosas herdadas como forma de fidelidade. Tal fato chama atenção para a imbricada relação existente entre religião e identidade.

A adolescente refere, ainda, sua dificuldade em dar continuidade às práticas religiosas no espaço do internato, ao mesmo tempo em que reivindica o direito de escolher e ritualizar suas crenças e práticas peculiares.

O sinal da cruz também é usado de forma corriqueira entre as adolescentes em privação de liberdade. Tal prática parece cumprir uma função de proteção e livramento, conforme descrito no depoimento abaixo:

Quando fui perseguida pela polícia no matagal, foi por causa de um assalto. Eu rezava pra que não me pegassem [...] senão era muita “péia, muita péia na certa” (refere-se à agressão física). Eu fazia o sinal da cruz todo tempo pra me livrar daquela perseguição. Mas, Deus me ouviu e não me pegaram, graças a Ele, eu creio. No matagal, fiz uma promessa de aceitar Jesus como meu Senhor, não fazer mais o mal a ninguém. Hoje estou cumprindo cadeia, mas estou na paz, eu tenho Deus no meu coração, ele me libertou, eu creio. (L.F.S., 17 anos).

Segundo A.L.S.V., a negociação com Deus constitui uma promessa de mudança de vida ou proteção. Assim, a crença possibilita redimensionar a própria vida, na medida em que circunscreve um caminho de liberdade, demarcando outra forma de ser e estar no mundo. Desse modo, a prática religiosa, no percurso de vida das meninas envolvidas na prática de

homicídio, também redefine identidades, não podendo ser percebida como algo fixo e imutável.

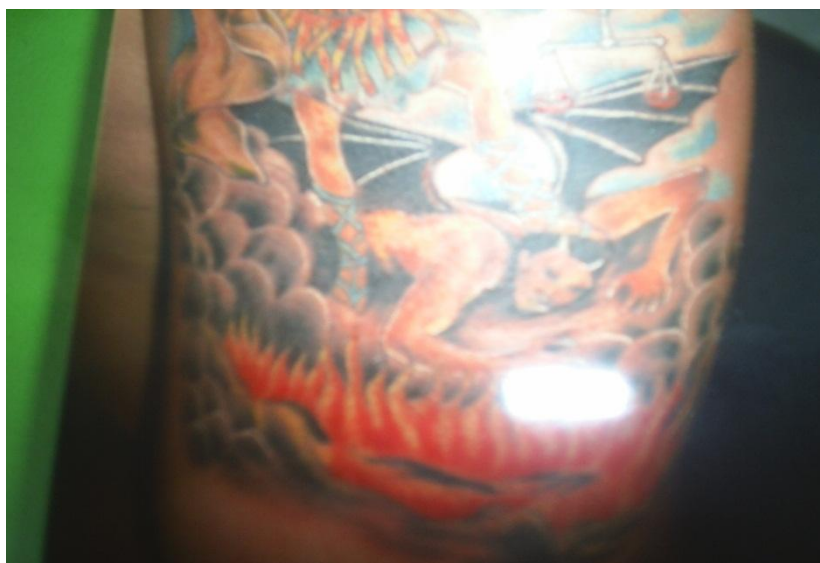
No internato, as jovens envolvidas na prática de homicídio também reivindicam o livre arbítrio e a liberdade de escolha religiosa. Nesta escolha, cada uma absorve as práticas e crenças que lhe convém. É o que Hervieu-Léger (1999) chama de “religiosidade à *La carte*”. Trata-se de crenças e práticas de conveniência, que, frequentemente, afastam-se de uma definição doutrinária específica. É assim com a maioria das meninas sentenciadas, muitas são “cristãs à sua maneira”: acreditam em reencarnação, fantasmas, almas que vagam pelos corredores do internato, exorcismo, cartomantes, adivinhações, evocação de espíritos e na existência de deus e do diabo. Para algumas, o diabo é o próprio “deus”, senhor de bençãos e milagres. Conforme se pode perceber no depoimento abaixo.

Quando matei a criatura, o morto passou a aparecer de madrugada, se escanchava em minhas costas, era um peso só, já estava ficando torta, só faltei ficar foi doida. Quase sequei a língua de pedir a esse deus do bem, Jesus, santos que afastasse ele de mim. Esse deus não afastou. Aí eu pedi ao diabo, bicho ruim, como dizem. Aí foi quando ele o morto sumiu, parou de me aperrear. Assim descobri que o diabo também pode ser deus todo poderoso. Mas, ainda continuo rezando o pai-nosso e ainda tenho fé em Jesus e santa Maria. (M.A.C., 17 anos).

Assim a figura do diabo aparece dividindo o espaço povoado por santos, deuses e anjos, numa eterna luta entre o sagrado e o profano. E se a relação com Deus e com os santos católicos manifesta-se com grande fervor, a relação com o diabo se faz também com muita força, a ponto das adolescentes tatuarem imagens diabólicas ou a figura do diabo em seus corpos.



Parece o chifre do diabo né? Mas, é um tribal. Se eu tivesse dinheiro, já teria feito cirurgia prá retirar essa coisa feia daqui. Quando fui fazer essa tatuagem fiz escondido. A minha mãe brigou, brigou, brigou... Mas, eu teimei. Taí, me arrependi. (F.J., 16 anos).



“Parece o chifre do diabo né? (refere-se à primeira tatuagem), mas é um tribal, mas tenho na minha outra perna o próprio diabo, quer ver?”. (F.J., 16 anos).

Dentro da diversificação de crenças no internato, fica evidente a crença na figura do diabo, como também em santos. Dessa forma, o diabo é figura emblemática nas conversas das adolescentes durante as oficinas. Entretanto, não encontrei registro de práticas satânicas entre as jovens, apenas a representação de um “diabo protetor” e “brincalhão”, na medida em que permite dividir adeptas com outras formas de religiosidade. As adolescentes internas não parecem preocupadas com uma “força do mal”, que age no mundo atentando as pessoas para matar, roubar ou fazer maldades. A metáfora do “maligno” é satirizada pelas meninas a todo instante, relacionando-o com tudo o que é estranho ou fora do comum: *“Que diabo é isso mulher, tá com o cão nos coro ou possuída, criatura? Sai capeta, que esse corpo não te pertence”*¹¹⁷ (D.P.D.L., 17 anos).

Segundo A.L.S.V., 14 anos, o diabo representaria algo inventado para justificar as escolhas e atos ruins cometidos pelas pessoas.

O diabo tá dentro de você, assim como a paz. O povo fica inventando diabos pra justificar as coisas que tem vontade de fazer. Eu cometi um homicídio, porque eu quis e não me arrependo, não estava drogada, stava de cara limpa e o diabo não tem nada a ver com isso. Simplesmente era ela ou eu. Tudo começou por causa de um rapaz no *reggae*. A criatura que eu matei inventou que eu peguei o celular dela e o cara veio me dizer que ela ia me pegar. Aí na saída do *reggae* ela foi inventar de me esfaquear. Acho que ela tava querendo morrer mesmo. A facada foi certa, e agora tô aqui. Mas, não me arrependo, já conversei com Deus sobre isso, acredito que ele

¹¹⁷ Ironia de uma jovem referindo-se a outra adolescente, que quebrou alguns utensílios da oficina de profissionalização, quando soube de sua sentença de privação de liberdade (três anos de medida socioeducativa, com avaliação prevista a cada seis meses pelo Juizado da Infância e Juventude).

entendeu. Não me considero uma pessoa do mal. Acho que apenas tive de passar por isso. (A.L.F.N., 14 anos).

Ainda sobre as práticas religiosas no internato, considero importante descrever como acontecem e qual a importância destas práticas nas trajetórias das jovens sentenciadas. Durante a observação sistemática ao campo de pesquisa, deparei-me com várias situações e rituais cristãos no internato. Enquanto entrevistava as adolescentes, muitas vezes alguns grupos religiosos entoavam louvores. Os coros, talvez, não anunciassem nada de novo a muitas daquelas jovens descrentes no cristianismo. No entanto, para as que buscavam redefinições de vida partindo da crença no cristianismo, os hinos pareciam sinalizar o conforto de uma trajetória futura diferente, ou seja, sem o pavor da perseguição ou da morte antecipada.

Em alguns momentos aproveitei os louvores para elaborar reflexões, ou seja: você se considera uma pessoa crente? Você crê em deus, em santos? Realiza algum ritual ou prática religiosa? Como você vê essa questão? Sobre este aspecto, as jovens responderam de diferentes formas, partindo dos mais diversos interesses e práticas religiosas, conforme pode ser evidenciado nas seguintes narrativas:

Tenho váaaaaarias. Gosto de macumba, do seu Zé Pilintra (entidade mística da umbanda). Também gosto dos Exus, Pomba-gira, pois quando eles baixam, (refere-se à incorporação da entidade ao pai de santo), falam em Jesus Cristo. Eles dizem: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo e o povo responde: para sempre seja louvado. Gosto também muito de Jesus, ir à missa e rezar o terço”. (R.J., 16 anos).

Antes de vir prá cá eu ia à “mesa branca” (refere-se à doutrina espírita), lá é tranquilo. Tem os passes espirituais e todo mundo te trata bem. Eu era mais calma quando frequentava lá. Sinto-me em paz quando vou ao Centro espírita Alan Kardec que fica perto da minha casa, mas também gosto do Buda e já li um livro sobre budismo. Gostei muito. (M.F.A., 17 anos).

Sempre fui aos cultos com a minha avó, mas aí comecei a andar com o pessoal da favela e ir pro *reggae*, aí nunca mais pisei na Igreja. Mas, sinto falta dos cultos e louvores. Sentia paz quando frequentava a Igreja Assembléia de Deus. Hoje eu sou falsa crente, de fachada como diz a minha avó, por que o importante é praticar né? E eu nem orar não tô mais orando à noite. (A.L.F.N., 14 anos).

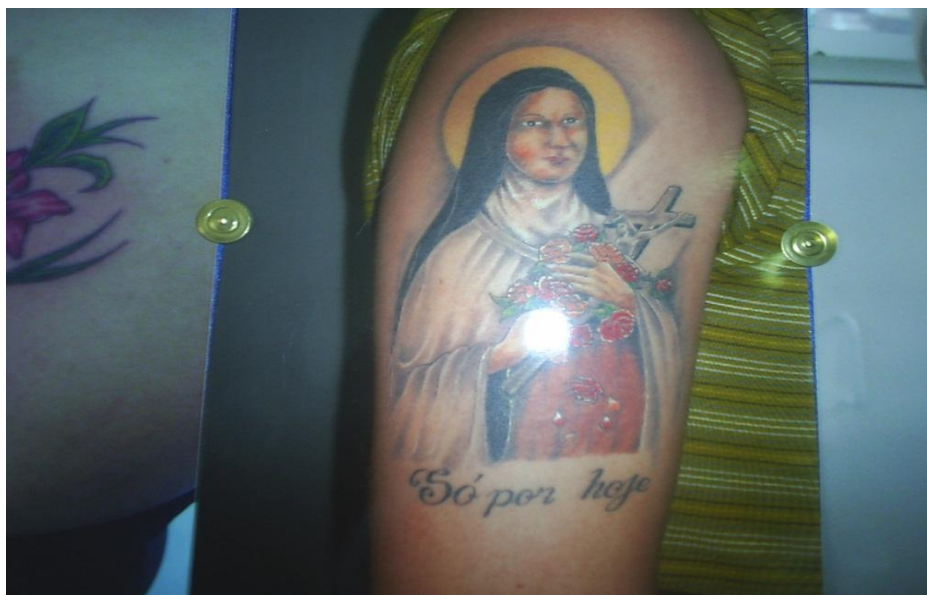
Também me chamou atenção o elevado número de tatuagens de sentido religioso nos corpos das adolescentes internas. Dentre estas, encontrei: a face de Cristo, anjos, símbolos da fé budista, santos e demônios.



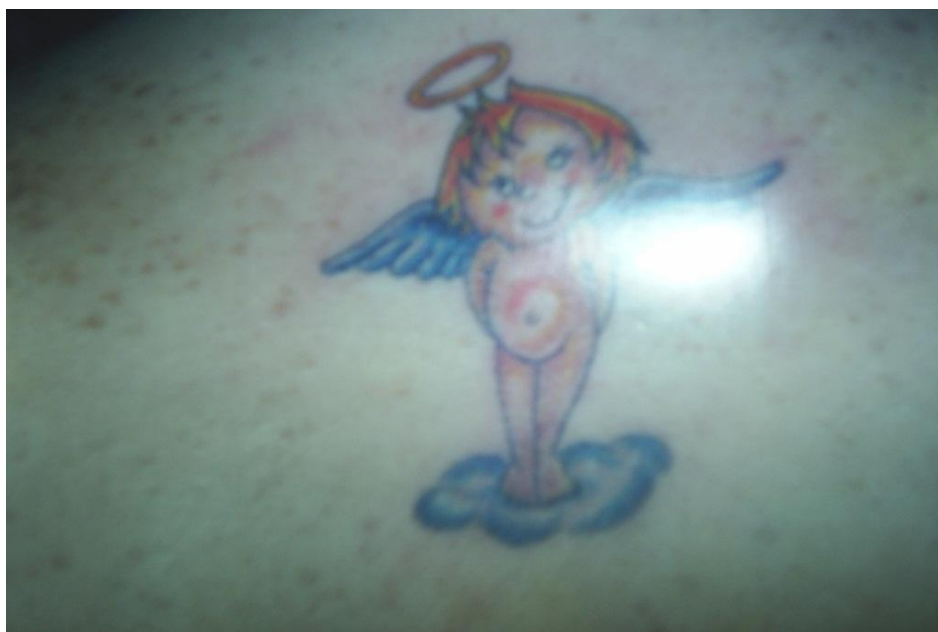
“Símbolo do som do universo, pensamento budista”. (A.P.S., 16 anos).



“Face de anjo. Achei bonitinho e fiz. Não tem nada a ver com religião, não”. (A.S.N., 17 anos).



“Santa Edwirdes ou Santa Terezinha. Não sei bem”. (risos). . (D.F.C., 16 anos) ¹¹⁸.



“Gosto de todos os anjos. Acredito em anjos desde pequenininha. Tenho até uma oração do anjo da guarda, meu protetor. Sempre quis fazer uma tatuagem de anjo”. (M.S.S., 16 anos).

¹¹⁸ Vale ressaltar a inscrição “só por hoje”, logo abaixo da imagem. Provavelmente refere-se ao lema “limpo, só por hoje”, que é muito utilizado dentre as jovens que fazem terapia ou frequentam grupos alternativos/religiosos e conseguem deixar o uso de drogas por longos períodos.

A marcação do corpo assume, assim, múltiplas formas e construções que são definidas pelas jovens de diferentes ângulos ou representações. São tatuagens de escolha religiosa ou pessoal que, na maioria das vezes, estão ligadas a determinados fatos que evidenciam momentos de suas trajetórias. Para D.F.S., o nome “PAZ” tatuado na perna avoca uma ligação com o irmão presidiário, que possui a mesma tatuagem no mesmo lugar. Para M. J.V.A., o “sol inca” da bandeira argentina, tatuado nas costas, lembra um estrangeiro com quem teve uma relação afetiva. Para B.J.F.N., a inscrição “a vida é loka e o processo é lento”, tatuado no antebraço, representa uma vida em negociação com as rotas do crime e da privação de liberdade, entrecortada por esperas e incertezas de dias lentos. Desse modo, as marcações corporais – tanto de tatuagens como as cicatrizes de lesões, facadas e tiros adquiridas em negociações com as rotas do crime – comunicam trajetórias que são projetadas no “corpo-território” das meninas envolvidas na prática de homicídio. É um corpo singularizado, pensado como “projeto em aberto”, que busca chegar à outra forma de si, que busca “tornar-se”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Em constante negociação com rotas e percursos”.

Estamos constantemente em negociação, não como um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nós o seu ponto de profunda identificação subjetiva. Essa é a questão mais difícil da proliferação nos campos das identidades e antagonismos: elas frequentemente se deslocam entre si. (STUART HALL, 2000).

Não intenciono, aqui, elaborar conclusões exaustivas sobre as negociações identitárias nas trajetórias de meninas envolvidas na prática de homicídio. Em verdade, não percebo esta empreitada analítica como um final da rota. Nos percursos por mim trilhados, a seguir pistas e vias apontadas nas trajetórias juvenis, não parece possível demarcar “pontos de partida ou de chegada”... A viagem das meninas – com quem vivi e convivi durante três anos de campo – passa por trechos inusitados e inseguros, podendo ser subitamente interrompida a qualquer momento do trajeto. As passageiras experimentam negociações extremas, incorporando, na maioria das vezes, imagens e representações que lhes são construídas por outras pessoas, ao mesmo tempo em que vivenciam a privação de liberdade como sentença imposta e punição judicial. E, assim, nestas andanças ziguezagueantes, vão construindo suas “posições – de – sujeito”, que são temporárias, em processos de redefinições identitárias, sempre em aberto... No assumir de tais posições, as meninas vão incorporando personagens diferenciadas no jogo das negociações identitárias. São personagens em cenas que vão se metamorfoseando. O meu esforço, ao tentar “pintar” retratos de meninas envolvidas na prática de homicídio, foi registrar estas personagens em suas andanças. E, ao fechar o trabalho, tenho a consciência da incompletude de tais retratos. Parece-me que faltaram imagens e tintas. Os matizes de cores não foram suficientes para registrar a força, a dureza e a emoção de determinadas cenas.

Tive sempre presente o caráter “artesanal” da minha construção analítica, respaldando-me na ideia de que o esforço do pesquisador circunscreve um “trabalho de fôlego e não [...] uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, original” (BOURDIEU, 1994, p. 26). O percurso investigativo seguiu uma trilha de declives, veredas ambíguas, em busca do fio condutor. E, em meio aos labirintos e teias do objeto, fui ajustando o foco analítico, a partir do próprio movimento do objeto investigado e de suas sutilezas.

No início do percurso investigativo, pareceu-me instigante elaborar um estudo comparativo entre o Centro Educacional São Miguel – Unidade de Internação Masculina e *locus* da investigação de mestrado (FREITAS, 2003) – e o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, *locus* principal, embora não único, desta investigação, partindo do pressuposto de que, para as meninas, tal qual para os adolescentes do sexo masculino, o “ato de matar” tomava uma conotação de vingança ou de “ponto de honra”. De fato, constatar a improcedência desta hipótese levou-me a redefinições e descobertas. A primeira descoberta revelou que a representação destas jovens sobre o ato de matar trazia à tona sentimentos de medo, defesa, rivalidade afetiva, vergonha e não de honra ou vingança, como cheguei a pensar anteriormente, tentando transportar para o universo feminino as descobertas específicas do imaginário masculino.

Outra descoberta significativa advém dos desligamentos de duas adolescentes em cumprimento de sentença – D.P.D.L., 17 anos e M.F.A, 17 anos. Assim, fui obrigada a reconhecer a experiência de privação de liberdade como um “tempo de passagem”, um momento de trânsito na vida das personagens desta investigação. Desse modo, vi-me desafiada a adentrar as reconstruções identitárias de meninas envolvidas na prática de homicídio como foco central deste estudo, considerando a prática do homicídio e a vivência no internato como “marcadores de trajetórias”, que vão se redefinindo ao longo de suas vidas. São momentos – limite que implica em densos processos de negociações com o assumir de distintas “posições de sujeito”.

Ao longo de três anos de trabalho de campo – observando, analisando documentos, convivendo com as adolescentes, penetrando em suas vivências e trajetórias –, pude perceber as trocas e negociações identitárias, vivenciadas ao longo dos percursos trilhados por estas jovens antes, durante e depois da experiência no internato. Nesta empreitada, refutei a ideia de trajetória linear, consubstanciada na ideia de um percurso demarcado em linha reta, constituído de início, meio e fim. Nesse sentido, o desligamento do internato não é entendido como o fim das rotas de meninas marcadas pela prática de homicídio, mas, sobretudo, como um momento peculiar na vida destas personagens a exigir novas negociações. São meninas que voltam a contextos sócioafetivos e a convivências em grupos e “tribos”, nos quais vivenciam experiências que culminam no homicídio e sentem a dureza das classificações estigmatizantes, das representações atribuídas, as quais precisam negociar em novas rotas.

Durante todo o percurso investigativo, estive atenta à complexidade teórico-metodológica circunscrita neste estudo. Um dos desafios – entre os muitos que enfrentei – foi exatamente trabalhar os processos identitários de meninas envolvidas na prática de homicídio como “celebrações móveis”, em consonância com aportes teóricos contemporâneos, na tentativa de desconstruir uma visão essencialista e fixa de identidade. Entre os aportes teóricos que movimentei e que me abriram vias fecundas de compreensão, destaco os conceitos de “trajetória descontínua” e de “identidade em movimento”, desenvolvidos por Pierre Bourdieu (2006) e Stuart Hall (1999). E, no esforço de decifrar trajetórias marcadas pelo ato de matar, precisei estar vigilante – de fato, vigilância permanente – a negociações identitárias que estas meninas vivenciam ou vivenciaram com as trilhas de construção de novos sujeitos, moldados aqui pelo deslocamento, gestados no âmbito da experiência de reclusão no internato e do desligamento e da volta ao contexto sócio-familiar ou, em casos extremos, do reencontro com as ruas.

No esforço de entender as trajetórias percorridas por estas meninas, precisei investigar não somente aquilo que estas personagens foram ou são, sobretudo, em que pretendem “tornar-se”, afinal? – É o “tornar-se” como um enigma em trajetórias marcadas por inseguranças em cenários de juventudes mergulhadas no “presentismo”.

Com efeito, no caso das protagonistas desse estudo, o “tornar-se” assume uma dimensão complexa e “perturbadora”, apresentando uma confluência de imagens e representações contraditórias sobre si. São vidas e histórias entrecortadas por negociações extremas com rotas e percursos, os quais definem um modo de ser e estar no mundo. De fato, são representações circunscritas nas fronteiras entre a negociação com as rotas do crime/droga/ prostituição e o desejo de mudar, de “tornar-se”... Ou o “tornar-se” como um mergulho mais profundo nas velhas rotas.

De fato, nas representações que constroem sobre si, ao longo dos seus percursos assimilam representações da família, da vizinhança, das instituições ditas sócio-educativas, das “tribos” e dos grupos a que pertencem: “é a filha caçula problemática”, “a ovelha negra da família”, a “louca/ sem rumo”, “a adolescente problemática que tentou suicídio”, “a menina que matou alguém”, “a adolescente sofrida e abandonada”, a “menina viciada em drogas”, “a adolescente considerada chave de cadeia pelos traficantes”. Nestas representações, o olhar do outro repercute na visão de si, numa confluência de imagens contraditórias. Trata-se da visão construída pelos outros, ou seja, é a visão da família, das “tribos” a que pertencem, do universo masculino, da Justiça, da lógica do “conflito com a lei”.

Ao “pintar” os retratos sociológicos das seis personagens desta pesquisa, pude identificar convergências e divergências em suas trajetórias, quais sejam:

1. Nestas trajetórias, é perceptível a saudade da infância, da família e do percurso trilhado antes da negociação com a rota da droga e dos atos considerados infracionais. De fato, as lembranças da família, da infância, da escola, dos amigos, do bairro e do município de origem são recorrentes em todos os retratos sociológicos. Nas lembranças das jovens, identifico pontos convergentes e contraditórios que confluem entre si. Assim, a falta de sentido que a escola adquiriu em suas vidas contrasta com o desejo de retomar o percurso escolar interrompido, entendendo-o como a forma valorizada e, de algum modo, viável de ascensão social. Sobre isso, bem define D.F.S.: *“tem de estudar e trabalhar prá não ser prostituta, nem ser empregada e aguentar abuso de madame”*;

2. Nas narrativas das jovens, é perceptível o desejo de “metamorfosear-se”. Algumas jovens ousam delinear projetos profissionais, consubstanciados pela busca de tornar-se educadora física, jogadora de futebol, veterinária, enfermeira ou motorista, mesmo em meio à baixa autoestima e o pessimismo, que lhes faz incorporar representações e personagens gestados ainda na infância, em suas vivências escolares, na família e no interior dos grupos e “tribos”;

3. Nestes percursos juvenis, a posição da mãe possui um peso fundante. De fato, nas trajetórias das meninas envolvidas na prática de homicídio, a mãe acompanha, sofre, apoia o “filho” ou a “filha” para além dos envolvimento e atos cometidos. No caso das personagens deste estudo, a mãe é referência constante nas narrativas da maioria das personagens e, em duas trajetórias (M.F.A. e B.J.F.N.), o falecimento da mãe é apontado como “elemento desestabilizador” de trajetórias.

4. A relação “droga/crime”, em todas as trajetórias, é apontada como um “momento desestabilizador” nos percursos de redefinição identitária. Estas meninas, ao adentrarem o mundo do *crack*, da cocaína e da maconha, passam a negociar com as rotas da transgressão e do crime, vivenciando na sociabilidade das “tribos” e grupos a que pertencem múltiplas redefinições identitárias. Como bem diz D.P.D.L.: *“trata-se de um jogo, o jogo dos enturmados”*;

5. Sobre a vivência em privação de liberdade, a maioria das adolescentes parece utilizar a estratégia de esquecimento como forma de renegociação com o passado vivido, mesmo que, em suas lembranças, o passado vivido no Internato “continue a lhe falar”. Desse modo, as jovens definem o internato de diferentes ângulos e representações. Para D.F.S., é um

lugar de punição, que deve ser esquecido, apagado de suas lembranças: “*o internato me causou muito sofrimento..., graças a Deus já tô em casa...*”. Para D.P.D.L, a sentença de privação de liberdade pode fazer refletir: “*tem meninas que vem prá cá e nunca mais se envolvem em nada, o castigo serve prá fazer pensar*”. Na visão de M.F.A., o internato é pensado como uma barreira, capaz de impedir o uso de drogas: “*aqui é ruim, quando sair daqui eu quero esquecer dessa vida, mas, ao mesmo tempo, é uma barreira que me impede de correr atrás de droga*”. Segundo M.J.V.A., o internato é uma experiência recorrente em sua vida: “*o Aldaci Barbosa não é mais novidade prá mim. Esta é a quarta vez que venho prá cá*”, diz a jovem. Na visão de B.J.F.N., o Centro Educacional é um espaço contraditório e de incerteza, sendo definido da seguinte forma: “*sei lá... às vezes acho que vale a pena tá aqui, que a minha vida vai mudar e que eu vou aprender a ser alguém melhor, que eu vou continuar meus estudos depois daqui, mas, outras vezes me sinto revoltada, aprisionada e quero sair desse inferno*”. Para de A.L.S.V., o internato é percebido como “barreira de proteção”, capaz de impedir vinganças, acerto de contas e, conseqüentemente, a morte. Na fala da jovem é perceptível o medo da morte: “*o meu ex-namorado avisou a minha mãe que tivesse muito cuidado comigo porque estavam fazendo acordos para me matar. Se não me pegassem pegariam um dos meus irmãos*”.

Cabe destacar, ainda, que, nesta empreitada, para decifrar trajetórias em movimento, o pensamento de Stuart Hall revela uma profunda fecundidade analítica na perspectiva de identidades em movimento, “celebrações móveis”, identidades sempre em negociação com rotas e percursos. Abre-me caminhos investigativos a demarcação de Hall de que as construções identitárias são temporárias. É preciso continuar a caminhar com as meninas... Mas, para onde?

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis** – punks e darks no espetáculo urbano, São Paulo: Scritta, 1994.
- ALTHUSSER, Louis. **Lire Le Capital**. Paris: Maspero, 1966. V. II.
- BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005a.
- _____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro: 2005b.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004a.
- _____. **Sobre a fragilidade das relações humanas**. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro: 2004b.
- BALANDIER, Georges. In: OLIVEIRA, João Pacheco. **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- BARBALHO, Alexandre. Políticas de cultura, políticas de identidade. **Revista Pré-Textos para Discussão**, ano VI – v. 6, n. 11, Salvador, 2001.
- BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.
- BENEVIDES, Marinina Gruska. **Entre ovelha negra e meu guri**: família, pobreza e delinquência. São Paulo: Annablume, 2008.
- BERGER, Jonh. **Modos de ver**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- BERTHELOT, Jean-Michel. Corps et société. Problèmes poses par une approche sociologique du corps. **Carriers Internationaux de sociologie**, vol.LXXIV, 1983.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- _____. O terceiro espaço (entrevista conduzida por Jonatham Ruterford). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n°. 24, p. 35-41, 1998.
- BOBBIO, Noberto *et al.* **Dicionário de Política**. 12ª edição. Brasília: Editora UNB, 1999. V. 2.
- BONNICI, Thomas. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2005ª.
- BOURDIEU, Pierre. In: FERREIRA, de Moraes Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª edição. Editora FVG, 2006.

- _____. **O poder simbólico**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CAIAFA, Janice. **Movimento punk na cidade** – a invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora EDUSP, 1998.
- _____. **Culturas híbridas**. Prefácio. Barcelona: Paidós, 2001.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva. In: COSTILLA, Lúcio (org.). Gramsci: suas obras e seus leitores. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 35, n° 02, 2004.
- _____. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: SOUSA, Fernando José Pires (Org.). **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- CERTEAU, Michel de. Croire: “une pratique de la différence”. **Documents de travail et prépublications**, Urbino, Università di Urbino, n. 106, 1981.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. **Políticas de Identidade e Identidades Políticas**. In: Dunker, C. I. L. & O. (orgs.). Uma psicologia que se interroga-Ensaio. Edicon: São Paulo, 2002.
- COSTA, Marcia Regina da. **Os carecas do subúrbio**: caminhos de um nomadismo moderno, Petrópolis: Vozes, 1993.
- CROSSLEY, Nick. From reproduction to transformation: social movements fields and the radical habitus. In: FERREIRA, Vítor Sérgio. **Marcas que demarcam**: tatuagem, body piercing e culturas juvenis, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2008.
- CUCHE, Denys. **La noción de cultura em las ciencias Sociales**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DELEUZE, Gilles. **Mille Plateaux**. Paris: Minuit, 1980.

DEWULF, Jeroen. **Por vozes nunca dantes ouvidas: a viragem pós-colonial nas ciências humanas**, Estudos em Homenagem a Margarida Llosa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DUBET, François. La galère: jeunes en survie. In: ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.

EDER, Claus. Does social class matter in the study of social movements? A Theory of middle-class radicalism. In: FERREIRA, Vítor Sérgio. **Marcas que demarcam: tatuagem, body piercing e culturas juvenis**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2008.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas. In: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da juventude IV – os movimentos juvenis**, Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1968.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Os estudos culturais e a constituição de sua identidade. In: GUARESCHI, Neuza de F.; BRUSCHI, Michel E. (Orgs.). **Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FANON, Frantz. **Black Skin/White Masks**. Grove Press, New York, 1967.

_____. **The Wretched of the World**. Grove Press, New York, 1963.

FERREIRA, Vítor Sérgio. **Marcas que demarcam: tatuagem, body piercing e culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. Edições Graal, Rio de Janeiro: 1979.

FREITAS, Rilda Bezerra de. **Códigos de Honra: O cotidiano dos jovens internos no Centro Educacional São Miguel**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

GUATTARI, Félix. **A reestruturação da cidade subjetiva**. In: *Caosmose – um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

GRAÇA, Irlene Menezes. **Barreirinhas em tempo de mudança: reconstrução de identidades nas rotas de turismo**. Documento preliminar de tese. Universidade de Aveiro, Portugal, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8ª. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 1989.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora: UNESP, 1990.

_____. **Modernidade e identidade pessoal**. 1ª Edição. Oeiras: Celta, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. **Stigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, Trad. Marcia Bandeira de Melo. “*Stigma: Notes on the management of spoiled identity*”. New Jersey: Prentice Hall, 1961.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GROGNARD, Catherine. **Tatouages**. Tags à L'âme. Paris: Syrus Alternatives, 1992.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, Brasília: UNESCO no Brasil, 2003.

_____. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

_____. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1997a.

_____. The work of representation. In: HALL, Stuart (Org.) **Representation Cultural representation and cultural signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997b.

_____. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n°. 24, Cidadania, 1996.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Loyola: São Paulo: 1989.

HERTZ, Robert Saint “Besse, étude d’un culte alpestre”. In: MAUSS, Marcel. **Mélanges de sociologie religieuse et folklore**. Paris: PUF, 1928.

HERVIEU-LÉGER. Danielle. **O peregrino e o convertido**: A religião em movimento, Lisboa: 1999.

Kolyniak, H. M. & Ciampa, A. C. **Corporeidade e Dramaturgia do cotidiano**. In: *Discorpo*: revista do Departamento de Educação Física e Esportes da PUC, N°. 02, São Paulo: PUC, 1993.

IANNI, Otavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. Teorias da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

_____. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JAMOUS, Raymond. De que falam os fuzis. In: GAUTHERON, Marie (org.). **Imagem de si ou dom de si** – um ideal equívoco. Tradução de Cláudia Cavalcanti. Porto Alegre: LP & M, 1992.

LACERDA, Antônio. A aventura *punk*. In: COSTA. Marcia Regina da. **Os carecas do subúrbio** – caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis: Vozes, 1993.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LE BRETON, David. **La peau et la trace**. Sur lês blessures de soi. Paris: Métailié, 2003.

_____. **Signes d’identité**: Tatouages, piercings et autres marque corporelles, Paris: Métailié, 2002.

_____. A síndrome de Frankenstein. In: SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995a.

_____. **Antropologia do corpo e modernidade**. Nova Visão, 1995b.

LACLAU, Ernest. New Reflections on the Resolution of our Time, Londres: Verso. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1990.

LAGRÉE, Jean Charles. Y a-t-il Jeune? Pratiques Culturelles des Jeunes. Âges de la et Génération In: **Jeunes d'Aujourd'hui** - Notes et Etudes Documentaires. Paris: La Documentation Française, 1987.

LAPEYRONNIE, Didier. La France et la Grande. Bretagne et leurs Miniretés Immigrés. **Les Temps Moderns**, Paris: Juillet-Août, 1991.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, de Moraes Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

LIMA, Alúcio Ferreira de. Para a reconstrução dos conceitos de massa e identidade. **Univ. Psychol.**, vol.6, no.3, p.613-622, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **A dinâmica da Violência**. São Paulo: Vertice, 1987 a.

_____. **O tempo das tribos: O declínio do individualismo na sociedade de massas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987b.

MAGNANI, José Guilherme C. Tribos Urbanas: Metáfora ou categoria? **Cadernos de Campo** - Revista de Pós-Graduação em Antropologia. São Paulo, USP, ano III, nº 02, 1992.

MANNHEIM. **Ideologia e utopia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1972.

MARCUSE, Herbert. **Vers la libération**. Paris: Minuit, 1969.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. The Communist Manifesto. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999.

MARX, K. e Engels, F. The Communist Manifesto. In: *Revolutions of 1848*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITO, Sulamita (org.). **Sociologia da Juventude III**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1968.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSC, 1974. V. I.

_____. Essai sur le Don. Forme et Raison de l'Echange dans les Sociétés Archaïques. In: MAUSS, Marcel. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1991.

MEDEIROS, Abda de Souza. **Cosmologias do Rock em Fortaleza**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MERCER, Kobena. Welcome to the Jungle. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999.

MORIN, Edgard. **Cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. V. 1 e 2.

MOSCOVICI, Serge. **Les Représentations Sociales**. Paris: PUF, 1989.

_____. The Phenomenon of social Representations. In: FARR, Robert; MOSCOVICI, Serge. (Orgs.). **Social Representations, Cambridge**. Cambridge University Press, 1984.

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA. **Uma antropologia da política: rituais, representações e violência: projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro/Fortaleza: NAU, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1976.

OLIVEIRA, Rosemary de Almeida. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5^a. ed. Brasiliense, São Paulo: 2008.

PARSONS, Talcott. Youth in the context of American Society. In: ERIKSON, E. H (Ed.). **Youth: change and challenge**. London: Basic, 1963.

_____. Transition and Youth cultures: forms and performances. **International Social Science Journal**, vol. 04, 2000.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: Religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec/USP, 1996.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e adolescente no Brasil: Por que o abismo entre a lei e a realidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

PITT-RIVERS, Julien. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie (Org.). **Imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco**. Tradução de Cláudia Cavalcanti. Porto Alegre: LP & M, 1992.

POLHEMUS, Ted; PROCTOR, Lynn. Fashion and anti-fashion. In: FERREIRA, Vítor Sérgio. **Marcas que demarcam: tatuagem, body piercing e culturas juvenis**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**. Bauru: USC, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Célia Maria Antonaci. **Dos grafites às tatuagens/da cidade ao corpo: o imaginário político de jovens partindo de expressões visuais desde os anos 70**. Projeto História, 2002.

_____. **Teorias da tatuagem**. Corpo tatuado: uma análise da loja tattoo da pedra. Florianópolis: UDESC Editora, 2001.

RONDELLI, Beth. **O narrado e o vivido**: o processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão. Rio de Janeiro: Funarte, 1993.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura**. Petrópolis: Vozes, 1972.

RUTHERFORD, Jonathan (Org.). **Identity**: community, culture, difference. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

SANDERS, Clinton R. Customizing the body. In: FERREIRA, Vítor Sérgio. **Marcas que demarcam**: tatuagem, body piercing e culturas juvenis. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. Coleção para um novo senso comum.

_____. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHMIDT, Benito. **Construindo Biografia**: Historiadores e jornalistas, Aproximações e afastamentos. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n° 19, 1997.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução de Laureano Pelegim. São Paulo: EDUSC, 1999.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras**, Boletim do Museu Nacional, vol. 32: 2-19.

SHILLING, Chris. **The body and social Theory**. Londres: Sage Publications, 1993.

SHUTZ, Alfred. **Collected Papers**: studies in social theory. The Hague: Martinus Nijhoff, 1964.

SILVA, Tomaz T. da (Org.); Stuart Hall; Kathryn Woodward. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, R.J: Vozes, 2000a.

_____. **O que é afinal Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000b.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: individuo e sociedade**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

_____. The Stranger. In: **The sociology of George Simmel**. Glencoe III, Free Press, Trad. Dinah de Abreu Azevedo. Tradução cotejada com o original alemão *Exkurhs über den Fremden*. In: Sociologie, Ed. Cit., 1950.

The Sociology of Georg Simmel. 1950, p 402-404;

_____. **O estrangeiro. Sociabilidade** – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: Georg Simmel: **sociologia**. MORAIS FILHO, Evaristo (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org. e Introdução). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1979.

STOCKING, Jr.; GEORGE, W. **Colonial Situations**. In: George W.; Stocking Jr. (ed.), *Post-Colonial Situations: Essays in the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

TÊ, Carlos. Extratos do meu estilo clã. In: **Kazoo**: EMI, 1997.

TELES, Lygia Fagundes. **As Meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

THOMPSON, E. P. The Long Revolution. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999.

THOMPSON, K. Social pluralism and post modernity. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999.

_____. Culture is ordinary. In: GRAY, Anne; MCGUIGAN, Jim (orgs.) **Studing Culture – An Introductory Reader**. Nova York: Arnold, 1993.

VAIL, Angus. Tattoos are like potato chips... you can't have just one: the process of becoming a tattoo collector. In: FERREIRA, Vítor Sérgio. **Marcas que demarcam: tatuagem**. body piercing e culturas juvenis, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2008.

_____. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. **Boletim do Museu Nacional (Antropologia)**, Rio de Janeiro: n. 32, maio 1979.

WACQUANT, Loic. The Zone. In: LINS, Daniel (Org.). **Cultura e Subjetividade: saberes nômades**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1969.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

DOCUMENTOS

A ORIGEM da tatuagem: uma arte milenar. Documentário exibido pelo Programa UFC/TV em 18 out. 2009.

SILVA, Antônio Fernando do Amaral e. Estatuto da criança e do adolescente comentado. 5ª. Edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de (Org.). **Expansão capitalista e suas expressões na economia, na política e na cultura: Brasil e Portugal no século XXI**. Projeto de seleção para o convênio CAPES-GRICES, Brasil/Portugal, Universidade Federal do Ceará, 2007.
CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA MOTA. Regimento Interno e histórico institucional, janeiro/2008.

CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA MOTA. Prontuários e estudos de caso das adolescentes em cumprimento de sentença, período 2007, 2008, 2009 e 2010.

CEARÁ. **Pesquisa de Avaliação do Programa de Medidas Sócio-educativas**. Secretaria de Ação Social do Ceará (CONTASP), 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE FORTALEZA. Descrições processuais, ofícios e Boletins de Ocorrência da Delegacia da Criança e do Adolescente. 2007/ 2008.

MOVIMENTO NACIONAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA (2010). Projetos e informativos. Região Nordeste, Fortaleza: meninosemeninasderuablogspot.com/

OLIVEIRA, Regina Célia. **O crack destruindo sonhos**: um estudo sobre a juventude em conflito com a lei no Internato Aldaci Barbosa Mota. Documento de monografia. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2008.

TONIAL, Cléber Augusto. **Considerações Pontuais sobre as Medidas Sócio-educativas**. Disponível em: <www.jusnavigandi.com.br>. Acesso em junho 2007.

VALE, José Rosa Abreu (Org.). **Nas pegadas da juventude**: estudos e pesquisas sobre adolescentes no Ceará. Fortaleza, Universidade do Vale do Acaraú, Instituto Momentum, 2001.

VERSÃO PRELIMINAR DO PLANO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Prefeitura de Fortaleza, 2007.

ANEXO

**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
CÉLULA DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS
CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA MOTA**

ADOLESCENTES INTERNAS NESTA UNIDADE EM MARÇO/2008

	ADOLESCENTES	IDADE	ATO INFRACIONAL	RELAT. / DEC. DE PRAZO / S. LIBERD.	COMARCA	VARA
01	D.P.D.L	17 ANOS	PARTICIPAÇÃO/ HOMICÍDIO	SEMILIBERDADE / RELATÓRIO EM MAIO/2008	IGUATU/ FORTALEZA	5º VARA
02	A. L. S. V.	13 ANOS	HOMICÍDIO	DEC. DE PRAZO EM 06.03.08	FORTALEZA	
03	M.F.A	17 ANOS	HOMICÍDIO	SEMILIBERDADE / RELATÓRIO EM JUNHO/2008	FORTALEZA	5º VARA
04	M.J.V.A.	16 ANOS	PARTICIPAÇÃO/ HOMICÍDIO	SEMILIBERDADE / RELATÓRIO EM SETEMBRO/2008	CRATEÚS/ FORTALEZA	5º VARA
05	B. M. G. DE A.	14 ANOS	ROUBO	RELATÓRIO EM MAIO/2008	FORTALEZA	5ª VARA
06	D.F.S		PARTICIPAÇÃO/ HOMICÍDIO	SEMILIBERDADE / RELATÓRIO EM ABRIL/2008	ARACATI/ FORTALEZA	5ª VARA
07	C. DA S. L.	18 ANOS	EXPLORAÇÃO DE MENORES	RELATÓRIO EM JUNHO DE 2008	TIANGUÁ	5ª VARA
08	B.J.F.N	16 ANOS	LATROCÍNIO	RELATÓRIO EM JUNHO DE 2008	FORTALEZA	5ª VARA
09	D. C. DAS C.	16 ANOS	TRÁFICO DE DROGAS	DEC. PRAZO EM: 05.04.08	FORTALEZA	
10	D. V. DA C.	15 ANOS	DESC. DE MEDIDA	INT. SANÇÃO 60 DIAS: 28.03.08	FORTALEZA	5ª VARA
11	D. P. DE S.	16 ANOS	LESÃO CORPORAL DOLOSA	DEC. DE PRAZO EM 11.04.08	FORTALEZA	
12	D. A. C.	17 ANOS	TRÁFICO DE DROGAS	SEMILIBERDADE / RELATÓRIO EM MAIO/2008	FORTALEZA	5ª VARA
13	F. S. B. DA S.	15 ANOS	FURTO	RELATÓRIO EM MARÇO DE 2008	QUIXADÁ	5ª VARA
14	I. C. R. DA S.	18 ANOS	LESÃO CORPORAL	RELATÓRIO EM FEVEREIRO/2007	FORTALEZA	5ª VARA
15	D.F.S	17 ANOS	PARTICIPAÇÃO/ HOMICÍDIO	SEMILIBERDADE / RELATÓRIO EM MAIO/2008	FORTALEZA	5ª VARA
16	J. J. DE S.	16 ANOS	PORTE ILLEGAL DE ARMA	SEMILIBERDADE / RELATÓRIO EM JULHO /2008	FORTALEZA	5ª VARA
17	J. G. DA S.	18 ANOS	ROUBO QUALIFICADO	RELATÓRIO EM ABRIL/2008	FORTALEZA	5ª VARA
18	M. A. R. DA S.	17 ANOS	LESÃO CORPORAL	RELATÓRIO EM ABRIL/2008	FORTALEZA	5ª VARA
19	M. B. S. DE S.	14 ANOS	PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO	DEC. DE PRAZO EM 11.04.08	FORTALEZA	
20	M. L. C. DE S.	17 ANOS	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	INT. SANÇÃO 60 DIAS: 25.04.08	FORTALEZA	5ª VARA
21	M. M. DE S. V.	15	FURTO QUALIFICADO	DEC. PRAZO EM:	CRATEÚS	1ª

		ANOS		01.03.08		VARA
22	M. R. DA S. M.	17 ANOS	TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	DEC. DE PRAZO EM 28.03.08	FORTALEZA	3ª VARA
23	M. V. F. F.	18 ANOS	TENTATIVA DE ROUBO	SEMILIBERDADE EM 24.08.07 / RELATÓRIO EM FEVEREIRO 2008	FORTALEZA	5ª VARA
24	M. DE C. DA S.	15 ANOS	LESÃO CORPORAL DOLOSA	DEC. DE PRAZO EM 11.04.08	FORTALEZA	
25	P. A.P. DA S.	14 ANOS	CONTRAVENÇÃO PENAL	DEC. DE PRAZO EM 03.04.08	FORTALEZA	
26	P. S. Q.	14 ANOS	FURTO QUALIFICADO	DEC. PRAZO EM: 02.03.08	FORTALEZA	2ª VARA
27	R. DOS S. S.	13 ANOS	DESC. DE MEDIDA	RELATÓRIO EM JULHO / 2008	TIANGUÁ	5ª VARA
28	R. J. A. V.	17 ANOS	ROUBO	RELATÓRIO EM MAIO/2008	FORTALEZA	5ª VARA
29	R. S. DA S.	15 anos	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	INT. SANÇÃO 30 DIAS: 26.03.08	FORTALEZA	5ª VARA
30	V. M. DE A.	16 ANOS	ROUBO QUALIFICADO	DEC. PRAZO EM: 28.02.08	FORTALEZA	4ª VARA
31	V. L. B.	15 ANOS	ROUBO	RELATÓRIO EM MAIO/2008	FORTALEZA	5ª VARA